

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BRAGANÇA

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

Vol. VII - Nº 03 - Dezembro 2019 - ISSN 2318-1346

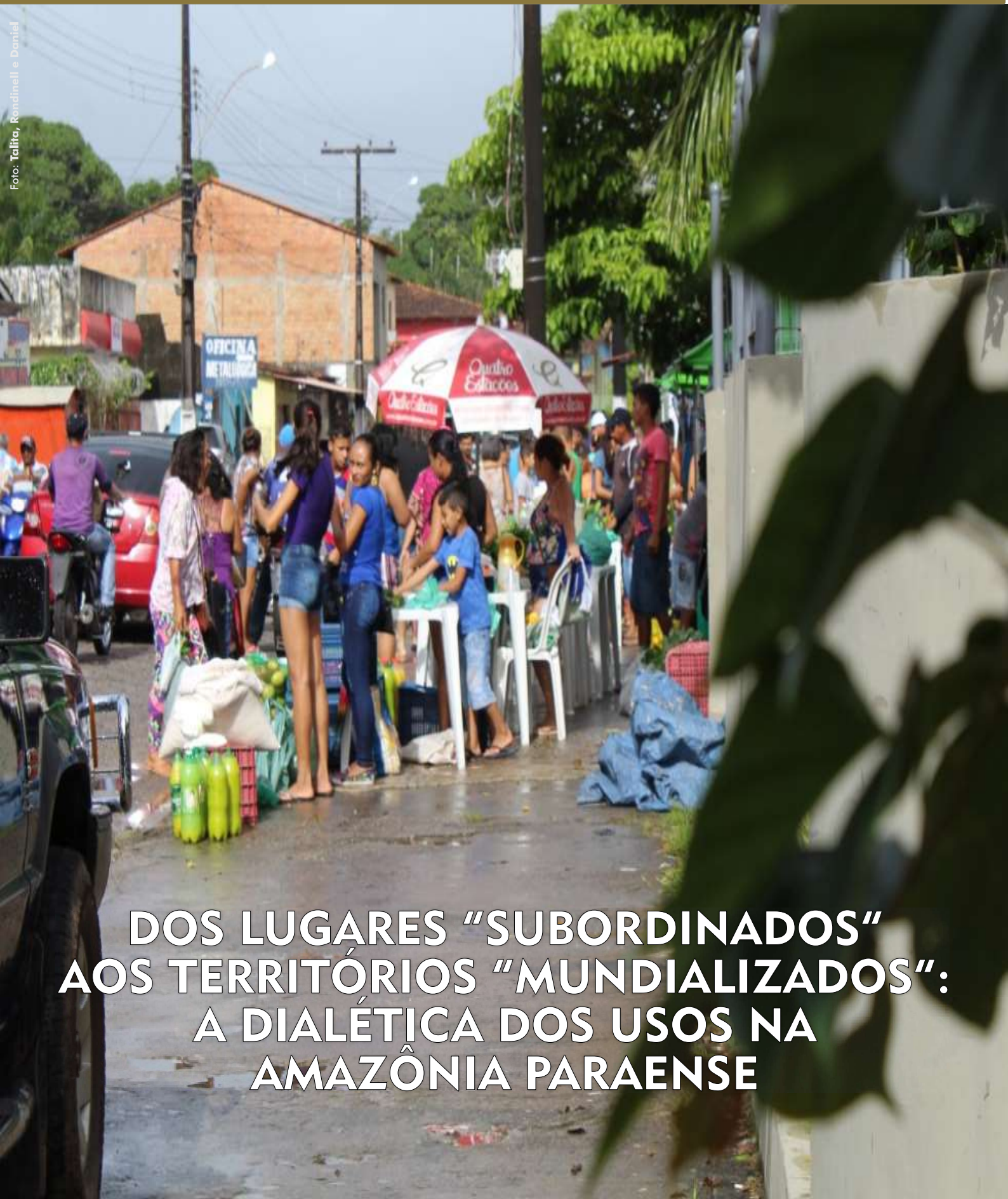


Foto: Talita, Kondinell e Daniel

**DOS LUGARES "SUBORDINADOS"
AOS TERRITÓRIOS "MUNDIALIZADOS":
A DIALETICA DOS USOS NA
AMAZÔNIA PARAENSE**

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME VIII – NÚMERO 03 – DEZEMBRO 2019 – ISSN – 2318-1346

QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

**DOSSIÊ - DOS LUGARES “SUBORDINADOS” AOS TERRITÓRIOS
“MUNDIALIZADOS”: A DIALÉTICA DOS USOS NA AMAZÔNIA PARAENSE**

APRESENTAÇÃO

José Antônio Herrera

Márcio Douglas Brito Amaral _____ 4

AS RAÍZES DISCURSIVAS DA INTERVENÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA

Filipe Soares _____ 9

**GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS (GPE) NA VOLTA GRANDE DO XINGU:
IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU**

Italla Cristina Neves

Edilane Bezerra Amorim

Márcio Douglas Amaral _____ 25

**HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: DINÂMICA SOCIOESPACIAL DAS
FAMÍLIAS NO RRC TRAVESSÃO 27 KM, VITÓRIA DO XINGU-PA**

José Antônio Herrera

Nathany Melo Machado Arcanjo

Darlene Costa da Silva _____ 49

**TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM DO REASSENTAMENTO RURAL
COLETIVO, TRAVESSÃO KM 27, VITÓRIA DO XINGU/PA**

Wellington de Pinho Alvarez

Danyelly Feitosa da Costa

Raírys Cravo Herrera _____ 65

**A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES FACE À
UHE BELO MONTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RUC SÃO JOAQUIM E
LARANJEIRAS EM ALTAMIRA-PA**

Ronicleici Santos da Conceição

José Antônio Herrera

Gleiciely Barroso Carvalho _____ 81

**A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DO USO DA TERRA NO
MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARÁ**

Barbara Eleonora Santos Teixeira

Thiago Silva dos Santos

Ademir Terra _____ 99

**OS SABERES TRADICIONAIS DOS PESCADORES DE CARANGUEJO-UÇÁ E O
MANGUEZAL: O CASO DE TAMATATEUA, BRAGANÇA - PARÁ, COSTA
AMAZÔNICA BRASILEIRA**

Francisco Pereira de Oliveira

Gamaliel Tarsos de Sousa

Klayton Luiz Campelo Silva

Marcus Emanuel Barroncas Fernandes _____ 109

**PARA PENSAR TERRA E TERRITÓRIOS: OS PROCESSOS DE DES-RE-
TERRITORIALIZAÇÕES A PARTIR DO CARIMBÓ DE MARAPANIM E DO
PLATÔ GUAMÁ-ATLÂNTICO, “TERRA DO CARIMBÓ” E “CARIMBÓ DA
TERRA”.**

Marcio Douglas Brito Amaral

Felipe Giordano Azevedo da Silva _____ 129

**OS CONCEITOS DE FOUCAULT E ANÁLISES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DOS PESCADORES ARTESANAIS DA VILA DO TREME - UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO DA RESEX CAETÉ-TAPERAÇU**

Roseli da Silva Cardoso

Fátima Cristina da Costa Pessoa _____ 153

**REPRESENTAÇÕES DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE CULTURAS ORIGINÁRIAS: O
DESAFIO DA DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO**

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenha

Fabiane Maia Garcia

Vilma Aparecida de Pinho

Luis Ernesto Solano Becerril _____ 163

SEÇÃO LIVRE

A FESTIVIDADE NAZARENA E A CULTURA PARAENSE: EXEMPLO DE UM ARTIGO DO VOCABULÁRIO ESPECIAL DO CÍRIO DE NAZARÉ

Marcia Goretti Pereira de Carvalho _____ 185

CONFLITO, AVENTURA E MISTICISMO: QUE AMAZÔNIAS SÃO NARRADAS EM FILMES DE FICÇÃO?

Lívia Alencar Pacifico Tavares

Sandra Nazaré Dias Bastos _____ 199

LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes _____ 211

ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

COSTUMES EM UMA FEIRA: INTERAÇÕES, VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Talita Vieira Aranha

Rondinell Aquino Palha

Daniel dos Santos Fernandes _____ 231

RESSIGNIFICAR A DOCÊNCIA: PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Alcicley Mendes Cardoso

Jadson dos Santos _____ 243

APRESENTAÇÃO

A *Nova Revista Amazônica* tem a honra de apresentar aos seus leitores o v. 7, n. 3 (2019) o dossiê temático “DOS LUGARES “SUBORDINADOS” AOS TERRITÓRIOS “MUNDIALIZADOS”: A DIALÉTICA DOS USOS NA AMAZÔNIA PARAENSE”, organizado por José Antônio Herrera (PPGEO-UFPA) e Márcio Douglas Brito Amaral (PPGEO-UFPA). O Dossiê é composto por artigos que revelam a Amazônia na perspectiva do Território Usado, este entendido como “resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial” (SANTOS, 2000, p.104).

Ainda de acordo Santos (2007) o território é o chão mais a identidade, lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Neste sentido, busca-se neste dossiê explicitar uma das faces da complexidade amazônica, abordando desde os discursos militares nas primeiras fases da colonização da região até a constatação da necessidade de políticas públicas afirmativas que garantam o estudo e a valorização das culturas originárias de maneira efetiva nos currículos.

Com efeito, revela-se ainda uma preocupação com as desigualdades socioespaciais e a permanência das classes sociais, mas faz emergir um debate centrado nas diferenças de gênero, sexuais, étnicas, territoriais etc., que buscam pautar sua luta em torno do reconhecimento.

Para tanto, o dossiê conta com dez textos, começando com o artigo “*As raízes discursivas da intervenção militar na Amazônia*”, que compara os intentos da ditadura e os discursos das primeiras fases da colonização na região. O fulcro está em compor raízes de derivação do discurso estabelecido pelos militares para amparar suas políticas, para isso são feitas comparações dos relatos históricos e postulados da ditadura militar ao longo das décadas de 1960 e 1980.

O segundo artigo amplia o debate para ordenamento territorial como consequência das políticas públicas na Amazônia, dando foco as implicações sócio-espaciais no município de Vitória do Xingu, em função da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O texto tem o título “*Grandes Projetos Econômicos (GPE) na Volta Grande do Xingu: implicações sócio-espaciais no município de Vitória do Xingu*”, os autores enfatizam que muito já foi escrito sobre o município vizinho – Altamira e que pouco se propôs em termos analíticos acerca do município sede da obra. Neste caso, assume-se no texto o exercício da primeira

aproximação teórica sobre Vitória do Xingu, estabelecendo um marco analítico acerca das implicações geradas no município com a implantação desse grande projeto.

Em sequência estão dois outros artigos que retratam as implicações do grande projeto econômico – Hidrelétrica de Belo Monte em Vitória do Xingu, mais precisamente no Reassentamento Rural Coletivo – RRC Travessão KM 27. No texto “*Hidrelétrica de Belo Monte: dinâmica socioespacial das famílias no RRC Travessão Km 27, Vitória do Xingu – PA*”, tem-se o objetivo de discutir acerca da organização socioespacial das famílias deslocadas compulsoriamente pelo empreendedor para este novo espaço agrário, ficando evidenciado à necessidade de se analisar melhor as dinâmicas estabelecidas pelas diferentes famílias, mostrando que a política compensatória generalizante não contribui efetivamente para fixação e reprodução social das famílias no RRC – Km 27.

O outro artigo que expõe as implicações em Vitória do Xingu, pauta a discussão na transformação da paisagem, problematizando como estes grandes projetos ao serem implantados no território estimulam e aprofundam as transformações na paisagem. O texto “*Transformação na paisagem do Reassentamento Rural Coletivo, Travessão Km 27, Vitória do Xingu/PA*” apresenta metodologicamente uma leitura da dinâmica da paisagem a partir da classificação do uso e da cobertura do solo para os anos de 1991, 1997, 2007, 2011 e 2018, como resposta dessa interpretação tem-se a tentativa de permanência das famílias no espaço agrário a partir da agricultura e da pecuária, mesmo não sendo essas atividades historicamente trabalhadas por essas famílias que, em sua maioria, tem uma origem ribeirinha.

O quarto artigo “*A desterritorialização das crianças e dos adolescentes face a UHE Belo Monte: uma análise a partir dos RUC São Joaquim e Laranjeiras em Altamira- PA*”. Neste trabalho, os autores ao versar sobre as famílias deslocadas compulsoriamente em função da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, fazem suas interpretações a partir dos Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUC, construídos na cidade de Altamira, deixando de lado a visão adultocêntrica para discutir a desterritorialização de crianças e de adolescentes destes RUC e, assim, apontam as rupturas nas relações materiais e imateriais em função das dificuldades de adaptação ao novo espaço, bem como as dificuldades derivadas da ineficiência de serviços básicos como educação, saúde e lazer.

O sexto artigo, “*A transformação do território a partir do uso da terra no município de Santarém/PA*”, contribui para entender os impactos do agronegócio da soja no município de Santarém, Oeste do Pará. Evidencia-se em pesquisa que a chegada dos novos agentes de produção no território, tencionam as relações e desencadeiam conflitos pelo uso e apropriação da terra.

O artigo seguinte retrata a relação homem natureza, colocando em foco os saberes ecológicos dos pescadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Tamatateua, município de Bragança, nordeste do Pará. No texto, com título “*Os saberes tradicionais dos pescadores de caranguejo-uçá (Ucides cordatus, LINNAEUS, 1763) e o ecossistema manguezal: o caso de Tamatateua, Bragança – Pará, costa amazônica brasileira*”, fica evidenciado que o manejo do recurso caranguejo-uçá se deve ao processo de aprendizagem ocorrido cotidianamente entre o parentesco (pai, filho, neto, tios e outros), assim como no processo de socialização (partilha) entre amigos do “manguezal”.

O oitavo texto deste dossiê, apresenta a perspectiva da territorialidade, intitulado “*Para pensar terra e territórios: os processos de des-re-territorializações a partir do Carimbó de Marapanim e do Platô Gumá-Atlântico, “Terra do Carimbó” e “Carimbó da Terra”*”, sendo possível indicar, desterritorializações relativas e absolutas, umas negativas, outras positivas (levantando a possibilidade de uma máquina abstrata do carimbó); e pelas cartografias traçadas foi possível entrever que o carimbó estabelece funções territorializadas.

O próximo texto “*Os conceitos de Foucault e análises das relações de trabalho dos pescadores artesanais da Vila do Treme-Unidade de Conservação da RESEX Caeté-Taperaçu*”, apresenta, a partir da análise discursiva, dos embates sociais nas referidas comunidades, a tensão entre o discurso tradicional dos pescadores artesanais e o discurso institucional dos representantes governamentais que incidem diretamente nas relações de trabalho da pesca artesanal.

Por fim, não menos importante fecha-se o dossiê com o texto “*Representações de universitários sobre culturas originárias: o desafio da descolonização do currículo*”, texto este fruto da parceria UFAM/UFMT/UFPA - no âmbito do PROCAD/AMAZÔNIA. Tem como central a representação universitária de diferentes países e como resultado apresenta-se a baixa valorização das culturas originárias por parte destes universitários impactando em descontentamento entre os integrantes dessas culturas e, assim, expõe a necessidade da criação de políticas públicas afirmativas para inclusão do estudo das culturas originárias de maneira efetiva nos currículos em geral.

De uma maneira geral, os artigos presentes no dossiê têm como fio condutor a compreensão da diversidade territorial da Amazônia paraense expressa em diferentes formas de uso do território, de modo a revelar os dinamismos socioterritoriais e socioespaciais presentes na região, formas-conteúdo que estão relacionadas à sua dimensão existencial. Seguindo o conselho de Santos (1998) a categoria de análise é território usado e não o território em si, aos moldes dos conceitos puros herdados da “modernidade incompleta”.

Trata-se, portanto, de uma discussão que incorpora ao debate da teoria crítica do espaço, entendido como um conjunto indissociável e solidário de sistema de objetos e de sistema de ações, a compreensão da categoria da ação (RIBEIRO, 2012). Desse modo, o território usado revela a dialética entre o herdado e o possível, portanto, trata-se de um território em movimento, como diz Ribeiro (2012), um território em sendo usado, que revela as diferentes contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e social dos recursos (SANTOS, 1999).

Os organizadores

José Antônio Herrera (UFPA/PPGEO/Campus Altamira/FacGeo)

Márcio Douglas Brito Amaral (UFPA/IFCH/PPGEO/FCG)

DOSSIÊ AMAZÔNIA

AS RAÍZES DISCURSIVAS DA INTERVENÇÃO MILITAR NA AMAZÔNIA

Filipe Soares¹

RESUMO

O presente artigo pretende estabelecer uma comparação entre os intentos da ditadura militar na Amazônia e os discursos das primeiras fases da colonização na região. Entende-se que parte fundamental do método arqueológico é a construção do arquivo de imagens com que se relaciona determinado saber. Dessa forma, a racionalidade militar que tem a questão amazônica como cerne será investigada à luz dos discursos que se apresentaram ao longo dos primeiros contatos de europeus com a região. O destaque será dado aos registros dos primeiros conquistadores, bem como aqueles que para a Amazônia se dirigiram no século XVIII, os chamados viajantes naturalistas. De posse de alguns desses relatos históricos, serão feitas algumas comparações com o que postula a ditadura militar ao longo das décadas de 1960 e 1980. O intuito é compor as raízes de derivação do discurso estabelecido pelos militares para amparar suas políticas; apontar suas referências e acusar o diálogo que estabelecem com outras historicidades.

Palavras-chave: Amazônia. Ditadura. Arquivo. Discursos.

ABSTRACT

This article aims to compare the attempts of the military dictatorship in the Amazon and the discourses of the early stages of colonization in the region. It is understood that a fundamental part of the archaeological method is the construction of the image archive with certain knowledge relates. Thus, the military rationality that has the Amazonian issue at its core will be investigated in the light of the discourses presented during the first contacts of Europeans with the region. Emphasis will be given to the records of the first conquerors, as well as those who went to the Amazon in the eighteenth century, the so-called naturalistic travelers. Having some of these historical accounts, some comparisons will be made with what the military dictatorship postulates throughout the 1960s and 1980s. The purpose is to compose the roots of derivation of the discourse established by the military to support their policies; point out their references and accuse the dialogue they establish with other historicities.

Key-words: Amazon. Dictatorship. Archive. Discourses.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos meus estudos sobre as políticas da ditadura militar na Amazônia, pude percorrer alguns documentos oficiais na tentativa de circunscrever a racionalidade utilizada pelo regime durante os anos que interviu na região. O intuito que ainda persigo consiste em montar o quadro discursivo que efetivou e legitimou as ações da ditadura na Amazônia. No exercício da pesquisa e escrita, cheguei à conclusão inicial de que alguns enunciados funcionaram como elementos organizadores deste discurso, são eles: a integração, o nacionalismo, o estigma de espaço vazio, a ideia de fronteira e a necessidade de segurança;

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPGHIST-UFPA), Professor Substituto da Faculdade de História da UFPA-Campus Bragança. E-mail: menezes.fs@gmail.com.

todos eles orientados e organizados pela obsessão desenvolvimentista que marcou a gestão do período.

Esse foi um primeiro passo conclusivo dos estudos que ainda se encontram em andamento. Como dito, esses estudos fazem parte de uma investigação sistemática nos documentos oficiais que tratam da questão amazônica ao longo dos anos em que os generais se mantiveram como presidentes. Com este artigo, portanto, pretendo avançar com a proposta de entender o saber militar que conformou as políticas na Amazônia. Para este momento, entendi ser necessário enveredar pelo conceito de arquivo, buscando nas primeiras imagens da conquista e da colonização da Amazônia, os referenciais que sobreviveram nos discursos utilizados pelos militares para comporem sua racionalidade.

É chegada a hora, portanto, de estabelecer um sentido de continuidade entre o regime discursivo dos militares sobre a Amazônia e o arquivo de conhecimentos e imagens sobre a região. A tentativa não é aleatória, mas remete à necessidade de demarcar a própria originalidade do conhecimento estabelecido pelos militares quando no momento de prepararem suas intervenções na região. Paradoxalmente, a individualização do recorte operado entre os anos de governo dos generais exige que se estabeleça um domínio de comparação com as épocas anteriores.

O efeito é construir o panorama de uma história geral, onde as críticas dos pressupostos militares se manifestam de maneira a demonstrar como eles não são envoltos por um *status* de total originalidade histórica. Com isso pretendo revelar como esses discursos constituem um recorte temporal único, mas que, no entanto, estão relacionados com um conjunto de historicidades diversas. Para isso, recorrerei a acontecimentos que remetem ao processo de conquista da região, bem como à fase de elaboração de um conteúdo racional e acumulativo sobre suas riquezas.

É um caminho tortuoso em que desembocarei no domínio de outras instituições e processos econômicos, conformando relações sociais e culturais diferentes das quais encaramos quando na análise do período histórico da ditadura. Fiel ao método arqueológico é que adentrarei agora o terreno de outras formações discursivas, sempre autorizado pelo diálogo com Foucault (ao qual se atribui a criação do método) e com outros teóricos da Amazônia. Ora, “A arqueologia pode assim – e eis um de seus temas principais – constituir a árvore de derivação de um discurso” (FOUCAULT, 2016, p.180) neste caso, veremos como é possível estabelecer as ramificações históricas da discursividade da ditadura.

1 OS CONQUISTADORES

Para dar início a empreitada, iniciarei com a construção dos paralelos entre as formações discursivas que remetem ao período da conquista, em que são apresentados os relatos fundantes da região pela ótica europeia do período. São os “descobridores” que operam esta invenção, inspirados pela construção mítica medieval e renascentista. Em seguida também serão traçados os comparativos com a fase posterior, definida pelos relatos dos viajantes naturalistas que percorreram a região no século XVIII, embalados pelas teorias evolucionistas, positivistas e pelo imperativo do racional. Nesse processo, “a Amazônia é ocupada, primeiramente, pela imaginação fantasiosa do conquistador e, posteriormente, pelo imaginário moderno dos naturalistas” (PIZARRO, 2012, p. 38).

Um primeiro fato construtor do paralelo entre as formações discursivas é o efeito de impacto causado pela descoberta amazônica. Para os militares da ditadura, a tarefa consistia em fazer crer que a exploração da Amazônia se justificava pela sua condição de trampolim: seus usos e exploração facilitariam o salto desenvolvimentista nacional. A Amazônia foi o baluarte do desenvolvimento brasileiro desde o início do regime, e o crescimento econômico passava pela entrada das relações capitalistas na região, trazendo consigo o seu ideal de produtividade. A isto chamei de impacto amazônico na consciência nacional, estimulado pela disseminação dos saberes e dos discursos sobre a região nas representações dos milicos².

Mantendo as especificidades de cada tempo histórico, também é comum encontrarmos na literatura dos primeiros reconhecimentos europeus daquele território, um efeito de impacto diante da imensidão do território, seus rios, habitantes e riquezas naturais. Essa condição é possível de ser observada nas próprias cartas escritas durante as expedições dos conquistadores, dentre as quais se encontram o relato do Frei Gaspar de Carvajal, na viagem capitaneada por Francisco de Orellana; os registros da aventura sanguinolenta da expedição de Lope de Aguirre; e as diversas cartas produzidas ao longo da viagem comandada por Pedro Teixeira³.

² A utilização do conceito de impacto é um dos argumentos que compõe o desfecho da tese a ser defendida no PPHIST-UFPA em fevereiro de 2020. Ela retoma as contribuições de Arthur Cesar Ferreira Reis, importante intelectual da região amazônica que colaborou com as instituições do regime ditatorial.

³ O Frei dominicano Gaspar de Carvajal é o responsável pelo primeiro documento sobre a penetração do Europeu no rio Amazonas, datado de 1541-1542. Ele é o relator da viagem capitaneada por Francisco de Orellana, que partiu do outro lado dos Andes rumo ao grande rio que corta a Amazônia. Outro relato descobridor, entendido como a contrapartida do que foi registrado durante a viagem de Orellana, é o texto de Cristóbal de Acuña. Em 1641, o jesuíta acompanha a viagem realizada por Pedro Teixeira, percorrendo o mesmo trecho da antiga expedição de Orellana, e batiza seu relato de *Nuevo descubrimiento del gran río de las amazonas*. A viagem de Pedro Teixeira é emblemática, pois sob seu comando a tripulação também percorre, em 1637, o trecho de subida do Rio Amazonas a partir de Belém. Supõe-se que o relato desta primeira viagem, que antecede

Alguns trechos do relato do Frei Gaspar de Carvajal serão aqui apresentados e comentados na sequência, pois atribui-se a ele a autoria do que se convencionou chamar de escritura fundante do território amazônico. Antes disso cabe destacar que o universo comum apresentado por esses cronistas reside na apresentação de um espaço diferente daqueles que se vinham revelando em outros territórios coloniais, como o restante da América Latina, a África e o Oriente. O teor impactante dos relatos é construído pela exuberância das florestas, seus habitantes e principalmente pelo volume dos cursos fluviais pelos quais navegaram os colonizadores. Para Pizarro, naquele momento, “os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial” (PIZARRO, 2012, p. 18) – não por acaso é que intitula a obra aqui referenciada como *Amazônia, as vozes do rio* (2012).

Dessa maneira, é o impacto causado pela natureza amazônica que seduz os que a pretendem explorar, seja entre os primeiros conquistadores ou entre os tecnocratas da ditadura. Estes se aproximam quando envoltos pelos mesmos questionamentos de como “dominar, como vencer, como possuir efetivamente um mundo tão estranho?” (REIS, 1972, p. 67). Essas indagações expõem a regularidade com que a região foi tratada pelas investidas que historicamente tentaram garantir um processo de ocupação e transformação pautados numa ideologia civilizatória.

É consenso entre os que abordaram o imaginário da colonização que os europeus recém-chegados à América estavam imbuídos de um sentimento de observação que atestava uma condição paradisíaca dos territórios observáveis. Isto foi analisado por Sérgio Buarque de Holanda como o atrativo exercido pelas “terras incógnitas”,

um espaço disposto para o desenvolvimento da fantasia, onde se projetarão tantos os fantasmas cultivados na Idade Média europeia como suas expectativas, as tradições culturais do mundo renascentista, revitalizando o imaginário da Antiguidade greco-latina, a convenção literária dos motivos edênicos, entre outros (PIZARRO, 2012, p. 68).

Composta por este imaginário é que a descrição do mundo amazônico se inicia como uma projeção europeia sobre uma realidade natural e humana. Como exemplos dessa construção mitológica, podemos apontar dois temas em destaque no relato do Frei Gaspar de Carvajal. O primeiro remete às Amazonas e o segundo ao Eldorado. As Amazonas, de acordo com o que foi exposto por Carvajal, numa alusão direta ao passado greco-romano, consiste

aquela acompanhada por Cristóbal de Acunã, seja atribuído ao também jesuíta Alonso de Rojas. Entre essas duas expedições, distantes um século uma da outra, também destaquei aquela capitaneada por Lope de Aguirre. Este último toma de assalto o comando de uma viagem capitaneada por Pedro de Urzúa em 1559.

num grupo de mulheres indígenas e guerreiras que habitavam a região. Essas mulheres se reuniam em povoações onde a presença masculina era somente permitida em períodos específicos para a copulação, no intuito único da reprodução. Nas palavras do Frei:

Aqui viram-se índias com arcos e flechas que faziam tanta guerra quanto os índios ou mais e comandavam e animavam os índios para que pelejassem; e quando queriam batiam com os arcos e flechas aos que fugiam e faziam ofício de capitães ordenando àquela gente que guerreasse, colocando-se na frente e segurando os outros para que estivessem firmes na batalha, a qual travou-se com muito rigor. E sendo este exercício tão estranho às mulheres, como o sexo feminino o requer, e poderá parecer grande novidade ao leitor que vir essa minha relação, digo para meu desengano que falo do que vi; e o que pudemos entender e se teve por certo é que aquelas mulheres que lá pelejavam como nessas Índias ou partes, corre há muito tempo larga fama, decantada de muitas maneiras da existência dessas belicosas mulheres. As quais nesta província, e não longe dali, têm sua senhoria e mero misto império absoluto senhorio, distante e apartado e sem contato com varões; e essas que vimos era (deveriam ser) umas administradoras e visitadoras do seu estado, que tinham vindo ali para visitar a costa. São altas e de grande porte, desnudas, com uma pequena tanga (“Braga”) que somente trazem diante de suas partes mais vergonhosas; mas em (tempo de) paz andam vestidas com mantas e telas de algodão delgadas e mui gentis. (...) E entre nós as chamamos impropriamente de amazonas; porque amazona quer dizer, em língua grega, sem teta; e as que propriamente se chamavam amazonas queimavam-se a teta direita para não serem estorvo ao atirar o arco, como mais longamente o escreve Justino. Mas essas de quem aqui queimam e portanto não podem ser chamadas amazonas, ainda que em outras coisas, como no juntar-se ao homens em certas épocas para seu aumento e (ainda) em outras coisas, parecem imitarem aquelas que os antigos chamaram amazonas (PORRO, 1993, p. 59-61).

A citação é longa, mas importa à medida que proporciona ao leitor o contato com o relato histórico fundante. Através dele podemos fixar os limites de um imaginário fantasioso, responsável por determinar as bases discursivas com as quais serão construídas o território amazônico. Quero com isso atestar a artificialidade com que são elaborados os mitos recentes do imperativo desenvolvimentista, uma vez que tem como referência os marcos discursivos da fundação do território amazônico aos olhos europeus.

Dessa forma, mesmo que as amazonas se insiram num quadro de revitalização de monstros baseado no arcabouço mitológico europeu, o fato é que elas parecem surpreender Carvajal menos como um elemento fantástico e mais como um prolongamento natural da floresta (PIZARRO, 2012). Seriam elas então uma consequência do enigma e da impenetrabilidade amazônica, região que surpreendia pelo exotismo, somente capaz de abrigar bizarrices, necessitando, portanto, da investida civilizatória europeia. Nesses pressupostos estão o forjamento das necessidades de transformação desse território: retirá-lo de sua condição natural, romper com o exotismo de seus habitantes para pôr em marcha um

ritmo de conquista, posse e produção – assim como foi colocado, por exemplo, pela ditadura no esforço de transformação do trabalho extrativo e da paisagem florestal amazônica.

Um ponto que merece destaque reside na apelação de Carvajal para garantir a veracidade de seu relato. A expressão “eu vi” guia o leitor para a confiabilidade do que estava sendo dito e faz parte das marcas do gênero literário construído pelos cronistas que fizeram parte dessas expedições. É importante notar que a expressão está ligada a um processo de transformação do regime de verdade pelo qual estava passando a Europa no momento da conquista. O imaginário medieval tinha consolidado uma relação com a verdade segundo a qual esta só poderia ser atingida pela revelação divina. À medida que se avançou na constituição da modernidade, os caminhos para atingir a verdade foram transformados pela importância da experiência e da experimentação, condições fundamentais ao estabelecimento da ciência. A colonização foi o terreno onde foi criada esta nova relação uma vez que os relatos de viagem circulavam na Europa e eram bastante consumidos, tendo em vista as possibilidades abertas com a invenção da imprensa no século XV. Sendo assim, para atestar essa construção verídica fazia-se necessário que o relator tivesse realmente vivido o que falava, participado daquela situação, manifestando sua presença nos acontecimentos que relatava. Daí o sentido de autoridade que carrega a expressão do “eu vi”, e que é utilizada por Carvajal para garantir a credulidade do que postulava.

Mesmo assim, a tarefa de aproximar épocas históricas tão distantes não está completa somente pelo exemplo das Amazonas. Como disse, acredito que elas contribuem mais diretamente com a tentativa de demonstrar como as obsessões europeias na região são fundadas na artificialidade de um esquema fantasioso, o que possivelmente pode ter criado um quadro referencial que tenha sobrevivido com o tempo. Contudo, as aproximações só podem ser realmente assimiladas quando trabalhamos um outro componente desse imaginário. Falo do mito do Eldorado, “responsável pela concretização do desejo de enriquecimento do europeu na América” (PIZARRO, 2012, p. 79).

O mito do Eldorado remete à construção imaginária de que as terras do mundo novo manifestavam um horizonte edênico, assim como alertou Sérgio Buarque. Uma vez que recorriam à aventura nos trópicos, esses viajantes eram estimulados pela existência de um território mítico de riquezas infindáveis. Foi assim que suas narrativas, no momento em que atravessavam a Amazônia, foram construídas com base no esquema de que estavam adentrando um paraíso perdido. O mito consiste na ideia de que quando haviam penetrado o rio Orinoco, os conquistadores espanhóis, “no contato com os índios Achaguas, que cultivavam o Deus Sol, teriam fomentado o imaginário fabuloso sobre as riquezas do lago

Manoa onde dormiam tesouros infindáveis, palácios dourados e cidades inimagináveis” (CASTRO, 2010, p. 106).

De acordo com Pizarro (2012), o mito fala da existência de um cacique que se banha numa lagoa e após o banho de água, recebe um banho de ouro em pó. Entre as duas versões é comum a percepção de que os lagos e lagoas fomentavam a imaginação de que se tratavam de “espaços rituais”. O que se postula, na verdade, é que o mito do Eldorado seria resultado de uma transmissão europeia das imagens de riqueza do Oriente, somadas a percepção ameríndia que associa água à riqueza.

No texto de Carvajal, numa passagem em que ainda se dedica a descrever o império das Amazonas, está apontado que, de acordo com um índio capturado pela expedição, existia no território mítico das amazonas “mui grande riqueza de ouro, porque todas as que são senhoras servem-se dele” (PORRO, 1993, p. 60). Ou seja, a possibilidade de ouro na Amazônia habitava o consciente europeu alimentando seu desejo de conquista e pilhagem. Portanto, podemos definir que o Eldorado não se tratava somente de um lugar geográfico, mas de um sentimento que orientou a investida europeia na região.

Contudo, tendo o Eldorado como horizonte, onde poderíamos localizar uma aproximação possível com a discursividade da ditadura? Bem, segundo Edna Castro, quando falamos de Eldorado estamos diante de um mito fundador da Amazônia. Sua função histórica reside na sua capacidade de “embalar os sonhos de riqueza e de apropriação dos recursos da floresta” (CASTRO, 2010, p. 106). Para ela, o mito do Eldorado foi capaz de atravessar os séculos, constituindo “uma chave do entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizam seus atores” (*idem*).

Esta reflexão do Eldorado e suas reminiscências no mundo atual praticamente forçou sua entrada no texto que lhes apresento. Digo isto, pois pude constatar algumas manifestações do desejo dos militares na Amazônia, desejos estes que aproximavam os objetivos de enriquecimento na região com o fascínio mitológico de séculos anteriores. Nas palavras do general Albuquerque de Lima, aos militares estava reservada a condição histórica de explorar definitivamente a Amazônia, região “cujos mistérios correm paralelos ao estranho fascínio que suas dimensões de grandeza e seu incalculável potencial de riquezas vem despertando através dos tempos” (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p.50).

Dessa forma, nas palavras do general, o interesse dos militares na região continuou mobilizado pelo fascínio exercido pela grandeza amazônica, local de incalculáveis riquezas. Cabe mais uma vez destacar que as aproximações entre os distintos momentos históricos não são por mim atribuídas, mas são diretamente colocadas pela fala governamental da ditadura.

Diante disto, existe por parte dos militares, a consciência de que a Amazônia é um território não só de riquezas inesgotáveis, mas de mistérios e fascínios; e assim também foi representada pelos discursos dos europeus nos primeiros anos da conquista.

Essa mediação temporal permite, portanto, a aproximação entre fases discursivas tão distantes uma da outra. Ela aparece quando pretendemos esboçar a árvore genealógica das tentativas de domínio e exploração da região. Mais uma vez, insisto que esta operação é validada pelos próprios interlocutores da ditadura. No mesmo pronunciamento em que profere as palavras anteriormente citadas, o General Albuquerque Lima insiste que a Amazônia,

cujos enigmas tem despertado a imaginação exaltada dos que se vêem envolvidos por esse estranho fascínio, cuja impenetrabilidade se adensa à simples aproximação dos que tem tentado perscrutar-lhes os mistérios, e cujo potencial de riquezas vem conclamando a todos nós para nos unirmos em sua defesa (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 7).

Mistérios, enigmas, fascínios, potencial de riquezas; esse vocabulário utilizado pelo general remete à construção mítica do que representa a região tanto para os militares quanto para os europeus do primeiro contato. Atarefa dos militares é, portanto, uma ação de conquista e esse é o sentido que os aproxima do primeiro momento de colonização. As instituições da ditadura são então orientadas pelo intento de enfrentar os mistérios e os enigmas amazônicos, de posse de uma imaginação exaltada, envolvidos pelo fascínio, mas conscientes do potencial e da riqueza da região. Nas palavras de Edna Castro, “as transformações recentes na Amazônia indicam uma aproximação entre os anseios que impulsionaram a cobiça e a dominação colonial de países europeus na América do Sul” (CASTRO, 2010, p. 106). O mito do Eldorado, atualizado na contemporaneidade, seria responsável pela elaboração de “ideias extravagantes, não menos colonizadoras, sobre as riquezas naturais, sua potencialidade e sua inesgotabilidade” (CASTRO, 2010, p. 106).

Essas “transformações recentes” indicadas por Edna Castro remetem justamente às políticas postas em prática pelos militares. Estas operaram como uma ruptura na história da região e rendem consequências diretas até o presente. O sentido de continuidade atrelado entre as investidas coloniais e as obras da ditadura, não remetem somente a construção de seus regimes discursivos. O próprio modelo de desenvolvimento imposto na segunda metade do século XX atualiza os pressupostos coloniais, uma vez que funcionou, na prática, de maneira a garantir o saque dos recursos através de um planejamento subsumido aos interesses externos. Numa escala que postula uma análise comprometida com a totalidade, desde os primeiros anos da colonização, temos que o quadro de subsunção colonial na Amazônia não

se alterou ao longo dos séculos, sendo por outro lado intensificado e atualizado pelo ideário desenvolvimentista contemporâneo.

2 OS VIAJANTES NATURALISTAS

A segunda fase discursiva da Amazônia remete às contribuições dos viajantes naturalistas que percorreram a região entre o século XVIII e início do XIX. O paradigma da modernidade, já amadurecido na Europa, foi responsável por operar as rupturas necessárias com a imaginação medieval-renascentista que constituiu o olhar dos primeiros conquistadores. Esses viajantes naturalistas correspondem a um grupo heterogêneo de formação acadêmica diversificada. Entre botânicos, filósofos, matemáticos, astrônomos e mineralogistas, todos contribuíram para a consolidação de um discurso europeu que ganhava cada vez mais força. Sua narrativa característica corresponde ao gênero de uma literatura de sobrevivência, composta por histórias de navegação, “de perigos enfrentados, de maravilhas e curiosidades vistas” (PIZARRO, 2012, p. 98).

Contudo, diferentemente do que se postulava pela narrativa que analisamos anteriormente, esses novos viajantes detinham um compromisso com a razão, uma vez, é claro, que eram justamente os interlocutores da modernidade europeia. Esse compromisso com o racional fez com que seus escritos se voltassem para constituição de um inventário dos produtos amazônicos e das tecnologias de seu povo. Apesar da diversidade de suas formações e da heterogeneidade de seus estudos, parece que, de uma maneira ou de outra, todos os estudiosos concordaram que estavam diante de uma terra rica e apta à exploração e à pilhagem europeia.

À primeira vista este intento já possibilita uma aproximação com o esforço dos militares durante a ditadura militar que assolou o país entre as décadas de 1960 e 1980. À medida que apresentemos as políticas montadas pela racionalidade do regime, perceberemos que parte delas funcionam de maneira a estabelecer um mesmo inventário das riquezas amazônicas, sempre guiados pelo imperativo do racional. Ou seja, para que pudessem explorar as riquezas amazônicas foi preciso um estudo prévio para melhor conhecer suas potencialidades. Dentre essas tentativas de melhor conhecer a região, é possível destacar os planos de investigação das potencialidades energéticas e minerais da Amazônia. Foram os governos militares os responsáveis pela instalação de uma rede hidrelétrica naquelas localidades, assim como foram seus esforços que possibilitaram uma exploração sistemática dos minerais na região.

A aproximação inicial se dá, portanto, pela condução de uma exploração dita racional, fazendo-se necessário um estudo detalhado das potencialidades do território a que se pretende explorar. Com os viajantes naturalistas, a intenção era conceber novos territórios disponíveis à colonização europeia. No caso da ditadura, a tentativa remete a formular um tipo de exploração compatível com o desenvolvimentismo característico da segunda metade do século XX, ou seja, um desenvolvimento onde a técnica e o industrialismo são preponderantes. Para ambos os casos foi necessário montar um inventário dessas riquezas amazônicas. Descobri-las, registrá-las, catalogá-las... somente assim era possível uma exploração de bases racionais.

No entanto, quando analisamos os discursos, precisamos que essas relações entre as distintas temporalidades sejam postas pela própria fala da ditadura. Ao recuperar o pensamento de Arthur Cesar Ferreiras Reis, intelectual que contribuiu com a racionalidade do regime e ocupou cargos governamentais ao longo da ditadura, foi possível recortar uma reflexão em que o autor se dirige justamente aos intentos dos viajantes naturalistas e suas contribuições às políticas das metrópoles europeias. Vejamos:

À época, os planos de Estado não possuíam as características que possuem hoje as decisões governamentais. Mesmo assim, não era destituído de fundamento aceitar a tese de que ocorreu, no tocante aos impérios que se estabeleciam no ultramar dos povos que se consagravam à façanha de tamanhas perspectivas, a decisão política de formá-los dentro de certas linhas de ação, que podemos conceber como uma preliminar de planejamento governamental visando a construção imperial (REIS, 1972, p. 69-70).

A discussão estabelecida na citação é fundamental para darmos continuidade aos paralelos com essa segunda tradição discursiva. Primeiro, temos que garantir as especificidades históricas e a independência dos modelos discursivos construídos pelos viajantes naturalistas e pela mentalidade dos generais-presidentes. Nesse sentido, é impossível discordar do autor quando coloca que os planos das instituições representadas pelos viajantes não podem ser igualados às decisões dos governos no momento em que se estrutura a exploração da Amazônia durante a ditadura.

Por outro lado, Arthur considera como um tipo de fonte de inspiração as tentativas das nações europeias em constituir seus impérios no ultramar. Essas tentativas, por sua vez, constituem os mecanismos utilizados para garantir a exploração da Europa nesses territórios coloniais. São as “linhas de ação” como propõe Arthur Cesar, formadas justamente pela tentativa de organizar um modelo racional de dominação. Este modelo foi concebido pelos viajantes que se dedicavam aos estudos da Amazônia, sua catalogação e registro.

Para melhor compreender o movimento que aproxima as duas formações discursivas é preciso insistir que estamos diante da monotonia do imperativo do racional. Ou seja, o preliminar esquema de planejamento governamental que vai inspirar os gestores da ditadura e que foi composto na literatura dos viajantes, foi orientado “em torno de se considerar os sistemas classificatórios como essenciais para a ciência compreender a ‘natureza’” (ALMEIDA, 2008, p. 56). A discussão é longa, mas, neste artigo, podemos em síntese argumentar que a discursividade da ditadura é orientada por um quadro de oposições entre civilização/barbárie e ciência/natureza. Pois essa concepção, sua gênese, encontra-se justamente nos paralelos que os intentos militares estabelecem com a literatura dos viajantes naturalistas do século XVIII. Dessa forma, para melhor entender esse período, mais especificamente as suas contribuições para o estabelecimento do imperativo do racional, inspiração para o planejamento governamental dos militares, faz-se necessário um maior detalhamento dessa segunda fase de discursos sobre a Amazônia, citando agora alguns representantes desse momento histórico.

Primeiro, elegi para a discussão o caso do francês Charles Marie La Condamine. La Condamine foi um astrônomo que percorreu a região amazônica na metade do século XVIII. Ele integra uma expedição da França que em 1735 percorreu o rio Amazonas “com a tarefa de medir o arco do meridiano e determinar o comprimento do pendulo que bate o segundo” (ALMEIDA, 2008, p. 48). O astrônomo também se dedicou a descrever a situação dos povos indígenas e a elaborar um mapa sobre o curso do rio. Mesmo que seu relato muitas vezes adquira um tom de uma narrativa mais literária, constituindo um gênero que relata a experiência de viagem e sobrevivência, é consenso que o francês elaborou um discurso dominado pelo pensamento científico. Seu exemplo é emblemático na constituição da segunda formação discursiva uma vez que se esforça por explicar racionalmente alguns elementos fantasiosos que compuseram a formação discursiva dos conquistadores.

O viajante escolhe por encarar o mito das Amazonas e o faz de maneira a retirar seu “halo fantasioso” e estabelecer uma imagem de liberação feminina em seu lugar. De acordo com La Condamine, a lenda das amazonas está associada à dificuldade da vida das mulheres na América, onde frequentemente tinham que acompanhar seus maridos na guerra, o que possivelmente poderia ter contribuído para a construção de um lugar imaginário onde essas mulheres se organizariam sem a presença dos homens. Nesse sentido, o relato de La Condamine é em sua essência um relato moderno, pois existe a “procura pela explicação”. O mito não deixa de existir, mas são colocadas suas condições de possibilidade e lugar de origem. Para Pizarro, essa narrativa de La Condamine é característica de uma época de

transição, “em que o aparecimento da racionalidade desloca outras dimensões de restos pré-racionais” (PIZARRO, 2012, p. 99).

No exemplo de La Condamine podemos então perceber a maneira com que se estrutura o discurso do racional. Este ganha espaço à medida que constrói as rupturas com a fantasia característica da primeira fase, apontando a importância do diálogo com a ciência e com o afastamento dos mitos. Mais do que isso, o sentido de modernidade colocado pela segunda fase encontra-se na sua capacidade de estabelecer um relato utilitarista e instrumental da Amazônia. Eles ganham sua especificidade na forma como se dedicam a construir relatórios que objetivem “implementar de maneira mais imediata sua ação evangelizadora ou seus empreendimentos econômicos nos trópicos” (ALMEIDA, 2008, p. 42).

Outro exemplo de viajante naturalista que deixou um importante legado às interpretações posteriores da Amazônia foi Alexander von Humboldt. A expedição de Humboldt foi patrocinada e autorizada pelo Estado Espanhol. Ele percorreu a América e a região amazônica sob a direção de George Foster, estudioso de mineralogia e história natural. Os trabalhos de Humboldt ficaram muito conhecidos no meio científico europeu. Apesar de ser uma importante referência da época quanto aos estudos da Amazônia, Humboldt não teve sua entrada permitida no Brasil. Naquele momento, Portugal exerceu seus direitos territoriais frente ao interesse de estrangeiros, o que sugere a disputa geopolítica das potências europeias sobre os territórios coloniais e, por conseguinte, sobre a Amazônia.

Humboldt percorreu o canal do Orinoco e passou pelo lago Manoa, catalogando a região através de um rigor científico que o levou a desmitificar a lenda do Eldorado. Essa é uma importante contribuição ao regime da racionalidade que tentava justamente excluir as imaginações fantasiosas a respeito da Amazônia. No entanto, a consciência de que o Eldorado se tratava de um lugar imaginário não fez com que Humboldt também deixasse de lado o sentimento histórico que perpassa o contato estrangeiro com o território Amazônico: o desejo de enriquecimento.

Nesse sentido é que, em um dos seus escritos mais famosos, proclama ser a Amazônia o “celeiro do mundo”. Essa imagem constituída pelo viajante influenciou as demais investidas de ocupação e exploração que se sucederam após sua presença na Amazônia. A ideia de “celeiro do mundo” também não passou despercebida pela racionalidade do regime militar

que, na euforia da Operação Amazônia⁴, relacionou essa intervenção com o que uma vez havia proclamado o naturalista alemão:

A solução do problema amazônico, é imperativo obtê-la a curto prazo. Se desejamos retê-la na área de nossa soberania, urge que aceitemos em definitivo o desafio e que, abandonando as frases de efeito, partamos decididamente para o cumprimento da ciclópica missão, que é lhe dar em concreto a destinação prevista por Humboldt: fazê-la o celeiro do mundo (FOLHA DE SÃO PAULO, 1967)⁵.

Portanto, o regime militar estruturou suas políticas para a região ciente de que era necessário estabelecer um regime de produtividade que garantisse o enriquecimento e a ocupação da área, legitimando dessa forma a soberania brasileira sobre aquele território. Mais uma vez a relação entre as discursividades é garantida pelos próprios porta-vozes do regime. Tanto no período em que Humboldt percorria os rios amazônicos quanto no preparo das políticas dos militares, existia a consciência de que a intervenção na Amazônia era urgente, uma vez que seu quadro natural deveria ser alterado pelas bases racionais, científicas, instrumentais e produtivas. Nesse quadro, a natureza amazônica é entendida como um mundo genesíaco e débil. O futuro só poderia ser alcançado quando estabelecida a dominação da natureza, garantida somente por um sistema de cultivo que viria com a derrubada de suas árvores. É a passagem da natureza para a cultura, base hegemônica do pensamento moderno que perpassa a consciência dos viajantes naturalistas e também compôs a racionalidade dos militares a partir de sua entrada no governo com o golpe de 1964.

Parte dessa concepção sobre a natureza da Amazônia, os elementos humanos da região não foram esquecidos pelos estudos dos viajantes naturalistas. Mas, como disse, apesar da monotonia do discurso do racional, é difícil homogeneizarmos a contribuição desses diferentes estudiosos que chegavam à Amazônia ao longo do século XVIII. Essa diferença fica mais fácil de ser observada quando comparadas as duas tendências de observação que naquele momento compuseram a imagem dos indígenas que habitavam a região. De acordo com Alfredo Wagner, a concepção dos viajantes se dividia entre duas teorias que marcaram o estabelecimento do pensamento moderno: o positivismo e o evolucionismo. De acordo com o autor, para os positivistas do iluminismo

⁴ Denominação utilizada pelo governo do general Castelo Branco para definir um conjunto de ações direcionadas à região, entre elas, a modificação do imposto de renda ao investimento da iniciativa privada em localidades amazônicas.

⁵ Caderno Especial da Folha de São Paulo que apresenta a divulgação da recém proclamada “Operação Amazônia” – política do governo de Castelo Branco que envolvia benefícios fiscais aos empresários interessados em investir na Amazônia. Tive a oportunidade de me debruçar sobre este material que se encontra nos arquivos do Museu da UFPA.

os 'selvagens' seriam profundamente bons, para os evolucionistas, por sua vez, seriam, sobretudo, 'atrasados', ou seja, 'povos inferiores' vivendo em condições de 'promiscuidade', 'ignorância religiosa', 'amoralidade' e agindo como crianças, com 'raciocínios infantis'. A abordagem evolucionista preconizava ademais a desintegração necessária deste modo de vida para que a sociedade pudesse passar a um estágio mais avançado de desenvolvimento (ALMEIDA, 2008, p. 56).

A perspectiva de Humboldt é marcadamente evolucionista, influenciada pela teoria do progresso. Para o estudioso alemão, as formas de vida autóctones representam “o mais baixo grau da civilização humana”. Humboldt constrói essa reflexão a partir da constatação de que os gentios formam uma população que dependem de “uma única espécie de palmeira”. A fórmula explicativa que guia os teóricos evolucionistas reside na percepção de que os índios viviam numa situação de dependência da natureza, contentando-se somente com aquilo que ela os daria, sem se preocuparem com seu domínio e transformação.

Essa premissa se desdobra discursivamente de acordo com a concepção do determinismo geográfico, onde se percebe nos nativos um indicativo de preguiça e indolência. Por sua vez, essa concepção se arrasta com os séculos e vai compor a ideia de inferioridade racial do norte brasileiro, defendida inclusive por setores de sua elite ainda no século XX⁶. Ora, é impossível não relacionarmos as teorias evolucionistas com os argumentos do regime militar em proclamar a transformação dos modos de vida extrativistas que caracterizam a economia na Amazônia. Esses argumentos se arrastam na composição institucional que visava a transformação do ambiente amazônico desde a fundação da SPVEA e que vai sobreviver na SUDAM, instituição criada sob o governo dos militares.

3 RUPTURA E ORIGINALIDADE – NOTAS CONCLUSIVAS

Contudo, algumas diferenciações podem ser estabelecidas entre as primeiras fases discursivas da Amazônia e a retórica militarista sobre a região. Primeiro, observo que tanto os primeiros colonizadores quanto os naturalistas viajantes (estes mais profundamente) contribuíram para estabelecer o mito clássico do eurocentrismo. Porém, no caso da intervenção da ditadura constata-se uma defesa constante de que a exploração amazônica deveria ser operada não pelas potências europeias, mas pela soberania brasileira na área. Essa constatação desemboca no enunciado nacionalista, parte fundamental da discursividade formada pelos militares para intervir na região.

⁶ Dentre os representantes do racismo sociológico que condenava “as formas humanas da Amazônia”, indico o trabalho de Araújo Lima, em *Amazônia, a terra e o homem*.

No entanto, a ruptura proposta na fase da ditadura desloca o eixo centro-periferia que se configurou ao longo dos séculos. Antes, a Europa defendia a ideia de que as raças coloniais “simplesmente não tinham o que era necessário para saber o que era bom pra elas”. A Europa seria o centro e a população sul-americana residia na periferia. Com o discurso militarista das décadas de 1960 e 1980, a periferia passa a ser restringida pelos modos de vida característicos da Amazônia, onde o centro corresponde às áreas desenvolvidas do país – o Centro-Sul.

Mesmo que a ditadura, no contato com a Amazônia, tivesse a consciência de que seguia o lastro da racionalidade proclamada pelos naturalistas viajantes, os governantes brasileiros do regime também sabiam que teriam de proclamar uma ruptura com esse mito eurocentrista, no qual os únicos capazes de operar uma transformação racional do espaço amazônico seriam os próprios europeus. Essa é uma questão que especifica o saber militar e proclama o nacionalismo brasileiro como um dos grandes enunciados que a compuseram. Para finalizar, portanto, aponto mais um discurso elaborado pelo lugar de fala dos gestores da ditadura, onde são inventariados alguns argumentos que defendem a ruptura do que se estava fazendo naqueles anos com o passado discursivo estabelecido pelo desejo europeu de conquista. Nas palavras de Albuquerque Lima, temos que:

(...) hoje aglutina-se, entretanto, aqui, o interesse de inteligências tocadas por motivações que ultrapassam decerto as antigas aspirações dos que decorreram, em termos de lirismo ou de epopeia, sobre um mundo desconhecido e sobre a força mágica de sua opulência folclórica, de poderoso e impressionante colorido (ALBUQUERQUE LIMA, 1968, p. 5).

Dessa maneira, o lirismo das narrativas de viagem, suas epopeias e construções folclóricas, apontadas nos relatos das primeiras fases discursivas, seriam finalmente superados pela inteligência e racionalismo militar. Os paralelos entre as formações discursivas, indicada nas vozes dos representantes da ditadura, são, portanto, formados não só pelas aproximações, mas também pelos distanciamentos e rupturas com o legado discursivo europeu. Quando se aproximam o fazem para garantir a força e o sentido referencial de seus argumentos, quando se distanciam é para fazer crer que estavam diante de um empreendimento nunca antes visto na região, propondo a singularidade, a ruptura e a originalidade do que estavam a fazer com a Amazônia.

No contato da racionalidade do regime ditatorial com a literatura dos “descobridores” e dos naturalistas viajantes está demarcado o paradoxo que define o estudo das formações discursivas: diferenciações e continuidades; estas só podendo serem construídas quando

estabelecidas as retóricas dos esquemas interpretativos que tiveram a Amazônia como foco ao longo de sua história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE LIMA, Afonso Augusto de. **A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia.** Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Antropologia dos arquivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, Willi; *et al.* (org.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo.** São Paulo: Globo, 2010.p. 105-122.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

PIZARRO, Ana. **Amazônia, as vozes do rio.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1993.

REIS, Arthur César Ferreira. **O impacto amazônico na civilização brasileira: a Transamazônica e o desafio dos trópicos.** Editora Paralelo, 1972.

Recebido em: 28/10/2019

Aprovado em: 30/11/2019

GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS (GPE) NA VOLTA GRANDE DO XINGU: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU

Italla Cristina Neves¹
Edilane Bezerra Amorim²
Márcio Douglas Amaral³

RESUMO

O presente estudo parte da premissa de pensar estrategicamente o desenvolvimento regional a partir do planejamento e gestão do território. Deste modo, a pesquisa tem como objetivo central analisar as mudanças nas práticas de gestão e ordenamento territorial em Vitória do Xingu a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM), pois ordenamento territorial é entendido como sendo um instrumento de articulação interinstitucional e de articulação transectorial, que tem como objetivo um planejamento integrado e articulado junto à ação pública, conseqüentemente, dado à compatibilidade de políticas públicas no rebatimento do espaço integrado à ação do poder público. Portanto, compete estabelecer um diagnóstico do território, aferindo as demandas de modo que venha compor o escopo do artigo, articulado com as políticas públicas nas quais permitirá analisar o rebatimento do ordenamento e gestão territorial que visa realizar os objetivos estratégicos impostos pelo governo. Desta forma, tem como propósito projetar meios de transformação para sociedade, estabelecendo relações possíveis para o desvelamento do real, buscando elementos e conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade, deste modo o fenômeno investigado é analisado ou compreendido a partir da totalidade.

Palavras-chave: Amazônia. Território. Ordenamento Territorial.

ABSTRACT

This study starts from the premise of strategically thinking regional development from the planning and management of the territory. Thus, the main objective of the research is to analyze the changes in management and land management practices in Vitória do Xingu from the implementation of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHBM), as land use planning is understood as an instrument of articulation. interinstitutional and cross-sectoral articulation, which aims at integrated planning and

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Altamira, 2013. Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGEO pela Universidade Federal do Pará - UFPA/Campus Belém, 2017; Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGEO pela Universidade Federal do Pará - UFPA/Campus Belém, 2019 e membro/pesquisador do Laboratório de Geografia Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM). Pesquisas temas como, Desenvolvimento Regional e Território, Grandes Projetos na Amazônia Brasileira. E-mail: italla.neves1605@gmail.com

² Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira (turma 2015) Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM). Pesquisa temas nas área de Geografia Agrária. Coordenadora do projeto Práticas Indissociáveis de Ensino Pesquisa e Extensão - PIEPE. Pesquisadora da Rede Pesquisa Xingu - Redex. E-mail: edilany.f5@hotmail.com

³ Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2001), graduação em Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2003), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - Núcleo de Altos Estudos Amazonicos (2005) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2011). Em 2014 desenvolveu estágio de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará e diretor da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Metropolição, cidades médias, planejamento e gestão urbanos, Amazônia. E-mail: marcioamaral29@gmail.com

articulated with public action, consequently, given the compatibility of public policies, in the rebound of space, integrated into the action of public power. Therefore, it is incumbent to establish a diagnosis of the territory, gauging the demands, so that it will compose the scope of the article, articulated with the public policies, in which it will allow to analyze the rebounding of the territorial planning and management that aims to accomplish the strategic objectives imposed by the government. Thus, its purpose is to project means of transformation for society, establishing possible relationships for the unveiling of the real, seeking elements and connections between the different aspects that characterize reality, thus the investigated phenomenon is analyzed or understood from the totality.

Keywords: Amazon. Territory. Land use planning.

RESUMEN

Este estudio parte de la premisa de pensar estratégicamente el desarrollo regional a partir de la planificación y gestión del territorio. Por lo tanto, el objetivo principal de la investigación es analizar los cambios en las prácticas de gestión y gestión de la tierra en Vitória do Xingu desde la implementación de la Central Hidroeléctrica Belo Monte (UHBM), ya que la planificación del uso de la tierra se entiende como un instrumento de articulación. articulación interinstitucional e intersectorial, que tiene como objetivo la planificación integrada y articulada con la acción pública, en consecuencia, dada la compatibilidad de las políticas públicas, en el rebote del espacio, integrado en la acción del poder público. Por lo tanto, corresponde establecer un diagnóstico del territorio, midiendo las demandas, de modo que componga el alcance del artículo, articulado con las políticas públicas, que permitirá analizar el rebote de la planificación y gestión territorial que apunta a lograr los objetivos estratégicos impuestos por el gobierno. Así, su propósito es proyectar medios de transformación para la sociedad, estableciendo posibles relaciones para la revelación de lo real, buscando elementos y conexiones entre los diferentes aspectos que caracterizan la realidad, de esta forma el fenómeno investigado se analiza o comprende desde la totalidad.

Palabras clave: Amazon. Territorio. Planificación territorial.

INTRODUÇÃO

A região Amazônica enfrenta constantemente processos de crescimento econômico para seu desenvolvimento por meio de propostas elaboradas, sobretudo, por representantes do Poder Político para ser incorporada à lógica capitalista (KOHLHEPP, 2002). Nas últimas décadas a ocupação da Amazônia se dá por meio da administração do Estado em políticas e projetos de desenvolvimento por meio da construção e instalação de infraestrutura com forte presença de capital privado e estrangeiro, pois a região é considerada importantíssima por ter recursos naturais abundantes.

Visto a importância da Amazônia em contexto global, é importante frisar que seu crescimento está vinculado ao movimento do capital em função de suprir as necessidades do país em se estabelecer como agroexportador em contexto internacional, cujo o propósito é expandir as relações econômicas sob as recentes fronteiras estabelecidas por esta lógica.

A crescente discussão acerca do desenvolvimento da Amazônia é apontada pelas notáveis mudanças que ocorrem na região devido à implementação dos Grandes Projetos

Econômicos ou apenas relatados como Grandes Projetos que constituem a importante compreensão deste cenário atualmente vivenciado na região.

O caminho para a compreensão do processo de desenvolvimento contemporâneo de determinada região está acompanhado das grandes empresas e ao Estado, a forma do *modus operandi* revela os meios e instrumentos entre o poder econômico e político envolvidos no processo de acumulação, estes processos resultam em dois produtos importantes que são o aumento da desigualdade e a concentração de riqueza, conseqüentemente as disparidades existentes entre eles.

Partindo do ponto de vista territorial, notam-se as manifestações decorrentes dos processos políticos, econômicos e sociais que moldam não apenas a região, modifica o espaço vivido, pois desvela as contradições latentes no tecido social e nas relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Cabe interpretar a complexidade de tais processos espaciais que compõem a diferenciação do território face à implementação da UHE Belo Monte no município de Vitória do Xingu no estado do Pará, pois ao pensar o Estado como agente harmonizador no ordenamento territorial, é visto, ao contrário, como gerador de impactos negativos em questões ambientais, sociais e econômicos.

Portanto, questiona-se que as relações exógenas, que permeiam no território da região de integração do Xingu reordena relações políticas e econômicas em favor dos grandes projetos como Belo Monte, os quais modificam os espaços e as relações estabelecidas no território, sobrepondo aos interesses do poder público local e das populações tradicionais.

Outro questionamento levantado é que em virtude da verticalização de interesses, tem-se aumentado a exploração dos recursos naturais, agregando pouco valor ao trabalho e ao produto explorado, dando continuidade ao processo histórico amazônico, meramente exportador de matéria-prima, sem levar em consideração o desenvolvimento das populações locais.

Do ponto de vista territorial são evidentes as manifestações dos processos econômicos, sociais e políticos que moldam a região enquanto espaço vivido (LEFEBVRE, 1991), pois desvela as contradições latentes no tecido social, e nas relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Sendo tais diferenciações observadas no território a partir da construção da UHE Belo Monte, ao discorrer acerca da pesquisa será realizado um estudo aprofundado para melhor compreender a dinâmica dos processos territoriais das áreas (in)diretamente afetadas pela inserção deste empreendimento. Vale ressaltar que estas reflexões fazem parte de uma pesquisa maior que propõe discutir o modelo de desenvolvimento e suas implicações no ordenamento e gestão do território do Xingu.

1. GESTÃO, PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para a presente pesquisa é fundamental adentrar nos conceitos de gestão e ordenamento territorial antes de apontar algumas implicações empíricas das suas possíveis transformações em Vitória do Xingu. Neste sentido, a gestão deve sempre ser articulada ao planejamento, pois conforme aponta Souza (2013), enquanto a gestão se refere ao curto prazo, ao “aqui e agora”, às situações imediatas e rotineiras, o planejamento, ao contrário, faz referência aos médio e longo prazos, portanto, ao futuro, buscando “prever” a evolução dos processos, problemas e dificuldades geradas. De todo modo, o autor propõe que as duas sejam trabalhadas em conjunto.

Além do planejamento e da gestão, outro termo fundante da pesquisa é o ordenamento territorial, entendido como propõe Herrera e Moreira (2017), “ordenamento territorial tem haver, antes, com (concepções ideológicas, formação histórico-cultural e valores locais) na análise das ações políticas, no encaminhamento de projetos como formas de reestruturação do local”, ou seja, como uma tentativa de ordenar as atividades humanas, por meio de direcionamentos dados por planos políticos e institucionais.

A utilização do termo gestão territorial vem sendo foco de discussões, assim como casos diversos, este vem sendo reproduzido como “dissonância cognitiva”, ou seja, onde conceitos parecem idênticos, porém o significado não coincide. Na atualidade, este termo é utilizado por diversos setores para designar processos ou atividades de ações públicas de regulação, investimentos, de instituições entre outros, de agregação de valor para a localidade, conquistas ou até mesmo expansão de mercados (DUNCAN, 2009).

O sentido tradicional da palavra “gestão” faz referência a uma suposta existência de organização, seja ela material ou imaterial, pois agrega recursos, pessoas e/ou entidades, interagindo em um determinado espaço. A gestão territorial é entendida como uma determinada ação que decorre de uma ação dos sistemas de governança na execução de políticas públicas, assim como a transparência e controle das ações de interesse geral.

A gestão territorial também se refere ao exercício da soberania do Estado-Nação em determinado território. Segundo o referencial político, é previsto na legislação, a qual regula constantemente as relações estabelecidas do Estado-sociedade, que ao ser ditadas pelo poder hegemônico e pelas ações coletivas buscam alternativas condizentes para alterar as relações de poder existentes no território.

Na sua concepção mais atual, a “gestão territorial” tem o sentido de ordenar os papéis dos atores na gestão dos processos de desenvolvimento, promovendo a articulação de instrumentos públicos e privados, mediando conflitos de interesses, promovendo a divulgação sobre os projetos em andamento, influenciando, assim, na distribuição e uso do poder no âmbito de um dado território, objeto de intervenção de uma ação pública (DUNCAN, 2009, p. 22).

Deste modo, a gestão territorial está intimamente ligada aos processos de tomada de decisões dos atores sociais, institucionais e econômicas sobre a apropriação e o uso dos territórios (DALLABRIDA, 2007). Portanto, o interesse maior surge no campo de políticas públicas, pois são encontradas políticas de ordenamento para o uso dos recursos territoriais: tais como as políticas voltadas para a saúde, infraestrutura e para a educação, para que haja um desenvolvimento equilibrado no território.

Ao abordarmos a questão de ordenamento territorial, faz-se necessário atribuir aos principais conceitos envolvidos, pois dará significado à categoria de análise que melhor se enquadra na discussão da pesquisa, portanto, que de forma introdutória o território deve ser entendido na abordagem de Santos (2006):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2006, p. 14).

Trabalhar com o conceito de “ordenamento territorial”, torna-se uma tarefa delicada como antes mencionada e não é algo fácil, pois para entender este conceito, precisamos, antes de tudo, construir uma concepção acerca de ordem e território, sendo estes amplamente discutidos nos últimos anos, seja por conta do discurso de fluidez ou mesmo, no limite, o desaparecimento dos territórios. Contudo, como aponta Haesbaert (2006) precisamos compreender esta problemática, precisamos nos reportar “às transformações recentes na desordem mundial”, e pensar a partir das reflexões teóricas que têm seu marco na então chamada “condição pós-moderna”.

Como aponta Haesbaert (2006), a “Ordem” é indissociável da “Desordem”, que não pode ser simplesmente entendida a priori, “pois ela pode estar sendo a manifestação de uma nova ordem, de um novo ordenamento”. O território, “enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço, não está relacionado apenas à fixidez e à estabilidade”, o território incorpora “como um de seus constituintes fundamentais o

movimento”, que traz distintas formas de mobilidade, ou seja, como o autor denomina, o território não é apenas um “território-zona”, mas também um “território-rede”, dado suas relações serem múltiplas e complexas.

Na concepção de Gómez-Orea (1993), o ordenamento territorial é entendido em termos conceituais como a “projeção no espaço das políticas social, cultural, ambiental e econômica de uma sociedade”. O ordenamento territorial está relacionado umbilicalmente à perspectiva de desenvolvimento adotada, pois esse estilo de desenvolvimento determina o modelo territorial, que por sua vez, é uma expressão da sociedade e dos seus conflitos.

Ainda segundo Gómez-Orea (1993), faz-se ordenamento territorial no momento em que se considera o território na definição das estratégias de desenvolvimento, bem como quando são articuladas a ele atividades que acabam por configurar a referida estratégia. Como destaca o autor:

[...] a ordenação do território é uma função pública que responde a necessidade de controlar o crescimento espontâneo das atividades humanas, fundamentalmente, no sentido de evitar problemas e desequilíbrios que aquele provoca entre zonas e entre setores, optando por um tipo de justiça sócio-espacial e por um conceito de qualidade de vida que transcende ao mero crescimento econômico (GÓMEZ-OREA, 1993, p.2).

Nessa mesma direção, Lopes (apud CONDESSO, 2001), entende o Ordenamento “como um ato de gestão do planejamento das ocupações, um potencial da faculdade de aproveitamento das infraestruturas existentes e o assegurar da prevenção de recursos limitados”. Portanto, de forma simplificada, é a forma de gestão da interatividade com a natureza, ou seja, o espaço físico.

O crescente debate acerca do “desenvolvimento” é comumente confundido com grandes projetos de investimentos econômicos, porém não devem ser confundidos com projeto de desenvolvimento, seja ele local, regional ou nacional. Bueno Sánchez (1990, p.7) aponta que “o desenvolvimento econômico e social de uma determinada região ou país deve estar ligado intrinsecamente a elevar a qualidade de vida da população, desde o indivíduo à totalidade que o integra”.

Deste modo, destacamos os esforços de determinadas políticas de desenvolvimento e a luta para inclusão de ações para que haja melhorias à qualidade de vida e para que haja a realização plena do ser humano enquanto ser social. De acordo com o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, este é realizado através da exportação de *commodities* e a especialização produtiva, em detrimento do crescimento econômico que foi construído historicamente pelo modelo de industrialização articulado pelos ciclos econômicos.

Os resquícios advindos do passado, esse movimento do grande capital está intrinsicamente ligado ao Estado, cujo seu apoio é fundamental, mesmo tendo um discurso liberal. Deste modo, essa associação de interesses foi particularmente interessante para adoção de políticas neoliberais, neste período o Estado renuncia suas funções de propulsor de políticas de desenvolvimento, cujo foco era favorável à grande maioria, com isso escondendo por traz de coordenações pelo poder privado, que é o oposto, pois nesse caso a sociedade não tem representatividade no que almeja.

A perspectiva aqui adotada dialoga com a teoria aberta do desenvolvimento socioespacial proposta por Souza (2013). Neste sentido, a discussão do desenvolvimento passa pelo entendimento da autonomia individual e coletiva, pela justiça social e pela qualidade de vida. Não se trata, portanto, de simplesmente relacionar desenvolvimento à modernização territorial, menos ainda à desenvolvimento econômico numa visão eurocêntrica e teleológica.

Definitivamente o desenvolvimento socioespacial refere-se a um processo de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um *horizonte de pensamento e ação*, é uma antítese ético-política do “desenvolvimento econômico” capitalista. São ideias antípodas: se situam em posições diametralmente opostas uma a outra, nos planos filosóficos e teóricos (SOUZA, 2013, p. 274).

Na proposta de Souza (2013) o desenvolvimento socioespacial adota parâmetros subordinados e subordinadores. Estes se referem, acima de tudo, à autonomia que é entendida a partir da obra de Castoriadis como a capacidade da sociedade se autodeterminar ou se autoinstituir tanto em termos individuais, a efetiva liberdade individual, quanto em termos coletivos, à possibilidade de autogoverno e de autodeterminação coletiva.

Àqueles, os parâmetros subordinados, referem-se a justiça social, que tem relação com a simetria, a equidade e a igualdade efetiva de oportunidades a todos os sujeitos; e a qualidade de vida, entendida não somente como melhorias materiais, como no padrão de vida, mas também como melhorias imateriais.

Dessa forma, quando formos olhar para realidade empírica de Vitória do Xingu, na terceira parte deste artigo, procuraremos destacar os elementos do desenvolvimento socioespacial nos termos aqui apresentados e não simplesmente o desenvolvimento entendido como crescimento econômico ou modernização territorial como tem-se feito tradicionalmente.

Mediante a este cenário apontado, percebe-se que os investimentos regionais são pensados e constituídos essencialmente pelos Projetos de Aceleração do Crescimento – PAC, visto que alguns são realizados apenas pelo incentivo do Estado ou empresas estatais, outros estão inseridos no contexto indireto com forte presença de financiamentos públicos como

também há presença do BNDES e outros aliados ao capital privado internacional. Face a estes investimentos do grande capital, os demais atores não são devidamente representados, sendo espoliados em detrimento das grandes decisões.

Portanto, o ordenamento territorial é entendido como sendo um instrumento de articulação interinstitucional e de articulação transetorial, que tem como objetivo um planejamento integrado e articulado junto à ação pública e, conseqüentemente, dado a compatibilidade de políticas públicas no rebatimento do espaço integrado à ação do poder público.

Mediante o exposto, faz-se necessário elaborar políticas de ordenamento territorial baseando-se na capacidade e potencialidade do poder local, que ao articular-se aos diferentes grupos sociais, tais projetos possam atuar como incentivadores para o desenvolvimento territorial da região que esteja espacialmente equilibrado.

Partindo das hipóteses levantadas, a execução do ordenamento e gestão territorial na região de integração deve buscar compreender a dinâmica local e este emaranhado de instrumentos de intervenção territorial que historicamente foi imposta à Amazônia brasileira e que possa funcionar de maneira integrada e em harmonia com os interesses, conseqüentemente, a geração de efeitos positivos para a população amazônica.

Finalizando essa discussão teórica, considera-se importante acrescentar à perspectiva de desenvolvimento socioespacial de Souza (2013) a dimensão da endogenia e da sustentabilidade para se pensar o desenvolvimento territorial da Amazônia.

Como sustenta Boisier (1997) o desenvolvimento deve ser cada vez mais considerado em termos endógenos, uma vez que tem uma relação direta e estreita com a cultura local e com os valores nela incluídos. Muito embora existam valores universais, tais como o valor à vida, à liberdade, por exemplo, a grande maioria tem um caráter particular, voltado aos interesses da sociedade local. Essa visão de Boisier (1997) acaba por contrariar a ideia de que no contexto atual da globalização e da mobilidade espacial do capital, o desenvolvimento e o crescimento territorial são realizados de forma exógena. De forma sintética o autor indica que:

La *endogeneidad* del desarrollo regional habría que entenderla como um fenómeno que se presenta en por lo menos cuatro planos que se contan, se cruzan entre sí. Primero, la endogeneidad se refiere o se manifiesta en el *plano político*, en ele cual se le identifica como uma creciente capacidade regional para tomar las decisiones relevantes en relación a diferentes opciones de desarrollo, diferentes estilos de desarrollo, y em relación al uso de los instrumentos correspondientes, o sea, la capacidade de diseñar y ejecutar políticas de desarrollo, y sobre todo, la capacidade de negociar. Em segundo lugar, la endogeneidad se manifiesta en el *plano económico*, y se refiere em este caso a la apropiación y reinversion regional, dándole al mismo tempo una base permanente de sustentación em el largo plazo...En tercer lugar, la endogeneidad es también interpretada en el *plano científico y tecnológico*,

es decir, la vemos como la capacidad interna de um sistema – en este de um território organizado – para generar sus propios impulsos tecnológicos de cambio, capaces de provocar modificaciones cualitativas en el sistema. Em cuarto lugar, la endogeneidad se plantea en el *plano de la cultura*, como una suerte de matriz generadora de la identidad socioterritorial (BOISIER, 1993, p. 14).

A dimensão ambiental, da sustentabilidade, segundo Dallabrida (2000), se apresenta como um desafio ao ordenamento territorial sustentável, pois o atual contexto socioeconômico, político e cultural, é marcado por uma série de denúncias de situações de insustentabilidade, dentre as quais se pode destacar: a eliminação de florestas; a exaustão e a contaminação química dos solos; a contaminação e o rebaixamento dos níveis das águas potáveis; a contaminação dos oceanos; o alto consumo da camada de ozônio; a elevação das temperaturas globais e do nível dos mares; diferenciados níveis de poluição ambiental, etc. (DALLABRIDA, 2000). Este autor faz questão de destacar que a sustentabilidade não deve ser entendida como aquela defendida pelas grandes instituições internacionais, cujos eixos centrais do discurso são a eficiência, a escala, a equidade, a autossuficiência e a ética, contudo, orientados pela lógica do mercado e sem colocar como horizonte a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como o uso racional dos recursos naturais.

A visão aqui defendida é ainda mais radical, no sentido de que busca aquilo que Acsegrad; Mello; Bezerra (2009) tem chamado de justiça ambiental que sustenta a necessidade de demonstrar as desigualdades social, racial, sexual, gênero por traz dos problemas ambientais. Nestes termos a justiça ambiental é maior que as disciplinas acadêmicas, incorporando as lutas e os movimentos contra as injustiças existentes no bojo do Estado de direito e da própria sociedade.

No caso das regiões de fronteira, Acsegrad; Mello; Bezerra (2009) fazem questão de apontar que o imperativo da produção de divisas e a busca pelo crescimento econômico continuam por colonizar as dinâmicas territoriais do país e produzindo injustiças ambientais. A produção de matérias-primas e *commodities* continuam a sacrificar pequenos agricultores familiares, populações indígenas e extrativistas. Portanto, na visão desses autores, enquanto o capitalismo puder transferir para os mais pobres os males ambientais, a pressão sobre o ambiente não terá fim. O que impõe como possibilidade apenas a luta e a mobilização em torno dos direitos universais.

2. A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NA REGIÃO DO XINGU

A Amazônia atual é o “produto das interações entre a sociedade e a natureza que foi se construindo ao longo do tempo, as questões sociais e ecológicas se configuram no recorte

territorial e não existem em função do nível de desenvolvimento, mas sim do modelo exógeno adotado” (FERREIRA; SALATI, 2005). Face à exploração dos recursos naturais, em específico no estado do Pará, está fortemente ligada aos abusos e usos, em sua maior parte, de forma ilegal, dos recursos naturais que, conseqüentemente, causa tensões sociais em determinadas regiões e o crescimento de violentos conflitos pelo uso e posse da terra.

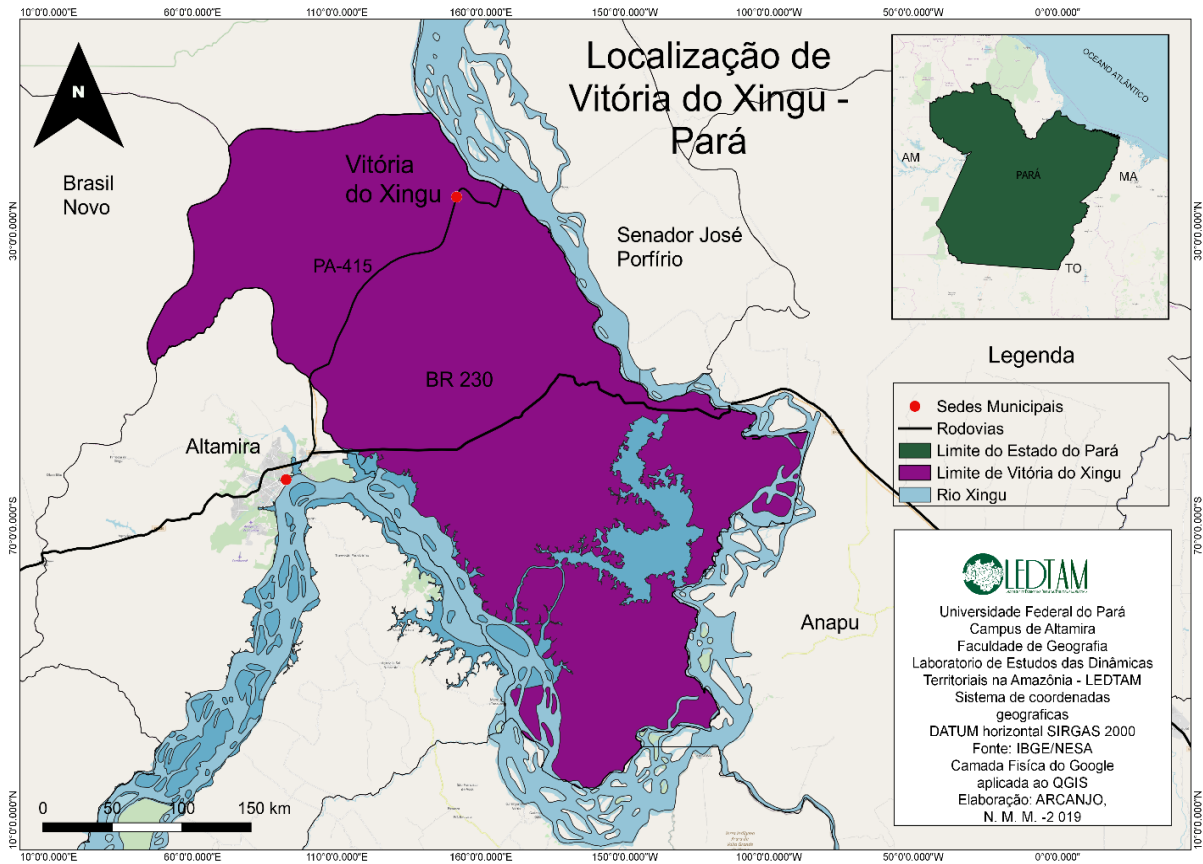
Portanto, a partir da criação de condições gerais de caráter político, seria possível estabelecer atividades dos diferentes grupos e órgãos sociais através de suas reivindicações e direito do uso da terra e dos recursos naturais de forma sustentável, pautados num desenvolvimento regional adequado às necessidades socioeconômicas da sociedade direta e indiretamente envolvida.

Nas últimas décadas tem-se observado a crescente preocupação em acelerar o crescimento dos municípios do Pará, em detrimento do plano estratégico de resgate do planejamento e gestão do território, portanto, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que mesmo reduzido em função da atual crise econômica brasileira, tem seu importante papel em direcionar os projetos e aplicação dos recursos, assim garantindo o financiamento estatal na instalação de grandes projetos ligados ao setor energético.

O PAC contribuiu de maneira decisiva e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais para o desenvolvimento da região. A construção do Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte, no seu contexto histórico, demonstra complexidade até sua consolidação, considerando todas as fases, arranjos necessários e reformulações no projeto para que se minimizasse os impactos socioeconômicos e ambientais.

Dadas todas as modificações no projeto, a UHE Belo Monte foi construída no município de Vitória do Xingu, como mostra o mapa de localização abaixo descrito. A construção conta com duas casas de força, a casa de força principal conta 18 unidades geradoras e tem capacidade de geração de 11.000,0 MW. A segunda unidade geradora, denominada casa de força complementar conta com 6 unidades geradoras que em seu total gera em torno de 233,1 MW. No que tange à área de influência direta apontada no EIA-RIMA, destaca-se uma atenção especial aos aspectos éticos, culturais e socioeconômicos.

Figura 01. Mapa de localização de Vitória do Xingu



Fonte: IBGE/NESSA

Elaboração: ARCANJO

Deste modo, a UHE Belo Monte é um objeto, como é explicitado por Milton Santos (1988), “que não só está inserido neste processo de grandes mudanças como também incorpora uma série delas, bem como lhe são impostas também estas alterações, o que modifica não só sua forma, como sua própria natureza”.

O projeto UHEBM desde sua idealização, no período da ditadura militar, até chegar à fase política democrática no Brasil, é pensado e desenhado com o propósito de levar o desenvolvimento ao país, e com isso perpassou mais de 30 anos até a construção de Belo Monte e, conseqüentemente, houve uma longa trajetória de conflitos envolvidos não apenas deste empreendimento, mas um conjunto maior e mais amplos de projetos que serão implantados na Amazônia em si, em especial no estado do Pará.

Portanto, o presente estudo parte da premissa de pensar estrategicamente o desenvolvimento regional a partir da questão do planejamento e gestão do território, pois trata-se da construção e transformação do território regional face à implantação de grandes projetos e seus rebatimentos na organização territorial de Vitória do Xingu-PA, apesar de não haver um espaço legalmente reconhecido de tratamento das dinâmicas regionais, há um forte

desenvolvimento nessa região com a construção do Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte que já está em processo de finalização da obra.

Compreende-se que selecionar o território em que haja capacidade de conexão do local ao global, sobretudo, a partir da exploração dos recursos naturais, permite a capacidade de atrair o capital tanto nacional quanto internacional e cabe à discussão, pois condiciona e leva à precarização do Espaço e das relações socialmente construídas na área diretamente afetada. Como podemos observar a partir da fala de Bunker (1985, apud Chaves e Silva, 2016, p.43):

Observa que a Amazônia brasileira foi e continua sendo estruturada pela extração de matéria-prima para exportação e na relação entre sociedade e exploração da natureza, tudo isso subordinado ao sistema político e econômico vigente em cada época, no qual se manifesta uma nova ordem nas formas alternativas de organização do espaço.

Dada a desproporcionalidade do capital com as comunidades locais da região do Xingu, a implantação de empreendimentos de grande porte leva à precarização do território devido à divergência de interesses e a utilização dos recursos naturais. Como exposto, justifica-se a execução do projeto na medida em que se analisam e se compreendem os desdobramentos das questões levantadas, das consequências socioespaciais ocasionadas às populações locais em função dos grandes projetos, no caso o papel desempenhado pelo poder público e privado determinados no controle das atividades socioeconômicas no território do Xingu.

Deste modo que a Região do Xingu ganhou visibilidade ao ser construída em 2011 a UHE Belo Monte, sendo esta a terceira maior usina elétrica do Brasil. Portanto, sua construção modificou de forma intensa as relações socioespaciais, que interferiu significativamente no modo de vida da população local.

Dada a dimensão da construção do empreendimento na região, os conflitos sociais foram e são influenciados pelo planejamento do desenvolvimento nacional, tornando-se contraditórios em relação às visões de mundo presentes no espaço amazônico, pois há uma dinâmica do uso e da apropriação dos recursos naturais.

Contudo, como apresenta Hébette (1989) “Isto vai representar a produção de um conjunto de transformações de grande proporção no espaço amazônico, sobretudo com o desenvolvimento da fronteira urbano-industrial na região”, visto que Machado (1999), identifica que, “os dados, sobretudo, pelos “Grandes Projetos” marcam, assim, as palavras

ditas por Martins (2004), a “chegada do estranho” é para as populações das regiões locais da Amazônia, sejam elas indígenas urbanas ou camponesas (HÉBETTE, 1989; 2004).

3. A EXPERIÊNCIA RECENTE DE GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL EM VITÓRIA DO XINGU

O município de Vitória do Xingu está localizado no sudoeste Paraense, que faz parte da mesorregião de Altamira. A constituição da cidade está intimamente ligada às missões religiosas. Nos registros históricos datam que as missões ocorreram em meados do século XVIII, onde o Padre Hunderfund adentrou às margens do Rio Xingu com ajuda dos Índios membros da aldeia Xipaia e Curuaia, que em sua missão chegou à Volta Grande do Xingu onde havia um pequeno povoado um pouco acima de onde foi constituída a cidade onde se situa atualmente (IDESP, 2013).

A Missão religiosa foi denominada de Tavaquara, que posteriormente foi completamente abandonada devido à expulsão dos Jesuítas do Brasil no período pombalino (1760-1808). Posteriormente, a localidade foi denominada Vitória do Xingu, onde o município foi “criado através da Lei 5.701 de 13 de dezembro de 1991, sancionada pelo então governador Jäder Fontenelle Barbalho, sendo desmembrado de outros dois municípios da RI Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz” (IDESP, 2013).

O território de Vitória do Xingu possui uma área de 3.135,2 km², cuja a população estimada pelo IBGE em 2019 é de 15.134 pessoas, os dados do último censo de 2010 apontou cerca de 13.431 pessoas, haja vista que a grande maioria da população se localiza na zona rural do município, a densidade demográfica (2010) chega a 4,35 hab/km².

Em relação aos serviços básicos em Vitória do Xingu, apontam os dados do IBGE (2019) que:

Apresenta 28.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 73.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 25 de 144, 11 de 144 e 62 de 144, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3169 de 5570, 2885 de 5570 e 3993 de 5570, respectivamente.

As atividades econômicas do município são envoltas da produção e comercialização de produtos agrícolas. Além disso, há extração e comercialização de madeira em tora no município. Os setores econômicos vitoriense que merecem ser relatados também são os

seguintes: o comércio, o serviço público e a produção agropecuária, como apontam os dados do IDESP (2013), sendo estes inseridos nos setores mencionados:

O extrativismo mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços (de informação; financeiro; atividades imobiliárias e aluguéis; prestados à empresa, entre outros), administração pública e atividades de agropecuária (agricultura, pecuária, pesca e extração vegetal) (IDESP, 2013).

No trabalho de campo, o que se verificou foi que embora os recursos públicos estejam sendo utilizados no processo de modernização da cidade, nem sempre há sinergia com a história e as experiências locais principalmente na área urbana. Construção de estádio de futebol, de grandes mercados públicos subutilizados, o asfaltamento das ruas, a sinalização de trânsito em toda parte central da cidade, o que de fato salta aos olhos do observador na cidade é a expansão territorial da cidade por meio de “assentamentos urbanos espontâneos”.

Na análise preliminar de campo observou-se a instalação do Departamento Municipal de Trânsito, o qual trouxe mudanças significativas na mobilidade urbana da cidade, porém a educação e utilização correta da sinalização de trânsito é processual e, por vezes, não é bem receptiva aos moradores, pois causa um estranhamento na forma de utilização das vias públicas.

Em relação à educação, os documentos do EIA/RIMA, previam a construção de 20 escolas no meio urbano e rural. De acordo com os dados expostos pelo empreendedor da UHE Belo Monte, o município teria no total cerca de 32 salas de aula, com capacidade média de 1.648 alunos (EIA RIMA, 2011). No perímetro urbano ainda não foram construídas muitas escolas, mas tem se promovido a revitalização das escolas existentes com boa infraestrutura e condições necessárias para ter um bom aproveitamento escolar e uma creche, investimento empregado a partir dos royalties arrecadados pelo município.

Houve o incentivo à construção de novos espaços de lazer para a população local como praças, quadras poliesportivas, academias ao ar livre, fato este observado em campo que teve uma melhoria na infraestrutura geral da cidade com a instalação da UHE Belo Monte. O setor da cultura e do lazer na cidade de Vitória do Xingu teve investimentos substanciais, o que proporciona, de um olhar geral, a melhoria na qualidade de vida da população vitoriense.

O estádio da cidade foi remodelado e revitalizado com tecnologia de padrão atual e, em observação em campo, o estádio é pouco aproveitado, considerando o seu caráter espetacularizado que acompanha o padrão das grandes arenas futebolísticas do contexto global, sendo utilizado, na maioria das vezes, apenas em eventos oficiais da cidade. As figuras

2 e 3 exemplificam esse caráter moderno e espetacular do Estádio Municipal de Futebol Padre João – Arena Xingu.

Figura 02: Estádio Municipal de Futebol Padre João - Arena Xingu



Figura 02: Visão parcial da Arena Xingu
Fonte: Trabalho de Campo, Set. 2019.

Figura 03: Estádio Municipal de Futebol padre João-Arena Xingu



Figura 03: Visão das Catracas Arena Xingu
Fonte: Trabalho de Campo, Set. 2019.

Observa-se nas figuras 02 e 03 que a “Arena Xingu” destoa de todos os estádios que temos na Amazônia, mais ainda quando se considera o fato de se tratar de uma pequena cidade com pouca tradição no futebol profissional do Estado do Pará. Mesmo quando comparado aos estádios de equipes profissionais e tradicionais da região, como Remo e Paissandu, a referida arena municipal se destaca em termos de modernidade, tendo custado 6,5 milhões de reais e inaugurada com presenças ilustres do futebol como, por exemplo, Zico (Arthur Antunes Coimbra).

Pode-se dizer ainda que, numa análise preliminar, tem ocorrido mudanças significativas no município, pois com a instalação do empreendimento de Belo Monte, a empresa foi instruída a cumprir cerca de 40 condicionantes para que houvesse investimentos nos municípios diretamente afetados. Com isso houve um crescimento em todos os setores, pois com os investimentos e a inserção dos *royalties* que a cidade recebeu, proporcionou a melhoria na infraestrutura resultando em melhorias no padrão de vida da população local.

Com o cumprimento das condicionantes houve a ampliação do setor da saúde, com a construção e revitalização de postos de saúde e hospital municipal, implantação de serviço de

saneamento básico em toda extensão da cidade como rede de esgoto, construção da estação de tratamento de água e esgoto, além da pavimentação das vias públicas, dos mercados públicos e o aumento na geração de empregos em distintos setores, desde a geração de trabalho formal e informal (EIA-RIMA, 2009). Nas figuras 04 e 05 podem-se exemplificar essas mudanças que vêm ocorrendo na cidade.

Figura 04: Hospital Municipal de Vitória do Xingu



Figura 04: Visão frontal do Hospital Municipal de Vitória do Xingu
Fonte: Trabalho de Campo, Set. 2019.

Figura 05 Mercado Municipal de Vitória do Xingu



Fonte: Trabalho de Campo, Set. 2019.

Vale ressaltar que as ações de assistência social no município dependem inteiramente do convênio do município com a empresa Norte Energia para que haja o desenvolvimento das atividades previstas nas condicionantes face à instalação do empreendimento hidrelétrico. Não havendo uma boa relação entre estes órgãos, tem-se uma disparidade e atraso na construção ou execução das melhorias materiais e imateriais da população diretamente afetada pelo empreendimento.

O aumento considerável no fluxo migratório para a região de construção do empreendimento da UHE Belo Monte, em específico para a cidade de Vitória do Xingu, agravou consideravelmente, isso se justifica pela necessidade de reforço da hierarquia funcional da cidade, visto que esta era de pequeno porte e os serviços básicos eram limitados às necessidades das populações locais.

No ano de 2012, o perímetro urbano teve a ocorrência de muitas apropriações “ilegais” em torno da cidade, áreas estas não habitadas anteriormente à construção do empreendimento, que promoveu a atração de migrantes do campo e de outras regiões do país em busca de

trabalho na obra de Belo Monte e que viam em Vitória do Xingu uma possibilidade de se reproduzir, dado o nível de especulação imobiliária que impossibilitava o acesso à terra em Altamira.

Essas áreas passaram a ser povoadas com habitações voltadas para atender ao interesse desses grupos sociais excluídos, que de alguma maneira chegaram à cidade e que demandam espaços para se reproduzir socialmente. Ressalta-se ainda que a necessidade de entrar numa discussão acerca da diversidade em termos de diferenças étnicas, uma vez que se trata de um território municipal com forte presença indígena, exigiria uma reflexão centrada nesse aspecto, o que de imediato reconhecemos não ser possível nos limites desse primeiro artigo preliminar.

O resultado imediato desse processo é o aparecimento de espaços segregados no interior da cidade e que tem contribuído significativamente para sua expansão físico-territorial. Uma explicação provisória para essa expansão, via assentamentos precários no interior da cidade, se deu pelo fato da população sofrer com o aumento do preço dos aluguéis, devido à especulação gerada pelo grande empreendimento, o que produziu como efeito a “ocupação desordenada” do solo, ou seja, houve a necessidade de ocupar novas áreas no perímetro urbano para que se pudesse usufruir do direito à moradia.

Se em outras cidades de maior porte este processo se dá pelo envolvimento dos agentes como o Estado, incorporadoras imobiliárias, dentre outros, em Vitória do Xingu este processo se deu por agentes sociais excluídos, que foram espoliados de determinadas áreas da cidade ou até pelos fatores econômicos oriundos dos altos preços da terra urbana, levando-os à ocupação e novas demandas por infraestrutura nessas novas localidades, ocasionando a criação dos bairros periféricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste artigo foi de analisar as mudanças nas práticas de gestão e ordenamento territorial em Vitória do Xingu a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM), após as análises dos dados preliminares coletados e do trabalho de campo buscou-se atentar às transformações ocorridas no território de Vitória do Xingu com o propósito de averiguar a gestão e o ordenamento territorial, pois este é entendido como sendo, um instrumento de articulação interinstitucional e de articulação transetorial, que tem como objetivo um planejamento integrado e articulado junto à ação pública, consequentemente, dada a compatibilidade de políticas públicas, no reatamento do espaço, integrado à ação do poder público.

Foi notório que a construção do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, alterou consideravelmente não apenas o espaço físico (meio ambiente construído), mas também as relações socioespaciais do município, pois o movimento do território incorpora novas estruturas e formas para o desenvolvimento local, cujo propósito é a melhoria na qualidade de vida da população local. É inevitável afirmar que este “território em movimento” está apenas no início, dado o tempo de inserção do empreendimento hidrelétrico no município.

Portanto, os questionamentos quanto à gestão e ao ordenamento territorial no município estão apenas começando, pois a nova dinâmica estabelecida no território e o dado momento histórico estão em transformação. Mediante a este fato, cabe a relevância de acompanhamento e pesquisa, pois a perspectiva é inovadora ao revelar os aspectos de transformação ocorridos no território vitoriense, mostrando as dimensões “contra” e a “favor” do empreendimento e quanto ao rebatimento da gestão e do ordenamento do território face à instalação do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

Além disso, deve-se ressaltar que os dados muito preliminares que temos, apontam na direção de que a gestão e o ordenamento territorial estão voltados para a modernização do território e o desenvolvimento econômico, havendo ainda muitos limites no que se refere ao processo de autonomização individual e coletiva da população, bem como em termos de melhoria da qualidade de vida e da justiça social e ambiental.

A forma como se tem pensado o desenvolvimento indica na direção da lógica exógena do desenvolvimento, na cresça ainda viva dos polos de desenvolvimento, que postula que o crescimento não aparece em todo lugar, mas em polos específicos de intensidades variadas que vão se espalhando pelo conjunto do sistema econômico. Desse modo, caberia aos lugares tornarem-se atrativos a essa “economia global” – a expansão geográfica do capital – e não protagonistas autônomas do desenvolvimento, inclusive com capacidade de superar essa visão economicista, eurocêntrica e teleológica.

REFERÊNCIAS

Fontes eletrônicas

APROVEITAMENTO Hidrelétrico Belo Monte: relatório de impacto ambiental - RIMA. Brasília: Eletrobrás, 2009.

ATHAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. VITÓRIA DO XINGU/ PA. Acesso em: 18/10/2019. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/vitoria-do-xingu_pa .

BNDES. Panorama Mundial: O desempenho da economia mundial e perspectivas para os próximos anos. In: Sinopse Internacional. Autores: Alem, A.C., et alii. BNDES: Rio de Janeiro, n. 12, set. 2009.

HIDRELÉTRICA BELO MONTE. Acesso em: 05/09/2019. Disponível em: <http://www.blogbelomonte.com.br>.

_____. Acesso em: 12/08/2019. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>.

IBGE. Vitória do Xingu Pará. Acesso em: 18/10/2019. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/vitoria-do-xingu/panorama>.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará Estatística Municipal de Vitória do Xingu. Disponível em [http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produos/Estatistica Municipal /pdf/Vitoria do Xingu.pdf](http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produos/EstatisticaMunicipal/pdf/Vitoria%20do%20Xingu.pdf). Acesso em 19 de outubro de 2019.

INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS. Acesso em: 04/10/ 2018. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/521600-grandes-projetos-e-desenvolvimento-regional-na-amazonia-artigo-de-edilberto-sena>.

IPEA. A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia / organizador: Fábio Alves. Brasília: IPEA, 2016. 359 p. Acesso em: 18/10/2019. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160623_livro_funcao_socioambiental_cap06.pdf.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. Relatório de Pesquisa. Relatório Territorial da Região do Médio Xingu. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, Relatório Técnico. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9cd2d8c-9e8c-4db0-a362-f7f4af1e9b96&groupId=24915. Acesso em: 10 de Outubro de 2018.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). “Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial”. Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005. 78 p.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. 2009.

SEPOF, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará. (2011). Estatísticas municipais: Vitória do Xingu: SEPOF. Vitória do Xingu comunidades. Acesso: 18/10/2019. Disponível em: http://vitoriadoxingu_pa.no.comunidades.net/.

Revistas científicas

ANDRADE, Manuel Correia de. O Meio-Norte. _____. **Paisagens e problemas do Brasil**. 5ª edição rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, p. 81-117, 1977.

Aproximación al problema. In: CELADE - Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía. **Efectos demográficos de grandes proyectos de desarrollo**. San José, Imprenta Nacional, 1990. 350p. (p. 3-13).

BOISIER, Sérgio. Desarrollo regional endógeno en Chile. **Utopía o necesidad Ambiente y Desarrollo**. Santiago de Chile, v. 9, 1993.

BOISIER, Sergio. El vuelo de una cometa. **Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial**. Revista EURE. Revista de Estudios Urbano Regionales, 1993, 23.69. BUENO SÁNCHEZ, Eramis. Efectos demográficos de proyectos de desarrollo.

BUNKER, S. G. **Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State**. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

CHAVES, D. A; SILVA, J. M. P. da. **O Plano Nacional da Mineração (2010-2030) e seu Rebatimento no Território Amazônico**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, janeiro/ junho 2016, p. 39 a 52. ISSN 2358-4556.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **A gestão territorial através do diálogo e da participação**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 2007, 11.245: 20.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento Local-Regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Catarina: EDUNISC, 2000.

DE CASTRO, Raifran Abidimar. **Os grandes projetos econômicos, a ação estratégica de do minação empresarial e as comunidades rurais**. Revista Espaço Acadêmico, v. 17, n. 193, p. 113-124, 2017.

DUNCAN, M. **Gestão Territorial**, 2009.

FERREIRA, Antônia MM; SALATI, Enéas. **Forças de transformação do ecossistema amazônico**. Estudos avançados, v. 19, n. 54, p. 25-44, 2005.

GOMEZ-OREA, Domingo. **Ordenación del territorio**. Madrid: ITGE, 1993.

HÉBETTE, Jean. A ocupação humana recente da microrregião de Marabá. In: Hébette, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo sobre o campesinato na Amazônia**. v. IV. Belém, PA: EDUFPA, 2004. p. 63-71.

_____. **O cerco está se fechando**. Rio de Janeiro: FASE, 1991.

_____. **A ocupação humana recente da microrregião de Marabá**. Cruzando a fronteira, 2004, 30: 63-71.

KAYSER, Bernard. **Tipologia dos espaços geográficos no mundo subdesenvolvido**. Orientação, São Paulo, n. 4, p. 25-30, 1969.

_____. Impactos Regionais de “Grandes Projetos” e as Possibilidades de reorganização do Espaço na Periferia Amazônica em Aragon, L.E. (ed.) **A desordem ecológica na Amazônia**. Série Cooperação Amazônica 7 (Belém: UNAMAZ, UFPAM, 1991a), pp. 253-269.

MOREIRA, R. P.; HERRERA, J. A. **A expansão do capital por grandes projetos: desafios ao ordenamento do território no município de Altamira-Pará**. Revista GeoNorte, v. 7, p. 1315-1330, 2013.

MOREIRA, R.P.; HERRERA, J.A. **Ordenamento do Território e a Materialização do Desenvolvimento Geográfico Desigual: A Construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte entre (1975-2011) no Estado do Pará**. Boletim Amazônico de Geografia, v. 3, p. 71-93, 2015.

MOREIRA, Rodolfo Pragana; HERRERA, José Antônio. **Ordenamento Territorial e Criação dos RUC: Uma leitura geográfica a partir dos impactos no Baixão do Tufi em Altamira Pará**. Inter Espaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 4, n. 12, p. 32-44, 2018.

NEVES, I. C; CARVALHO, B. G; CORNÉLIO, G. S. **Expansão urbana e segregação sócio-espacial: uma análise da cidade de Altamira Pará face ao empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). ISSN 2359-0831, Belém-PA, p. 99 – 116, 01 jul. 2016.

Livros

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 160 p. ISBN: 9788576171591, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.

HAESBAERT, Rogério. **Ordenamento territorial**. Boletim goiano de Geografia, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

LEFEBVRE, Henri; NICHOLSON-SMITH, Donald. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.

MARX, K. ; Engels, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 01. (Capítulos I – XII). (Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996a.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 02. (Capítulos XIII – XXV). (Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996b.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Ed: Abril Cultural, 1982.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4º Edição. São Paulo. Edusp. 2013.

_____. **A natureza do espaço.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Recebido em: 28/10/2019
Aprovado em: 23/11/2019

HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: DINÂMICA SOCIOESPACIAL DAS FAMÍLIAS NO RRC TRAVESSÃO 27 KM, VITÓRIA DO XINGU-PA

José Antônio Herrera¹
Nathany Melo Machado Arcanjo²
Darlene Costa da Silva³

RESUMO

Neste artigo apresentam-se as dinâmicas socioespaciais das famílias do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) localizado no km 27 da BR 230 em Vitória do Xingu-PA. O mote está em discutir como os reassentados se organizam neste novo espaço agrário gerado pelo deslocamento compulsório das famílias diretamente impactadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHBM. Partindo desta constatação, apresentou-se como resultado da pesquisa a necessidade de analisar a dinâmica socioespacial das famílias reassentadas do RRC que se dá de forma diversificada e oposta, para tal análise foram utilizados dados coletados em campo por meio de entrevistas com as famílias do RRC.

Palavras-chave: Belo Monte. Dinâmicas socioespaciais. Espaço agrário.

ABSTRACT

This paper presents the socio-spatial dynamics of the families of the Collective Rural Resettlement (RRC) located at 27km of BR 230, in Vitoria do Xingu - PA. The motto is to discuss how the resettled people are organized in this new agrarian space generated by the compulsory displacement of families directly impacted by the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant - UHBM. Based on this finding, it was presented as a result of the research, the need to analyze the socio-spatial dynamics of RRC resettled families that occur in diverse and opposite ways, for this analysis we used data collected in the field through interviews with families of the RRC. RRC.

Keywords: Belo Monte. Sociospatial dynamics. Agrarian space.

¹ Possui graduação em Licenciatura Plena Em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Pará (2001), graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2018), mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (2003) e doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Atualmente é professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará, na Faculdade de Geografia no Campus Universitário de Altamira e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGeo / IFCH / UFPA - Campus Universitário de Belém. Coordenador do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia - LEDTAM. Atualmente é Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo / IFCH / UFPA (Portaria 1972/2019). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Território, Produção do Espaço; Grandes Projetos, Hidrelétricas; Relação Campo-Cidade. E-mail: herrera@ufpa.br

² É membra ativa do Grupo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia GEDTAM e do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia LEDTAM, pesquisadora voluntária em: Rede de pesquisas Xingu - REDEX, Centro de Formação e Informação Xingu - CEFORM, Projeto de residência pedagógica e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa. E-mail: nathanymelo22@gmail.com

³ Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2013). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará/PPGeo (2016). Atualmente discente de doutorado - Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora na área de Geografia Regional e Cartografia na Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira. Pesquisadora do grupo desenvolvimento e dinâmica territoriais na Amazônia GEDTAM e do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia LEDTAM. E-mail: darlene-silva1@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Amazônia, historicamente, sofre bruscas transformações em sua dinâmica local notadamente ocasionadas pelas ações dos agentes hegemônicos, como consequência da política de integração nacional e dos projetos desenvolvimentistas planejados pelos diferentes Governos do Brasil. No contexto das políticas desenvolvimentistas, sempre foram privilegiados os investimentos capitalistas e com eles a reprodução da valorização do capital em si mesmo, de forma a socializar os custos com a sociedade local à medida que os grandes conglomerados aumentam a concentração de riqueza e de poder.

Infelizmente, essa visão sobre Amazônia como espaço de exploração dos recursos naturais para o sistema capitalista atravessa décadas. Segundo Gonçalves (2001) “a região amazônica possui um enorme potencial de recursos naturais que estão suscetíveis a manipulações do governo e das grandes potências interessadas em explorá-la”. Assim, a Amazônia torna-se, de acordo com Santos (2006) “um território recurso – regido pelos interesses dos agentes exógenos em detrimento as lógicas e formas de reproduções locais – território abrigo”.

Os grandes projetos na Amazônia são planejados e pautados nas políticas neodesenvolvimentistas, afirmando assim um suposto desenvolvimento a partir da implantação de grandes obras como barragens, portos, estradas, aeroportos, mineração, entre outras. Portanto, tem-se a ideia de que para o desenvolvimento econômico no Brasil é necessário gerar energia para conseguir avançar de forma sustentável. No entanto, discursos como estes desconsideram a dinâmica socioespacial dos sujeitos locais, desconsideram a organização anterior do território e a sua regulação interna. Nestes termos, aproxima-se a realidade pesquisada com a afirmação feita por Santos (2006).

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sobe a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática do medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais. (SANTOS *et al.* 2012 p. 19).

Os agentes endógenos modificam suas lógicas de reprodução, pelo contato com os agentes exógenos, os quais são condicionados a mudar a dinâmica dos seus costumes, das suas culturas e relações de produção, rompendo os laços com o antigo território e suas relações sociais e produtivas.

Nesta perspectiva, propõe-se olhar para realidade das famílias deslocados compulsoriamente, obrigadas a se mover em função da construção da UHBM na Volta Grande do Xingu, para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) no Km 27 da BR 230, no município de Vitoria do Xingu. O qual foi organizado espacialmente pela Norte Energia desde as distribuições dos lotes para as famílias indenizadas entre os anos de 2015 e 2016 até as áreas de Preservação Permanente (APP) das quais as famílias do RRC não podem se apropriar dos recursos nelas existentes. Ao serem reassentadas as famílias passam a lidar com novas dinâmicas socioespaciais, distintas das dinâmicas anteriores às quais estavam habituadas, aquelas intrínsecas ao cotidiano.

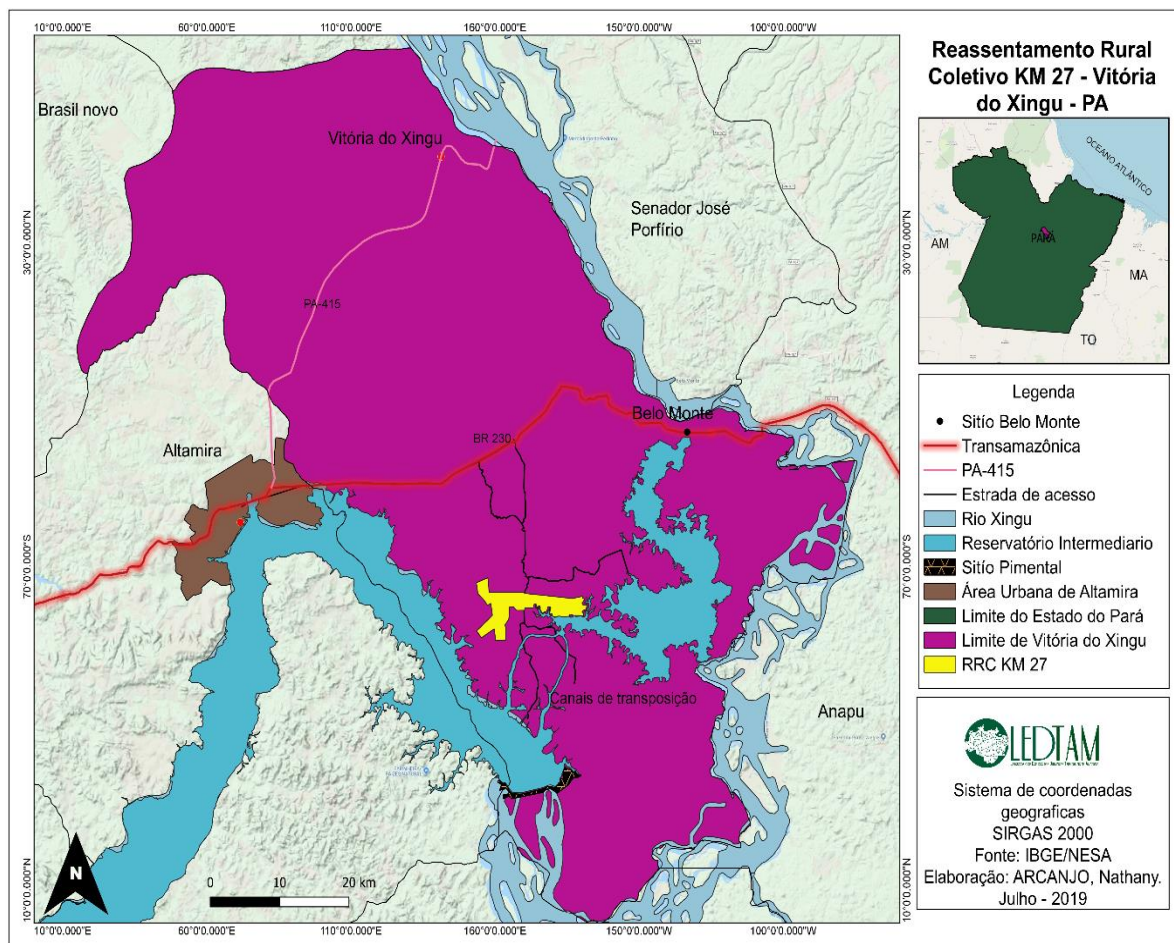
1 METODOLOGIA

Serão retratados aqui os caminhos metodológicos adotados para realização da pesquisa. Tendo como base um conjunto de princípios, orientações e ações que, de forma articulada, permitem a aproximação da pesquisa com a realidade observada. Desse modo, descrevem-se os procedimentos metodológicos, as técnicas de obtenção e de análise de dados os quais foram obtidos através de idas a campo e entrevistas semiestruturadas com as 21 famílias do RRC.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O recorte espacial para análise em questão é o Reassentamento Rural Coletivo, localizado no Travessão 27 KM da rodovia Transamazônica (BR-230), município de Vitória do Xingu-PA (Mapa 1), este é um projeto elaborado pela Norte Energia/S.A. como condicionante, proposta de compensação às famílias que moravam em áreas rurais impactadas pelo reservatório da UHE Belo Monte.

Figura 1: Mapa de localização do RRC 27km – Vitória do Xingu-PA.



Fonte: Ledtam, 2018.

No entendimento da totalidade espacial em escala local, atenta-se para o apontamento feito por Santos (2012), para quem “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade, permitirá uma correta noção da realidade”. Deste modo, compreende-se que “com o desenvolvimento do capitalismo, as relações entre sociedade e seu espaço-suporte não mais têm caráter privilegiado, mas dependem de uma determinação externa que tem o domínio deste espaço, da orientação de sua produção e do destino de seus habitantes” (SANTOS, 2011, p. 138). Ainda nesta linha de raciocínio, corroborando com Santos (2012) tem-se como base de que “todas as partes de uma totalidade devem ser definidas pela ideia de forma, função processo e estrutura”. Portanto, propomos um o quadro em síntese que revela as formas do RRC, sua atual função, os processos pelos quais o reassentamento se caracteriza e suas estruturas naturais e artificiais:

Quadro 1: De síntese da forma, função, processo e estrutura do RRC.

Forma	Forma é o aspecto visível de uma coisa, no caso do RRC: Estruturados com lotes de 75 hectares, casas de alvenaria bem estruturadas (com fossa séptica, pisos lajotados, com três quartos, cozinha, banheiros)
Função	A função é a tarefa ou atividade de uma da forma, no caso do RRC, foi vinculada às dinâmicas socioespaciais.
Processo	São as relações com o meio que são concretizadas no tempo e no espaço, no caso do RRC concretizam-se essas relações a partir do momento de sua formação em 2015 e, posteriormente, se firmando uma possibilidade de compreensão evolutiva da organização espacial nos anos 2016, 2017 e 2018.
Estrutura	A estrutura é aquilo que está subjacente à forma, ou seja, as formas naturais e artificiais que possibilitaram a formação espacial do RRC.

Fonte: Moreira (2016). Adaptação Arcanjo, (2018).

De tal maneira, define-se como central na interpretação a definição de dinâmica socioespacial, esta entendida como desdobramento do que Santos (2006) considerou ao propor a Dimensão Espacial do Cotidiano. E por isso, destaca-se que:

Com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo e que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal (SANTOS, 2006, p. 217).

Portanto, tem-se a compreensão da dinâmica socioespacial, analisando as transformações do espaço (o RRC), valorizando a importância dos sujeitos locais, ao passo em que registra a (re)estruturação das famílias reassentadas. Entendendo que “O espaço inclui, pois, essa conexão materialística de um homem com o outro” de que falavam Marx e Engels na Ideologia Alemã (1947, pp. 18-19), conexão que está sempre tomando novas formas. Assim, tem-se como balizar para compreender a dinâmica socioespacial que a relação geográfica mais simples, a relação homem/natureza, é “cada vez menos determinada pelas características da área e pelo processo direto de produção, e cada vez mais um resultado do processo de organização da produção vista como um todo” (SANTOS, 2006, p. 97).

A hidrelétrica de Belo Monte é um projeto energético brasileiro implantado na volta grande do rio Xingu no sudoeste do estado do Pará, com uma produção estimada de pouco mais de 11 mil megawatts, tornando-se a segunda maior hidrelétrica do Brasil, ficando atrás apenas da usina de Itaipu. Nessa lógica capitalista de expansão hidroelétrica na região, são geradas novas dinâmicas locais, desde a sua especulação e licenciamento prévio em 2010 quanto em 2011 com o início das obras.

Os impactos socioespaciais causados nas áreas afetadas pela construção da UHE Belo Monte, são atribuídos às ações do Governo Federal e ao consórcio construtor Norte Energia / S.A., empresa responsável pela construção da obra. No entanto, para a evolução da construção da usina hidroelétrica foram necessárias a criação de medidas reparadoras desses impactos causados pelo empreendimento. As condicionantes e medidas mitigadoras são formas “compensatórias” oferecidas às famílias das áreas afetadas como forma de ressarcimento financeiro de suas áreas atingidas, com a carta de crédito ou com o reassentamento em áreas rurais pré-determinadas pelo empreendimento, como o RRC, RAR, RIR ou PER.⁴

No caso do objeto de pesquisa, o RRC, um projeto elaborado pela Norte Energia/S.A. em 2015, construído após o início e andamento da construção da hidrelétrica de Belo monte, surgiu como forma compensatória e reparadora dos impactos causados nas áreas onde residiam as famílias da Volta Grande do Xingu. No RRC foram construídas casas e infraestrutura básica ocupando uma área total acima de 2,4 mil hectares sendo divididos em áreas com:

Quadro 2: Distribuição das áreas do Reassentamento Rural Coletivo

ESTRUTURAS	ÁREA (ha)
Área Total do Projeto	2474,64
Área de Reserva Legal (ARL)	1.770,66
Área de Preservação Permanente (APPs)	194,56
Área dos Lotes (AUAS) – 28 áreas com, aproximadamente, 15 ha cada – vide Quadro 4.1.3 - 2	440,454
Área do Centro Comunitário	3,0957

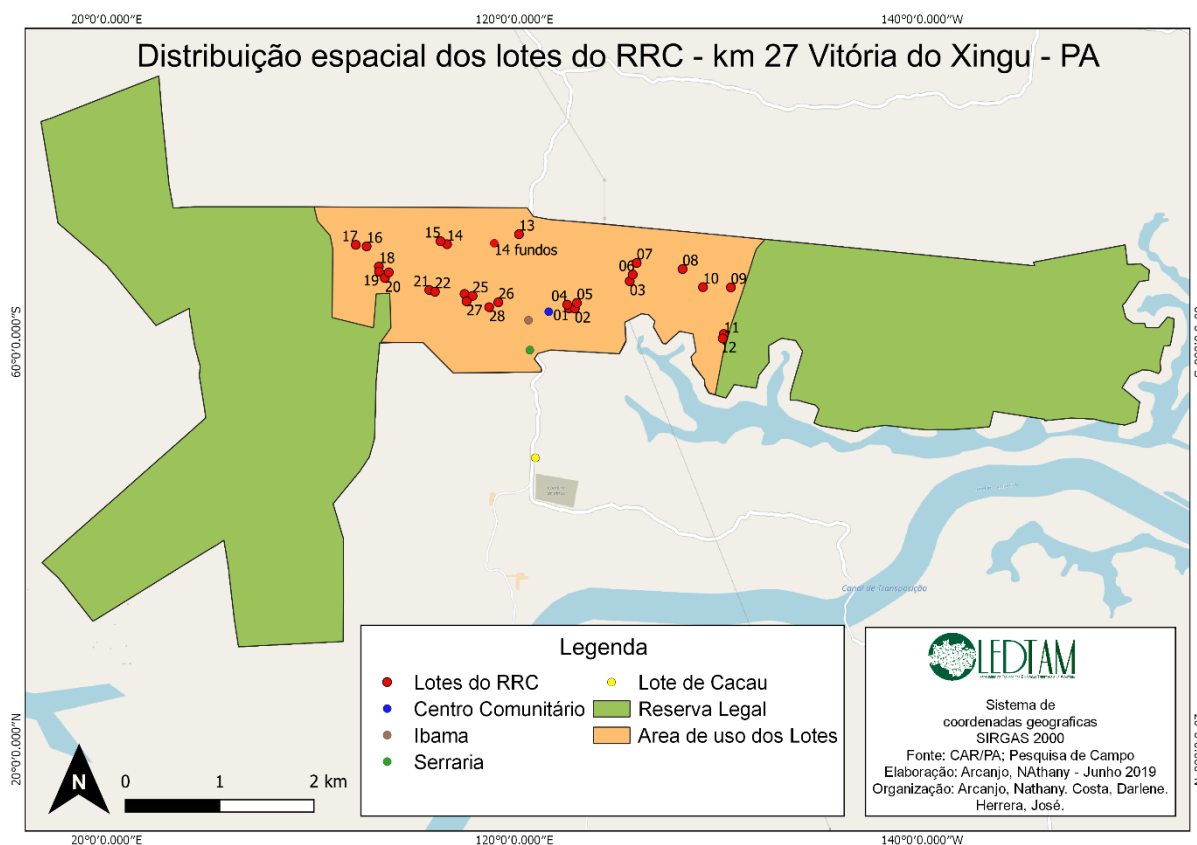
⁴ O Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias cumpriu com seus objetivos ao viabilizar o processo de indenização em áreas rurais interferidas pelo empreendimento. As questões sobre reassentamento rural, tratadas por quatro projetos no Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural, tratadas pelo Projeto de Reassentamento Rural (4.1.3), como o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), o Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR) e a população ribeirinha. Em relação a este último grupo, foram feitas ofertas para relocação das famílias ribeirinhas em ilhas emergentes (RIR) ou em porções emersas remanescentes (PER).

Área do IBAMA	3,02
Área da Serraria	6,5798
Reserva Técnica (Norte Energia)	29,1419
Estradas	4,23
Sítios Arqueológicos	22,9

Fonte: Apresentação Ministério Público do Estado do Pará. Norte Energia.

Foram reassentadas 28 famílias entre os anos de 2015 e 2016. Os lotes de 75 hectares foram divididos em 15 hectares para uso agrícola e 60 hectares para a reserva legal, é possível observar no mapa 02 a distribuição espacial dos lotes e das estruturas dentro do reassentamento.

Figura 2: mapa de distribuição espacial dos lotes no RRC.



Fonte: Leditam, 2018.

Os lotes de 75 hectares foram distribuídos para cada uma das 28 famílias atingidas. Além dos lotes individuais foram disponibilizadas áreas para as reuniões do RRC, que acontecem no galpão comunitário e um campo de futebol como área de lazer.

Sendo assim, entende-se este território como consequência da organização e produção do espaço a partir da lógica do empreendimento, sendo (re)configurado pelas novas dinâmicas socioespaciais dos sujeitos do RRC. A (re)organização dos reassentados nos lotes, condicionados pelo empreendedor, em tempos distintos e de maneira desigual, provocou a (re)funcionalização do território. Notadamente, o reassentamento tem sido (re)funcionalizado, à medida que as famílias remanejadas do entorno do reservatório da hidrelétrica e as famílias não remanejadas produzem o espaço a partir das suas relações sociais e produtivas.

As casas construídas no RRC, possuem três quartos, cozinha com sala e banheiros adaptados para pessoas com deficiência, fossa séptica, rede de energia elétrica, poço artesiano e vias de acesso. Importante destacar que a infraestrutura estabelecida é uma tentativa de minimizar os descontentamentos das famílias retiradas compulsoriamente dos seus lugares de origem e uma forma direta de tentativa de sociabilidade e ressignificação socioespacial.

Figura 03: Casa do RRC, estrutura da Norte Energia.



Fonte: Ledtam, 2017, Nathany Melo M. Arcanjo.

No entanto, com os resultados da pesquisa quanto ao atendimento das condicionantes geradas pelo empreendimento Belo Monte, evidenciou-se que as famílias foram reassentadas em uma área distinta, com condições bem diferentes das antes vividas, estas tiveram formas diferenciadas de estabelecer relações com o novo espaço. As famílias que vieram do entorno do rio tendem a reproduzir as formas tidas no antigo território, como é o caso de algumas famílias reassentadas como pode-se observar nas figuras 04 e 05.

Figura 04: Casa adaptada pelas famílias realocadas.



Fonte: Ledtam, 2017. Nathany Melo M. Arcanjo

Figura 05: Casas adaptadas, parte interna.

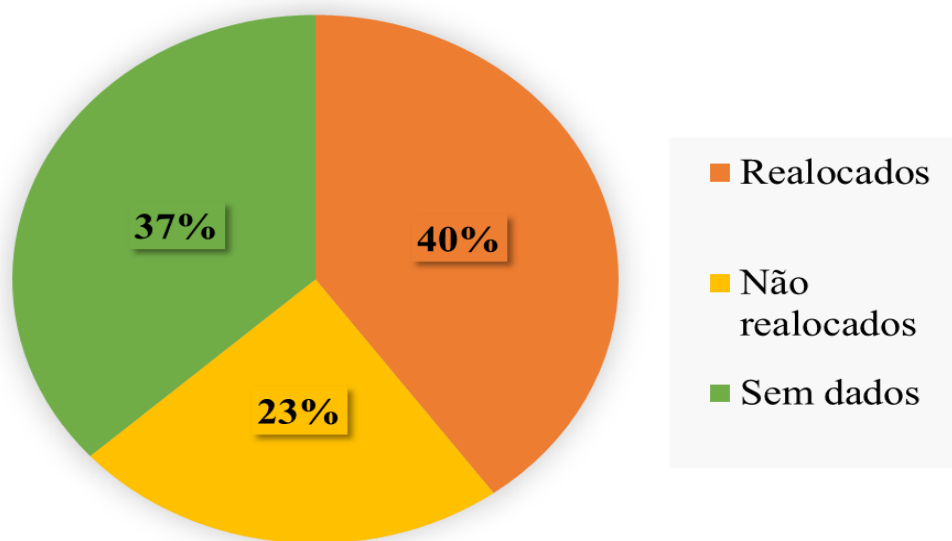


Fonte: Ledtam, 2017. Nathany Melo M. Arcaño

O ritmo do cotidiano vivenciado pelas famílias no território anterior ao RRC estava conectado diretamente com um território vivido, onde ocorriam as relações com o trabalho na terra e no rio, as relações culturais e sociais, ou seja, havia uma organização espacial das famílias antes do empreendimento energético se instalar. Após a instalação houve-se a necessidade, atribuída ao evento de Belo Monte, de reorganizar o espaço para reassentar as famílias que estavam nas áreas afetadas pelo empreendimento. Legitimando a afirmação de Santos (2006), “as atividades hegemônicas exigem a renovação do espaço construído”.

Algumas famílias tiveram êxitos nas relações com o meio, diferente de outras que não desenvolveram relações de elo com o território, chegando ao ponto de venderem ou até mesmo abandonarem seus lotes por não saberem lidar com o as novas dinâmicas socioespaciais. Como podemos observar no gráfico 01 houve uma evasão de uma parcela das pessoas reassentadas, dando, assim, lugar a chegada de novas famílias ao RRC.

Gráfico 01: Espacialização das famílias no RRC.



Fonte: Ledtam, 2017. Nathany Melo M. Arcanjo

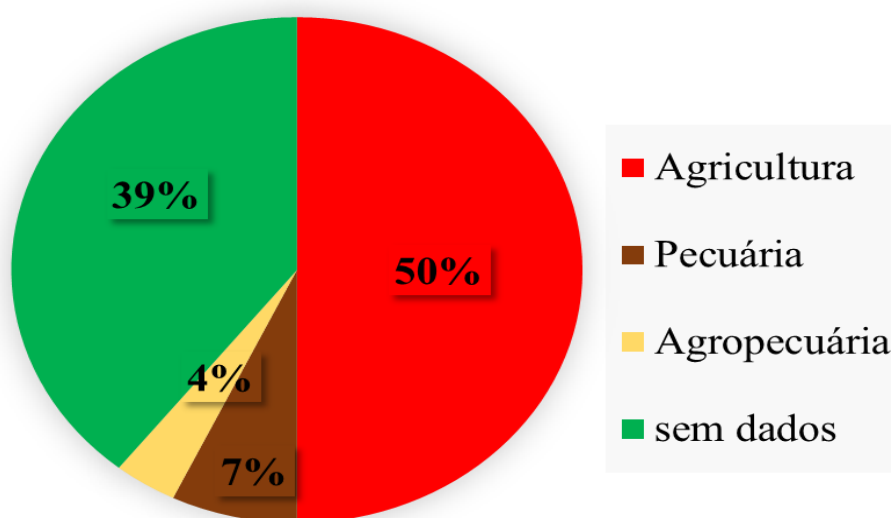
O Reassentamento Rural Coletivo do km 27 de Vitória do Xingu-PA, assim como outras formas de indenização, é para os agentes hegemônicos apenas uma ação compensatória para as famílias diretamente afetadas por hidrelétricas na Amazônia. Portanto, compreendemos que o RRC é um projeto que deveria ser pensado mais humanamente, tendo em vista as dificuldades pelas quais as famílias enfrentaram para chegar ao novo território e enfrentam para se manterem e para se (re)organizarem nele.

A formação social e econômica atual, caracterizada pelo modo capitalista de produção que atinge todas as esferas sociais e transforma o espaço de acordo com suas necessidades, tem suas bases em contradições que se atualizam permanentemente, renovando assim as formas de acumulação. A subordinação do capital sob o trabalho, baseada na expropriação dos meios de vida de um grupo da população, busca o crescimento econômico e a expansão como condição inerente ao mesmo, expressado paralelamente em graus de degradação e desigualdade em termos sociais, ambientais e culturais (Gómez, Souza, p.69, 2016).

Ou seja, os processos de (re)configuração desse novo território acontece de forma desigual entre as diversas famílias reassentadas, algumas possuíam um maior conhecimento técnico e, portanto, conseguiram se desenvolver mais “facilmente”, no entanto a realidade para outros lotes é divergente dos lotes desenvolvidos, pois os mesmos não tinham tanto conhecimento com agricultura ou com o tanque de peixes, isso fez com que alguns

abandonassem a produção agrícola familiar e buscassem novas estratégias econômicas. Como podemos ver no gráfico 02.

Gráfico 02: Representatividade das atividades na renda familiar dos entrevistados.



Fonte: Ledtam, 2017. Nathany Melo M. Arcanjo

Há uma reorganização da dinâmica do território local, dos sujeitos locais. Isso implica para as famílias reassentadas novas formas de se reorganizar, reestruturar socialmente e economicamente, novas dinâmicas socioespaciais.

O fato do RRC ser uma antiga fazenda e nem todos terem habilidades com a terra ou com o tanque de peixes, implicou em uma parcela dos reassentados que não conseguiram de fato se reorganizar no novo território, enfrentando as dificuldades de uma terra diferenciada com a qual não estavam habituados, um território com diversas temporalidades. Corroborando com aquilo que Santos (2006) conceitua como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. Portanto, no RRC há resquícios de outro período o qual implica na evolução das funções de algumas famílias que buscaram novas estratégias para desenvolverem-se socioespacialmente.

Tendo em vista que todos os meios de produção foram fornecidos pela empresa terceirizada pela Norte Energia, Equilíbrio, a mesma deveria ter analisado a condição de cada família e pensado em estratégias diferenciadas para cada uma delas.

A generalização dos modos de vidas das famílias, escamoteou a realidade. Nem todos tinham conhecimentos sobre o uso do solo ou os procedimentos para manter e desenvolver um tanque de peixe. Minimamente deveriam respeitar ou apresentar estratégias para o novo modo de vida de todas as famílias, já que a manutenção de vida das mesmas partes de um mesmo espaço geográfico o que, no entanto, se particulariza a partir de como cada uma das famílias se relaciona com o novo território.

Outra questão de suma importância a ser considerada é em relação à construção das identidades nos novos territórios, algumas famílias ainda não se sentem pertencentes a este novo espaço tão próximo e distante do rio ao mesmo tempo. Estamos diante de um processo em andamento no RRC, as famílias ali reassentadas passam por constantes transformações intrínsecas deste espaço. Ali elas se veem induzidas a se adaptarem à nova dinâmica, entendemos como uma readaptação dos seus antigos modos de vida para este novo espaço geográfico, assim como também buscam novas estratégias para sua (re)produção existencial no reassentamento. Sendo assim, o estudo no RRC se dá juntamente com a evolução das dinâmicas socioespaciais intrínsecas deste espaço.

3 CONCLUSÕES

Ao passo em que grandes projetos se instalam em determinadas localidades, há uma desorganização dos costumes cotidianos das famílias locais, a UHE Belo Monte impôs novas dinâmicas socioespaciais para as famílias do RRC. Ao reorganizar um espaço desconhecido para as famílias afetadas pelo empreendimento, buscou-se, pelas mesmas, novos meios de se organizarem, novas estratégias, novas formas de se relacionarem com o meio. Houve a necessidade de se recriarem em um novo território, no qual ainda não há laços de ligação firmes o suficiente, pois algumas famílias que não conseguiram lidar com as novas dinâmicas socioespaciais partiram para novos territórios em busca de se reorganizarem em territórios novos, porém mais parecidos com o antigo território abrigo.

REFERÊNCIAS

- ARCANJO, Nathany Melo Machado. COSTA, Darlene Silva Da, HERRERA, José Antônio. **Hidrelétrica Belo Monte: Reestruturação Social e Econômica dos Reassentados Do RRC/Travessão 27- Vitória Do Xingu /Pa.** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. ISSN 1980- 4555. Nov. 2017
- BECKER, Bertha K. **Significância contemporânea da fronteira: Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira.** In AUBERTIN, C (ed.). *Fronteiras*1988. Brasília: Universidade de Brasília (UNB) / ORSTOM 1988b. p. 60-89.
- GONÇALVES. Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazôniaas.** São Paulo: Contexto, 2001.
- GONÇALVES. Carlos Walter Porto. **Amazônia: Encruzilhadas civilizatória: Tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- GÓMEZ, Mónica Castañeda. SOUZA, Wilma Gomes. **Grandes empreendimentos, valorização do capital e transformações rural-urbano.** Revista. Rural & Urbano, Recife. v. 01, n. 01, p. 67-74, 2016. monik8705@yahoo.com.mx/wilmmasouza @gmail.com Universidade Federal de Pernambuco.
- HERRERA, José Antônio. **Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico** - Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 473-499, abril. 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1982-153.2019v34n71p473>. Acesso em: set. 2018
- HERRERA, José Antônio. NETO, José Queiroz de Miranda. MOREIRA, Rodolfo Pragana. **Integração e estruturação do território amazônico como consequência da expansão capitalista no Brasil.** Maringá, v. 31, n. 2, p. 19-36, maio-ago. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276294994_INTEGRACAO_E ESTRUTURACAO_DO_TERRITORIO_AMAZONICO_COMO_CONSEQUENCIA_DA_EXPANSAO_CAPITALISTA_NO_BRASIL_Integration_and_structure_of_the_amazonian_territory_as_a_result_of_capitalist_expansion_in_Brazil. Acesso em: 22 març.2019.
- HERRERA, José Antônio. MOREIRA, Rodolfo Pragana. BEZERRA, Tássia Stêfany Lima. A Amazônia: Expansão do capital e apropriação dos recursos naturais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** G&DR . v. 12, n. 2, p. 208-227, mai-ago/2016, Taubaté, SP, Brasil.
- HERRERA, José Antônio. A estrangeirização de terras na amazônia legal brasileira entre os anos 2003 e 2014. CAMPO- TERRITÓRIO: **Revista de geografia agrária.** Edição especial, p. 136-164, jun., 2016
- MARX, KARL, 1818-1883: **A ideologia alemã** / Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender]: Trad. Luís Claudio de Castro e Costa – São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOREIRA, Rodolfo Pragana. **Desterritorialização do Baixão do Tufi: Da formação espacial aos novos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) em Altamira/PA.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Belém do Pará, 2018.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **Espaço Geográfico, Território usado e lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos**. 8 (2): 154-161, ago. /dez. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil ISSN 1982-0003. Mestre em Geografia – UFRN. IFRN. 2015. Versão online publicada em 13 jan. 2016. Disponível em: [Http://seer.ufrgs.br/paraonde](http://seer.ufrgs.br/paraonde). Acesso em: julh. 2018

ROCHA, Humberto José Da. **O controle do espaço tempo nos processos de instalação de hidrelétricas**. Junho 2014, p. 259-280.

SANTOS, Milton, Laura Silveira, Maria. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. ISBN 850-10-59-39-0 – 9º ed. - Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. ISBN 978-85-314-0882-3. Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial, . 3. Ed. ISBN 978- 8598271-42-2. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção**. – 4 ed. 2, reimpr. ISBN 85314-0713-3 - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. Ed. 2 reimpr. ISBN 978-85-314-1085-7. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SOUZA, César Martins de. **Memórias da ditadura nas memórias da Transamazônica (19701990)**. Universidade Federal do Pará. email:cesar@ufpa.br. Disponível em: https://seminariomemoriatraumaereparacao.weebly.com/uploads/1/4/8/8/14881944/souza_csar_martins.pdf. Acesso em: 19 julh 2018.

UHE BELO Monte Perguntas e Respostas. **Secretaria de Comunicação Social/PR - UHE Belo Monte Perguntas e Respostas**. http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/faq_belomonte_182.pdf. Acesso em: 22 març. 2019.

Recebido em: 22/10/2019
Aprovado em: 23/11/2019

TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM DO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO, TRAVESSÃO KM 27, VITÓRIA DO XINGU/PA

Wellington de Pinho Alvarez¹

Danyelly Feitosa da Costa²

Raírys Cravo Herrera³

RESUMO

O presente trabalho procura fazer uma análise na mudança da paisagem do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) localizado no Travessão km 27 do município de Vitória do Xingu/PA, o qual foi construído como maneira de recompensar as famílias ribeirinhas atingidas pela UHE Belo Monte. Para fazer essa análise serão utilizadas imagens de satélite dos anos de 1991, 1997, 2007, 2011 e 2018, e classificados o uso e a cobertura do solo nesses respectivos anos para que possamos compreender a dinâmica atual no local e mostrar que as famílias atualmente utilizam o solo no reassentamento para a prática da agricultura e pecuária, sendo assim as principais modeladoras da paisagem no RRC.

Palavras-chaves: Reassentamento. Paisagem. Solo.

ABSTRACT

The present work seeks to make an analysis of the landscape change of the Collective Rural Resettlement (RRC) located at Travessão km 27 of Vitória do Xingu / PA, which was built as a way to reward the riverside families affected by the Belo Monte HPP. To make this analysis will be used satellite images from the years 1991, 1997, 2007, 2011 and 2018, and classified land use and land cover in these years so that we can understand the current dynamics at the site and show that families currently use resettlement land for agriculture and livestock, thus being the main landscape shapers in the RRC.

Keywords: Resettlement. Landscape. Soil.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é vista como um espaço de expansão capitalista, temos como exemplo a exploração da seringa e a abertura de rodovias. O capital financeiro e industrial está voltado para transformar a natureza e para garantir a apropriação dos recursos naturais pelo capital

¹ Técnico em Geodésia e Cartografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) 2010, cursou Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) 2011, é Especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade São Marcus (FASAMAR) 2011, também é Especialista em Geoprocessamento e Ordenamento Territorial (FASAMAR) 2013, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará em 2015. É discente do curso de Doutorado do PPGEO - UFPA. Professor assistente do quadro efetivo da Universidade Federal do Pará no Campus Altamira, desenvolve pesquisas sobre gestão e ordenamento territorial no âmbito da segurança pública, dinâmicas da paisagem e da paisagem cultural na Amazônia. E-mail: walvarez@ufpa.br

² É membra do Grupo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia - GEDTAM e do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia LEDTAM, pesquisadora voluntária em: Rede de pesquisas Xingu - REDEX, Centro de Formação e Informação Xingu - CEFORM, Projeto de residência pedagógica e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - Fapespa. E-mail: danyellyfeitosa@gmail.com

³ Bióloga, Professora da Universidade Federal do Pará – UFPA, Faculdade de Ciências Biológicas e do Programa de Biodiversidade e Conservação – PPGBC, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9699-8359>. E-mail: rairys@gmail.com.br

mundial. Segundo Alvarez e Herrera (2017), a paisagem se torna alvo de ações, em especial para acomodar as novas demandas do ordenamento territorial, a conversão paisagística acontece para cristalizar as ações no território. Desta maneira tem-se dado o processo com a construção da UHE Belo Monte, transformam o meio sem considerar as dinâmicas locais, os hábitos e costumes dos sujeitos.

A paisagem possui uma dimensão sociocultural do conjunto geográfico estudado, ela é uma projeção da interação dos mais diversos componentes, portanto, apresenta uma manifestação dinâmica, nunca fixa ou eterna. Exemplo de paisagem segundo Pissinati e Archela (2009) é “espaço ocupado e produzido por uma comunidade de cultura singular, que difere as pessoas e até mesmo o uso do solo das demais comunidades vizinhas”.

Uma das principais modificações na paisagem são as derrubadas de matas para a construção de empreendimentos de grande porte, por exemplo, Usinas Hidrelétricas, e o desmatamento de florestas para a produção madeireira e produção agropecuarista. Que feitos de maneira desordenada pode ocasionar degradação do solo em grande escala, prejudicando a paisagem local.

No sistema econômico capitalista, segundo Herrera (2016), a natureza é a principal fornecedora de matéria-prima e não se detêm somente dos meios de produção, mas há necessidade de apropriar-se do meio natural. Um dos recursos mais abundante na região é a água, uma ótima fonte para a geração de energia. A construção de hidrelétricas, em especial na Amazônia, ocasiona a retiradas de famílias de áreas a serem atingidas, causando uma desestruturação nas famílias, como aponta Herrera (2016).

A transformação da terra feita pelo capital é sem dúvidas uma das mais perversas mazelas do capitalismo, pois no momento em que a terra deixa de ter seu valor social e passa ter valor como mercadoria, a desestruturação social é algo marcante, ocorrendo a expropriação de inúmeras famílias (HERRERA, 2016, p. 142).

Parte das famílias atingidas receberam indenização, outras a Carta de Crédito ou foram remanejadas para reassentamentos. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte consideram que a implantação da Usina levaria a obrigatoriamente remanejar as famílias que moram e/ou produzam nas áreas a serem inundadas.

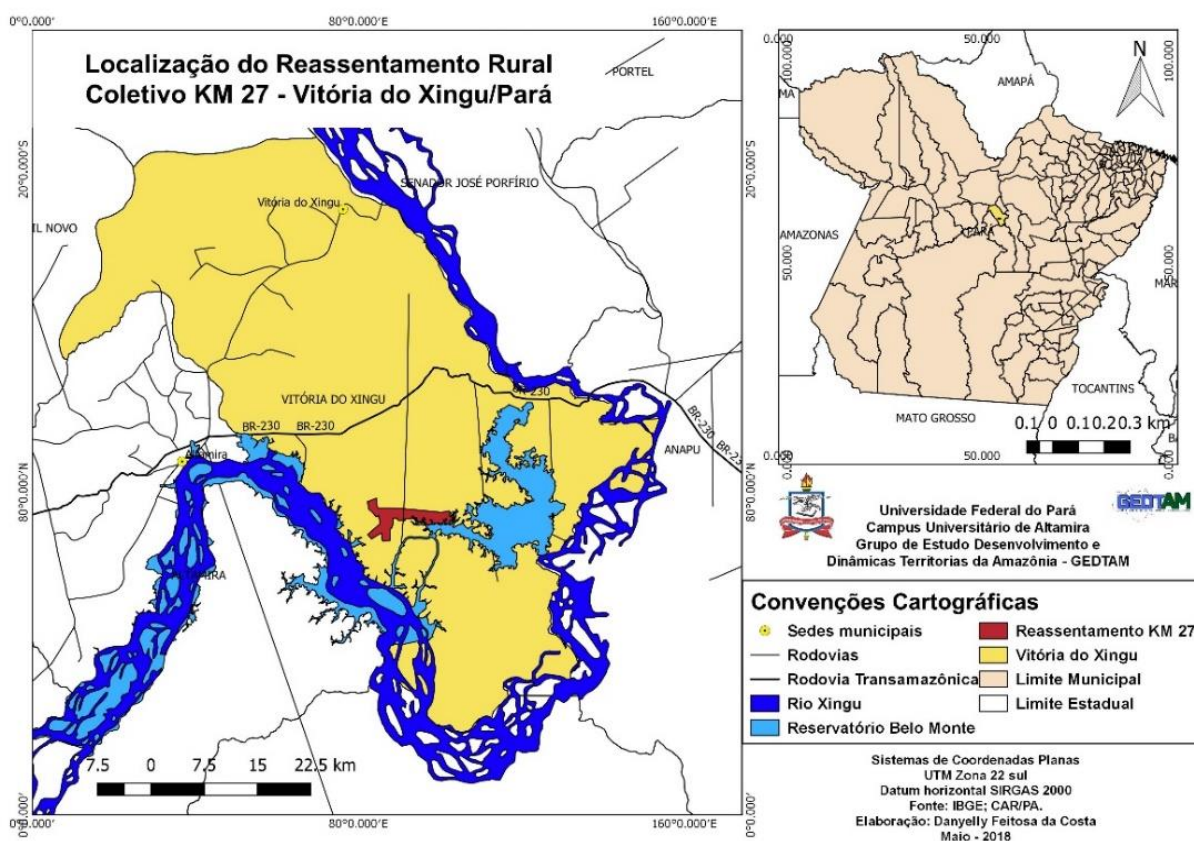
O Projeto de Reassentamento Rural Coletivo surge como uma opção de compensação, buscando a recomposição das atividades e qualidade de vida das famílias afetadas com condições equivalentes ou melhores àquelas que possuíam antes da implantação do empreendimento UHE Belo Monte.

Foram aplicadas pesquisas de campo para verificar o local da paisagem e como as famílias reassentadas a utilizam. Também se utilizou imagens da paisagem local a fim de estabelecer como variável o uso e cobertura do solo.

1. METODOLOGIA

O Projeto de Reassentamento Rural Coletivo (RRC) possui uma área de 2.474,6417 ha, adquirida pela Norte Energia⁴, situada no município de Vitória do Xingu, no Travessão 27, distante a 20 km da rodovia Transamazônica (BR-230), retratado na figura 1. São 28 lotes com 75 hectares, dos quais 15 hectares estão livres para usos agropecuários e o restante são áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente. A seguir apresenta-se, na figura 1, o mapa de localização do RRC-27km.

Figura 1: Mapa de Localização do RRC



Fonte: GEGTAM/UFPA/Altamira.

A paisagem segundo Bertrand (1971) é o resultado da combinação de elementos físicos, biológicos e antrópicos que reagem dialeticamente uns sobre os outros e “fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (BERTRAND, 1971,

⁴ Empresa Responsável pela construção de Belo Monte.

p.2). Segundo Alvarez e Herrera (2017), a paisagem manifesta as interações, podendo ser utilizada, gerida e explorada pelas comunidades humanas, por meio da cultura, da técnica ou do capital.

Esse processo de modificação da paisagem mediante o capital é o caso que acontece com a construção da UHE Belo Monte. A área onde está localizado o RRC antes era uma fazenda, uma área voltada ao uso do solo para pastagem. A paisagem do local está em constante modificação, área de floresta à pastagem e, por conseguinte, à área de agricultura, processos estes que afetam o geossistema como um todo. Para analisar a mudança na paisagem iremos utilizar o sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) de Georges Bertrand, essa metodologia GTP, segundo Pissinati e Archela (2009), não serve somente para delimitar e representar cartograficamente uma área, mas também para detectar problemas existentes no local e o grau de responsabilidade antrópica sobre o mesmo.

A dinâmica na paisagem será analisada através do uso e cobertura do solo nos anos de 1991, 1997, 2007, 2011 e 2018, as escolhas dos anos são referentes aos eventos que marcam esta paisagem. Em 1990 há abertura dos financiamentos para expansão agropecuária na região; em 1997 essa expansão já está em alta; no ano de 2007 ainda era fazenda; no ano de 2011, um ano após o início de construção da UHE Belo Monte, a fazenda já sofreu indenização; e no ano de 2018 completaram-se 3 anos após a chegada das famílias no RRC.

As imagens de satélite foram baixadas no site do Sistema Geológico Americano – USGS (<http://earthexplorer.usgs.gov>), as imagens de 1991, 1997, 2007 e 2011 são imagens do satélite Landsat 5 que possui o sensor TM (Thematic Mapper) sensor este que oferece subsídios para mapeamentos temáticos nas áreas de recursos naturais possuindo uma resolução radiométrica de 8 bits. Já a imagem de 2018 é da cena 22MDB de 22 de julho de 2018 do satélite Sentinel-2A, este satélite faz parte da missão European Space Agency (ESA) desenvolvido no quadro do programa da União Europeia Copernicus e conta com 12 bandas espectrais.

Para a classificação das imagens foi utilizado o software livre Qgis 3.4.7 no complemento Semi-Automatic Plugin (SCP), onde foram definidas 6 classes de uso e cobertura do solo de acordo com os critérios estabelecidos no Manual Técnico de Uso da Terra do IBGE (2013), as classes definidas foram: Áreas antrópicas agrícolas; Áreas antrópicas não agrícolas; Áreas de vegetação natural florestal; Áreas de vegetação natural em regeneração, Água e a classe Cloud, definida pelo autor para classificar nuvens e sombra de nuvens. Cada classe significa os seguintes uso do solo:

Tabela 1: Classes de uso e cobertura do solo

Classe	Uso do solo
Áreas antrópicas agrícolas	Agricultura e pecuária
Áreas antrópicas não agrícolas	Estrada e as casas dos lotes
Áreas de vegetação natural florestal	Floresta
Áreas de vegetação natural em regeneração	Vegetação secundária
Água	Canal Belo Monte
Cloud	Nuvem e sombra de nuvem

Para analisar a evolução da paisagem nos 5 anos, foi feita a medição de cada classe em cada ano através do complemento *Calculate Geometry*, onde as áreas foram medidas em hectares em cada ano para mostrar a evolução da paisagem e como a mesma se modifica de acordo com o uso que as famílias fazem.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a modificação da paisagem e quais os processos que afetam o geossistema, em especial o uso do solo para a agricultura e pastagem que desencadeiam processos que modificam o geossistema como um todo.

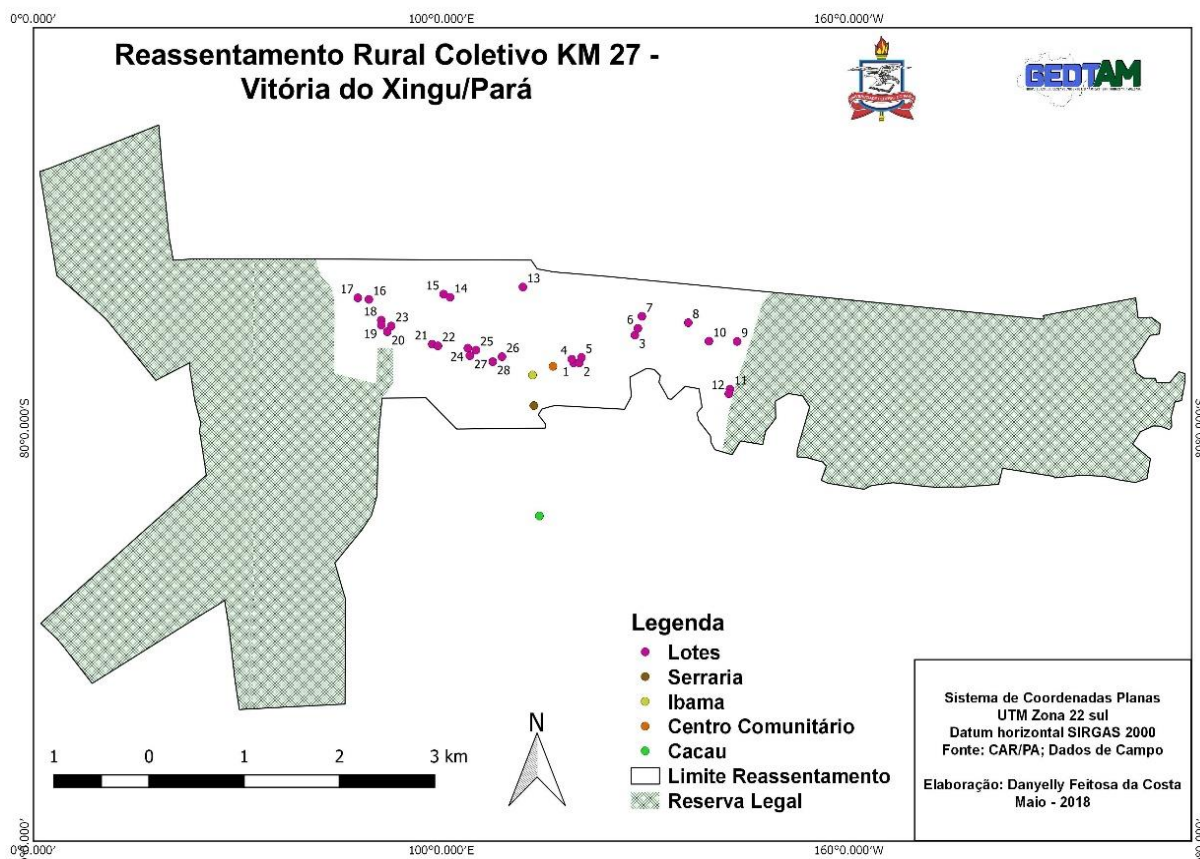
2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área atual do RRC sofre com o crescimento rápido de capim, esse processo acontece pelo fato de antes de ser reassentamento, era uma fazenda com grandes áreas de pastagens para pecuária. As famílias reassentadas contam que ao visitarem o local antes de se mudarem, a vegetação existente era apenas pastagens e, quando foram para os lotes, receberam auxílio para a contenção do capim durante um ano por uma empresa a serviço da Norte Energia, pois durante o período de inverno cresce com bastante facilidade, após esse um ano, os meios de intervenção são feitos pelo reassentados.

Os lotes são divididos em duas áreas do reassentamento, conforme apresentado na figura 2, a distribuição apresenta 16 lotes de um lado e no outro estão os 12 lotes restantes. Nas entrevistas realizadas foi detectado um impasse existente entre as famílias reassentadas, alguns apontam que um lado do reassentamento tem o solo bastante fértil para a produção enquanto o outro não. Alguns lotes não estão mais com as famílias reassentadas, pois fizeram a venda, alegando não terem condições de produção na área. As famílias que continuam nos lotes recebem a visita de um técnico de uma empresa a serviço da Norte Energia que os auxiliam para corrigir a terra e preservar as nascentes existentes em alguns dos lotes.

Figura 2: Reassentamento Rural Coletivo KM 27

Fonte: GEDTAM. Elaboração: Danyelly Feitosa da Costa, 2018.



A figura 2 mostra que no RRC possui uma grande área de reserva legal que foi definida em blocos (sistema de condomínios) conectada às áreas de preservação permanente (APPs). Nos estudos realizados pela Norte Energia foram identificados dois sítios arqueológicos que serão preservados para um futuro resgate dos materiais ali existentes. São destinados 194,5600 ha de APPs e a Reserva Legal em Condomínio possui uma área de 1.770,6600 ha (Norte Energia). É nítido, ao visitar o reassentamento, ver o contraste entre a paisagem natural – a reserva legal – e a paisagem humanizada, aquela que foi transformada pelo homem.

O homem necessita modificar a paisagem natural para atender às suas necessidades, esse processo de modificação é mais nítido na cidade, mas no meio rural acontece por ser modificada para os usos agrícolas, pecuários e florestais do território, assim como, por outros fatores econômicos como estradas, rodovias e usinas.

Para entender a paisagem local vamos relembrar o processo de ocupação na Amazônia, enfatizando a partir da década de 1970 com a construção da BR-230 (Rodovia Transamazônica). No ano de 1953 houve a necessidade de promover a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, assim o Governo criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que foi substituída, em 1966, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), cuja ação é completada pelo Banco da Amazônia e pelo Fundo de Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), os quais tinham como objetivo integrar a região amazônica ao restante do país.

Esses meios criados pelo Governo tinham como intenção “integrar” a Amazônia ao restante do país, mas, além disso, queriam ocupar os espaços vazios (maneira como a Amazônia era vista pelo Governo). Conforme afirma Becker (2015):

A ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico do governo militar torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão de obra, sob forte controle social (BECKER, p. 12, 2015)

Assim a Amazônia assume uma posição chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas (BECKER, 2015) e dessa maneira eles queriam resolver de forma conjunta os problemas sociais do Nordeste e a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste. Para acelerar esse processo de ocupação foram decididas uma série de medidas vinculadas ao Plano de Desenvolvimentos Socioeconômico do País e ao Programa de Integração Nacional (PIN), por meio do PIN houve o processo de construção da rodovia Transamazônica (BR-230).

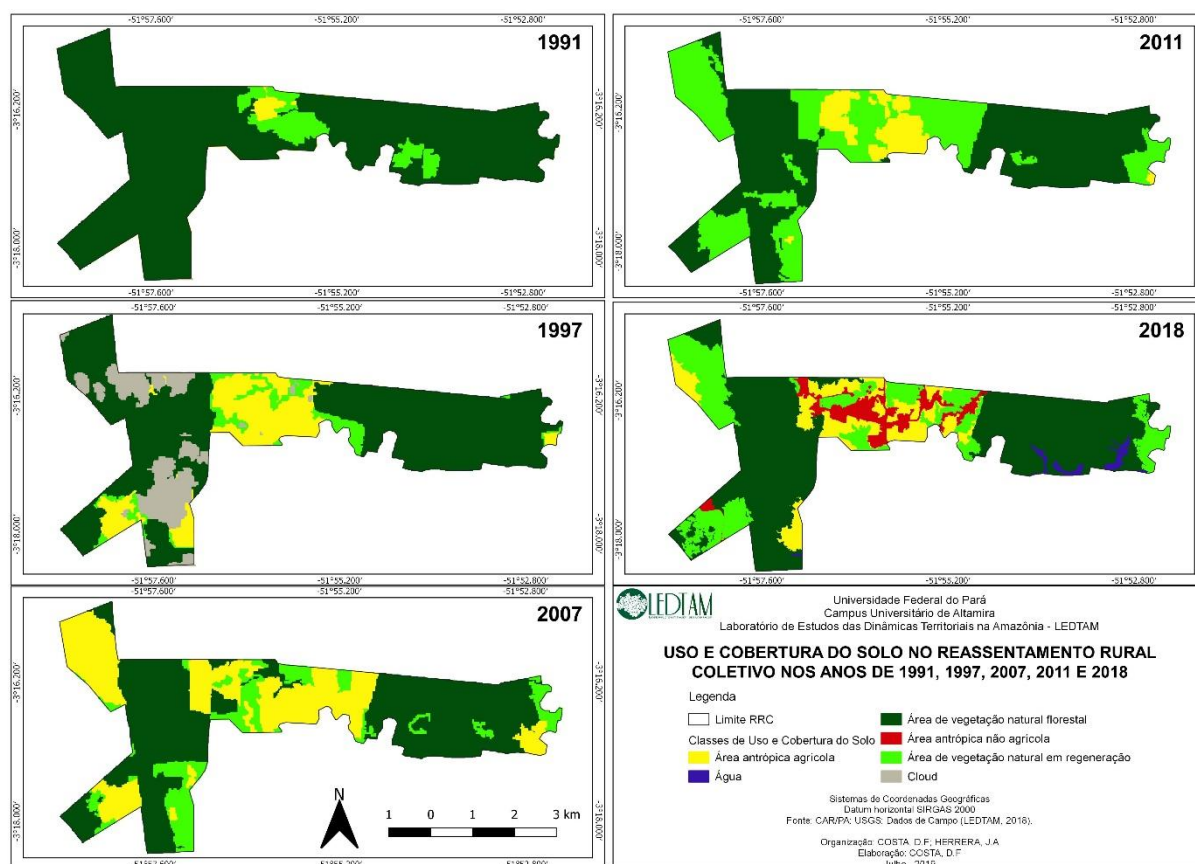
A rodovia sai da cidade de Cabedelo-PB e tinha como destino final em Boqueirão da Esperança, a fronteira do Acre com o Peru, onde sua intenção era ligar todo o País e chegar aos portos do Oceano Pacífico como também era uma forma encontrada pelo Governo de colonizar a área que para eles eram espaços vazios. Mas o que de fato aconteceu é que a construção da Transamazônica abriu ainda mais as portas para o capital apropriar-se dos recursos naturais existentes na Amazônia, o que sempre foi visto para a mesma, uma área com enorme potencial de recursos naturais suscetíveis à manipulação por parte de potências internacionais (PORTO-GONÇALVES, 2001).

É necessário lembrar-se deste marco histórico na Amazônia, pois, a partir da rodovia, os espaços nas florestas foram sendo abertos e possíveis de serem explorados com mais

facilidade, seja pelo capital, como também pela população que ali vai chegando e tomando seu espaço construindo sua vida. A partir de então, o Governo ajudou cada vez mais os proprietários de terra a possuírem mais terra, na década de 1990 a atual área do reassentamento estava com a área de floresta quase intacta, pouco ainda era visível de áreas de pastagens, mas, com o decorrer dos anos e com o financiamento sendo mais fácil para os agricultores, é notório ver esta paisagem sofrer um processo de modificação.

Para entender como a paisagem sofreu modificações ao longo dos anos é essencial compreender como as famílias atualmente modificam-na para a sua sobrevivência no local. A partir disso iremos analisar a figura 4 que mostra a dinâmica na paisagem por meio do uso e cobertura do solo.

Figura 3: Uso e cobertura do solo no RRC nos anos de 1991, 1997, 2007, 2011 e 2018



Fonte: LEDTAM. Elaboração: COSTA, D. F, 2019.

A partir da figura 3 é possível perceber que a paisagem no reassentamento passou por grandes modificações que foram influenciadas a partir de 1991, ano em que a paisagem estava com a área de vegetação natural florestal em maior quantidade. A partir de 1997 percebe-se que essa área de vegetação natural florestal foi suprimida e estava sendo ocupada por área antrópica agrícola e em 2007 é mais forte ainda, isso são resquícios de um incentivo bancário

para os produtores da região de ampliar suas plantações ou pecuária e, como resultado, destruiu-se ainda mais a floresta.

A partir do ano de 2011 é possível perceber que a área de vegetação natural em regeneração está maior, uma explicação para esse motivo é que a fazenda onde está o RRC atualmente está próxima de onde foi construído o canal da UHE Belo Monte e a fazenda já estava em processo de indenização, por esse motivo as áreas antrópicas agrícolas foram abandonadas e a vegetação entrou em processo de regeneração. No ano de 2015 foi implantado o RRC e as famílias começaram a ocupar o local, na imagem de 2018, 3 anos após a chegada das famílias, já mostra o reassentamento consolidado com a presença de uma nova classe, de área antrópica não agrícola, representando o solo exposto onde estão as casas, a estrada e o galpão do IBAMA e da serraria.

Mas o fator crucial para entender a modificação na paisagem do RRC é que as famílias reassentadas acabam se tornando vítimas desse processo de ampliação do capital, são retiradas de suas propriedades, onde mantinham costume e acabam sendo obrigadas a modificar a paisagem local para a sua sobrevivência. As classes onde as famílias modificam essa paisagem são a classe área antrópica agrícola e a não agrícola, nesses dois usos está inclusa a maneira que as famílias utilizam o solo.

Na figura 4 encontramos o contraste entre duas paisagens dentro de um mesmo geossistema, de um lado observamos a paisagem natural representada pela área de reserva legal e do outro lado a paisagem humanizada, transformada pelo homem, onde vemos o uso do solo para a agricultura com a plantação de bananas. Percebemos como o homem modifica a paisagem para se adaptar ao seu modo de vida e para o seu sustento.

Figura 4: Contraste de uma paisagem natural com uma paisagem humanizada



As principais modificações da paisagem rural do RRC são para o uso da agricultura e pecuária. Destaca-se mais a atividade agrícola, dos 28 lotes, 25 deles são para a agricultura e 3 para a pecuária, como demonstrado na tabela 2. Nas idas a campo, em conversa com as famílias reassentadas, observou-se que há um impasse entre eles em relação à fertilidade do solo para o uso agrícola, é apontado que um lado do reassentamento é mais fértil para a produção que o outro. A explicação para que o solo seja pouco fértil é que o solo predominante na área é o Argissolo Vermelho-amarelo distrófico, que segundo a EMBRAPA (2006) é um solo constituído por material mineral, que apresenta em seu horizonte B textura de argila de atividade baixa e apresenta uma baixa fertilidade. O uso indisciplinado do solo pode causar um desgaste do mesmo, é importante haver uma manutenção na produtividade e na conservação ambiental, desse modo há uma sustentabilidade do agroecossistema.

Lotes	Área uso do solo (ha)	Uso do solo	Lotes	Área uso do solo (ha)	Uso do solo
1	15,0881	Agricultura	15	15,0905	Agricultura
2	16,9277	Agricultura	16	15,4434	Agricultura
3	17,1747	Pecuária	17	15,3623	Agricultura
4	15,0007	Agricultura	18	15,0082	Agricultura
5	15,0245	Agricultura	19	15,0941	Agricultura
6	17,3182	Pecuária	20	15,3639	Agricultura
7	17,2944	Agricultura	21	15,4375	Agricultura
8	16,5375	Agricultura	22	15,2387	Agricultura
9	15,2407	Agricultura	23	15,6454	Pecuária
10	16,9284	Agricultura	24	16,3720	Agricultura
11	15,9694	Agricultura	25	16,3212	Agricultura
12	15,0447	Agricultura	26	16,1037	Agricultura
13	15,0645	Agricultura	27	15,0958	Agricultura
14	15,0731	Agricultura	28	15,1911	Agricultura

Tabela 2: Uso do solo nos lotes do RRC

A forte exploração da paisagem na Amazônia aconteceu durante a formação histórica de colonização, onde diversas atividades foram implementadas sem levar em conta os aspectos socioambientais de cada local. Entre estas atividades estão a conversão de terras à exploração agrícola e pecuária, que são as principais áreas atrativas de investimento na região, em seguida vem o setor madeireiro (SOUZA *et al.*, 2012 apud LENTINNI *et al.*, 2005), são esses os fatores que acontecem na Amazônia como um todo, também acaba acontecendo no RRC.

Algumas práticas realizadas no solo podem modificar suas propriedades físicas, em sua grande parte na estrutura, podendo as alterações serem permanentes ou temporárias e ainda podem influenciar os processos erosivos. O solo que é submetido a um cultivo intenso tem a sua estrutura original alterada, tanto em níveis de poros quanto na densidade do solo (CARPENEDO; MIELNICZUK, 1990).

Figura 4: Plantação de milho em um dos lotes do RRC.



As práticas de monocultura, ou seja, plantar apenas uma espécie de planta em uma grande região contribui para a degradação ambiental, este tipo de cultivo contínuo e prolongado causam mudanças físicas no solo, principalmente na sua porosidade. Para não haver o desgaste do solo é necessária uma rotação de culturas, conservando as estruturas físicas e químicas. No caso do RRC não há a prática de monocultura, a agricultura praticada pelas famílias reassentadas é a de subsistência, a qual tem por objetivo a produção de alimentos para a sobrevivência do agricultor, sua família e comunidade. Os principais cultivos realizados são cacau, mandioca, macaxeira, banana, milho, limão e laranja.

A atividade pecuarista causa impactos sobre o meio ambiente, dentre eles a degradação do solo e a perda de biodiversidade. A produção animal interage com o meio ambiente seja pela alimentação ou pela dessedentação. Os impactos ambientais dessa produção são proporcionais à relação entre a intensidade com que a mesma é praticada e a disponibilidade de recursos naturais.

O processo de remoção da vegetação arbórea para a formação de pastagens, além de comprometer a biodiversidade, também compromete o ciclo da água, pois reduz a infiltração e

o armazenamento, libera gás carbônico para atmosfera contribuindo para a mudança climática, aumenta a velocidade de lixiviação, ocasionando a compactação e erosão no solo.

Essa atividade ainda afeta a reposição de água doce através da compactação do solo, o que acaba diminuindo a infiltração para os lençóis freáticos e a degradação das margens dos rios. Prejudica as nascentes que estão bastante presentes dentro de alguns lotes e, na maior parte deles, estão descobertas de vegetação, o que propicia junto ao pisoteio do gado um processo erosivo.

Uma alternativa sustentável para os variados impactos ambientais que a atividade pecuarista causa é a Integração Lavoura-Pecuária ou Sistema Agropastoril, que é definido como um sistema de produção que integra os componentes agrícola e pecuário em rotação, consórcio ou sucessão. Essa integração traz benefícios diversos para a pecuária como para o solo, pois há o processo de regeneração de pastagens degradadas.

Os impactos gerados tanto pela agricultura como pela pecuária podem ocasionar processos de degradação na paisagem do RRC. A empresa que presta serviço à Norte Energia para auxílio aos reassentados deve procurar promover mais ensinamentos sobre o uso do solo para que futuramente a paisagem que hoje eles possuem não sofra alterações mais significativas e prejudiciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos iniciados no Reassentamento Rural Coletivo pôde-se perceber que a paisagem do local sofre bastante modificações, em principal o uso do solo. Antes de ser um reassentamento era uma fazenda, e nesta o uso do solo era predominantemente para fins pecuários, o que já prejudicou o solo pelo seu uso intenso. A paisagem atual é composta por dois blocos que são áreas de reserva legal e um bloco onde ficam os lotes para fins agrícolas. O uso principal do solo no local é para a agricultura, que apresenta atividade menos intensa do que a pecuária, mas mesmo assim afeta o solo se não feita adequadamente.

É possível perceber que toda essa modificação na paisagem do RRC se dá em primeiro lugar pelo fato das famílias reassentadas terem sido retiradas de seus locais de origem, onde possuíam um modo de vida diferente e acabam sendo obrigadas a modificar a paisagem para a sua sobrevivência através da agricultura e da pecuária, atividades estas que sendo em escala grande ocasionam mudanças significativas. Fazendo assim o uso de uma agricultura e pecuária sustentáveis, mas também preservando as nascentes presentes em alguns lotes, essa paisagem terá um significado de preservação pelos seus moradores.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, W. P; HERRERA, J. A. Paisagem mundial na Amazônia: aportes para análise da paisagem em Altamira - PA, em decorrência da UHEBM. In. **Hidrelétricas na Amazônia: Interpretações geográficas sobre as usinas no Madeira e no Xingu**. Org. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante e José Antônio Herrera. 1ª ed. pág. 159-182. GAPTA/UFPA. Belém/2017.
- BECKER, B. K. Amazônia. In. **As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. vol. 2/ organização Imá Célia Guimarães Vieira – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. Caderno de Ciências da Terra, n. 13, p. 1-27, 1971.
- CARPENEDO, V.; MIELNICZUK, J. **Estado de agregados e qualidade de agregados de Latossolos Roxos, submetidos a diferentes sistemas de manejo**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, Piracicaba, v.14, n.1 p.99-105, 1990.
- DE DEUS, R. M; BAKONYI, S. M. C. **O impacto da agricultura sobre o meio ambiente**. Revista eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v(7), nº 7, p. 1306-1315, mar-ago, 2012.
- EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. – Rio de Janeiro : EMBRAPA-SPI, 2006.
- HERRERA, J. A. **A estrangeirização de terras na Amazônia Legal brasileira entre os anos de 2003 e 2014**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial, p.136-164, jun., 2016.
- HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. **Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, mês. 2016.
- IBGE, Manuais técnico em geociências n. 7. **Manual Técnico de Uso da Terra**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2013.
- LENTINI, M. *et al.* **Fatos florestais da Amazônia 2005**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SOUZA, S.R *et al.* **Caracterização do conflito de uso e ocupação do solo nas áreas de preservação permanente do rio Apeú, Nordeste do Pará**. Floresta, Curitiba, PR, v. 42, n. 4, p. 701-710, out/dez, 2012.
- WÜST, C.; TAGLIANI, N.; CONCATO, A. C. **A Pecuária e sua influência impactante ao meio ambiente**. VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre/RS, 2015.

Recebido em: 22/10/2019
Aprovado em: 27/11/2019

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES FACE À UHE BELO MONTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RUC SÃO JOAQUIM E LARANJEIRAS EM ALTAMIRA-PA

Ronicleici Santos da Conceição¹
José Antônio Herrera²
Gleiciely Barroso Carvalho³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a desterritorialização das crianças e dos adolescentes realocados para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) São Joaquim e Laranjeiras no município de Altamira, Sudoeste do Pará, caracterizando as dinâmicas e as condições de vida no processo de reterritorialização. Para tal, utilizou-se a pesquisa qualitativa, pesquisa documental nas instituições da rede de proteção das crianças e dos adolescentes, e órgãos e instituições ligados ao empreendimento Belo Monte. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com crianças, adolescentes e adultos, além da produção de desenhos como forma de capturar a percepção do sujeito sobre os diferentes espaços. A desterritorialização está relacionada às rupturas nas relações materiais e imateriais no uso e apropriação do território dos sujeitos em análise, desencadeadas pela inserção da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, além das dificuldades de adaptação ao novo espaço de moradia. Assim, em meados de 2015 e 2016, foi realizada análise nos RUCs São Joaquim e Laranjeiras e constatou-se, nos serviços básicos de educação, saúde e lazer, ausências e deficiências que têm, conseqüentemente, interferido de forma direta nas condições de vida das crianças e adolescentes sendo possível observar, através dos desenhos e falas, um grande sentimento de pertencimento aos territórios de origem, sobretudo por causa da ruptura parcial ou total das redes de sociabilidade familiar e comunitária.

Palavras-chave: Desterritorialização. Crianças e Adolescentes. Políticas Públicas. Reassentamentos.

ABSTRACT

The present article intends to analyze the deterritorialization of children and teenagers relocated to São Joaquim and Laranjeiras Urban Collective Resettlements in Altamira, southwestern Pará,

¹ Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2016), mestrado em geografia pelo no Programa de Pós-graduação em Geografia/ PP GEO/IFCH pela Universidade Federal do Pará, campus Belém (2019) sob orientação do Prof. Dr José Antonio Herrera. Atualmente é doutoranda pelo então Programa de Pós-graduação em Geografia/ PP GEO/IFCH e está vinculada como pesquisadora do Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM) no campus universitário de Altamira e membro do Centro de Informação e Formação do Xingu (CEF ORM XINGU) e da Rede de Pesquisa Xingu (REDEX).

² Possui graduação em Licenciatura Plena Em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Pará (2001), graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2018), mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (2003) e doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Atualmente é professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará, na Faculdade de Geografia no Campus Universitário de Altamira e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Geografia - PP GEO / IFCH / UFPA - Campus Universitário de Belém. Coordenador do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia - LEDTAM. Atualmente é Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO / IFCH / UFPA (Portaria 1972/2019). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Território, Produção do Espaço; Grandes Projetos, Hidrelétricas; Relação Campo-Cidade.

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará no Programa de Graduação de Pós-graduação em Geografia PP GEO, possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2016). Tem experiência na área de Geografia Humana e possui vínculo com o Laboratório de Geografia das Dinâmicas Territoriais na Amazônia

characterizing the dynamics and life conditions on the process of reterritorialization. To do that, the utilized method was qualitative research, documental research in the protection institutions of children and teenagers as well as in organs and institutions linked with Belo Monte project. Besides that, semi-structured interviews were also realized with children, teenagers and adults, as well as drawings as a way to capture the perception of the subject on multiple spaces. The deterritorialization is the motto of the rupture of the material and immaterial relations on the use and appropriation of the territory from the subjects in analysis, triggered by the insertion of Belo Monte HPP, aside from the difficulties of adaptation to the new living space. Considering that, in mid-2015 and 2016 the São Joaquim and Laranjeiras UCRs were analyzed and it was noted lacks and deficiencies of basic education, health and leisure services who consequently has directly interfered on the conditions of children and teenagers, being possible to observe throughout the drawings and interviews a great feeling of belonging to the original territories, specially because of the partial or total rupture of family and community sociability nets.

Keywords: Deterritorialization. Children and Teenagers. Public Politics. Resettlements.

INTRODUÇÃO

Os grandes projetos neodesenvolvimentistas no Brasil têm reconfigurado as relações sociais materializadas no espaço graças aos mandos e desmandos do capital em uma conjuntura histórica e político-institucional, sobretudo na região Amazônica, que comporta um dos maiores potenciais hídricos do país, dentre eles a bacia hidrográfica do rio Xingu. Devido a isso, a região da Volta Grande do Xingu, que abrange os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Brasil Novo, passou a abrigar uma das maiores usinas hidrelétrica do mundo, a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, que tem em sua matriz de produção energética o desencadeamento de novos problemas sociais aos sujeitos diretamente impactados pela Usina.

Nesse contexto, as crianças e adolescentes de Altamira/Pará, considerada uma cidade média por Miranda Neto (2016), sofreram com o processo de desterritorialização, isto é, com as rupturas de suas relações econômicas, políticas e culturais ao serem reassentados nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) *São Joaquim e Laranjeiras* criados pela empresa Norte Energia, a responsável pela construção e operacionalização da UHE Belo Monte e principal causadora e/ou impulsionadora dos impactos sociais na cidade de Altamira/PA.

Desse modo, as precárias condições de vida dos jovens reassentados nos RUC, a perda dos laços afetivos e alteração dos seus modos de vida no aspecto econômico e cultural demonstram a intensificação das mazelas sociais desencadeadas pela inserção de um grande projeto neodesenvolvimentista que desconsiderou a multidimensionalidade dos impactos que vão além da materialidade do território.

Nesse cenário, a pesquisa foi desenvolvida mediante o método qualitativo, abordado por Minayo (2000), que analisa o objeto a partir da sua essência qualitativa, na qual a

realidade social é apreendida pelo pesquisador por meio de sucessivas aproximações, idas e vindas, realizando um diálogo entre a teoria e a realidade apreendida.

1 METODOLOGIA

A delimitação de um método que se aproxime do objeto em análise se configurou como um grande desafio, principalmente por que na Geografia existe uma lacuna de estudos sobre crianças e adolescentes no espaço geográfico e suas relações de territorialidades. Assim, o método de pesquisa qualitativa permitiu compreender os sentimentos e os significados que os sujeitos em análise tinham em relação aos seus espaços de convivência familiar e comunitária. Nessa perspectiva, Minayo (2000) compreende o método qualitativo como um recorte característico das Ciências Sociais (pensadas enquanto campo científico que se distingue das Ciências Naturais) que busca entender o objeto de maneira essencialmente qualitativa.

Desse modo, o presente trabalho utiliza a pesquisa qualitativa para analisar as condições de vida dos sujeitos crianças e adolescentes a partir do processo de desterritorialização para os RUC São Joaquim e Laranjeiras, localizados no perímetro urbano da cidade de Altamira/PA, como pode ser observado no mapa 1 a seguir. A instrumentalização da pesquisa se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise documental e de desenhos e mapas mentais produzidos pelas crianças e adolescentes reassentados.

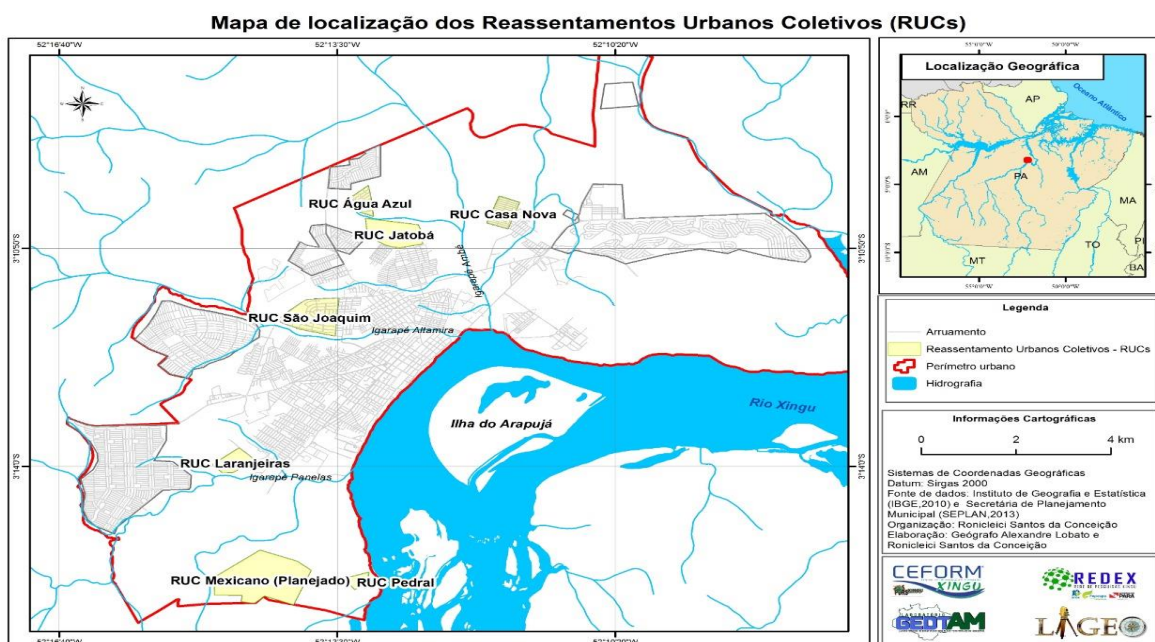
Foram entrevistados crianças, adolescentes, familiares, conselheiras tutelares e membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). É importante destacar que durante a pesquisa se buscou o envolvimento máximo dos sujeitos territoriais, dando-lhes a possibilidade de dialogar sobre os assuntos sem (re)pressão e/ou indução por parte do pesquisador.

A pesquisa foi realizada a partir de quatro segmentos: 1) movimentos sociais, em específico o MAB; 2) Conselho Tutelar de Direito de Altamira (CTDA), com base em entrevista e análise documental dos relatórios anuais atendidos pelo órgão; 3) sujeitos atingidos (4 adultos e 3 crianças do RUC São Joaquim, e 3 adultos e 2 crianças do RUC Laranjeiras); e, por fim, 4) o Núcleo do Migrante de Altamira com a finalidade de compreender como a migração de trabalhadores para o empreendimento afetou nas condições de vida dos sujeitos em análise.

A observação participante, com base em Marconi e Lakatos (2007), foi um recurso que permitiu acessar o cotidiano, comportamentos e as formas com que as crianças e adolescentes vivenciam os novos espaços de moradia. De certo, esta metodologia também possibilitou a produção do desenho do mapa mental pelas crianças e adolescentes, para o qual foi solicitado aos entrevistados que expressassem no papel o que ainda conseguiam lembrar-se sobre o antigo território, porém a maior parte desses sujeitos, inibidos por quase ou nunca terem sido atores principais de uma pesquisa social, não aceitaram participar da elaboração do mapa mental, concordando em apenas relatar em poucas palavras como foi a moradia e o processo de deslocamento compulsório. Ainda assim, todas as 15 entrevistas realizadas e as informações coletadas em campo com as crianças, adolescentes e seus respectivos responsáveis legais, foram utilizadas como forma de análise nesta pesquisa.

É importante frisar que nem todas as entrevistas realizadas foram descritas diretamente no corpo deste artigo, entretanto todo o material de análise passou por um processo de tratamento das informações que serviu para a análise, compreensão e elaboração do presente trabalho, haja vista que os órgãos institucionais citados e os sujeitos, incluindo os entrevistados do MAB, vivenciam os impactos com a implantação da UHE Belo Monte.

Mapa 01: Localização dos RUC São Joaquim e Laranjeiras no perímetro urbano da cidade.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira (SEPLAN, 2013).

2 AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO REASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM E LARANJEIRAS

Como exposto anteriormente, a ciência geográfica, muito embora tenha evoluído teórica e metodologicamente nas suas abordagens aos longos dos anos, ainda possui uma lacuna nas abordagens dos sujeitos crianças e adolescentes no espaço geográfico. Tendo em vista essa lacuna, a presente pesquisa norteia-se, em parte, pelos preceitos iniciais da Geografia da Infância abordados por Lopes (2006) para analisar as crianças e adolescentes em situação de reassentados nos RUC São Joaquim e Laranjeiras.

Nesse sentido, a análise das condições de vida das crianças e dos adolescentes no espaço geográfico é mais do que necessária, tendo em vista que são sujeitos que participam cotidianamente da dialética do espaço social onde as territorialidades se manifestam e se concretizam em contínuos processos de mudança no espaço-tempo.

De acordo com tal análise, a busca acelerada e desenfreada por territórios e recursos por parte do capital globalizado tem desencadeado processos geográficos ainda mais evidentes de desterritorialização nos diferentes níveis de escalas geográfica. Essa desterritorialização nem sempre é sucedida por uma reterritorialização imediata devido às rupturas drásticas nas relações imateriais ou subjetivas do território, as quais muitas vezes se perdem e/ou são fragilizadas em virtude de todo o processo, revelando na sua complexidade conceitual as relações sociais e a própria concepção de território pelos sujeitos impactados.

Na perspectiva do geógrafo Haesbaert (2002) a desterritorialização depende da ênfase que lhe é dada e possui diferentes aspectos analíticos.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Haesbaert é, portanto, bem enfático ao afirmar que todo processo de desterritorialização é seguido por uma reterritorialização, porém a implicação da desterritorialização sofrida pelas crianças e adolescentes em Altamira/PA envolve um conjunto de relações bem mais complexas do que demonstra o visível, em virtude de rupturas

diversas e não apenas econômicas nas relações que perpassam pela subjetividade do território, de relações imateriais vividas e concebidas no espaço (LEFEBVRE, 1991).

Dessa forma, ao analisar a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes nos RUC São Joaquim e Laranjeiras, verifica-se que o processo de desterritorialização prosseguido por uma reterritorialização acontece, segundo Haesbaert (2002), de formas diferenciadas. Isso foi observado no decorrer da pesquisa em campo, pois algumas famílias estão conseguindo se adaptar de forma mais rápida ao novo espaço porque o deslocamento aconteceu de maneira menos conflituosa e houve acesso às políticas públicas disponíveis no novo espaço de habitação, sendo essas geralmente escassas no antigo território por conta da ausência do Estado. Em contrapartida, também se verifica o outro lado do processo de reterritorialização: a lentidão na adaptação ao novo espaço, na construção e consolidação de novas bases territoriais que se encontram fragmentadas pelo rompimento das relações de vizinhança e parentesco que não mais se mantêm nos reassentamentos.

Em tal premissa, os sujeitos em análise demonstram processos reversos a um modelo de desenvolvimento que não os envolvem nas partilhas e benefícios do capital, mercado, sobretudo, pela ausência do Estado em não monitorar as ações do empreendedor no processo de consolidação de políticas públicas básicas e específicas. Isso fica evidenciado na fala do entrevistado E1, do RUC São Joaquim, que aponta como o principal problema das crianças e adolescentes as consequências da não opção de escolher o reassentamento em que gostariam de morar, além da falta e/ou funcionamento inadequado de alguns órgãos e instituições públicas no RUC.

Hoje, escola, pela distância. Meu filho acordava seis e meia, ia pra escola de pé. Hoje ele vai acordar cinco e quarenta, e seis horas ele tem que tá no ponto pra poder ir pra escola. Se hoje uma professora deixou de ir ele vai ficar na escola até doze e quinze pra poder vim pra casa, independente dele sair cedo, independente dele sair tarde, então isso pra eles é muito complicado entendeu? (Entrevistado E1, registro realizado em 30/09/2015).

Nesse mesmo contexto, a moradora do RUC Laranjeiras faz a seguinte reflexão:

Sim, a distância da escola porque não inauguraram essa daqui ainda, tá toda feita, mas ainda não inaugurou. Minha filha tava estudando lá perto do Ambé, aí ela chegava às sete horas da noite, isso quando meu marido não ia buscar. (Entrevistada F1, 29/08/2015).

São perceptíveis, portanto, as disparidades entre as condições reais dos novos territórios mediante aquilo que estava planejado oficialmente pelo empreendedor e como o mesmo divulgou em um dos seus relatórios oficiais:

Como em todos os bairros construídos pela Norte Energia, o Laranjeiras possui infraestrutura completa com suas ruas pavimentadas, passeio adaptado para cadeirantes e pessoa com deficiência visual, drenagem pluvial, energia elétrica, iluminação pública, água potável encanada, sistema de esgoto e Unidade Básica de Saúde, já concluída para ser entregue a administração pelo poder municipal. (NESA, 2015b).

Entretanto, aquilo que de fato a Norte Energia S.A. (NESA) afirma em seu relatório não é exatamente o que se verifica na realidade vivenciada nos RUC. Os reassentamentos, segundo observação, apresentam uma “sensação de perfeição”, tendo em vista o embelezamento paisagístico que oferecem, numa padronização de casas e com ruas pavimentadas. Contudo, o que está em discussão analítica não são apenas as questões estruturais dos RUC, mas os efeitos das políticas públicas cumpridas ou mal cumpridas que interferem nas condições de vida dos sujeitos reassentados, pois há uma insatisfação desses sujeitos que vivenciam os espaços e de fato conhecem as implicações sociais que a falta ou mal cumprimento das condicionantes causaram de forma imediata.

Os descumprimentos de algumas condicionantes na construção dos reassentamentos em análise reforçam mais uma vez os malefícios do capital e o despreparo intencional e/ou estrategicamente pensado do Estado e do empreendedor em consolidar políticas para a gestão e ordenamento territorial, como pode ser averiguado a partir do seguinte trecho da entrevista realizada no RUC Laranjeiras:

E aquele posto tá fazendo o que lá parado? Gente, pelo amor de Deus, a minha menina tá com vacina atrasada, sabe? Aí eu fui na campanha, que a dita vacina né, já apareceu outra vacina aí com a vacina da gripe e eu tô precisando tratar a minha outra, a BPP, e num tem. Esse posto de saúde aí gente, juntemo uma mulherada aí e fumo lá, quem tava tomando de conta daquilo lá tava fazendo daquilo lá de motel. (Entrevistada C, 29/04/2016).

O relato acima remete a indagações diversas quanto ao processo de reterritorialização, pensando nas múltiplas territorialidades e a ruptura de algumas relações imateriais em processos de traumas psicológicos que podem perdurar por diversos anos, ou até mesmo gerações, a ponto de formar territorialidades fragilizadas. A isso, somam-se questionamentos sobre como ficará a vida dos sujeitos reassentados e a que ponto uma política interfere no desenvolvimento social para uma reterritorialização de qualidade. Não é dizer que a

reterritorialização depende apenas da inserção de políticas públicas de saúde, educação, lazer e segurança pública, mas dizer que a implantação e o bom funcionamento das mesmas é um instrumento facilitador na reprodução enquanto ser social.

As condições de vida dos sujeitos entrevistados estão em processos de instabilidade social devido à desterritorialização compreendida pela perda de relações sociais materiais, imateriais, culturais, simbólicas e afetivas vividas e concebidas (Lefebvre, 1991) como bem pode ser observado a partir da fala de um morador do RUC São Joaquim:

[...] uma mudança é sempre mudança, né. Foi um impacto porque praticamente eu mexo com salgado e tô dando seguimento à padaria, essas duas semanas entregando salgado, vire e mexe, eu entro na minha rua, que fica ali ao lado, na entrada do anel viário, né, na virada da Transbrasiliana. Aí, quando eu pensar que não, dia desse eu cheguei, quando eu descendo a ladeira, eu: 'eita, tô em casa!' Então o sistema de readaptação é um pouco assim demorado, né, para gente se acordar e falar, agora eu to num novo bairro, a vizinhança é diferente, a gente tem que fazer novas amizades.
(Entrevistado D, registro 30/09/2015).

Considera-se, em tal contexto, que a desterritorialização sofrida pelas crianças e adolescentes é emblemática a ponto de implicar numa reterritorialização fragilizada, com inseguranças nas identidades de pertencimento ao lugar, o que pode resultar em um constante movimento de desterritorialização. Assim, entende-se que a reterritorialização não se dá de forma imediata, podendo ser processual, mas a grande questão é sobre como se dará tal fenômeno, como demonstra a fala do entrevistado acima, tendo em vista a originalização de diversos problemas, sobretudo psicológicos, desencadeados ao longo desses processos.

Partindo de tais premissas, considera-se que o território do sujeito não é o território do empreendedor, pois para os sujeitos que foram reassentados os territórios são dotados de significações que ultrapassam as relações materiais do território e perpassam por um conjunto de elementos imateriais, culturais e afetivos que, na visão do empreendedor, é fator retardatário do desenvolvimento capitalista. Nesse ponto de vista, o território é tido apenas como suporte econômico em uma relação global que lhe aplica novas lógicas, como afirma Milton Santos (2002, p. 79): “A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação subverte o jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas”.

Desse modo, a realidade cotidiana das crianças e dos adolescentes reassentados permitiu entender que o território não é delimitado apenas por relações de poder político-econômicas, mas que também pode ser compreendido a partir das perspectivas subjetivas e da materialização de diferentes territorialidades com diferentes sujeitos em um mesmo espaço

geográfico onde as diferenciações formam a singularidade do lugar e permitem que o sujeito se habitue e produza relações de pertencimento ao território.

Decerto as crianças e adolescentes reassentados não são apenas sujeitos condicionados pelo meio e pelas ações capitalistas. Eles, notadamente, têm suas próprias histórias construídas em um espaço-tempo de territórios materiais e imateriais ao território imaginário, simbólico e cultural, como defende (LOPES e VASCONCELLOS, 2005, p. 39):

Toda criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar de criança, um lugar social designado pelo mundo adulto e que configura os limites da sua vivência; ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro do local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias.

Em depoimento o entrevistado G, adolescente de 15 de idade relata: “[*é*] legal, mas ao mesmo tempo é chato, porque eu gostava de lá, porque era legal” (Entrevistado G, 29/04/2016). Para tal, o sentimento de pertencimento e identidade com o antigo território é algo percebido de maneira muito significativa também entre as crianças e adolescentes, como é possível verificar na fala do entrevistado G, morador do RUC São Joaquim.

Em tal premissa, as relações e percepções das mudanças espaço-temporais ficam evidenciadas na entrevista do adolescente ao dizer que gosta do atual local de moradia, mas que, às vezes, o considera “chato” pelo fato de ter perdido a sua rede de sociabilidade familiar e comunitária. Ao ser questionado do porquê da antiga moradia ser “legal”, responde: “*meus amigos, lá eu brincava, aqui eu não brinco*”.

A percepção da criança sobre os impactos sociais ocasionados pelo processo de realocação “forçada” representa os sentimentos sobre o território de origem e as relações de amizade e de convivência comunitária desconstituída pela dinâmica da desterritorialização que interfere diretamente nas oportunidades de materialização do direito ao lazer e ao brincar, assim como no desenvolvimento biopsicossocial⁴ desses sujeitos.

Isso não quer dizer, todavia, que as antigas ocupações irregulares tidas como moradias desses sujeitos eram melhores e mais estruturadas, apenas mostra que as relações sociais materializadas no espaço, sejam elas comunitárias ou familiares, são insubstituíveis, tendo em vista que até mesmo o substrato espacial desses antigos lugares foi perdido na lógica de requalificação urbana, devido à retirada total das casas e palafitas dessas áreas para haver um embelezamento e padronização paisagística da cidade.

⁴Para melhor detalhamento do conceito, ver Piaget e Barbel (1969).

Nota-se, também, que o direito ao lazer e ao brincar das crianças e adolescentes moradores dos RUC São Joaquim e Laranjeiras estão sendo violados constantemente, para além da desterritorialização, através da inadequação dos reassentamentos com a inserção tardia de políticas públicas de lazer, saúde e educação.

Vale frisar que apenas uma área de lazer é insuficiente, tendo em vista o quantitativo de crianças e adolescentes reassentados. Desse modo, a falta de mais lugares para lazer prejudica a vida comunitária e familiar desses jovens, sobretudo porque o RUC tem apenas uma quadra poliesportiva que, segundo as entrevistas com os moradores, não é apropriada para as crianças e adolescentes usarem, pois se tornou ponto de venda e consumo de drogas.

Diante dessa realidade de insegurança pública e vulnerabilidade social, os responsáveis legais das crianças e dos adolescentes apontam que a quadra, espaço de lazer, tornou-se um ambiente propício para a exploração sexual, inclusive de menores de idade e, por esse motivo, não permitem que seus filhos utilizem o espaço, o que acaba gerando outro problema: a dependência das redes sociais digitais. Uma vez que têm seus direitos de brincar e socializar com a comunidade restringidos pelos pais, para que não sejam induzidos ao mundo das drogas e exploração sexual, essas crianças e adolescentes são obrigadas a ficarem reclusas dentro de suas próprias residências, recorrendo à internet para passar o tempo.

Nesse contexto, a falta de mais espaços de lazer prejudica a sociabilidade comunitária, o que reforça a necessidade da utilização das tecnologias de comunicação, sejam elas pela TV ou pelos celulares através do Facebook e Whatsapp, dentre outros meios de comunicação, para interagir e se comunicar virtualmente com seus amigos, sejam eles os do antigo território antes do processo de desterritorialização, ou os novos amigos criados pelas redes sociais, devido à impossibilidade de garanti-los nos espaços reais (CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2016).

Cabe mencionar que a percepção das crianças e dos adolescentes sobre o território em constantes transformações, sobretudo na mudança do substrato espacial da cidade em uma nova forma e função, foi metodologicamente possível e compreensível graças à técnica da construção do mapa mental. Com esse recurso, em que o imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar, é possível revelar como o lugar é compreendido e vivido pelo sujeito (NOGUEIRA, 1994, apud SIMIELLI, 1999).

Com base em Nogueira (1976), os mapas mentais se constituem em imagens espaciais construídas de lugares conhecidos direta ou indiretamente cujas representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido. Assim, os mapas mentais representam mais do que pontos de referência que facilitam a localização e a orientação espacial, mas contêm saberes

sobre os lugares que só quem vivencia pode revelar os seus elementos subjetivos presentes no cotidiano.

Nesse sentido, a representação da subjetividade presente no cotidiano das crianças e adolescentes desterritorializados, é manifestada na elaboração do mapa mental que, para um olhar despercebido sem pretensão analítica não passa de apenas de um desenho infantil, mas que, na realidade, se trata de manifestações do espaço percebido e vivido por elas antes da desterritorialização. Sendo assim, foi solicitado às crianças e aos adolescentes que desenhassem em uma folha de papel A4: *as relações cotidianas do antigo território que, a certo modo, reconstituísse um mapa mental, para a chegada e saída de suas casas, bem como as relações de vizinhança e as ruas em que trafegavam para brincar ou se deslocar ao centro da cidade.*

Estas relações podem ser facilmente extraídas da figura 1, produzida por uma criança de oito anos de idade, moradora do RUC São Joaquim:

Mapa mental 1: Antigo território da criança desterritorializada.



Fonte: pesquisa de campo Oliveira e Conceição (2016).

O desenho acima foi elaborado por uma criança de 8 anos e expressa a sua percepção de organização do espaço de convivência que antes era habitado por ela e sua família na rodovia Ernesto Aciole, região diretamente atingida pelo empreendimento da UHE Belo Monte por ser uma área de influência direta do enchimento do reservatório. Atualmente a localidade está totalmente reestruturada paisagisticamente.

Nesse sentido, o mapa mental 1 mostra o território antigo e a configuração socioespacial dos antigos bairros de Altamira, em específico a Rodovia Ernesto Acirole (antigo local de moradia da criança). Com o apoio do desenho, a criança narra em detalhes como eram as casas de palafitas, os seus vizinhos (que eram amigos e parentes) e como mantinham uma boa convivência. A criança, muito esperta, enfatiza que o lugar não era bem apropriado para moradia, mas diante das condições financeiras dos pais era o que lhes restava. Contudo, ela não deixa de sentir saudades das relações imateriais vividas e concebidas no antigo território (LEFEBVRE, 1991).

O território que a criança enfatiza se refere às áreas de ocupações irregulares, denominadas “aglomerados subnormais” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São espaços que, em uma lógica política e administrativa do Estado e do ordenamento urbano, não mereciam atendimentos, sendo, portanto, desassistidas e segregadas ao longo dos anos por gestores municipais e estaduais. Porém, mesmo com todos os problemas e perigos lá presentes, as crianças e seus familiares destacam que sentem saudades das amizades e das relações comunitárias e familiares que tinham antes do processo de desterritorialização:

Lá era alagado, às vezes lá tinha cobra, lá ela [a cobra] matava cachorro, matava galinha, ela comia, a gente não podia nem brincar lá em baixo, lá, a cobra ficava lá querendo pegar. Eu gostava de correr por lá, lá pra frente, lá por baixo. Eu tinha coleguinha e as minhas irmãs cresceram ali. (Entrevistado H, 30/06/2016).

No segundo mapa mental, a mesma criança autora do mapa 1 expressa no papel a forma de enxergar o novo território, bem como as relações sociais modificadas pelo processo de desterritorialização.

Mapa mental 2. RUC Laranjeiras atual local de moradia.



Fonte: Acervo de campo, Oliveira e Conceição (2016).

Observa-se no mapa mental 2 uma configuração socioespacial distinta do primeiro mapa. De forma sintetizada a criança expressa o modelo padronizado de ocupação no RUC Laranjeiras, o qual também pode ser encontrado nos demais reassentamentos da cidade, com casas similares, pequenas arborizações e ruas pavimentadas, lugar paisagisticamente apazível para se morar. Contudo, esse embelezamento paisagístico transmitido a um olhar de “sobrevoo” escamoteia a deficiência no cumprimento de algumas condicionantes.

Ao perguntar, todavia, à criança de 8 anos o que mudou, ela dá a seguinte resposta: “*Mudou a casa, mudou a mesa, mudou tudo!*” (Entrevistado H). Assim, uma análise superficial do mapa mental 2, juntamente com a afirmação feita pela criança, provoca uma sensação de bem-estar, de conformismo sob o novo território. Porém a afirmação e o embelezamento paisagístico do reassentamento colocados nas expressões da criança não condizem com as reais implicações nas relações sociais, tendo em vista os resultados do descumprimento das condicionantes, como ressalta o entrevistado a seguir:

A gente vê todas as estruturas, todas já danificadas num curto espaço de tempo, a gente vê a dificuldade de drenagem pluvial das águas no reassentamento, a gente vê lama no meio da rua, vê barro, a gente vê asfalto afundando e são dois/três anos de reassentamento, imagine mais do que isso com dez ou vinte anos, vai ter o que dessa estrutura que foi feita? Então, a nossa crítica não é quanto à concepção de reassentamento, a nossa crítica não é ao conceito de reassentamento, a nossa crítica é à concepção que a Norte Energia adotou tornando o reassentamento qualquer vila residencial, né, [mas] qualquer amontoado de casas com construção pro povo não é adequado e a partir daí dizendo que isso é um reassentamento, pra nós a Norte Energia não fez reassentamento, ela fez aglomerado de casa né e que agora ta remendando aí, botando um posto de saúde aqui, uma quadra de esporte acolá, pra nós o conceito de reassentamento é mais amplo do que a Norte [Energia] aplica aqui na região”. (Entrevistado A1, 30/06/2016).

No entendimento do entrevistado A1, que é representante do MAB, percebe-se o questionamento quanto à necessidade de monitoramento das condições de vida nos Reassentamentos Urbanos Coletivos ao longo dos anos e não apenas enquanto o foco de atenção estiver nas suas finalizações. Em tal contexto, o acompanhamento e fiscalização do empreendedor sobre as condições de vida dos sujeitos reassentados é uma forma de identificar os avanços positivos e negativos da política de reassentamento para os atingidos por usinas hidrelétricas na Amazônia como meio de mitigar os impactos dos projetos futuros.

Nessa perspectiva, é importante pensar o território para além da materialização das relações de poder capitalista. É necessário, também, considerar as subjetividades e os elementos de valor cultural e simbólico que se formam no território ao longo do tempo.

Vale ressaltar que o futuro dos sujeitos em análise, no que concerne ao processo de reterritorialização nos RUC São Joaquim e Laranjeiras é incerto e se direciona a uma reterritorialização fragilizada e demorada, tendo em vista as fragmentações geradas pela desterritorialização desses sujeitos que habitualmente vivenciavam espaços marginalizados do perímetro urbano da cidade, onde a dinâmica urbana era voltada para as atividades pesqueiras, agricultura e a pecuária, em ritmos e métodos ainda muito tradicionais, porém quando UHE Belo Monte é inserida no território a cidade de Altamira começa a ser pautada por uma nova dinâmica econômica e política, ou seja, a cidade é reorganizada socioeconomicamente para atender às forças produtivas do empreendedor Norte Energia na construção e operacionalização da UHE Belo Monte.

Para tal, a cidade de Altamira que antes tinham uma dinâmica com características ribeirinhas e com métodos ainda muitos tradicionais da agricultura e pecuária, está se modernizando rapidamente por novas lógicas de exploração e acumulação do capital, no qual o uso e apropriação do solo se convertem em uma intensa desordem no espaço urbano da cidade. Portanto, esses reassentados, na tentativa de usufruir minimamente dos bens e serviços que o centro urbano de Altamira oferece, veem seus direitos à cidade ameaçados cotidianamente, o que instiga a questionar se é possível uma reterritorialização com qualidade e bem-estar social nos Reassentamentos Urbanos Coletivos de Altamira, tendo em vista as carências de políticas públicas que os reassentamentos não dispõem, ou dispõem sem qualidade, como é o caso da unidade de saúde e a quadra de esportes que não funcionam de forma adequada e com qualidade, e não asseguram o direito à cidadania desses seguimentos sociais, com implicações ainda maiores quando os mesmos possuem dificuldade de acessar esse conjunto de programa e ações que estão concentrados no centro da cidade, por não possuírem meios de mobilidade estáveis nos reassentamentos.

Portanto, discutir e propor responsabilidades públicas e privadas sobre a manutenção dos seus equipamentos sociais e a melhoria das condições de vida, bem como projetar o modo como as famílias irão viver e produzir tais espaços sociais ultrapassam os limites de responsabilidade do empreendedor e perpassa por diferentes esferas do poder, sobretudo, o poder municipal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desterritorialização sofrida pelas crianças e adolescentes por causa da implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, reforça as mazelas de um desenvolvimento desigual e

excludente, sobretudo para os sujeitos que estão mais vulneráveis a sofrer os impactos de grandes empreendimentos como esse.

A realocação compulsória das crianças e adolescentes e suas respectivas famílias para os RUC *São Joaquim e Laranjeiras*, no município de Altamira, Sudoeste do Pará, sem uma formulação e consolidação adequadas de políticas públicas específicas, revela uma má gestão do empreendedor e do próprio Estado que se mostra “ausente” na gestão territorial diante do capital global.

Assim, a desterritorialização aqui apreendida evidencia bem mais do que uma saída do território de origem e chegada a um novo território, ela escancara de forma emblemática as consequências de uma reprodução sistêmica e coloca em questionamento até que ponto os modelos de desenvolvimento político-institucional implantados historicamente na Amazônia continuarão sendo reproduzidos e, ainda, se tal política dita neodesenvolvimentista realmente tem gerado desenvolvimento para a região e para os sujeitos locais.

Tais questionamentos possuem diferentes respostas e demandam diferentes análises e compreensões que só serão possíveis com outras pesquisas. Os questionamentos acima são, ainda, enfatizados mediante a observação da maneira perversa com que o dinheiro tem chegado aos territórios, causando desordem e submetendo a população a um ciclo vicioso no qual se está sempre à espera de novos grandes projetos, na expectativa de uma melhoria de vida ou saída das crises (re) criadas pelo próprio sistema capitalista.

Somam-se a isso os mandos e desmandos dos agentes produtores do espaço e na subordinação e segregação socioespacial dos sujeitos da classe popular. Assim, nota-se que a desterritorialização que deveria ser seguida por uma reterritorialização, segundo Haesbaert (2006), não tem acontecido na realidade e, quando tem, dá-se de maneira vagarosa porque o empreendedor desconsiderou totalmente as relações imateriais das populações locais.

Nesse momento da pesquisa se compreende, portanto, que a reterritorialização é um processo que tende a acontecer acompanhado por diversas lacunas e fragilidades, tendo em vista que as crianças e adolescentes passaram por um deslocamento forçado, o que se reflete no estranhamento ao novo espaço de moradia, onde as relações de sociabilidade familiar e comunitária estão fragmentadas, mormente a relação com o rio Xingu, principal elo de identidade, lazer e cultura dos Altamirenses.

Dessa forma, a maior insatisfação das crianças e adolescentes reassentadas para com o novo território deve-se, sobretudo, ao descumprimento das condicionantes por parte do empreendedor, como, por exemplo, o não funcionamento pleno e adequado dos postos de saúde, as poucas áreas de lazer e as escolas que até hoje estão em fase de construção.

Percebe-se também, nas falas dos entrevistados, uma maior ênfase no sentimento de pertencimento ao antigo território, ao lugar onde se estabeleciam suas relações de convivência comunitária e familiar, mas que foram prejudicadas pelo processo de desterritorialização.

Como uma de suas consequências, esse processo ainda impulsionou a necessidade de utilização das tecnologias da comunicação e informação como forma de lazer entre as crianças e adolescentes, especialmente as redes sociais usadas para interagir e “brincar” virtualmente com seus amigos, inclusive aqueles que eram dos seus antigos locais de origem, evidenciando, assim, uma tentativa de manutenção dos antigos vínculos de amizade por meio do espaço virtual em face da impossibilidade de garanti-los no espaço real dos reassentamentos.

Faz-se importante compreender, portanto, as implicações que acarretam as políticas de desenvolvimento para as dinâmicas de vida das crianças e dos adolescentes, bem como as formas de participarem dos espaços de convivência nos novos territórios. Para tal, reconhece-se as crianças e adolescentes como seres atuantes e participativos da sociedade, bem como sujeitos territoriais que dinamizam e produzem os seus espaços sociais. Além das ciências antropológicas e psicológicas, é necessário e importante que a Geografia tome propriedade para compreender esses sujeitos, haja vista a lacuna de análises desses sujeitos na ciência geográfica.

Verifica-se que, mesmo diante dos problemas da desterritorialização, as crianças, adolescentes e seus familiares têm feito tentativas, embora muitas frustradas, de se adaptar ou recriar relações ao novo território que lhes foi imposto.

Nesse contexto, nota-se que algumas famílias buscaram utilizar, em suas novas casas, determinados espaços para a abertura de pequenos comércios, salões, depósito de bebidas e bares. Contudo, é no plano das crianças e adolescentes, em *ser* e *como* vão se estabelecer as relações de territorialidades e, por fim, nas condições objetivas de acesso às políticas públicas em que residem as problematizações para o futuro, tendo como hipótese uma reterritorialização fragilizada e precária nos Reassentamentos Urbanos Coletivos da cidade de Altamira/PA.

REFERÊNCIAS

CONSELHO TUTELAR DE DIREITO DE ALTAMIRA (CTDA). **Estatística dos encaminhamentos e casos dos conselheiros tutelares de Altamira do período de janeiro a dezembro de 2015**. Altamira: CTDA, 2016.

CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE (CCBM). **CR-CO-QMSSRS-OG-187-2016 – Solicitação de dados sobre desmobilização dos recursos humanos**. Altamira: CCBM, 2016.

HAESBAERT, R. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 43-70.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? (org.) **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. 2002b, *In*: Lopes, L. e Bastos, L. Campinas: Mercado de Letras.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Dossiê. **Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação**. Brasília: Instituto Socioambiental, ISBN 978-05-026, junho de 2015.

LOPES, Jader Janer M.; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da Infância. Reflexões sobre uma área de pesquisa**. 01. ed. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005. 80p.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991. Editora. Paginação. Tradução organização.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIRANDA NETO, J.Q. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede de urbana: o papel da Usina Belo Monte nas Transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influencia. Presidente Pudente: [s,n], 2016.

NOGUEIRA, Amélia R. Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar *In*: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

NORTE ENERGIA S.A. (NESA). **Projeto Básico Ambiental – Volume II: Plano de Atendimento à População Atingida**. Brasília: NESA, 2011.

NORTE ENERGIA S.A. (NESA). **Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes**. Brasília: NESA, 2015a.

OLIVEIRA, A. C.; CONCEIÇÃO, R, S. Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes / Social Impacts of Compensatory Policies of Belo Monte Plant: Affectation Dynamics to Children and Adolescents. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, p. 8-34, 2016.

PIAGET, J.; BARBEL, I. **The Psychology of the Child**. Nova Iorque, Basic Books, 1969.

PINHO, V. A.; OLIVEIRA, A. C. (coods.). **Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira-PA**. Altamira: s/ed., 2013. Disponível em: www.rodasdedireito.com.br. Acesso em: 17 de jan. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP. 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** 9. ed. São Paulo: Record, 2002.

SIMIELLI, Maria Elena. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: **A Geografia em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L. M. M. de. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M. 23. (orgs). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas.** São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, p.7-23, 1988.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 153.65 - V631. 1988.

Recebido em: 28/10/2019
Aprovado em: 30/11/2019

A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DO USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARÁ

Barbara Eleonora Santos Teixeira¹
Thiago Silva dos Santos²
Ademir Terra³

RESUMO

Este artigo foi construído no intuito de analisar os impactos do agronegócio da soja no município de Santarém no Oeste do Pará, e como a chegada dessa lógica na região acarretou mudanças no uso e ocupação da terra, requalificando antigas formas e funções espaciais. Os dados da pesquisa apontam para um caráter de substituição de algumas culturas anuais pela monocultura da soja e a introdução desses novos agentes de produção no território acabam por desencadear conflitos pelo uso e apropriação da terra; os diversos sujeitos territoriais presentes neste território divergem em interesses econômicos e sociais.

Palavras-chave: Agronegócio. Soja. Território. Santarém.

ABSTRACT

This article was built to analyze the impacts of soy agribusiness in the municipality of Santarém in western Pará. With the arrival of this logic in the region brought about changes in land use and occupation, requalifying ancient forms and spatial functions. The research data point to the substitution of some annual crops by soy monoculture and the introduction of these new production agents in the territory end up triggering conflicts over land use and appropriation. the various territorial subjects present in this territory differ in economic and social interests.

Keywords: Agribusiness. Soy. Territory. Santarem.

INTRODUÇÃO

O território amazônico historicamente sofre com pressões, as quais foram intensificadas a partir das décadas de 1950 e 1970 de maneira espontânea e/ou direcionada, a partir da abertura de suas fronteiras, condicionada pelas migrações e pelas construções de eixos rodoviários, aumentando a porosidade deste território. Neste período, inaugura-se um tempo onde o Estado brasileiro implantou diversas ações, objetivando o domínio do território para o uso da terra e, por conseguinte, à reprodução ampliada do modo capitalista de produção. No corpo dessas ações destaca-se a introdução efetiva e articulada dos sistemas de decisões e das estruturas tributárias da decisão, sendo manifestadas em sistemas de ações e objetos (SANTOS, 2014).

Nesse contexto, colonos provenientes, sobretudo, do Nordeste e do Centro-Sul do país migram para a região de Santarém, passando a desenvolver atividades ligadas ao extrativismo e a agricultura de subsistência, de forma arcaica, utilizando apenas a força de trabalho como mecanismo e sem contar com incentivos do governo. Mas no fim da década de 1990, esse cenário sofre alterações com a inserção de grandes plantios de soja nesse território, por meio de produtores vindos do Centro-Sul do país, atraídos pela disponibilidade de terra a baixo custo, e mais ainda, essa região possui acesso privilegiado aos mercados internacionais. Soma-se a esses fatores os vários incentivos do Estado, que passa a ver no agronegócio uma estratégia de elevar a economia nacional.

Estão dadas as condições do avanço do agronegócio da soja, precisamente no município de Santarém que se intensificou com a implantação do porto graneleiro da multinacional Cargill

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Pará (IFCH/UFGPA). E-mail: barbara.teixeira.ufpa@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Pará (IFCH/UFGPA). E-mail: thiagogeografiaatm@gmail.com

³ Professor do Departamento de História e Geografia (DHG) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: ademirterra@professor.uema.br

no ano de 2003. Desde então, o município vem apresentando mudanças no uso da terra. O estudo e discussão destes fenômenos nos ajudam a compreender como ocorre a organização e ordenamento do território na Amazônia, sobretudo, a partir dos incentivos do Estado para o avanço do agronegócio nesta região.

Pautado nisso, buscamos analisar a influência do agronegócio da soja nas mudanças do uso da terra no município Santarém, pois, a chegada dessa nova frente produtiva traz consigo uma lógica ligada à agricultura moderna, utilizando tecnologia e trabalho mecanizado com capacidade de rápida transformação da realidade local, capaz de provocar alterações na dinâmica produtiva existente, que em um curto período de tempo, surge a necessidade da compreensão desse território frente o avanço das relações de produção capitalista.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utiliza-se o método dialético, pois a compreensão dos processos de ordem global é fundamental para a interpretação das contradições estabelecidas no território, tal como se apresenta a quarta lei da dialética (transformação da quantidade em qualidade). Por conseguinte, entender a dinâmica presente nesta porção do território amazônico é fundamental para a compreensão do todo com as partes, propiciando uma interpretação das mudanças ocorridas no território até os dias atuais.

Partindo disto, há condições metodológicas para aprofundar na genética do problema, entre uma abordagem subjetiva do fenômeno da monocultura da soja e produtos obtidos através dos dados espaciais, junto com tabelas dialogando com a problemática, além de uma outra ferramenta importante nos estudos geográficos, que servem fundamentalmente aos estudos territoriais, os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que no contexto em estudo servirá para localizar, espacializar e definir situações e problemas espaciais ligados ao uso e ocupação da terra no município de Santarém.

Para a espacialização e localização do problema em questão, utilizou-se de dados do IBGE, *Google Earth* e MapBiomias por meio da interface *Google Earth Engine*, para tratamento e produção das cartografias necessárias ao estudo. Geramos assim, cartografias de uso e ocupação da terra do município de Santarém nos anos de 2000 e 2017.

Entendendo que o foco da pesquisa é compreender os principais fatores de mudança do uso da terra a partir do avanço do agronegócio em Santarém, elegemos uma cartografia das classes cultura anual e perene, juntamente com a de mosaico de agricultura e pastagem, com o recorte nos anos de 2006 e 2017, período de maior pressão no padrão de uso da terra neste território, onde o primeiro é majoritariamente expresso pelo agronegócio da soja, juntamente com demais culturas de pequenos ciclos e de culturas perenes; o segundo compõe um campo diverso de culturas ligadas diretamente à agricultura camponesa, com culturas consorciadas com a pastagem.

Para o processamento dos dados e geração de cenários, foi utilizado o software livre QGIS 2.18.21. Assim, tratamos os dados de uso e ocupação disponíveis no banco de dados do MapBiomias dos anos 2000 e 2017. No processo, foram geradas as classes floresta, formação não florestal, pastagem, cultura anual e perene, mosaico de agricultura e pastagem, área não vegetada, urbano, hidrografia e área não observada, disponibilizadas para a referida área de estudos e orientadas pela tabela de legenda 3.1 do site base.

A partir desta metodologia, foi possível montar um recorte cartográfico de Santarém nos anos de 2000 e 2017 para balizar e dar sustentação à tese das mudanças no uso da terra no município, que nos permite observar as aludidas mudanças no perfil produtivo ligado à monocultura e à pecuária, principalmente. Tais alterações, evidenciam o caráter estratégico do movimento crescente do capital agroindustrial no território amazônico.

A primeira parte deste texto tem como enfoque a clarificação sobre a expansão capitalista na Amazônia e suas consequências sobre os sujeitos locais; em seguida, apresenta-se a metodologia abordada no trabalho para, por fim, apresentar os resultados e discussão.

1 NOVAS RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO RURAL SANTARENO

Os sistemas de objetos e sistemas de ações implantados na Amazônia, a partir do avanço da fronteira de expansão do capital, cria novas condições de uso da terra. Esses novos usos, provocados pelo sistema capitalista, implicam nas transformações das relações dos sujeitos no território, requalificando antigas formas e funções espaciais, trazendo novas relações de poder para o território, a partir das políticas do Estado e do capital. A fixação dessas políticas tem o papel central de articular capital privado e Estado para a região, caracterizada como fronteira de recursos naturais. Assim, a Amazônia como território obedecerá à lógica dos interesses de agentes hegemônicos, que, a partir das demandas e estímulos mercadológicos, passam a fixar políticas ligadas ao grande capital agrícola, desconsiderando as práticas históricas existentes no território (BECKER, 2005).

Essa nova lógica projeta uma estrutura de fronteira baseada no discurso do grande capital, que constrói uma identidade modernizante e civilizatória para o campo, projetando-se sobre um coletivo discordante (SILVA, 2011). Assim, o avanço de uma nova fronteira capitalista/produtiva entoa uma dinâmica de acumulação no campo, revelando valores e práticas conflitantes, que nos passos da história vai transformando o território, e moldando-o de acordo com as demandas do mercado.

No município de Santarém, os vetores da modernização capitalista se territorializaram através da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e dos incentivos à pecuária nas décadas de 1970 e 1980, que integra um sistema madeira-pecuária e mais recentemente, a soja. A produção desta soja na Amazônia se deve aos vários incentivos estatais, sobretudo, no Pará, ao garantir e expandir a monocultura no Estado com o objetivo de alavancar a economia. O município de Santarém, no Oeste do Pará, apresenta características físicas (relevo planáltico) que propicia a agricultura mecanizada, além de ser uma área estratégica, do ponto de vista da logística de escoamento de grãos, pela BR-163 até o porto da graneleiro da Cargill nas confluências dos rios Amazonas e Tapajós na cidade de Santarém.

Este processo de expansão da monocultura da soja em Santarém se torna mais intenso a partir do fomento oferecido pelo governo paraense através do Plano Plurianual (PPA) entre os anos 1996 e 1999 para a introdução da monocultura da soja no planalto santareno, como estratégia de crescimento econômico do Estado junto a economia internacional de *commodities*, tal como destaca Barros (2018):

Dentre as ações estratégicas para o setor da agropecuária traçadas por Pará (1995, p.68) constam o fomento ao cultivo de grãos sob a execução da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI) e a implementação do programa agroindustrial da soja sob execução da Secretaria de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI) da Empresa de Assistência Técnica do Pará (EMATER), da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Pará (SEICON) do Banco do Estado do Pará (BANPARA) e da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA). (BARROS, 2018, p. 4).

Segundo o autor as ações estratégicas ficaram a cargo das secretarias ligadas ao setor agropecuário do Estado, assim como os incentivos financeiros a cargo do banco Estado do Pará. Desta forma, o Estado garantiu os estudos de correção e aproveitamento do solo, já que é notório que a região amazônica oferece pouquíssimas áreas de solo adequado a agricultura extensiva, necessitando haver estudos de adequação do solo a esta cultura. “Com as ações do Governo do

Pará e da Prefeitura de Santarém o plantio de soja logo se concentrou ao longo das rodovias PA-370 e BR-163 em Santarém” (BARROS, 2018).

Segundo Nahum e Paixão Júnior (2014), essas ações do Estado provocaram novas dinâmicas no uso da terra, que antes era usada na produção camponesa, através das famílias, que cultivavam pequenas extensões de terras para as práticas da agricultura rudimentar. No entanto, com a chegada de migrantes em busca de novas terras para o cultivo extensivo da soja, essas culturas passaram a dar lugar a uma única cultura que tinha como objetivo usar as áreas de degradação ambiental, sejam elas antigos campos da pecuária, savana, capoeira, ou até mesmo áreas já cultivadas por pequenos agricultores para a implementação de uma agricultura de *commodities* para exportação, desencadeando-se assim,

[...] intensa apropriação das terras do Planalto Santareno pelo agronegócio, seguida de um acelerado processo de esvaziamento populacional das comunidades camponesas. Isso porque as plantações de soja, para se tornarem rentáveis economicamente requerem solos que já sofreram alguma ação do homem. Logo, as terras há tempos cultivadas pelos camponeses serviriam convenientemente para o cultivo mecanizado. A isto associam-se as dificuldades encontradas pelos camponeses para a sua reprodução, em razão da precariedade da infraestrutura das comunidades, do baixo nível do consumo familiar e do trabalho degradante do roçado. Os camponeses venderam seus lotes aos chamados “gaúchos”, mas que também eram goianos, mato-grossenses, paranaenses, tocantinenses, a preços muito inferiores àqueles praticados nas regiões de onde vieram (NAHUM; PAIXÃO JUNIOR, 20014, p. 49).

A intensidade da apropriação da terra destacada pelos autores acarreta uma mudança na forma de uso da terra, sobretudo na substituição da diversidade de culturas pela monocultura. No entanto, os autores chamam a atenção para outros fatores que ocasionam essas mudanças, como o esvaziamento de comunidades inteiras que passam a vender suas terras aos novos produtores de soja para tentarem a vida na cidade, ou o intenso uso de defensivos agrícolas, causando conflitos com os pequenos produtores que permaneceram na terra, sobretudo, motivado pela degradação dos recursos hídricos e condição de fertilidade do solo.

A introdução de novos agentes de produção pressupõe a existência de múltiplos poderes no território, desencadeando conflitos pelo uso e apropriação da terra, pois os diversos sujeitos territoriais possuem práticas e costumes divergentes os quais, na maioria das vezes, aos interesses sociais locais sobrepõem os interesses econômicos privados. As múltiplas relações de poder precisam ser consideradas na leitura das políticas e ações desenvolvidas no espaço agrário, que se constitui no território amazônico a partir dos diferentes usos da terra, como é o caso da agricultura camponesa, do agronegócio e das já estabelecidas comunidades indígenas e quilombolas da microrregião de Santarém.

Assim, a abordagem do território permite compreender as transformações do uso da terra em Santarém, a partir da emergência da economia globalizada na exportação de *commodities*, que transforma a Amazônia em uma fronteira do agronegócio, primeiro com a derrubada da floresta pelos madeireiros, depois com a abertura de campos para a pecuária e por fim o reaproveitamento do solo para o cultivo da soja. Castro destaca como ocorre a expansão da pecuária nos limites desta fronteira:

A Amazônia foi transformada em uma fronteira de *commodities*. A expansão da pecuária brasileira ocorre na sua fronteira, com frentes peruanas, bolivianas e colombianas. A expansão dos plantios de grãos (arroz, milho e soja) e a exploração de madeira empurram as fronteiras até os seus limites nacionais (CASTRO, 2012, p. 11).

É a partir desta expansão da pecuária que as fronteiras amazônicas vêm transformando o território santareno, notadamente pela ocupação da soja em áreas de pastagem, o que acaba por expandir cada vez mais a pecuária para novas áreas. No entanto, o processo inicia com o corte da madeira, meio mais barato de adquirir a terra e garantir capital financeiro. Somente depois da primeira fase da mercantilização da floresta concluída é que se inicia a conversão das áreas em campos para a pecuária. Devida à baixa produtividade, essas áreas passam a tomar novo valor, agora como especulação fundiária a frente de expansão da soja na Amazônia.

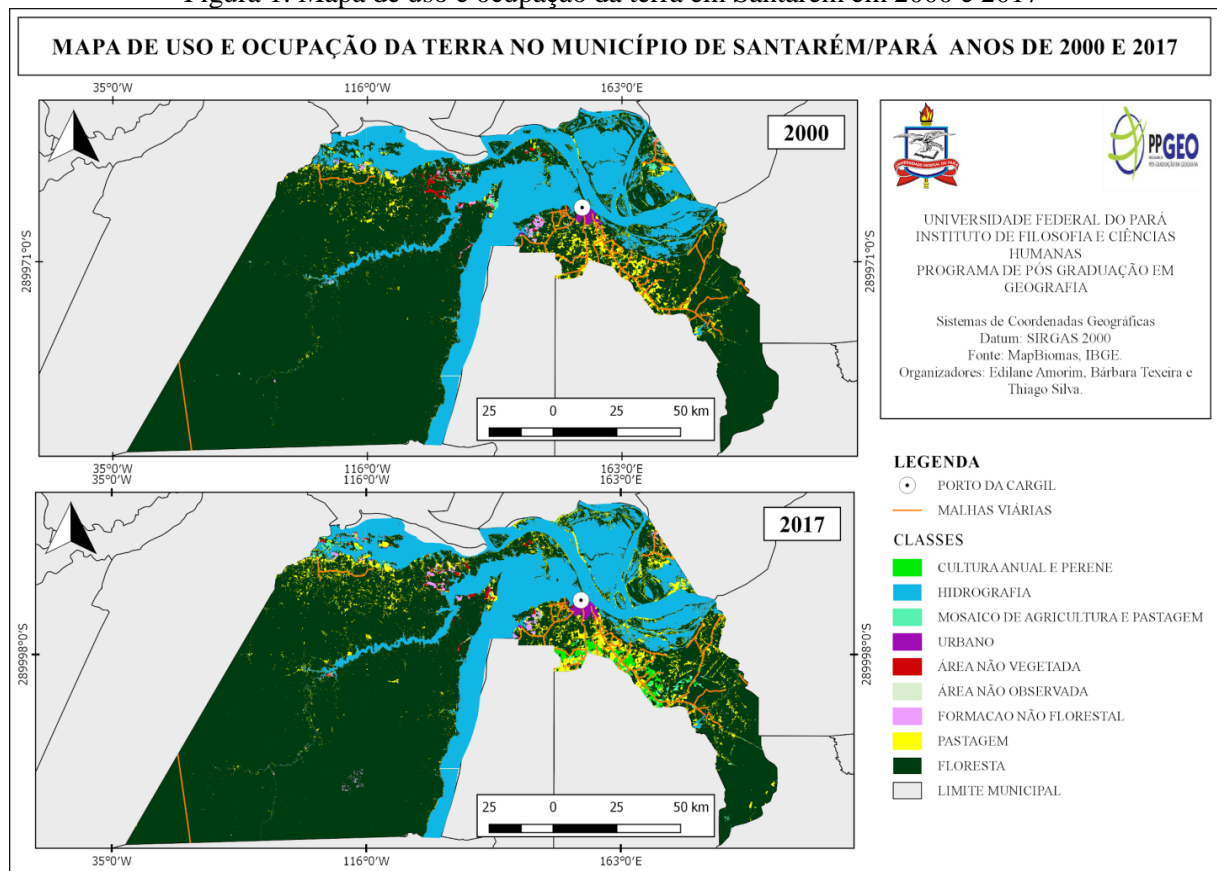
Deste modo, o agronegócio da soja influencia nas transformações do território como parte de um conjunto de ações do processo de produção capitalista na Amazônia, que remodelam o território de acordo com as relações de poder que se confrontam e as relações socioespaciais dos sujeitos com a terra, pois o uso da terra passa a ter novas dinâmicas, sejam estas em conformidade com as demandas capitalistas ou com as (re)existências das populações que tradicionalmente produzem no território.

2 LOCALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DAS NOVAS CONDIÇÕES DE USO DA TERRA NO ESPAÇO RURAL SANTARENO

Sem embargo, a introdução de novas estruturas produtivas faz emergir conflitos pelo uso e apropriação da terra, pois a produção de monocultura gera uma série de problemas, principalmente fundiários, antes já estabelecidos nessa região, mas que voltam a fazer parte do cenário a partir da territorialização da soja no município. As comunidades camponesas tornam-se vulneráveis à aquisição do grande volume de terras adquiridas pelos sojicultores nas imediações das comunidades, chegando a diminuir sua população devido à venda de terras dentro das comunidades para esses produtores, causando o êxodo rural ou a ocupação de novas áreas camponesas. Destaca-se ainda a pressão gerada pela grande quantidade de agrotóxicos utilizados no cultivo de soja, que ocasionam conflitos entre comunitários e sojicultores.

As divergências entre esses atores sociais não é recente no território, pois as diferentes formas de uso da terra sempre foi um vetor de conflito entre os mesmos. As práticas territoriais configuraram as disposições das terras no município, fixando as atividades de grande volume de produção nos eixos rodoviários que cortam o município, como as fazendas de pecuária ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da PA - 370 (Curuá Una). Neste sentido, é possível perceber na Figura 1, o mapa que mostra a configuração territorial dos usos da terra no ano de 2000, o domínio da pastagem nos eixos rodoviários do município. Esta classificação do uso da terra indica que as pastagens ocupam áreas estratégicas no território viabilizando a exportação do produto através do eixo rodoviário.

Figura 1: Mapa de uso e ocupação da terra em Santarém em 2000 e 2017



Fonte: MapBiomias, IBGE

Org.: Autores

No segundo mapa da Figura 1, é possível perceber que as áreas que antes eram ocupadas por pastagem passam a dar lugar a cultura anual e perene que compõem um mosaico, composto em maioria pelas culturas do milho, arroz, soja e demais ligadas a cultura de pequenos ciclos, além das perenes. Neste sentido, justifica-se a expansão da soja em áreas já antropizadas pela pecuária ou de agricultura camponesa.

O mapa apresenta o caráter estratégica, ao qual o setor agropecuário vem utilizando os espaços orientados à produção agrícola e pecuária do município, ao passo que essa transformação no uso fica latente pela apropriação, significativas de porções de terras onde se concentram as vias que dão acesso a mancha urbana a ao restantedo território paraense, ligando diretamente aos espaços concentrados de ecoação de matérias primas, produção animal e vegetal, ao qual o município apresenta notoriedade no quadro agropecuário regional. A exemplo, a produção bovina municipal, onde apresenta em 1997 um rebanho bovino de 80.000 mil cabeças de gado, crescendo em 2014 para 132.3000 mil, um aumento de 60,46% (FAPESPA, 2016).

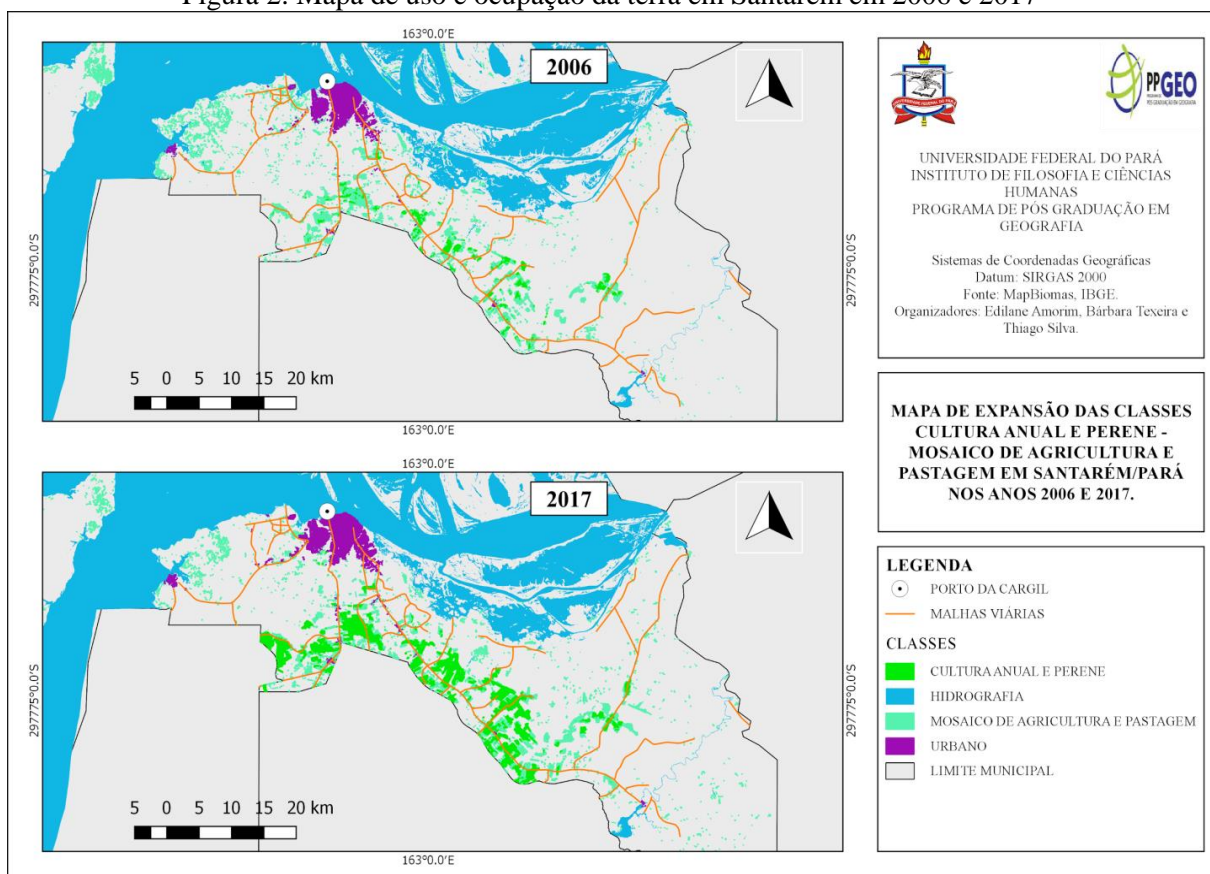
Partindo para um recorte mais específico e de forma a adentrar na porção de maior antropização, construímos, a partir dos dados dispostos, uma cartografia de recorte da porção ao sul do município de Santarém, área localizada no raio das principais rodovias da região e próxima

à malha urbana, onde também se encontra o porto de escoamento da produção de grãos regional (CARGILL).

Dessa forma, a Figura 2 expressa uma composição das classes ligadas às frentes de produção agrícolas compondo o campo do agronegócio da soja e da agricultura camponesa, sendo a cultura anual e perene ligada a soja, milho e culturas de ciclos longos e as incluídas na classe mosaico de agricultura e pastagem, sendo em maiorias as culturas do feijão, milho, mandiocas e demais culturas de pequenos ciclos e pastagem vinculadas à pecuária de pequenas áreas.

O que marca essa porção do território expressa-se no uso antrópico da terra, as produções que impõem uma pressão e, conseqüentemente, uma transformação territorial. O recorte analítico dos anos de 2006 e 2017, mostra com maior ênfase o avanço de duas classes de forma significativa, dois modos de desenvolvimento se escrevem no tempo, um materializado pela agronegócio tendo a soja como frente de avanço e outro, enraizada na agricultura camponesa, tendo a mandioca e demais culturas de pequeno ciclos como escudo.

Figura 2: Mapa de uso e ocupação da terra em Santarém em 2006 e 2017



Fonte: MapBiomias, IBGE

Org.: Autores

A cartografia evidencia que há uma disputa silenciosa pelas porções estratégicas para o desenvolvimento, tanto da recente frente capitalista como das produções vinculadas a um caráter mais histórico do camponês. A disputa pelo uso da terra mostra um crescente e significativo avanço da soja nas áreas que, anteriormente, eram ocupadas pela pastagem e pela agricultura camponesa.

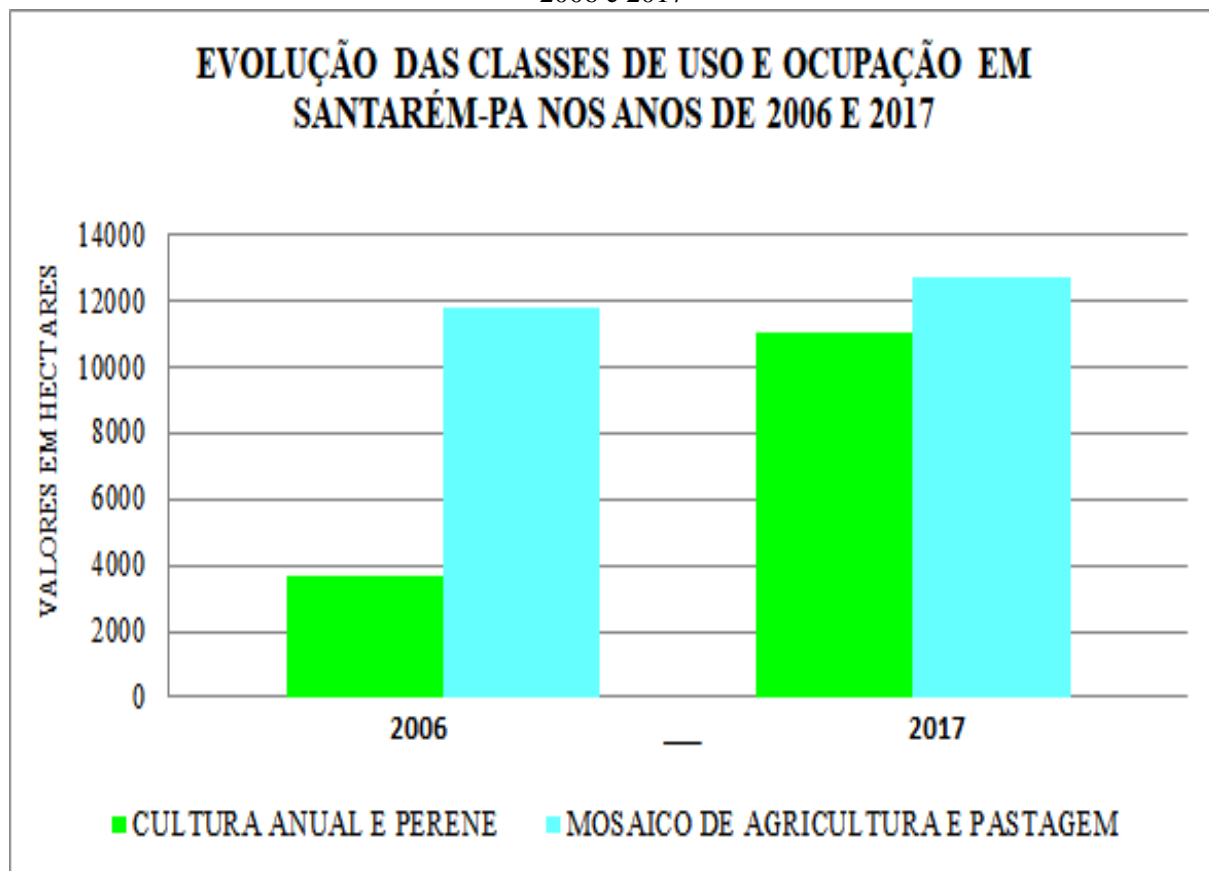
Esse avanço do agronegócio, que reverbera em uma alteração no uso da terra, não se inscreve de maneira espontânea ou natural, é pensada de forma externa, mas não sem conhecer as condições locais que permitiram seu sucesso, como já aferido; no primeiro momento vieram

outras frentes de exploração econômica da terra e da floresta, antecedendo a monocultura da soja, juntamente a esse fator, junta-se a permissões de crédito e de assistência concedidos pelo Estado e estruturas financeiras, além das instituições estatais ligadas ao setor agro técnico.

O caminho dessa leitura é apontar as condições que os locais dispõem para a efetivação do agronegócio, principalmente da soja. A forma como esta cultura vem substituindo outras frentes de produção não é de natureza casual, como nada no território Amazônico se dá pela coincidência; a substituição se encontra em Santos (2014), ao dizer que a produção tem grande ligação com o lugar, uma ligação direta, parte dele condições significativas para sua realização.

Não é só o desejo puro e simples de implantar os desejos e demandas capitalistas no território Amazônico. O próprio local apresenta condições essenciais para sua reprodução de forma a ressignificar a dinâmica produtiva, social e econômica do município em questão. Sendo cada lugar, específico para a melhor reprodução e ampliação do modo de produção, a especificidade dos lugares é chave no processo, sendo determinante no papel das formas e no conteúdo produtivo e social. “É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 2012). Os resultados das condições permitidas pelo local estão presentes na figura 2 e gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução das classes de cultura anual e perene - mosaico de agricultura e pastagem em 2006 e 2017



Fonte: IBGE

Org.: Autores

O gráfico expressa a evolução das classes no intervalo de 11 anos, na qual, em 2006, a cultura anual e perene apresenta uma área total de 3.666 hectares e que em 2017 passa a ocupar uma área de 11.076 hectares, expressando um crescimento de 202,13 %. Esta evolução afere uma forte pressão sobre a dinâmica de uso da terra neste território. Chamamos atenção não somente

para o crescimento frenético de uma cultura exógena na Amazônia, mas também para a forma como esta se territorializa e especializa-se na região.

A forma estratégica de espacialização da soja em substituição das práticas e dos atores sociais preexistentes vem articulada aos objetos espaciais ideais para sua reprodução e coaduna com o que assevera Santos (2014, p. 61), segundo o qual “ Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar”,cujo “sucesso” é viabilizado pela política de estado e pelas condições preexistentes no território, como as estradas e rodovias, as áreas já de uso da agricultura e pastagem, como também sua proximidade para o escoamento, ou seja, a estratégia da soja passa principalmente pelas condições espaciais presentes.

Para elucidação destas estratégias do agronegócio, e de que forma os sistemas de ações interagem com os sistemas de objetos que garantem a fixação e ampliação da soja em Santarém, recorremos a Santos (2014):

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2014, p. 62).

Tal quadro fica evidente quando contrapomos os dados do período analisando (2006-2017), uma vez que a agricultura juntamente com pastagem tem crescido em uma velocidade menor que outras classes, tendo em vista que em 2006 esta classe ocupava uma área total expressa em 11.076 hectares, evoluindo para 12.726 hectares em 2017, ou seja, crescendo apenas 14,90%, alinhado ainda com a substituição e deslocamento desse espaço de produção destinado agora a soja e pastagem e assim, ao passo da ordem externa e conformidades do local, a soja vai redesenhando o território e assumindo os espaços de produção estratégicos à sua reprodução e ampliação. Portanto, o passo necessário a entender o território santareno é entender inicialmente seu uso e ocupação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição territorial da produção agrícola está marcada por um “dilema”, sendo a movimento silencioso da mudança do espaço destinado à produção, de forma mais objetiva; há nesse território um movimento de substituição/alteração não da produção diretamente, mas das áreas destinadas às culturas. A cartografia da Figura 2 demonstra que, em 2000, havia uma composição agrícola ligada à pastagem e a um mosaico de agricultura camponesa que tem no curso do tempo, contextos e formalidades do velho e do novo, no âmbito da modernização da agricultura. No entanto, essa dinâmica constitui “o modo de produção que expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho” (SANTOS, 2012, p. 28).

A Amazônia é marcada por este movimento dicotômico, de um modo de produção novo, possibilitado pelo avanço da técnica, pela velocidade de espacialização e diversos outros fatores que não substitui o velho na totalidade, esse é marcado no passado, possibilitado por outro tempo. O novo vai paulatinamente se desenvolvendo, aperfeiçoando-se em detrimento do velho. Em

Santarém, o agronegócio da soja representa o novo, viabilizado pelas condições ambientais e pelas contingências criadas por intermédio das políticas públicas que possibilitam a fixação do novo modelo de produção. Ou seja, sua territorialização e espacialização decorre em virtude de um conjunto de fatores que o impulsiona a estabelecer a ordem capitalista no território, sejam naturais e não-naturais, tendo como resultado uma nova configuração territorial erigida sobre a desterritorialização das múltiplas dimensões camponato preexistente.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. J. B. O avanço do agronegócio da soja sobre terras camponesas em comunidades da rodovia pa 370 em Santarém, Pará. *In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 2018, João Pessoa. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: ENG, 2018. V. 1. P. 1-12.
- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**. V.19, n.53, 2005. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 25/10/ 2018.
- CASTRO, E. Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-americana. *In: CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr, 2012.
- CONSELHO DA EUROPA. **Carta Européia do Ordenamento do Território**. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1988.
- FUNDAÇÃO AMAZONIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Estatísticas Municipais Paraenses: Santarém**. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. <http://www.fapespa.pa.gov.br>. Acesso em: 13/12/ 2018.
- NAHUM, J. S.; PAIXÃO JÚNIOR, P. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e camponato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA (UNESP)**, v. 25, p. 47-70, 2014.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SILVA, C. A. F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. *In: SANTOS, M. BECKER, B. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Recebido em: 28/10/2019
Aprovado em: 30/11/2019

**OS SABERES TRADICIONAIS DOS PESCADORES DE CARANGUEJO-UÇÁ E O MANGUEZAL:
O CASO DE TAMATATEUA, BRAGANÇA - PARÁ, COSTA AMAZÔNICA
BRASILEIRA**

Francisco Pereira de Oliveira¹
Gamaliel Tarsos de Sousa²
Klayton Luiz Campelo Silva³
Marcus Emanuel Barroncas Fernandes⁴

RESUMO

O presente estudo enfoca o saber empírico e as percepções ambientais dos pescadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Tamatateua, município de Bragança, nordeste do Pará. Visa descrever os saberes tradicionais dos pescadores deste recurso com enfoque no conhecimento ecológico a partir de suas percepções e estreita relação com o ecossistema manguezal. Fez-se uso da abordagem qualitativa de pesquisa, em que a técnica e o instrumento de pesquisa transitaram com o uso de entrevistas a partir de um questionário elaborado com perguntas semiestruturadas, respectivamente. A coleta de dados ocorreu entre os anos de 2017 e 2018, com 14 (quatorze) pescadores de caranguejo-uçá, com idade que variaram entre 22 e 62 anos, em que o processo analítico fez uso da análise de conteúdo. Os resultados demonstram que os pescadores possuem saberes ecológicos elaborados sobre o espécime caranguejo-uçá, assim como dos fenômenos naturais e ambientais. Percebem a conexão entre o ser humano e o manguezal como sinônimo de alimentação, comercialização, cultura, religiosidade, dentre outros, o que, de alguma forma, influencia diretamente nos saberes repassados de geração a geração por meio da educação não formal e informal. Constatou-se, ainda, que o manejo do recurso caranguejo-uçá se deve ao processo de aprendizagem ocorrido

¹ Doutor em Biologia Ambiental, com ênfase em Biologia de Organismos da Zona Costeira Amazônica, pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPBA). Possui Mestrado em Biologia Ambiental - Ênfase em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos pela Universidade Federal do Pará; Especialização em Gestão de Sistema Educacional pelo Centro Universitário do Estado do Pará; graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é Professor Efetivo da Universidade Federal do Pará na cadeira de Planejamento e Gestão Educacional; Pesquisador do Laboratório de Ecologia de Manguezal (UFPA); Professor do Programa de Mestrado em Linguagens e Saberes da Amazônia/UFPA. E-mail: foliveiranono@yahoo.com.br

² Mestrando em Linguagens e Saberes da Amazônia, linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Saberes Culturais e Educação da Amazônia (UFPA), possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará -UFPA (2000). Atualmente é concursado pela SEDUC/PA como especialista em educação, atuando na EEEFM Prof^a Argentina Pereira, professor colaborador do Instituto de Ensino Superior do Pará (IESPA) e Secretário Escolar da Escola Municipal Pe. Paulo Corolli - Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, sustentabilidade, reserva extrativista, coletores, comunidade, professor e jovens e adultos. Professor colaborador da Faculdade de Bragança (FABRA). Professor Colaborados da Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED). E-mail: gamaliel.tarsos@gmail.com

³ Possui graduação em HISTÓRIA pela Universidade Federal do Pará (2002). Professor do Governo do Estado do Pará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social da Amazônia. Atualmente é discente do Programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (UFPA). , Atuando principalmente nos seguintes temas: Cultura, História, Modernidade, Urbanização e Cidadania no Brasil República. E-mail: klaytoncampelosilva@gmail.com

⁴ Possui graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amazonas (1985), mestrado em Psicologia Experimental (Comportamento Animal) pela Universidade de São Paulo (1989) e doutorado em Biologia pela Universidade de York (1997) - Inglaterra. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança. Tem experiência na área de Oceanografia Biológica, com ênfase em ecologia do ecossistema manguezal, desenvolvendo pesquisas sobre produtividade primária e secundária, interação fauna e flora e questões socioambientais. E-mail: mebf@ufpa.br

cotidianamente entre o parentesco (pai, filho, neto, tios e outros), assim como no processo e socialização (partilha) entre amigos do “manguezal”. Doutro lado, identificou-se que mesmo utilizando-se de práticas e artes predatórias, como o gancho, os pescadores as reconhecem como tal, porém revelam a ideia de manutenção do recurso quando argumentam o respeito nos períodos de reprodução do espécime.

Palavras-chave: Manguezal. Caranguejo-uçá. Saberes da Pesca. Percepção.

ABSTRACT

This study focuses on the empirical knowledge and environmental perceptions of Uçá crab (*Ucides cordatus*) fishermen from the Tamatateua region, municipality of Bragança, northeast of Pará. The main objective is to describe the fishermen's traditional knowledge on this resource focusing on the ecological knowledge from their perceptions and close relationship with the mangrove ecosystem. used the qualitative research approach, in which the technique and the research instrument were carried out using interviews from a questionnaire designed with semi-structured questions, respectively. Data collection took place between 2017 and 2018, with 14 (fourteen) fishermen of Uçá crab, aged between 22 and 62 years, in which the analytical process made use of content analysis. The results demonstrate that the fishermen have elaborated ecological knowledge about the Uçá crab specimen, as well as the natural and environmental phenomena. They perceive the connection between the human being and the mangrove as a synonym of food, marketing, culture, religiosity, among others, which, in some way, directly influence the knowledge passed on from generation to generation through non-formal and informal education. It was also found that the management of the Uçá crab resource is due to the learning process that occurs daily between kinship (father, son, grandson, uncles and others), as well as in the process and socialization (sharing) between friends of the “ mangrove”. On the other hand, it was identified that even using predatory practices and arts, such as the hook, the fishermen recognize them as such, but reveal the idea of maintaining the resource when arguing about the respect in the reproduction periods of the specimen.

Keywords: Mangrove. Uçá crab. Fishing knowledge. Perception.

INTRODUÇÃO

A educação é um meio de construção e reconstrução de conhecimentos nos campos científicos, populares, empíricos, dentre outros, e que, certamente, não ocorre apenas no ambiente escolar institucionalizado, ou seja, acontece no ambiente familiar, na igreja, na rua, nas relações sociais, sempre quando uma cultura tenta ser transmitida, de uma forma ou de outra, temos algum contato com ela.

Os conhecimentos exteriores ao ambiente escolar devem ser levados em consideração, por exemplo, as experiências da vida comum, o cotidiano do saber-fazer, as relações intra e extrafamiliares, ou seja, a educação informal. Ao se deparar com o saber tradicional dos pescadores de caranguejo-uçá numa área costeira da Amazônia, certamente, se lida com essa dimensão da educação (a informal). Todavia, há agentes sociais que usam a dualidade formal e informal, mas se compartilha do enunciado de Gohn (2010), quando enfatiza que há três dimensões da educação: formal, não formal e informal, e, que devem ser complementares e

integrativas, e uma não se sobrepõe a outra, pois a educação formal é a escolarizada, regida por regras, sistematizada e a não formal o aprendizado é espontâneo, é social e com intencionalidade, a exemplo dos movimentos sociais. A informal é partilhada e estruturada a partir de aprendizagens naturais, enraizada pelas experiências cotidianas da vida comum, de vivências, de sua origem, religiosidade e, por certo, a ocorrência se dá pela via geracional, ou seja, “é o passado orientando o presente” (GOHN, 2010, p. 28).

As populações tradicionais que vivem em comunidades têm práticas produtivas de subsistência, onde seus saberes são aqueles repassados de geração em geração, um saber empírico e age sobre o meio ambiente com demonstração de contribuição que vai além da visão humano-natureza. Complementarmente, Diegues (1999, p. 15) destaca que “torna-se necessário resgatar os sistemas tradicionais de manejo ainda hoje praticados por essas populações, pois essas técnicas têm contribuído significativamente para a manutenção da diversidade biológica”.

Ainda, há que se reconhecer o movimento simbiótico que ocorre da relação entre os ciclos sazonais, os recursos ambientais e as práticas produtivas estabelecidas pelos povos imbuídos de um sentimento de pertença, onde suas vidas são condicionadas e construídas tomando como base os ambientes em que estão inseridos, criando, certamente, culturas. De forma polida e objetiva, Diegues e Arruda (2001, p. 25), enfatizam que “um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, e por sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas”.

Nesse sentido, na Amazônia brasileira, os saberes dos povos tidos como tradicionais são constituídos nas três dimensões da educação: formal (escolarização), não formal e informal. No entanto, os povos tradicionais perpetuam suas práticas produtivas, organização social, economia, cultura e religiosidade por meio dos saberes constituído na educação não formal e informal.

É nesse contexto, que surgem os povos que residem e praticam suas atividades produtivas nas áreas estuarino-costeiras (OLIVEIRA, 2015). Em particular, aqueles que têm sua principal atividade produtiva na pesca do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), ou seja, mantém relação estreita com o ecossistema manguezal. Este, por sua vez, tem se destacado por sua rica biodiversidade, pois é um berço de diversas espécies de fauna e flora, com grande importância ecológica e econômica. Dentre as espécies, destaca-se o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*, Linnaeus, 1763), que tem sido importante não só na cadeia de comercialização, mas

também nas teias de relações sociais de sobrevivência e manejo dos costeiros e ribeirinhos da costa nordeste do estado do Pará (MANESCHY, 2005, MONTEIRO *et al.*, 2014; OLIVEIRA, 2015).

Dá se faz importante perceber quais os saberes ecológicos locais empreendidos por meio da educação informal e de que forma esses são repassados de geração a geração entre os pescadores do caranguejo-uçá na Comunidade de Tamatateua, Bragança, Pará? E ainda, estes saberes ecológicos locais promovem a preservação do ecossistema manguezal e, por conseguinte, do caranguejo-uçá?

Diante desse cenário, os objetivos foram: i) estudar os saberes ecológicos locais com relação às práticas produtivas na pesca do caranguejo-uçá na Comunidade de Tamatateua, Bragança (PA) com enfoque na educação informal; ii) descrever o perfil dos pescadores (sexo, escolaridade, tempo de trabalho, jornada semanal, etc.); iii) identificar essas práticas no repasse de saberes às gerações novas, assim como as artes de pesca utilizadas no manejo do caranguejo-uçá. Certamente, tais questões suscitam análises interdisciplinares, no intuito de discutir os saberes ecológicos locais no viés da educação informal, assim como realizar uma abordagem holística das práticas produtivas empreendidas na pesca do caranguejo-uçá, na Comunidade de Tamatateua, Bragança (PA), costa amazônica brasileira.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

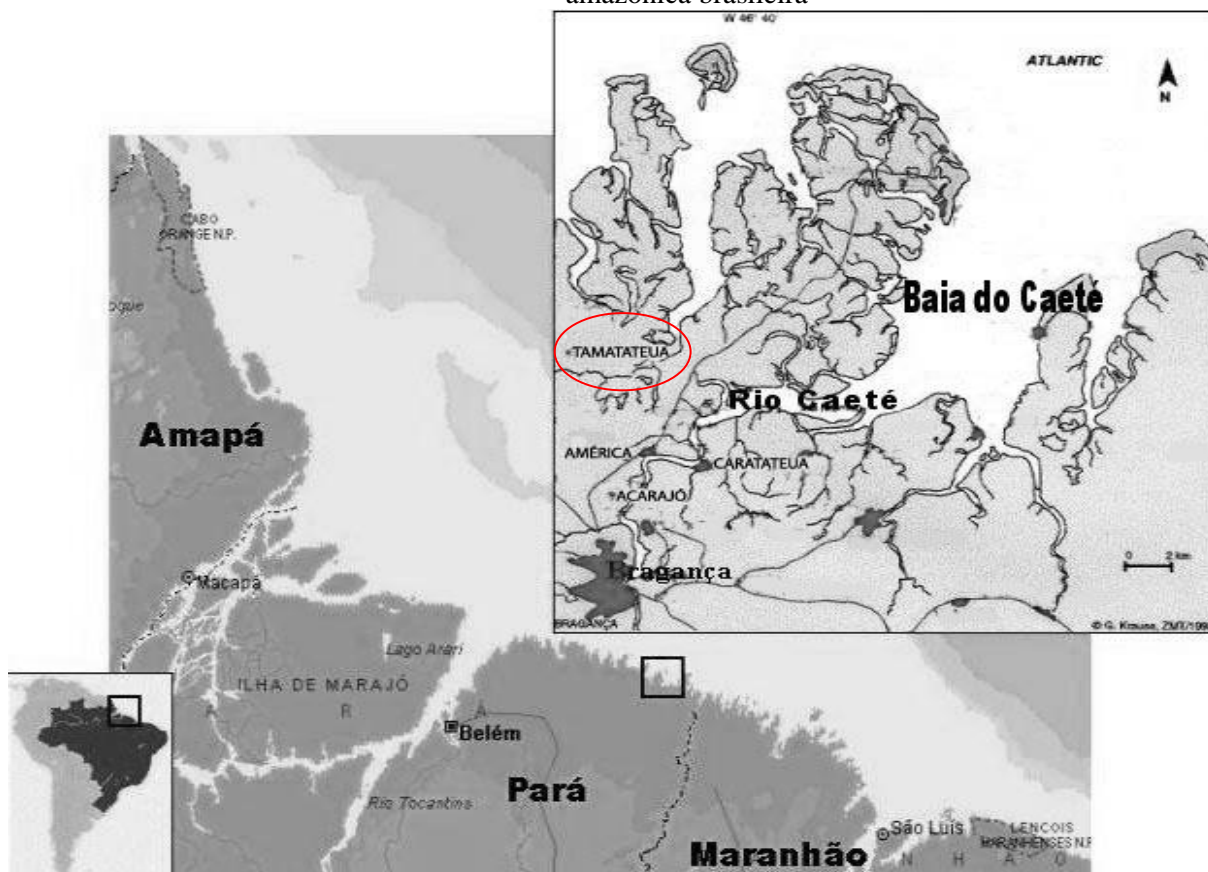
2.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo envolveu os usuários⁵ do manguezal, especificamente os pescadores do caranguejo-uçá da comunidade de Tamatateua, Bragança (Fig.1), nordeste do estado do Pará, área da península costeira bragantina.

O local da pesquisa foi definido a partir da potencialidade conhecida na produção do caranguejo-uçá (OLIVEIRA, 2015). Tamatateua se localiza ao norte do município de Bragança, distante da sede, aproximadamente, 18 km. A referida comunidade é constituída por pessoas que desempenham diversas atividades, entre elas destacam-se: a pesca artesanal: peixes, caranguejos e mariscos; agricultura de mandioca, feijão, tabaco e outros; servidores públicos: vigias, serventes, professores, gestores, coordenadores, agente comunitário de saúde, dentre outros.

⁵ Pessoas que são cadastradas pela Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) para a apropriação e uso dos recursos naturais dos manguezais nos limites da reserva.

Figura 1: Mapa de localização da comunidade de Tamatateua, Município de Bragança, costa amazônica brasileira



Fonte: Oliveira, 2015

2.2 COLETA DE DADOS

O presente estudo ocorreu nos anos de 2017 e 2018, com uma amostragem constituída de 14 (quatorze) pescadores de caranguejo-uçá, com idade entre 22 e 62 anos, estes, considerados produtores ativos no mercado de trabalho.

Foi elaborado um questionário com perguntas semiestruturadas e destinadas aos pescadores de caranguejo-uçá, com o objetivo de identificar os saberes ecológicos locais repassados de geração a geração por meio da educação informal. Logo, primou-se pela abordagem qualitativa (MINAYO, 2010) e pela abordagem quantitativa de pesquisa (RICHARDSON, 1989).

Os procedimentos de coleta seguiram os seguintes passos: 1) contato com a comunidade por meio de pessoas chave, como o coordenador e a gestora da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Brasileiro Felício da Silva; 2) contato com os pescadores de caranguejo-uçá para verificar a possibilidade de conversar sobre sua prática produtiva,

dada aceitação, marcava-se o dia e a hora; 3) entrevista com o uso do questionário; 4) estreitar as conversas, algumas perguntas eram formuladas ou reformuladas até esgotar o assunto. Adicionalmente, foi realizada a observação de campo, onde algumas vezes acompanhava o pescador na sua área de trabalho e observava como as gerações mais novas se comportavam frente ao que viam e observavam.

2.3 ANÁLISE DE DADOS

A coleta por questionário recebeu o tratamento da análise do conteúdo a partir dos estudos de Bauer & Graskell (2002), com a transcrição parcial ou total da fala. Ademais, recebeu, em algumas passagens, a análise do discurso, pois se compreende que (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que forma sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Os dados quantitativos foram tratados mediante tabulação dos resultados numa planilha do Programa *Microsoft Excel* versão 2010, e depois analisados à luz da estatística descritiva (FREITAS & MOSCAROLA, 2000).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O PERFIL DOS PESCADORES DE CARANGUEJO-UÇÁ DE TAMATATEUA

Em Tamatateua, o caranguejo-uçá ainda é um recurso pouco explorado pelos mais jovens 16-21 anos, que tendem a serem os próximos disseminadores dessa atividade, sendo o trabalho realizado ainda pelos mais velhos. A estrutura etária mostrou que a idade dos entrevistados variou de 22-62 anos, com média de 39 anos, todos do sexo masculino. Portanto, a atividade produtiva é realizada por pessoas que se encontram no auge da faixa etária dos economicamente ativos 30-39 anos.

Segundo Borcem *et al* (2011), esse número de maior expressão de pescadores em idade adulta, justifica-se pelo direcionamento dos mais jovens para o comércio local ou mesmo outras profissões, como pedreiros, marceneiros e outras, na maioria das vezes consideradas de maior validade do que a atividade pesqueira. Adicionalmente, percebe-se que as famílias têm incentivado os mais jovens a ingressarem na instituição escolar, o que, por vezes, levam esses jovens a buscarem outras realidades e os afasta do ambiente pesqueiro.

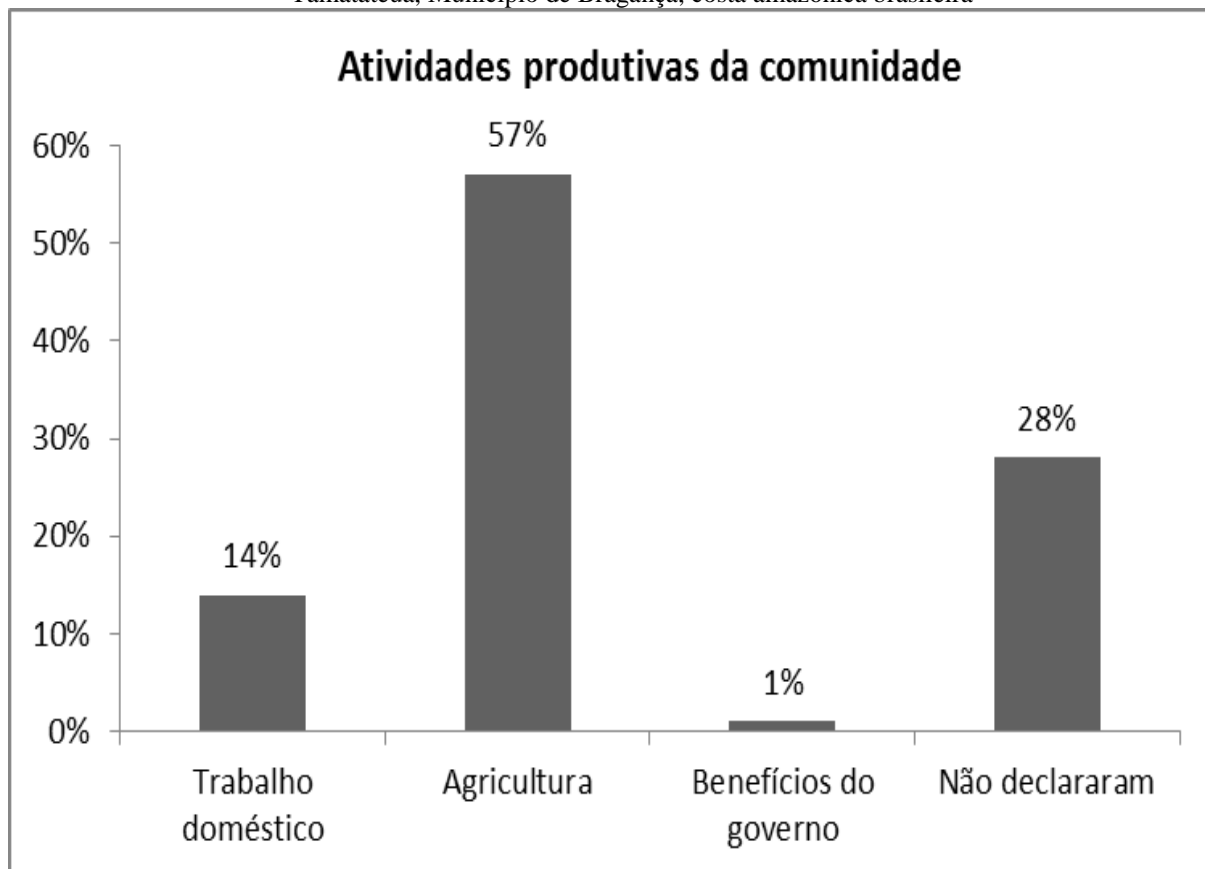
Verificou-se também que a média de tempo que o pescador desenvolve o trabalho de extração do caranguejo-uçá é de 25 anos. Identificou-se ainda que frequentaram a instituição escolar (100%), embora 86% tenham cursado ou cursam o ensino fundamental completo ou incompleto, e somente 14% cursaram ou cursam o ensino médio.

Os motivos que levaram os pescadores à evasão escolar se devem ao trabalho para ajudarem no sustento familiar, dificuldade de acesso à escola e, principalmente, pelo aspecto financeiro, pois tinham que trabalhar para obter renda, o que impedia a continuidade dos estudos, uma vez que o tempo Escola não condizia com o tempo disponível dos pescadores, pois o tempo deles, certamente, estava condicionado à sazonalidade costeira amazônica, ciclos naturais.

Os dados obtidos quanto à escolaridade dos entrevistados nos remetem a uma análise social, cujas evidências apontam para o fato de que muitas vezes o acesso à educação formal, direito do cidadão, não chega a todos ou não se adequa à vida dele, especialmente a população menos favorecida socialmente. Alves e Nishida (2003) apontam que o abandono dos estudos e a inserção precoce no mercado de trabalho resultam do contexto social e econômico em que essas comunidades estão inseridas, no qual o sucesso escolar constitui uma exceção.

Quanto à composição da renda familiar advinda de outras áreas, analisou-se que existem outras pessoas (familiar) que contribuem com a renda mensal, estas complementam por meio do trabalho doméstico (14%), benefícios do Governo Federal, como bolsa família, bolsa verde, aposentadoria por idade e por atividade rural (1%), mas principalmente pela agricultura (57%), porém, 28% não quiseram declarar (Fig. 2).

Figura 2: Atividades complementares à renda dos pescadores de caranguejo-uçá de Tamatateua, Município de Bragança, costa amazônica brasileira



Fonte: Elaborada pelos autores

Detectou-se, ainda, que 79% aprenderam a exercer a atividade com os pais, 14% com os tios e 7% com os cunhados. Com relação ao processo de aprendizagem sobre a profissionalização na pesca do caranguejo-uçá, analisa-se que a construção do conhecimento ocorre mediante ao repasse entre gerações. Assim, o processo educativo é encaminhado, e por meio dos “educadores”, que são os próprios pais, as famílias, ou seja, uma educação herdada, como argumenta Gohn (2010, p. 20): “é o passado orientando o presente”.

Os dados acima demonstraram que as atividades do pescador de caranguejo-uçá estão pareadas a outras para complementação da renda mensal, pois se entende a partir de então que somente essa prática produtiva não assegura os meios de vida das famílias desses pescadores, ou seja, torna-se uma atividade dependente de outras para o sustento cotidiano familiar. Ademais, a média de renda mensal em função da atividade produtiva de extração do caranguejo-uçá é menor que o valor do salário mínimo em 2018 (R\$998,00), o que, certamente, também custeia, diariamente, o “rancho” (a alimentação) e os apetrechos necessários para a ida ao manguezal, por exemplo, o conserto/confecção de apetrechos de pesca, aquisição de combustível para abastecer barcos de pequeno porte e canoas motorizadas, aquisição do tabaco que serve, quando feito o “porronca” (cigarro), para

espantar os insetos durante a estadia no manguezal e a captura. Obviamente, existem outros elementos que não são cotidianos, mas fazem parte dos custos para se extrair esse recurso e, contabilmente, não se podem precisar esses valores em função de que os pescadores não costumam planificá-los ou anotá-los.

Juntado a esse condicionante, tem-se as despesas domésticas e pagamentos de pequenas dívidas em tabernas (comércios pequenos), o que dificulta ao pescador emitir uma ideia de ganhos com a atividade de pesca. Esses dados socioeconômicos, demonstram, em sua maioria, que os pescadores de caranguejo-uçá estão no cômputo dos 10% mais pobres da população brasileira. Há estudos, por exemplo, de Alves e Nishida (2003) e Barbosa *et al* (2008) que demonstram também essa renda inferior a um salário mínimo e, por conseguinte, levaram Nordi (1992) a classificar os pescadores de caranguejo-uçá como os de menor poder aquisitivo entre os pescadores de um modo geral.

3.2 A PRODUTIVIDADE DO CARANGUEJO-UÇÁ EM TAMATATEUA, BRAGANÇA-PA

Dado bem interessante é que a quantidade aproximada de caranguejo-uçá (Fig. 3) extraída por semana dos manguezais pelos pescadores de Tamatateua é, em média, 23 cambadas⁶. Esses pescadores vão ao manguezal para a pesca por semana, em média, 3 vezes, sempre acompanhado de mais 8 pessoas, geralmente colegas de profissão ou familiares.

A renda obtida por semana é, em média, R\$ 176,00 reais por pescador. Observa-se que o ganho mensal está inferior ao salário mínimo vigente no Brasil (2018), que é de R\$ 998,00. Notou-se, ainda, que esses pescadores não dispõem de seguro defeso quando há proibição de extração desse recurso no período da “andada” no período defeso⁷, por determinação da Lei estabelecida pela Portaria N° 034 /03-N, de 24 de Junho de 2003.

Figura 3: Pescador de caranguejo no manguezal (3A), caranguejo-uçá capturado (3B), cambadas de caranguejos (3C), atividades realizadas em Tamatateua, Município de Bragança, costa amazônica brasileira

Cambada: porção média de 14 caranguejos amarrados por um fio de nylon (OLIVEIRA, 2015).

⁷ O seguro defeso é uma política pública passiva, instituída pelo Governo Federal, que concede renda mínima ao pescador profissional artesanal durante o período de proibição da pesca em função da reprodução do espécime. Portaria IBAMA N° 034/03-N, de 24/06/2003, que trata do defeso pesqueiro do recurso caranguejo-uçá para as regiões norte e nordeste do Brasil.



Fonte: Oliveira, 2015

De acordo com dados do IBGE/PNAD (1999), a média nacional para renda mensal está situada em 2,1 salários mínimos para os empregados não registrados, o que diverge consideravelmente da renda conseguida pelos pescadores entrevistados. Como consequência da situação descrita, muitos deles procuram um aditivo advindo de outras atividades como a pesca artesanal (peixe), o trabalho rural (agricultura) e a extração e catação de outros mariscos.

Discute-se, portanto, que os padrões insustentáveis de consumo e a produção existente, principalmente nos países industrializados como o Brasil, ocasionam o agravamento da pobreza e da desigualdade, gerando maior pressão sobre os recursos naturais e o aumento dos impactos sobre o meio ambiente (BAILÃO, 2001). Em particular, tem-se a compreensão que o auxílio defeso inexistente e a proibição da pesca no período de defeso, podem levá-los a burlar a lei e extrair o caranguejo-uçá no período de reprodução, causando, certamente, um impacto negativo e, por consequência, a esgotabilidade desse recurso, o que compromete, sobremaneira, o estoque pesqueiro.

A produtividade na captura do caranguejo-uçá desenvolvida nos manguezais pelos pescadores de Tamatateua é predominantemente masculina, ou seja, é praticamente inexistente a mão de obra da mulher no trabalho com esse crustáceo (campo/captura). Embora se constate a presença da mulher noutras atividades ligadas à pesca, como a catação (o mínimo, devido não ser o foco nessa comunidade) ou mesmo na companhia dos seus parceiros na condução da canoa a remo, isto é, quando se considera apenas como trabalho aquele valorizado economicamente, invisibiliza-se a presença da mulher na pesca considerada apenas como ajuda, por exemplo. Essa constatação é similar a de Vergara-Filho e Pereira-Filho (1995) para a maioria dos estados brasileiros, havendo exceções apenas em algumas localidades, como São João da Barra (RJ), onde o número de mulheres catadoras de caranguejo é o triplo dos homens.

Outro fator que se mostrou importante como critério para extração de caranguejo-uçá é o tamanho. Os pescadores só capturam a partir de 6 cm de largura da carapaça, ou seja, o

tamanho legalizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), assim como a não captura dos espécimes fêmeas. Todavia, esse critério não se deve somente às normas legais, mas sim pela aceitação do caranguejo no mercado, como afirma o Pescador A, “*quanto maior mais querem comprar né*”.

Ainda que não seja intencional esta prática voltada para a conservação, constitui-se uma atitude conservacionista, pois com a captura de caranguejos adultos, certamente, o estoque consegue a reposição.

3.3 A BIOECOLOGIA DO CARANGUEJO-UÇÁ PERCEBIDO PELOS PESCADORES DE TAMATATEUA

Quando questionados sobre o ciclo do caranguejo-uçá, foi observado que os pescadores têm um extenso conhecimento sobre o ciclo reprodutivo. Onde emitiram falas como: “tudo se inicia com a 'andada'”; outros: “é o período de reprodução”; e ainda: “período em que grandes quantidades de caranguejos saem em andada”.

Logo, diz-se que a “andada” é o fenômeno em que grandes quantidades de machos e de fêmeas abandonam suas tocas, perdem a agressividade e vagam pelo manguezal para acasalarem-se e, no caso das fêmeas, realizar a desova (BLANKENSTEIN, *et al.*, 1997). Foi observado pelos pescadores que na época da “andada” ocorre uma movimentação intensa de caranguejos nos manguezais, o que remonta, então, a nomenclatura.

Nordi (1992) observou entre os pescadores de Várzea Nova (PB) as associações desta fase de reprodução a uma "festa" (diversão) ou a uma doença ("doentes"), por conta dessa grande movimentação, também observada na região do Tamatateua. Outro fator observado pelos pescadores é que o fenômeno da “andada” acontece no início do ano, na lua nova e cheia, como firmado na fala de um pescador:

Na lua cheia e nova os caranguejos ficam tudo doido pelo mangal, ai a gente já sabe que começou a andada (Pescador B).

Nunes (1998, p. 17) também registrou a informação de pescadores nos manguezais de Vitória - ES, que a "andada acontece normalmente na primeira lua de janeiro (lua cheia ou nova)". Observa-se que no período de maio a agosto o caranguejo fica no período de engorda, que é identificado pelos extrativistas como os meses que não tem *R*. Todavia, não há até o presente momento comprovação científica ao fato de os meses não terem *R*, pode acontecer, talvez, por coincidência. Ou seja, é um ou outro conceito repassado através das gerações.

Assim, em seguida, a bioecologia também diz que o caranguejo-uçá se prepara para a troca de casco, onde os pescadores afirmam que nesse período há uma diminuição no estoque de *Ucides cordatus*. Os caranguejos que estão nesse período da ecdise (muda) caracterizado como uma etapa de crescimento, ocorrendo geralmente uma vez por ano em indivíduos adultos, sendo mais frequente em jovens (ALVES & NISHIDA, 2002).

Todavia, na fase da ecdise, os pescadores os consideram como impróprio para consumo, com ocorrência maior no mês de agosto. De acordo com os pescadores da região pesquisada, há uma diferença de meses de uma localidade para outra, como afirma Dalabona & Silva (2005), espécies com grande distribuição geográfica podem apresentar períodos reprodutivos diferentes, de acordo com a latitude que ocorrem.

Segundo o IBAMA (1994), outra grande ameaça aos estoques de caranguejo-uçá envolve a captura durante o período da “andada”, quando os machos e fêmeas saem de suas tocas para acasalarem-se e tornam-se presas fáceis. A despeito da proibição legal, este comportamento foi observado em várias comunidades de pescadores em que se predomina a produtividade de caranguejos (ANDRADE, 1983; NORDI, 1989; MANESCHY, 1993; NUNES, 1998; BARROS, 2001; ALVES, 2002; FISCARELLI & PINHEIRO, 2002).

Interessante, ressaltar as observações realizadas por Nordi (1994), quando argumenta que as leis burocráticas que regulamentam a pesca do caranguejo-uçá são quase sempre inócuas, porque não consideram os saberes dos pescadores para a elaboração e aplicação efetiva da legislação ambiental, tão pouco contemplam a situação de vulnerabilidade econômica e social em que vivem esses pescadores.

Nesse sentido, os saberes ecológicos locais podem ser manifestados por meio da educação não formal, ou seja, acessados a partir do processo de percepção e deve considerar o saber tido como autêntico advindo de profissionais dessa atividade laboral. Podem ser “contados na igreja”, nas “reuniões comunitárias”, nos “locais de trabalho dos pescadores (manguezais)”, como bem argumentam Brandão (2007) e Gohn (2010).

3.4 AS TÉCNICAS DE PESCA DO CARANGUEJO-UÇÁ NO SABER DO PESCADOR DE TAMATATEUA

A técnica de captura do caranguejo-uçá na região estudada é predominantemente o braceamento e o gancho. No primeiro, os pescadores introduzem o braço na galeria (toca) onde os caranguejos se localizam, imobilizando-os e os retirando e, em seguida, os imobilizam com uma quantidade de lama de mangue por meio de um enlace mobilizador das

patas. No estuário do rio Mamanguape foi observado por Nascimento, Mourão e Alves (2011, p. 115) que “a coleta é feita de forma manual, com os catadores introduzindo o braço nas galerias, onde os animais se abrigam, para retirá-los depois de imobilizados”.

Há outra técnica enumerada pelos pescadores da comunidade de Tamatateua que é utilizada quando as galerias estão muito profundas: a introdução da perna, onde se utilizam dessa técnica para acessarem o caranguejo com o pé, trazendo-o até certo ponto do alcance do recurso pelo braceamento. Logo, percebe-se o quanto os pescadores tendem a se adaptar aos obstáculos e mudanças encontrados na extração desse recurso.

Contudo, quando o caranguejo-uçá está profundo na lama do manguezal que nem o pé alcança, empreende-se a técnica do gancho. Este consiste em um vergalhão com ponta curvada fixado na ponta de uma haste de madeira com amarrilhos para fixar os dois (vergalhão e madeira) na constituição de um apetrecho eficaz na captura do espécime.

O apetrecho acima se utiliza da seguinte estratégia: os pescadores introduzem verticalmente o gancho na galeria até tocar no caranguejo, para depois removê-lo. Há a ressalva de que os pescadores utilizam essa técnica somente quando o “braceamento” e o “perneamento” não alcançam o recurso. Observa-se que essa técnica, às vezes, leva o caranguejo a óbito no ato da captura, devido à pressão na carapaça e, por conseguinte, sobrevive menos após ser capturado. Essa consequência também é percebida devido à redução no sucesso comercial, pois os animais têm que chegar vivos ao consumidor final.

3.5 OS PESCADORES DE CARANGUEJO-UÇÁ E A OCORRÊNCIA DOS FENÔMENOS LUNARES

Sabe-se que a lua tem influência direta sobre a vida na terra, principalmente no ambiente marinho, onde diversos animais tem seu ciclo reprodutivo e de vida ligado às marés e suas variações, segundo Alves e Nishida (2002). Nesse cenário, argumenta-se que as comunidades consideradas extrativistas de recursos do manguezal, tem um conhecimento robusto sobre as influências lunares no ciclo, pois isto se torna base para o processo de extração dos recursos desse ecossistema (ANDRADE, 1983).

Nordi (1994) afirma que os pescadores de caranguejo apresentam saberes importantes sobre os aspectos etológico, biológicos e ecológicos dos recursos pesqueiros com o qual interagem, assim como conseguem perceber a influência dos ciclos lunares e de maré sobre fauna e a flora, associando, principalmente, a atividade de catação de moluscos às fases da lua.

De acordo com os pescadores de Tamatateua, o período de troca de casco está diretamente ligado às fases da lua, pois as marés ficam variando e o manguezal é inundado, o caranguejo procura lugares altos e enxutos, mas também se enterra dentro do manguezal. Como depoimento para essa assertiva, transcreve-se a fala: “*nas quebras o caranguejo é mais raso*” (PESCADOR C). Esse fato também foi verificado no estuário do rio Mamanguape, na Paraíba, por Alves e Nishida (2002, p. 114):

Os catadores ressaltam, ainda, que alguns caranguejos retardatários não conseguem fazer o “buraco” para se embatumar durante a maré de quebramento. Nesse caso, eles fazem uma “barroca” (buraco pequeno) ou procuram qualquer pequena depressão existente no substrato, onde permanecem até a ecdise.

As marés de quebramento são caracterizadas por Alves e Nishida (2002, p. 113) da seguinte maneira:

(...) por ocasião da passagem das luas nova e cheia para os quartos crescente e minguante, têm-se as “marés de quebramento”, que diminuem gradativamente a cada dia, até produzirem as oscilações mínimas, próximo aos quartos de lua. Durante esse período, a porção inundável de mangue na preamar e descoberta na baixa-mar é menor.

Nesse sentido, observou-se que os pescadores de Tamatateua possuem saberes ecológicos locais elaborados com relação aos fenômenos naturais de maior ocorrência e interferência direta nas suas práticas produtivas, como é o caso da maré. Adicionalmente, referencia-se essa questão por meio das observações de Nordi (1994, p. 41), em que ressalta: “os catadores de caranguejo possuem um conhecimento elaborado acerca do comportamento da maré, em virtude da sua importância como fator regulador da atividade de ‘catação’”.

3.6 SIGNIFICADOS DO MANGUEZAL PARA OS PESCADORES DE CARANGUEJO-UÇÁ DE TAMATATEUA

Os pescadores relataram as principais mudanças ocorridas nos manguezais atualmente, entre elas, destacaram-se: mais pessoas no manguezal (7%), maior dificuldade de acesso (57%) e agressão ao manguezal (36%). O fator “dificuldade de acesso ao manguezal” se deve ao recurso mais longínquo, mais escasso. E, o fator “mais pessoas nos manguezais” foi justificado devido à ausência de emprego formal, ou seja, o elevado índice de pessoas desempregadas na região.

Ao analisar qual o significado do caranguejo-uçá para o dia a dia dos pescadores, verificou-se que para 28%, é uma fonte de renda, e para 86% é meio de subsistência/alimentação. Noutra vertente, tem-se o significado. De acordo com Diegues e Arruda (1999), é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que esses

povos possuem, pois a partir deles que agem sobre o meio natural. Ainda se detectou que o uso desse recurso se deve à complementação alimentar, assim como fonte de sobrevivência temporária (100%). E, 64% se deve a prática dinâmica da comercialização.

Simultaneamente, coloca-se a ideia de que o manejo dos recursos naturais, típico do modo de vida dos povos tradicionais, é permeado pela “necessidade do uso racional desses recursos” (ALMEIDA & CUNHA, 1999, p. 1). E, esses recursos só se mantêm e continuam abundantes por esse uso racional existente, pois se observa a grande preocupação que os pescadores tradicionais tem, principalmente na época do defeso, como se constata na fala: “*O período do defeso é muito importante, porque é quando o caranguejo sai para cobrir a fêmea e procriar mais caranguejo*” (Pescador F).

Situação bem interessante com relação aos saberes ecológicos locais se deu quando, 43% dos pescadores disseram que o período do defeso estipulado pelos órgãos ambientais está correto. Todavia, 57% afirmaram que esse período está equivocado, como se observa na fala: “*O defeso não está dando certo nas marés, porque falta um fiscal para saber quando o caranguejo se perde*” (Pescador D).

Nesse sentido, questionou-se: “*qual atitude se toma quando esse período determinado por lei não compreende os verdadeiros dias que deveriam ser o defeso?*”. Primeiramente, responderam obedecer a Lei. Entretanto, quando percebem a “andada” noutros dias não determinados em lei, alguns relataram não pescar, mas a maioria, 62%, disseram pescar.

Mesmo que se possa observar que o trabalho no manguezal é feito, em sua maioria, para obtenção de complemento alimentar e de fonte de renda, os pescadores criam uma relação com o manguezal e o sentimento de pertencimento. Toledo (2000) ressalta que o pensamento entre população tradicional e meio ambiente é sempre para o bem. Noutra vertente, Diegues (2008), afirma que essa relação é uma visão do “bom selvagem”.

A idealização de que a relação das populações tradicionais com a natureza é harmoniosa e equitativa, está vinculada ao mito do “bom selvagem”, mesmo que a relação da população com a natureza não siga essa visão romântica, não podemos levar para o extremo. Pois é perceptível que a relação das comunidades tradicionais com a natureza tem seus benefícios, pois estas desenvolvem formas de manejar benéficas ao ecossistema, pois entendem o recurso de muita importância para o seu dia a dia (MANESCHY, 2005; OLIVEIRA, 2015). Nessa mesma discussão, Almeida & Cunha (1999, p. 1) afirmam que,

Podem-se ter práticas culturais conservacionistas sem uma ideologia conservacionista. Neste caso, temos populações que, sem ter uma ideologia

explicitamente conservacionista e que, não obstante, seguem regras culturais para o uso dos seus recursos naturais de maneira sustentável.

Valores e regras de relação com a natureza são difundidos da própria cultura para a continuidade e propagação desse manejo sustentável com o recurso. Logo, ressalva-se que a noção de que homem e natureza não são independentes, visto que, o vínculo entre eles se constitui numa relação simbiótica, na qual “ambos desempenham funções para a manutenção do meio, sendo as ações humanas desenvolvidas neste contexto permeadas por diversos valores e regras, próprios da cultura pela qual são difundidos” (DIEGUES, 2008, p. 63). Há falta de valorização dos esforços dessa população para conservação da biodiversidade e a relação de subsistência existente, da qual depende diretamente.

Por fim, observa-se que os saberes dos povos tradicionais, em especial, dos pescadores de caranguejo-uçá de uma comunidade costeira da Amazônia brasileira, certamente, são alimentados, assegurados e contínuos em função do processo de ensino por meio dos mais velhos e de aprendizagem cotidiana pelos mais novos, a partir da compreensão da educação não formal e informal.

Diz-se isso, finalmente, porque o presente estudo conseguiu demonstrar que essas duas dimensões de educação, não formal e informal, estão presentes no fazer do dia a dia, sejam nas rodas de conversas, nos seus ambientes de trabalho ou mesmo nas suas reuniões comunitárias. A educação não formal foi observada quando o pescador revela que o seu aprendizado se deu por meio do fazer familiar e a educação informal, quando o pescador revela que aprende a prática da pesca na observação dos mais velhos, pais, amigos e outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusivamente, diz-se que os pescadores do caranguejo-uçá da comunidade de Tamatateua, possuem um vasto conhecimento sobre os saberes ecológicos locais, em especial, sobre a prática produtiva desse recurso. E, por vezes, esse saber é compatível com a literatura científica disponível. As percepções sobre os caranguejos e os fenômenos ambientais relacionados, oferecem informações referentes ao manejo do recurso e a conservação dele. Nesse ínterim, apresentam estratégias sustentáveis de otimização da captura, uma vez que demonstram atitudes conservacionistas ladeadas pela aprendizagem cultural de forma, certas vezes, não intencional. Assim como também se utilizam de prática não conservacionista, como é o caso do uso do gancho.

Por fim, fica evidente que a comunidade envolvida com a pesca do caranguejo-uçá pode fornecer informações importantes que venham a subsidiar pesquisas científicas e, ainda, contribuir para o estabelecimento de normas que regulamentem a referida atividade. Nesse sentido, abrem-se os questionamentos: por que os órgãos ambientais não acessam os povos tradicionais para “determinar” leis? Os saberes ecológicos locais não são válidos para referenciar a tomada de decisões? E por que a educação não formal e informal não é tida como referência para a prática docente ou mesmo nos cursos de graduação em licenciatura? Logo, os referidos questionamentos dizem que a presente pesquisa não se encerra, mas inicia uma discussão na modalidade educação não formal e informal, a partir dos saberes empíricos e ecológicos locais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marissônia Lopes de; CUNHA, Manuel. Populações tradicionais e conservação. *In: Programa Nacional da Diversidade Biológica*. Seminário de Consulta. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira. Macapá, 1999.

ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega & NISHIDA, Alberto Kioharu. A ecdise do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Crustácea, Decapoda, Brachyura) na visão dos caranguejeiros. *Interciência*. Vol. 27(3): 110-117, 2002.

ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. **Estrutura populacional de *Ucides cordatus* (L., 1763) (Decapoda, Brachiura) e a atividade de coleta no manguezal do estuário do rio Mamanguape, Paraíba: um enfoque social e etnoecológico**. 2002. 156 fls. Dissertação (Mestrado em Biologia) - Universidade Federal da Paraíba, Brasil, 2002.

ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega; NISHIDA, Alberto Kioharu. Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá *Ucides cordatus cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Brachyura) do estuário do rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. *Interciência*, Caracas, v. 28, n. 1, p. 36-43, jan. 2003.

ANDRADE, Julieta de. **Folclore na região do Salgado, Pará. Segredos na alimentação: profissões ribeirinhas**. 2ª ed. Escola de Folclore, São Paulo, Brasil, 1983.

BAILÃO, Cheila Aparecida Gomes (Coord.). **Gestão e educação ambiental: relatos de experiências sobre a questão ambiental**. Vol. 2. Santo André: SEMASA, 2001.

BARBOSA, Andréa Geisa Pereira; MIRANDA, Indiana Katrine Arruda; CAVALCANTE-FILHO, Wagner Gondim; SILVA, Débora Rodrigues Pinto. A importância do turismo na vida dos caranguejeiros no município de Parnaíba-PI. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: 2008. p. 1-8.

BARROS, C. M. B. **Conhecimento tradicional, conservação e sobrevivência: a importância da participação dos caranguejeiros na definição de políticas de proteção e manejo do manguezal de Mucuri-Bahia.** 2001, 149 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Alagoas, Brasil, 2001.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BLANKENSTEYN, Arno; CUNHA-FILHO, D.; FREIRE, A. S. **Distribuição, estoques pesqueiros e conteúdo proteico do caranguejo de mangue (*Ucides cordatus*) (L. 1763) (Brachyura: Ocypodidae) nos manguezais da baía das laranjeiras e adjacência,** Paraná, Brasil. Arquivos de Biologia e Tecnologia, 1997.

BORCEM, Elielma Ribeiro; FURTADO-JÚNIOR, Ivan; ALMEIDA, Inailde Corrêa; PALHETA, Marllen Karine Silva; PINTO, Ivanilde Albernás. A atividade pesqueira no município de Marapanim-Pará, Brasil. **Revista Ciências Agrárias**, Belém, v. 54, n. 3, p. 189-201, set./dez. 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Portaria Nº 034 /03-N**, de 24 de Junho de 2003. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Brasil: Brasília, 2003.

DALABONA, Gláucia; SILVA, Jaime de Loyola e. Período reprodutivo de *Ucides cordatus* (Linnaeus) (Brachyura, Ocypodidae) na Baía das Laranjeiras, Sul do Brasil. **Acta Biol Par** 34:115-126. 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/HUCITEC, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira; SILVA, Viviane Capezuto Ferreira da Silva; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

FISCARELLI, Ana Gláucia; PINHEIRO, Marcelo Antonio Amaro. Perfil socioeconômico e conhecimento etnobiológico do catador de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763), nos manguezais de Iguape (24° 41' S), SP, Brasil. **Atualidades Biológicas**, v. 24. n. 77, p. 39-52, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREITAS, Henrique; MOSCAROLA, Jean. **Análise de dados quantitativos & qualitativos: casos aplicados usando o Sphinx®.** Porto Alegre/RS: Sphinx, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

IBAMA. **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis**. Brasília, Brasil, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/PNAD. **Rendimento**. Brasília, Brasil, 1999. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 jun. 2018.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. *In*: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma & MELO, Alex Fiúza de. (eds). **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Brasil, 1993, p. 19-62.

MANESCHY, Maria Cristina. Sócio-Economia: Trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. *In*: FERNANDES, M. E. B. (Org.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira**. vol. II. Fundação Rio Bacanga, São Luís, 2005.

MINAYO, Célia S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTEIRO, Marcos Alexandre Borges; OLIVEIRA, Francisco Pereira de; ARAÚJO, José Nazareno; FERNANDES, Marcus Emmanuel Barroncas. Productive Chain of the Mangrove Crab (*Ucides cordatus*) in the Town of Bragança, in the Northern Brazilian State of Pará (Amazon Region). **Journal of Coastal Research**, Special Issue. 70, 443-447. 2014.

NASCIMENTO, Douglas Macedo de; MOURÃO, José da Silva; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. A substituição das técnicas tradicionais de captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) pela técnica “redinha” no estuário do rio Mamanguape, Paraíba. **Ciências Biológicas** 11(2), Campina Grande, Paraíba, Brasil, p. 113–119. 2011.

NORDI, Nivaldo. A captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) durante o período reprodutivo da espécie: o ponto de vista dos caranguejeiros. **Rev. Nordestina Biol**, 9. p. 41-47. 1994.

NORDI, Nivaldo. Aspectos da interação dos pescadores-catadores com seu meio ambiente, com ênfase nos caranguejeiros. *In*: **Anais do Encontro de Ciências Sociais e o Mar**. São Paulo, Brasil, p.133-140. 1989.

NORDI, Nivaldo. **Os catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Várzea Nova-PB: uma abordagem ecológica e social**. 1992. 107 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

NUNES, André Gustavo Alves. **Os argonautas do mangue: uma etnografia visual dos caranguejeiros do município de Vitória-ES**. 123 fls. Dissertação (Mestrado em Multimídias) - Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 1998.

OLIVEIRA, Francisco Pereira de. **Análise da percepção dos extrativistas estuarino-costeiros sobre as de extração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e madeira do manguezal da costa amazônica brasileira**. 160 fls. Tese (Doutorado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros) - Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental. Instituto de Estudos Costeiros/UFPA, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

TOLEDO, Victos M. Indigenous Knowledge on Soils: An Ethnoecological Conceptualization. *In*: BARRERA-BASSOLS, N.; ZINCK, J. A. Ethno ecology in a worldwide perspective: an annotated bibliography. Enschede: International Institute for Aerospace. **Survey and Earth Sciences**, p. 1-9, 2000.

VERGARA FILHO, W. L. & PEREIRA FILHO, O. As mulheres do caranguejo. *In*: **Ecologia e Desenvolvimento**. Vol. 5(53): 34-36, 1995.

Recebido em: 28/10/2019
Aprovado em: 30/11/2019

**PARA PENSAR TERRA E TERRITÓRIOS:
OS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÕES A PARTIR DO CARIMBÓ
DE MARAPANIM E DO PLATÔ GUAMÁ-ATLÂNTICO, “TERRA DO CARIMBÓ”
E “CARIMBÓ DA TERRA”.**

Marcio Douglas Brito Amaral¹
Felipe Giordano Azevedo da Silva²

RESUMO

O carimbó é um ritmo musical intensamente presente na microrregião do Salgado paraense (BRASIL, 2103), composto por fortes traços não-europeus, perpassam por suas específicas expressões territorializantes, um prolongamento de diferenciações culturais que nos faz levantar a hipótese de um modo a exercer e projetar suas territorialidades aquém e/ou além do moderno. Ao mesmo tempo estamos propondo uma análise em que há, através do carimbó, negociações de territorialidades entre o primitivo e o moderno, processos de des-re-territorialização entre tais, dando relevo as territorialidades do carimbó enquanto exercidas por agenciamentos de desejo e poder que nos provoca a problematização das abordagens clássicas do conceito de Território. Por procedimentos, partimos das nossas vivências com o carimbó (principalmente em Marapanim), dos relatos, problematizações e apreensões dos carimbozeiros, e diversos sujeitos envolvidos com o carimbó, por nos captadas, que levantaram questões como da “Terra do Carimbó” e do “Carimbó da Terra”, e tentando contribuir, com auxílio de produções literárias específicas que nos servissem a produzir uma compreensão de suas práticas e concepções territoriais, utilizamo-nos de Deleuze e Guattari (1995) para concernir o que seria “Terra do Carimbó” e “Carimbó da Terra”, assim, foi-nos possível indicar, desterritorializações relativas e absolutas, umas negativas, outras positivas (levantando a possibilidade de uma máquina abstrata do carimbó); e pelas cartografias traçadas foi possível entrever que o carimbó estabelece funções territorializadas, produzindo possibilidades territoriais de agenciamentos, e assim, aludir a uma territorialidade do carimbó do Platô Guamá-Atlântico.

Palavras-chave: Carimbó. Terra. Des-re-territorialização. Territórios.

ABSTRACT

Carimbó is a musical rhythm intensely present in the Salgado Paraense microregion (IPHAN, 2013), characterized by its non-western features, an extension of cultural differentiations run through its specific territorialising expressions, which makes us raise the hypothesis in a way that exerts and projects its territorialities under and/or over the modern. At the same time, we are doing an analysis in which there is, through carimbó, a negotiation of territorialities between the primitive and the modern, de-re-territorialization processes between both, giving prominence to the territorialities of the carimbó while practiced as an assemblage of desire and power which causes us to problematize the classical approaches of the concept of Territory. As procedures, we start from our own experiences with carimbó, (mainly in Marapanim-PA), from stories, problematizations and learnings of the *carimbozeiros*, and many individuals involved with carimbó, interviewed by us, which raised issues such as the "Land of Carimbó" and the "Carimbó of the Land", and trying to contribute, with the help of specific literary publications that allowed us to have an understanding of their practices and territorial conceptions, we used Deleuze and Guattari (1995) to understand the terms "Land of Carimbó" and "Carimbó of the Land", as a result of this, it was possible to indicate, relative and

¹ Doutor em Geografia Humana pela USP e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA. E-mail: marcioamaral29@gmail.com

² Mestrado em Geografia pelo PPGEU/UFPA; Bacharelado e licenciatura plena em Geografia pela UFPA. E-mail: giordano-silva@hotmail.com

absolute deterritorializations, some negative, others positive (raising the possibility of an abstract machine of carimbó); and, through mapping, it was possible to see that carimbó establishes territorialized functions, producing territorial possibilities of assemblage, and thus, to allude to a territoriality of the carimbó of the Guamá-Atlantic Plateau.

Keywords: Carimbó. Land. De-re-territorialization. Territories.

INTRODUÇÃO

ENTRANDO NA RODA DE CARIMBÓ

“Al renovar las intenciones y la dinámica de la artesanía,
de la danza y de la música,
de la literatura y la epopeya oral,
el colonizado reestructura su percepción.
El mundo pierde su carácter maldito.
Se dan las condiciones para la inevitable confrontación”
(FANON, 1963. p.122)

O Carimbó é um ritmo presente no nordeste paraense, no arquipélago do Marajó, no *Baixo Amazonas* e na foz do Rio Amazonas (BRASIL, 2013). Tendo como características o toque sentado em cima do tambor de mesma nomenclatura ou ainda pronunciado em uma prosódia tupi/nheengatu/cabocla como Curimbó, teria como significado “*pau oco que produz som*”, sendo esse pau vindo da árvore conhecida como Siriúba (*Avicennia schaueriana*), ainda a toada específica do toque dos curimbós, assimétricos e ressonantes, nos remete a modos de composições musicais de populações não europeias; acoplam-se mais elementos sonoros percussivos como as maracas e milheiros de sons que marcam em baque e se prolongam em arrastos de pequenos chiados; variam por grupos a presença de reco-reco, onça, pandeiro e pauzinhos ou cacetes batidos na madeira de um dos curimbós, tocados por uma pessoa sentada atrás e de lado de outro que toca o curimbó de frente e na pele de animal que o enviesa; há a presença de banjo melódico-percussivo muitos produzidos pelos próprios tocadores ou artesãos conhecidos dos mesmos, feitos com madeira e fundos de panela para a caixa de ressonância e linhas de pesca (hoje majoritariamente de *nylon*) para as cordas; e instrumentos de sopro desde flautas de Imbaúba (*Cecropia palmata*) e de canos de PVC produzidos na mesma lógica que os banjos, até flautas, clarinetas e sax de fabricação industrial, esses dão uma variação melódica de ida e volta das notas, por vezes acompanhando o canto, como base, e em momentos pré e pós refrão, assim como ao final das músicas, marcam com seus floreios peculiares e fugas mais prolongadas em uma volta abrupta a nota base; o canto é composto em sua maioria por fraseados rimados, como de pergunta e resposta, ou de repente (BRASIL, 2013), tendo na atualidade variedades de composições, sendo que

boa parte das letras expressam suas relações com a natureza e com a terra, com seus territórios, e de relações amorosas, de suas relações de trabalho, pesca, caça, extrativismo e agricultura, e falam ainda do próprio carimbó.

O carimbó é ainda dança, onde modos específicos a delimita, com um pé para frente e para trás (direito) e o outro em pequenos saltos e dando mobilidade (esquerdo), os joelhos semiflexionados, assim como os braços, e o tronco curvo e requebrante que por vezes se contorce; esses movimentos podem servir como síntese para compreender a dança que varia em direções assim como com quem se dança na roda de pessoas que acompanham o ritmo com pequenos movimentos e que podem ser convidadas ou ‘intimadas’ a dançar mais incisivamente. Além de danças mais específicas como a dança do Peru de Atalaia, onde o homem, com as pernas sem as flexionar, abaixa sua cabeça até o chão para pegar um lenço enquanto a mulher tenta o ‘capturar’ em baixo de sua saia; ou a Dança da Onça que consiste em uma permissibilidade da mulher dançar arranhando o homem que tenta se esquivar, dançando, e até mesmo conquistá-la, essa dança mais presente na oralidade que na prática.

Há delimitações ainda das vestimentas das pessoas que tocam e dançam em grupos de dança de carimbó, sendo que os tocadores de carimbó, em sua maioria homens, tocam vestidos quase uniformemente com calça e sapatos sociais e blusas floridas de mesma estampa; já as dançantes de grupos usam vestidos ou saias rodadas de estampas e cores variadas uniforme para cada grupo, algumas tem por base a cor branca com detalhes floridos, outras com uma cor base e floridos, muitas com detalhes de cetim; o homem dançante, principalmente quando indumentado para apresentações, veste-se com calças brancas pouco abaixo do joelho, descalço, com camisa de botões semiaberta ou mesmo sem camisa e com chapéu de palha, uma imagem próxima a pinturas dos cabanos; ocorrendo, ainda, variações de cores e combinações com as cores que as dançarinas e o grupo de tocadores usam. O público em geral está geralmente com vestimentas casuais, mas suas formas de interação são particularmente fortes, nas danças e na composição das rodas, ademais contribuem para a sonoridade da música batendo palmas e fortalecendo o canto do coro nos refrãos das músicas mais conhecidas e aclamadas.

O Carimbó pode ocorrer desde reuniões ocasionais, apresentações, shows até em festivais; nas festividades de carimbó, ocorrem em sua grande maioria, a presença de Mastro, com seu levantamento e derrubada marcando a temporalidade da festividade, paramentado com plantas, comidas, bebidas e bandeira com reverência, principalmente, ao Santo Preto, São Benedito (MONTEIRO, 2016).

Esse retrato descritivo são linhas gerais de percepções apreendidas com o latente contato de nossas experiências com o carimbó, principalmente de Marapanim, serve-nos como uma primeira aproximação para com o leitor e ao mesmo tempo para levantar nossas problemáticas, pois, seriam tais características do carimbó, suas multiplicidades, já um processo para dimensionar suas territorialidades? Em uma resposta afirmativa, outras questões se agregam, problematizando a própria conceituação mais vigente de território, posto que tais multiplicidades não seriam apenas *poder materializado, mas exercícios através do desejo...* Nossa problematização tem ainda outra vertente, pois partimos para nossa produção escrita, antes, por nossas experiências com o carimbó, em que encontramos referências como “carimbó da terra” e “terra do carimbó”, então, seria o carimbó desterritorializado?

1 CARIMBÓ, MÚSICA, TEMPORALIDADES E TERRITÓRIO

O que estamos querendo provocar com nossa produção textual precisa de uma nova inserção ao carimbó, e fazer comunicar com os conceitos que estão servindo para análise, nesse sentido partiremos novamente por uma descrição de nossas experiências vividas com o carimbó e como a partir de tais contatos foi possível captar diferentes temporalidades e diferenças territoriais em relação aos territórios modernizantes. Para ficar mais explícito, estamos compreendendo território a partir do carimbó, sendo possível diferenciar processos como, o ato de tocar e dançar o carimbó enquanto uma *expressão territorializante* que é quando se produz signos, é quando se marca³ a terra; derivando a possíveis *funções territorializadas* quando se consolidam tais expressões, quando delas podemos assegurar um ritmo, quando ela se inscreve em um outro plano, já agenciado, os signos ficam mais próximo de se tornarem significantes (DELEUZE & GUATTARI, 1995).

Então voltemos ao carimbó, em Marapanim há um bar e restaurante de nome “Nativos” ali ocorrem carimbós durante festividades, como em trabalho de campo registrado durante a Regata de Marapanim, uma disputa entre barcos à vela (apesar dos barcos e canoas

³ “Podemos chamar de Arte esse devir, essa emergência? O território seria efeito da arte. O artista, primeiro homem que erige um marco ou faz uma marca... [...] O expressivo é primeiro em relação ao possessivo, as qualidades expressivas ou matérias de expressão são forçosamente apropriáticas, e constituem um ter mais profundo que o ser. Não no sentido em que essas qualidades pertenceriam a um sujeito, mas no sentido em que elas desenham um território que pertencerá ao sujeito que as traz consigo ou que a produz. [...] Colocamos nossa assinatura num objeto como fincamos nossa bandeira”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.4.p.129/130). Bandeiras das festas de Santo Preto (MONTEIRO, 2016), de São Benedito, que se espalham pelas festividades de carimbó em Santarém Novo, Maracanã, Curuçá, Marapanim e suas diversas comunidades beira-rio em que o catolicismo popular caboclo (possíveis trocas com os cultos Mina-Nagô paraense?) (MAUÉS, 2005), agenciam-se em conjunto com o carimbó e produzem funções territorializadas.

cotidianamente serem, em sua quase totalidade, movidos por motor) que saem de Arapijó, vila a nós apresentada como de antigo aldeamento de indígenas Pacajás e mesmo como núcleo de “origem indígena” de Marapanim, com os competidores descendo o rio homônimo por aproximadamente cinco quilômetros chegando ao termino da Regata por onde hoje é a cidade sede do município de Marapanim, que tem pequena orla e porto, prédios do final do século XIX início do século XX, praça e igreja (em homenagem a nossa senhora das Vitórias de quem era devoto padre Valle “fundador-colonizador”) e onde localiza-se o “Nativos” bar e restaurante. Nesse intermédio e posteriormente a disputa, na Frente de Marapanim, como é denominada a beira do rio-mar (foz, ria) de Marapanim, em vários outros bares dançava-se carimbó, entre os sons do batuque dos batedores sentados em cima do carimbó, as maracas, milheiros e percussões, banjo artesanal e elétrico, microfones e instrumentos de sopro, caixas de som, conversas entre parentes, amigos e, ao que parecia, pessoas majoritariamente de interiores de Marapanim e redondezas, ou que tinham relações com aquela terra e sua população, já um território, marcado, com velocidades, qualidades e ritmo, funções territorializadas que estavam devindo expressivas e territorializantes naquele momento.

Esta passagem serve para assinalar algumas das multiplicidades que atravessam a problematização acerca do carimbó, posto que uma cisão de sujeitos é nos colocada, quando perguntado sobre o começo de sua relação com o carimbó, um mestre de Marudá relata suas vivências de infância: “andava por tudo isso aqui, do Camboa ao Curuperé, comendo peixe... É, o carimbó é indígena! ...foi branco que afinou com ele [...] É... mas, aprendi com Roya, é mestre Roya, tá lá [em Curuçá] só a estátua dele, um pretão que...” (Transcrição de áudio. Arquivo pessoal, 2017), ainda sendo possível a coligação da produção do carimbó com sujeitos, tais como, nativos e caboclos.

Desse modo, um dos pontos para pensar o carimbó é sua cisão em sujeitos, e ainda sua divisão em temporalidades diferente ao europeu-colonial-moderno, esse é o paradigma da própria música brasileira como um todo. Desde Mario de Andrade até José Wisnik, é desse encontro, conflitos e *negociações* (MASSEY, 2008), que surge a música brasileira, onde de acordo com tal proposição, por um lado é traçada uma linha melódica e harmônica europeia, metrificada; e por outra linha, onde se conjugam sujeitos oprimidos, nativos indígenas e negros diaspóricos, que produzem um ritmo assimétrico, aleatório e variado. Podemos ver como expõe Andrade (1972):

Ora essas influências díspares e a esse conflito ainda aparente o brasileiro se acomodou, fazendo disso um elemento de expressão musical. Não se pode falar diante da multiplicidade e constância das subtilezas rítmicas do nosso populário que

estas são apenas os desastres dum conflito, não. E muito menos que são exclusivamente prosódicas porque muitas feitas elas até contradizem com veemência a prosódia nossa. O brasileiro se acomodando com os elementos estranhos e se ajeitando dentro das próprias tendências adquiriu um jeito fantasista de ritmar. Fez do ritmo uma coisa mais variada mais livre e sobretudo um elemento de expressão racial. (N-P)

Nessa divisão é ainda passível uma divisão próxima entre música erudita e popular, onde penderia quase homogeneamente brasileiros-brancos-filiação-europeia/eruditos e para outro brasileiros-nativos-indígenas-negros-diaspóricos/popular, desse encontro sai suas interfaces como explorado por Wisnik (2004) em “Machado Maxixe” donde analisa os contos “O Machete” e “Um homem célebre” de Machado de Assis em que as personagens principais de seus cada quais (INÁCIO E PESTANA), vivem a agonia *entre-deois* (BHABHA, 1998) mundos e assim “flagrou a potência humana e artística dessa encruzilhada” (WISNIK, 2004):

Instaura-se uma dialética entre duas ordens acentuais simultâneas, que a rítmica afro-europeia brasileira sustenta no limite: a do compasso binário, que a contrametricidade tensiona, e a da adição combinada de células pares e ímpares, que se abrigam e se subdividem, no entanto, no interior do compasso. (WISNIK, 2004. p.38)

Questionáveis tais classificações? Ou que compasso e harmonia sejam europeu? De qualquer forma, desse momento é possível aproximarmos da nossa questão entorno da música paraense e do carimbó pela produção de Vicente Salles (1980), onde desenvolve assertivas próximas aos autores anteriormente citados:

Vimos que o entrudo, durante três dias de carnaval, transformava a cidade em um pandemônio. Nota-se que o desassossego se estabelecia na cidade colonial e é evidente que a oposição música oficial-música popular, desde os primeiros tempos, aí na cidade, entre os próprios colonizadores, [é] raiz do antagonismo. (SALLES, 1980. p.152)

No mesmo estudo o autor demonstra a perseguição e proibição do carimbó no final do século XIX e início do século XX, seus traços então conflitam com a música europeia-erudita e com os regimentos oficiais; havia assim, a necessidade de existência distante dos centros legais, podemos classificar ainda o carimbó como uma música que funda-se entre negros e indígenas à margem dos centros urbanos⁴ ordenadores (caso do bairro do Jurunas) e/ou

⁴ “Até os anos 1940, música popular era sinônimo de música folclórica que, por sua vez, era identificada como música rural, do campo. [...] passou a distinguir o que era folclórico do que era popular. Folclore passava a representar o caráter nacional, enquanto popular ficara ligado ao que havia de comercial e cosmopolita, como símbolo de um tipo de contaminação negativa na música” (BURNETT, 2008. p.105/106). Podemos ver “ruralidades” da música no relato de Mestre Jabá: “Por quê milheiro? Porque saia o milho da roça, botô numa lata. E o recoreco era feito da tora do bambú, cortô, e vai dar um som reco-reco [...] tirô a tora do pau, e lá, a

distante, em zonas rurais, interiores, em aldeamentos, nucleações, vilas ribeirinhas e litorâneas e em pequenas cidades. Nesse caso, iniciamos uma confrontação não apenas de sujeitos e temporalidades, mas de territórios que mesmo distantes não deixavam de ter de negociar com territorialidades modernizantes já dispersas, como no exemplo de Santarém Novo:

O clero exige o fim das festas e da presença do Carimbó na Festividade, alegando que eram “coisas do demônio”. A Irmandade resiste e é marginalizada. Com isso, a comunidade divide-se entre aqueles que apoiam o padre e aqueles que apoiam a Irmandade, e, por isso, muitos irmãos se afastam temendo serem excomungados da Igreja. (MONTEIRO, 2016. p.118)⁵

E não é que houvesse uma segregação total enquanto isolamento de tais territórios “primitivoXmoderno”, Salles (1980) nos indica como a música é importante para a conquista do território, posto que os europeus usaram os instrumentos para aproximar-se dos indígenas “Um dos meios para enfrentar os índios, afeiçoá-los e retê-los”, diz Bettendorff, “é ensiná-los a tocar algum instrumento para suas folias” (BETTENDORFF Apud SALLES, 1980. p.56). E aqui, podemos “supor” outro lado deste processo de des-re-territorialização, pois os nativos, indígenas, caboclos e negros⁶ também usaram suas folias, seus batuques, e posteriormente o que veio a se consolidar como carimbó, como “descarrego de fúria”, sedução, e retorno do convívio em terra, reterritorialização, negociação e passagens de linhas desejantes, devires.

Pela música, a oficial-erudita, podemos ver como foi desterritorializada pelas composições e ritmos da vida amazônica, de suas naturezas-culturas, como o próprio Carlos Gomes em “O Guarani”, ou por Villa-Lobos; assim como as transposições entre Lundus e Polcas, com pianos, instrumentos de sopro, cavacos ou banjos, e tambores, percussões que no plano geral rompiam com a metricidade do clássico europeu, desterritorializaram a música europeia, a partir da música afro-diaspórica e indígena-nativa, os sujeitos reterritorializaram-se em negociações, assim como, o carimbó funda-se por codificações territoriais primitivas e

coisa que eles falam, mas era com couro de cobra, sucuriçu, iam pro campo, lá tinha muito delas, matavam. Não tinha prego, fazia o tuno, sabe o que é o tuno? Pra vê que eles usavam só madeira e couro, da vara tiravam dois pauzinhos que batia atrás toc-toc-toc-toc-toc-toc. Aí da nossa imaginação, o camarada foi na beira da roça cortou uma imbaúba, tem alguma ideia né, começou a tocar, pum-pum-pu-puum-pum. Então, por isso que na época era imbaúba, flauta de imbaúba, couro de um animal qualquer, porque depois que matava o viado também já aproveitava pra encourar, voz e milheiro, maraca, pronto. Era os instrumentos da época, não existia sax, clarineta, o carimbó é primitivo disso” (Transcrição de áudio, arquivo pessoal, 2017).

⁵ Durante pesquisa de campo foi possível observar que nas festividades do Círio de Marapanim o carimbó é inserido na programação oficial da Igreja, e do mesmo modo ouvir relatos de antigas proibições das festividades de carimbó por autoridades clericais.

⁶ “Significa insistir que a cultura popular negra, estritamente falando, em termos etnográficos, não existem em formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais pré-existentes” (HALL, 2003. p.343).

passam por desterritorializações conflituosas de negociações com a territorialização impositiva europeia-colonial-moderna.

Até o ponto em que o carimbó passa a ser aceito e incorporado enquanto “um elemento” que constitui o território paraense e nacional, três momentos marcam essas negociações, a partir de 1930/40 com as pesquisas dos modernistas, de Bruno de Menezes e folcloristas (COSTA, 2010; DA COSTA, 2015); em 1970 com a produção comercial fonográfica com destaque para Mestre Lucindo e Verequete (carimbó de pau e corda) por um lado e por outro Pinduca (modernizado) (COSTA, 2010); outro momento, mais recente, a partir de 2014 em que o carimbó passa a ser Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro reconhecido pelo IPHAN em um processo enquanto desejo reivindicado pelos tocadores, mestres e grupos de carimbó que passam a constituir oficialmente, depois deste longo ‘esquecimento’, a comunidade imaginada da nação (ANDERSON, 2008).

E, contudo, a história enquanto processo pode ser apreendida por intermédio dos conflitos que se prolongam um tanto mais, assim o compreendemos a partir do espaço vivido em nossa pesquisa, e que nos faz levantar a hipótese de um território entre-dois primitivo/moderno⁷. Caso pensemos o carimbó como um componente do território moderno (estado-nação) que dá sustentação ao próprio, não podemos negar sua força e ao mesmo tempo sua territorialidade contraposta as políticas de Estado que oprimiu, excluiu, posteriormente o inseriu parcialmente, e mesmo aceito enquanto constituinte do território moderno, nos faz pensar que por meio do carimbó produz-se um território por outros modos.

2 CARIMBÓ SEUS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO: ENTRE TERRITÓRIOS PRIMITIVO/MODERNO?

Podemos, desta feita, enfatizar em um outro território⁸, que vem de uma negociação a partir do primitivo, em que as organizações da sociedade não ressonam em um canal de poder,

⁷ Menos que um e duplo, seguimos a ambivalência dos estudos pós-coloniais apresentada por Homi Bhabha (1998) onde a cisão dos mundos do colonizador e do colonizado se prolongam em disjunções temporais e de sujeitos, ainda de entre-lugar, e que estamos prolongando enquanto entre-territórios, de desejo e poder, dos encontros de trajetórias para que não continue a invisibilizar as produções dos colonizados, dos povos primitivos, de modo a compreender que os signos primitivos prolongam-se ao nosso presente e produzem territorialidades e territórios.

⁸ Estamos pensando território não apenas como poder espacialmente exercido (SOUZA, 1995), mas também enquanto desejo exercido por meio de agenciamentos que por carregarem terra e signo devém expressões territorializantes e podem, por ritmo, por ritornelos, produzir funções territorializadas, já com significações, delimitando suas propriedades, desta feita, produzem territorialidade e territórios; para compreender esse deslocamento do conceito de território como poder e desejo, Foucault (1970) nos auxilia: “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz

seus agenciamentos⁹ fazem desviar de tais canalizações (CLASTRES, 1979; DELEUZE & GUATTARI, 1995). Um território em que a pesca (navegações), a caça, coleta e a agricultura (conhecimento da natureza e do território zonalmente) foram fundamentais para a sobrevivência e a vida (estes ultrapassam o carimbó e o compõe), mais uma vez, compreendendo que o território derivaria de agenciamentos, através de desejos e expressividades, a territorialidade primitiva seria mais flexível, itinerante, de codificação e significações múltiplas¹⁰. Território conquistado entre o império-servidão e a demarcação da propriedade privada, de novos aglomerados e conquista de ‘novas terras... de ninguém’, as linhas de fuga de quem desterritorializou-se, desbrava, conhece e conquista um território, e estabelece uma territorialidade de possíveis trocas, por onde se dispersavam, faziam alianças de parentesco, amizades e políticas. Mas desde uma remota história (oculta) em relação desnivelada de negociações com um território modernizante, que desterritorializa-se a partir de um centro governamental para reterritorializar em sua distribuição, circulação e incorporação de mercado, produtos, conhecimentos e técnicas através das cidades e do monopólio da terra:

A dinâmica da apropriação territorial dos séculos XVIII e XIX marca a feição da agricultura e do extrativismo no Pará. Na região do Salgado criou-se e recriou-se o sistema de grandes propriedades. A elite dos proprietários obstaculizou o acesso à terra e aos recursos florestais de índios, escravos alforriados e homens livres pobres. (MARÍN, 2004. p.47)

com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir” (p.8).

⁹ “Os agenciamentos são passionais, são composição de desejo. O desejo nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado. A racionalidade, o rendimento de um agenciamento não existe sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto eles o constitui” (DELEUZE & GUATTARI, 1995. v.5.p.83/84). Assim como o poder pode induzir ao prazer, através do desejo pode-se exercer poder. O desejo/poder do carimbó está em sua multiplicidade de significância, assim como nas multiplicidades de agenciamentos que o constitui, desta feita suas expressões territorializantes, em ritmo e ritornelo, faz-se funções territorializadas, exercidos por agenciamentos maquínicos de uma máquina abstrata do carimbó (explicado em exemplo mais a frente).

¹⁰ Conjunto de múltiplos significantes, aquém ou além do moderno, ainda em relação dialética a partir dos encontros de trajetórias. Primitivo no sentido de outridade, de constituição de signos e expressões territorializantes advindas de seus processos múltiplos de significação, de suas relações com a natureza e a terra e suas codificações, do imediato e do universal. Em Deleuze e Guattari (1995): “A segmentaridade primitiva é, ao mesmo tempo, a de um *código* plurívoco, fundado nas linhagens, suas situações e suas relações variáveis e a de uma *territorialidade* itinerante, fundada em divisões locais emaranhadas. Os códigos e os territórios, as linhagens de clãs e as territorialidades tribais organizam um tecido de segmentaridade relativamente flexível” (v.3. p.93). Ou ainda: “Mas se opomos assim uma segmentaridade arborificada à segmentação rizomática, não é só para indicar dois estados de um mesmo processo, é também para evidenciar dois processos diferentes, pois as sociedades primitivas procedem essencialmente por códigos e territorialidades. É inclusive a distinção entre esses dois elementos, sistema tribal dos territórios, sistema de clãs das linhagens, que impede a ressonância, ao passo que as sociedades modernas ou com Estado substituíram os códigos desgastados por uma sobre-codificação unívoca, e as territorialidades perdidas por uma reterritorialização específica (que se faz precisamente em espaço geométrico sobre-codificado)” (DELEUZE & GUATTARI, 1995. v.3. p.98).

“Os pobres constituíram a maioria de todas as vilas e lugares da costa oriental do Pará. A pesca constituía uma atividade central na economia do Salgado e favorecia vínculos”. (MARÍN, 2004, p.49)

Faz-se necessário detalharmos como chegamos a tais hipóteses a partir de uma análise do carimbó, posto que um dos exemplos é a não canalização do poder, de uma formação territorial primitiva em negociação com os centros modernizantes e sua lógica hierárquica e de ressonância; podemos explicitar esta passagem com as formas de organização dos grupos de carimbó que passam por modificações ao longo do tempo, passando de reuniões “espontâneas” (conquistadas) de um tempo do não-trabalho-forçado, de encontros entre pescadores que circulavam e estabeleciam trocas além do trabalho, de encontros em festividades em que haviam tocadores, até encontros planejados por tocadores, formação de grupos específicos de carimbó, concentrações de pessoas que tocavam e passam a se dedicar ao carimbó também enquanto profissão, até a formação de associações com registro jurídico, como a maioria dos grupos de carimbó encontram-se ou desejam encontrar-se por possibilidades de diálogos com instituições governamentais e mesmo contratos formais, que podem inclusive produzir uma frustração dos desejos e expectativas estimuladas a partir da sua patrimonialização, como levantou Bengio (2014).

E, não são apenas esses *entre-dois* que nos mostram diferentes temporalidades e modos organizacionais distintos, a própria passagem de nomenclatura dos tocadores de “tios” para “mestre”¹¹ são elementos de um novo agenciamento interno inserido por territórios modernizantes, de grupos a associações, é possível caracterizar uma nova burocratização ou ainda uma territorialização modernizante estabelecendo conflitos dos modos de organizar-se; outro elemento de passagem é o registro da canção por autoria e não mais como oralidade coletiva de um território.

Outros elementos funcionam nesse *entre-dois*, os agenciamentos intra e intergrupais são produzidos de modo que os centros de poder não ressonem, os *mestres* de carimbó tendem a colocar sua autoridade sempre em exercício e em expectativa para com e a partir do grupo, seja para conseguir contratos, cachês e gerir sua distribuição de forma justa, seja para a organização interna do grupo; esses pontos também são importantes enquanto relação com os outros grupos e o prestígio comparado, sendo que as trocas de mestres e tocadores entre grupos, ou a criação de novos grupos podem ocorrer, diante de conflitos internos ou externos,

¹¹ Informação obtida em conversa com o pesquisador Drº Edgar Chagas Jr em 2017.

desta feita o mestre compreende sua responsabilidade e autoridade, por outro podem lhe ser suspensos poderes excedentes de controle dos agenciamentos territoriais:

Existem já nas sociedades primitivas tantos centros de poder quanto nas sociedades com Estado; ou, se preferimos, existem ainda nas sociedades com Estado tantos centros de poder quanto nas primitivas. Mas as sociedades com Estado se comportam como aparelhos de ressonância, elas organizam a ressonância, enquanto que as primitivas as inibem. [...] um planejamento territorial, uma substituição dos lugares e territorialidades pelo espaço, uma transformação do mundo em cidade, em suma uma segmentaridade cada vez mais dura. (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.3.p.96/97)

Territorialmente o carimbó articula-se primordialmente por vilas e pequenas cidades tendo seus festivais de carimbó exercendo uma função territorializada, marca períodos e ritmos dos territórios, ritornelos, de deslocamentos e aglomerações, podemos dizer que é um exemplo próximo do que estamos compreendendo como território a partir do primitivo, visto que suas redes são estabelecidas aquém e além dos territórios modernizantes, seus fluxos não seguem o canal propriamente estatal e de mercado, mas estabelecem relações com o “moderno”, seja pelo uso de tecnologias de aparelhagem sonora, seja pelas estradas para locomoção (antes estabelecidas majoritariamente pelo rio), ou mesmo um circuito inferior da economia (SANTOS, 1996) que se integra as grandes produtoras; de bebidas, por exemplo. É que o “moderno” em sua própria história e constituição, não deixa de produzir-se em agenciamentos de captura do primitivo (MARTINS, 1996).

Na sede de Marapanim e em Marudá o movimento de territorialização modernizante avançou um tanto mais, além das apropriações midiáticas serem mais intensas. Assim como houve a organização do festival de carimbó de Marapanim (da cidade) por uma agência de turismo; mas vejamos que, no entanto, vem sendo substituído por outro festival, o Zimbarimbó, organizado pelos grupos de carimbó de Marapanim; assim os conflitos ainda são possíveis de serem captados e a busca de maior autonomia dos grupos são postas em conflito com territórios modernizantes, como nos relata uma organizadora de um grupo de carimbó de Marapanim “Se todo ano tem o festival, cada ano que passa tinha que aumentar o cachê. Mas não, eles fazem é ir diminuindo, diminuindo [...] eles fazem reunião com os tocadores, os dez grupos, no meio três aceitam. Eu digo ‘gente, *num* é assim que a banda toca’, eu disse ‘gente vamos fazer uma reunião lá em casa, a gente tem que saber se comunicar’. Por exemplo, tu és o dono de um grupo, eu sou de outro grupo, ela é de outro, a gente se reúne aqui e vamos

pedir um cachê certo, que dê pra todos igual, cada um sabe o que fazer” (Transcrição de áudio. Arquivo pessoal, 2017).

A organização entre os grupos de carimbó, passa a ser uma das grandes questões, reivindicam o aporte de políticas públicas para o carimbó, justificando ter sido titulado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil desde 2014 pelo IPHAN e sendo essa uma conquista através da luta dos carimbozeiros; assim que, articularam-se alguns grupos de carimbó de Marapanim com de outros municípios formando uma organização regional/estadual do carimbó para acessar recursos e fortalecer laços entre grupos; esta organização a nível regional/estadual foi inicialmente formada e capitaneada por grupos de Marapanim (Japiim, Raízes da Terra e Uirapuru) e Santarém Novo (Irmandade de Carimbó de São Benedito), principalmente em momentos de reuniões e de trocas em seus vários festivais, e que foram a força motriz enquanto movimento no requerimento de patrimonialização do carimbó¹²; e para a produção do Dossiê do Iphan sobre o carimbó (BRASIL, 2013), permaneceram atuantes, propondo suas perspectivas, revolvendo as certezas dos saberes institucionalizados, as burocracias e perspectivas oficiais, gerando conflitos e negociando (MENDES, 2015); organizam-se na atualidade por várias redes, reúnem-se por vezes além dos festivais, discutem entre si as estratégias para alcançar seus objetivos, passam a utilizar dos canais modernizantes, expandem suas relações com outros grupos - de territórios mais distantes e de relações não estabelecida com o território do nordeste paraense, ou ainda não envolvidos... É por meio dessa associação possível perceber um agenciamento efetivo entre territórios primitivo/moderno por meio do carimbó, para se posicionarem com os centros modernizantes com maior intensidade de poder decisório/reivindicativo acabam tendo de adentrar a composições organizacionais mais canalizadas onde os mestre exercem maior controle dos agenciamentos (territorialização modernizante - sobrecodificação), porém os conflitos intra e intergrupos não deixam de ocorrer, causando suspensões de possíveis controles despóticos:

As autoinvenções da modernidade acontecem. E é esse ‘acontecer’ da modernidade, essa insistente e incipiente metáfora espacial, na qual as relações sociais da modernidade são concebidas, que introduz uma temporalidade do ‘sincrônico’ na estrutura da ‘cisão’ da modernidade. É essa representação ‘sincrônica e espacial’ da diferença cultural. (BHABHA, 1998, p.380)

A ideia de modernidade é uma noção equívoca que gostaria de produzir um corte na configuração complexa do regime estético das artes, reter as formas de ruptura, os gestos iconoclastas etc, separando-os do contexto que os autoriza: a reprodução generalizada, a interpretação, a história, o museu, o patrimônio... Ela gostaria que

¹² “As artes nunca emprestam às manobras de dominação ou de emancipação mais do que lhe podem emprestar, ou seja, muito simplesmente, o que têm em comum com elas: posições e movimentos de corpos, funções da palavra, repartições do visível e do invisível. E a autonomia de que podem gozar ou a subversão que podem se atribuir repousam sobre a mesma base” (RÀNCIERE, 2009. p.26).

houvesse um sentido único, quando a temporalidade própria ao regime estético das artes é a de uma co-presença de temporalidades heterogêneas. (RÂNCIERE, 2009. p.37)

O valor patrimonial que lhes é concedido faz um papel de ‘marca’ – ele é a garantia de sua autenticidade. A totalidade da maquinaria patrimonial que é apresentada segue apenas uma única via: a do reconhecimento institucional que o patrimônio confere a qualquer forma de reivindicação identitária. O equilíbrio político e social que resulta disso parece ter sido alcançado. A ‘patrimonialização’, poder-se-ia dizer, permitiu em um período de vinte ou trinta anos, resolver boa parte da violência das metamorfoses locais, regionais, urbanas, pela assimilação de um ‘dever de memória’ em relação à reivindicação identitária. (JEUDY, 2005. p.28)

É neste sentido, de temporalidades coexistindo, por uma invenção moderna de cisão, que ocorrem espacialmente -poderíamos dizer, por distintos territórios-, o carimbó entra em um jogo não apenas de sua sonoridade, mas através de sua musicalidade, social e territorialmente constituída¹³, exerce-se regimes de desejos e poderes, diferente aos territórios modernizantes, desterritorializando o moderno, faz com que o mesmo redesenhe suas referências históricas, ou totemismos modernos (LEVI-STRAUSS, 1989), suas cisões e unidades estão todas misturadas na realidade (LATOUR, 1994)... E, ainda assim, a patrimonialização não resolve as violências sociais e políticas, torna-se uma política de entre-territórios, uma rede de negociação; a partir do carimbó se faz possível entrever territórios que produzem um outro devir.

3 TERRITORIALIDADES DO CARIMBÓ DE MARAPANIM E DO PLATÔ GUAMÁ-ATLÂNTICO

Estamos ainda dimensionando as territorialidades do carimbó e dos movimentos de desterritorialização relativas entre primitivo/moderno voltemos então a relatos que podem nos indicar geografias, como presente na fala de Mestre Tatá que nos aproxima de composições territoriais não ressonantes, visto as trocas entre grupos, e ainda de outras territorializações: “Aprendi com um parente dele [de Me. Diquinho], Sessé, comecei pelo violão aí fui pro banjo, aí o tempo que eu morei na Vila Maú, morei vinte e cinco anos na Água Doce [...] aí comecei a tocar o negócio do cordão pra lá [...]o ritmo dele é diferente do carimbó [...] Temos

¹³ “Na realidade música raras vezes apenas é uma organização sonora no decorrer de limitado espaço de tempo. É som e movimento num sentido lato (seja este ligado à produção musical ou então à dança) e está quase sempre em estreita conexão com outras formas de cultura expressiva. Considerar este contexto amplo, quando se fala em música, é estar adotando um enfoque antropológico. A inserção da música nas várias atividades sociais e os significados múltiplos que decorrem desta interação constituem importante plano de análise na antropologia da música” (PINTO, 2001, p.222-223). Poderíamos dizer o mesmo para uma geografia da música, ressaltando suas espacialidades, no nosso caso, como a música devém território.

o grupo nosso, é o grupo mais novo de Marapanim. Um ano certinho. Nós *tocava* em muitos grupo aí, mas achava que *num* dava certo... fomos pro Rio de Janeiro, em 2005, tocar lá na universidade, saindo de Niterói, [pra] fazer o show, levamos grupo de dança, chegamos aqui no outro dia era festival... no começo ‘ah *num* vai dar certo’, gente esperto por causa do real... Já depois do festival que saiu o dinheiro, mas *custô*, mais de mês. Aí saí, comecei a tocar noutros grupos, aí o Raízes da Terra fui o fundador do grupo, passei 16 *ano* nele, aí vi que *num* dava certo, comecei a tocar nos Originais, Uirapuru, Japiim, o primeiro grupo que eu brincava aqui era o Borboletas do Mar, depois, a tempo, eu brinquei também com o finado Lucindo d’Os Canarinhos, esse *cabôco* aqui [Me. Diquinho] fazia parte do grupo lá, batia carimbó nos Canarinhos (parecia cara que gostava de bola). Toquei com o Pioneiro do finado Boizinho, morreu também acabou o grupo, aí sucessivamente, fui *tucando* com vários grupos aí, montaram Os Originais, Ninito saiu do Uirapuru [som de banjo] aí *montô* os Originais, aí fiz parte do grupo também, aí foi o tempo que saí dos Originais, aí convidei os colegas, falei ‘*umbora* montar um grupo pra nós’ os cabeças foi eu, ele aqui e mais dois. O lugar mais longe [que tocamos] foi o município de Curuçá, Boa Fé, fica pra lá da Vila Maú. E aqui, num sítio quem vai pra Marudá. Festividade pro São Raimundo. Ano passado tocamos aqui de novo [Círio de Marapanim]. Flor do Mangue também foi um dos grupos que eu fundei, junto com meu cunhado que já morreu, e o Branco” (Transcrição de áudio. Arquivo pessoal, 2017). Ressaltamos a grande quantidade de grupos de carimbó, com maior concentração na Cidade de Marapanim (Salgado), porém de número igual ou superior nos interiores em ambas regiões, da Água Doce e do Salgado.

Podemos ver como agenciamentos com outras localidades é relativamente intensa, e muitas enquanto um retorno a territórios em que o carimbó já havia se agenciado, já havia constituído funções territorializadas. Em casos não raros houve uma desterritorialização do carimbó, em sentido positivo, de expressões territorializantes, agenciamentos, ritornelos, funções territorializadas, constituindo territorialidade; e podemos dar relevo aos agenciamentos com outros territórios presente na fala de Mestre Tatá e ressaltado por Mestre Diquinho de trocas solidárias constituindo uma territorialidade do carimbó: “Rapaz por aqui, em todos os municípios que precisam da gente a gente vai tocar, sendo uma granazinha, sendo um contrato, Araquaim, Valentim, Caratateua, tudo a gente vai, chamando a gente vai, *sendo festival temos que participar do festival pra eles participarem com a gente*, sempre acontece por aqui em Vista Alegre, no Araticum [...] com os Canarinhos *tocava* em Vigia, em Belém, muitas vezes em Belém no Curro Velho, no IAP, em várias localidades nós tocamos lá, em

várias praças. Marajó bem pouquinhos vezes, tinha vontade de ir com um grupo nosso daqui de Marapanim” (Transcrição de áudio. Arquivo pessoal, 2017).

Podemos propor, por tais falas, que a grande circulação pelos municípios vizinhos e os interiores de Marapanim, e ainda, a participação em festivais enquanto troca não remunerada, enquanto trocas solidárias, e mesmo, políticas, acaba por produzir uma rede de relações (afetivas – partilha do sensível¹⁴ – que não deixa de ser política, mesmo quando de parentesco) que efetiva uma territorialidade do carimbó¹⁵, aquém e/ou além da modernidade, outras já em relação com territorializações modernizantes¹⁶:

É verossímil que as sociedades primitivas tenham mantido “desde o início” relações longínquas umas com as outras, e não apenas entre vizinhos, e que essas relações passavam por Estados, mesmo se estes só fizessem uma captura local e parcial delas. (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.5. p.128)

De tais relações Mestre Tatá e Mestre Diquinho nos relatam apreensões geográficas, classificações regionais distinguida entre Salgado e a região da Água Doce – difundida no discurso, confirmada por Mestre Jabá (que ressalta a classificação de Maranhãozinho como remanescente quilombola) - onde a homogeneidade/diferenciação da regionalização é traçada por elementos da natureza, como a salinidade da água e ainda das diferenças de trabalho, sendo o Salgado voltada ao pescado e a Água Doce a caça, coleta e a agricultura. Através do carimbó de Marapanim é possível assinalar duas regiões que são ainda redes territoriais de trocas intensas, mesmo porque as funções territorializadas fazem com que hajam idas e voltas, as relações de amizade e parentescos são frequentes, antigas movimentações de acordo com o período do ano para o trabalho. Nesse sentido os festivais que ocorrem majoritariamente no final de novembro, dezembro e início de janeiro marcam uma temporalidade, período de mudanças: do sol mais ao sul, de estação climática, do início das chuvas, maior vazão dos rios, de mudanças de relações com a terra e as águas, das suas relações de trabalho, plantios e colheitas, peixes de água doce... E por meio, também, do carimbó que tais apreensões e

¹⁴ “Desenham, assim, comunidades aleatórias que contribuem para a formação de coletivos de enunciação que repõem em questão a distribuição dos papéis, dos territórios e das linguagens – em resumo, desses sujeitos políticos que recolocam em causa a partilha já dada do sensível” (RÂNCIERE, 2009. p.60). A ideia de partilha do sensível vem a corroborar com nossa hipótese da constituição de territórios exercido através do carimbó.

¹⁵ “Não há movimento artístico que não tenha suas cidades e seus impérios, mas também seus nômades, seus bandos e seus primitivos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995. V.5. p.137).

¹⁶ “Era um deputado, mês de cário ele vinha pra cá, ficava na pousada e contratava o carimbó, mulher dançando, cara batendo [curimbó], tudo por conta dele, três dias [...] ele era muito amigo do meu pai, que era vereador na época, aí ele dizia ‘quero levar o carimbó pra tal canto’, aí ele conseguia” (Transcrição de áudio de entrevista com morador de Marapanim, arquivo pessoal, 2017).

práticas afirmam-se, por ritmo e ritornelo¹⁷, enquanto funções territorializadas, de territorialidade e em territórios que se constituem.

Ainda uma forte relação entre toda a costa leste até São Luís do Maranhão, e por um sistema de navegação constante com Belém, não apenas canalizadas por ferry-boat, mas por canoas por navegação de beira-mar e pelos furos¹⁸ dos rios, estabelecendo redes territoriais entre as localidades, e ainda para oeste até Soure, comerciantes desta especificamente, derivando das trocas anteriores, implanta um sistema de pesca na década de 1930 em Marapanim (FURTADO, 1987).

As redes, para desfazer incompreensões, os circuitos, da pesca (e do carimbó enquanto uma matéria de expressão) envolvem as pequenas comunidades litorâneas e beira-rio dos municípios como de Maracanã, Santarém novo, Salinas e Bragança à leste. E ao oeste Curuçá, São João da Ponta, São Caetano de Odivelas, Vigia, Belém e Soure, podendo chegar ao baixo Tocantins, a outras localidades do arquipélago do Marajó e ao sul do Amapá, formando uma territorialidade do carimbó da foz do Amazonas-Atlântico.

Decorre assim territorialidades dos grupos de carimbó de Marapanim: no Salgado os casos de Araticum-Miri, Marudá, Crispim, Camará, Tamaruteua, mesmo Abade e Curuçá, Cafezal, Magalhães Barata, Algodal, e outros. E a territorialidade de relações pelo rio, no médio rio Marapanim –Maranhãozinho, Vila Silva, Cruzador, Cipoteua, Vila Maú - e no alto rio Marapanim, em Arsênio, Abaetezinho e com Jambu-Açu, já próximo da antiga Estrada de Ferro Belém Bragança, anteriormente caminho de nativos (ainda hoje?) e depois do gado, e hoje rodovia PA-320, essa rota é ainda fortificada pelas trocas mercantis da pesca e de relação com os centros modernizantes, como mostra Furtado (1987):

Antes o peixe era exportado, salgado e/ou seco, nas chamadas canoas freiteiras, que ao mesmo tempo serviam de meios de transporte para os habitantes. Ao lado deste transporte, utilizavam também os trens da Estrada de Ferro Bragança, alcançados através da estação de Jambu-Açu. (p.60)

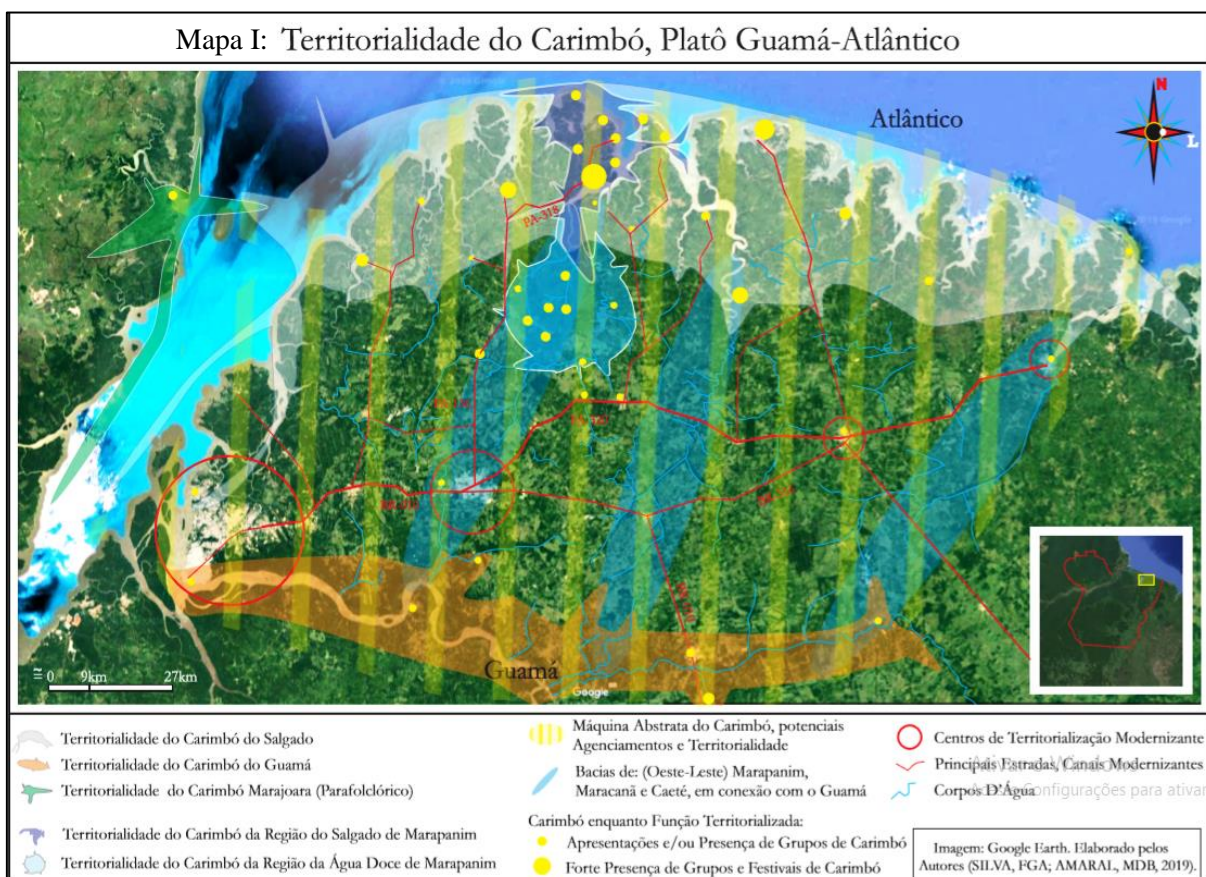
E continuando a subir o rio é possível identificar outros rizomas, menos estudados, chega-se a Terra Alta (presença de grupos de carimbó e em relatos de tocadores) onde hoje passa sob uma ponte da PA-136 que liga Castanhal-Curuçá (e Marapanim, PA-318) e segue-

¹⁷ “É nesse entre-dois que o caos devém ritmo, não necessariamente, mas tem uma chance de devir ritmo. O caos não é o contrário do ritmo, é antes o meio de todos os meios. Há ritmo desde que haja passagem transcodificada de um meio para outro, comunicação de meios, coordenação de espaços-tempos heterogêneos” (DELEUZE & GUATTARI, 1995. v.4. p.125).

¹⁸ Os furos, é como são denominados, os caminhos dos rios entre o arquipélago e o continente, são saberes geográficos de extrema importância para seus deslocamentos.

se rio acima chegando as vilas de Santa Terezinha e Iracema esse um dos vários depositários do Rio Marapanim que por nosso relevo e grande quantidade de “olhos d’água” em poucos quilômetros dão vazão a outros rios, serpenteando em direção majoritariamente ao sul, nesse caso ainda igarapés, do Pacucuará e depois Rio Apeú que chega à Macapazinho e Inhangapi desaguando no rio Guamá.

Outro exemplo é da bacia de Maracanã/Santarém Novo/Santa Maria do Pará que em um percurso de aproximadamente vinte quilômetros encontram rios de vertentes direcionadas ao Guamá. Essa lógica pode ser reproduzida de modo semelhante desde Belém (foz do Guamá) até Ourém-Bragança, Guamá/Rio Caeté/Atlântico. É o que estamos chamando de Platô Guamá-Atlântico. Essa circulação nos faz compreender a territorialidade do carimbó do Guamá como nas cidades de Irituia, São Miguel do Guamá, Inhangapi e Bujaru (BRASIL, 2013) e uma série de rizomas formados por populações que se deslocavam intensamente pelos rios e que o carimbó era, e permanece, como uma das expressões territorializantes, que nos permite captar tais territorialidades, ver Mapa I:



Essas comunidades acessadas subindo os rios formam redes de relações que podemos levar em consideração a proximidade absoluta, as navegações por pequenas embarcações e os circuitos da pesca que agenciavam relações para além do trabalho, sendo as trocas de conhecimentos sobre a natureza e o carimbó matérias expressivas que por funcionarem territorialmente faziam-se expressões territorializantes, tais agenciamentos em seus ritornelos¹⁹ fazem com que exerça-se funções territorializadas através do carimbó.

4 CONCLUSÕES? TERRA DO -CARIMBÓ- DA TERRA: PARA ALÉM DA DESTERRITORIALIZAÇÃO; MÁQUINA ABSTRATA, AGENCIAMENTOS E TERRITÓRIOS DAS MINORIAS.

É que os territórios funcionam em diversas escalas, na música pode ser uma qualidade de expressividade, instrumentos e ritmos que delimitam sua zona interna, como a estética em plano geral, mas que em seus estratos, em caso de agenciamentos, podem ocorrer desterritorializações extremas onde há mesmo um deslocamento radical, de fuga ou de entrada, compondo um outro território, ou fazendo de um território outro.

Essas questões chegam ao seio do carimbó enquanto temporalidades territorializadas:

Contudo, o termo ‘tradição’, quando expressado, geralmente pelos integrantes dos grupos de Carimbó, e, em especial, pelos seus tocadores de Carimbó, associa-se normalmente aos termos ‘raiz’ e ‘original’ e, musicalmente falando, esses termos encontram-se entrelaçados com a terminologia ‘pau e corda’. (MONTEIRO, 2016. p.59)

E a “vitória” do pau e corda é retumbante, não ficou no passado, ao mesmo tempo é esse passado que se projeta, a outra língua²⁰, o não dito, ô-bum (BHABHA, 1998), não-histórico, o povo-não-nação, outras naturezas-culturas, devir. Já o carimbó estilizado-moderno tem suas produções, nos subterfúgios de um discurso de integração e diálogo, mas o carimbó é mesmo o de pau e corda, assim ouvimos? Como um referencial ao território primitivo flexível, como no caso de que se estilizado e moderno fossem outra coisa que não convém associar diretamente ao carimbó, apesar de fazê-lo, como uma negociação, mas que lhe é

¹⁹ “O ritornelo pode ganhar outras funções, amorosa, profissional ou social, litúrgica ou cósmica: ele sempre leva terra consigo, ele tem como concomitante uma terra, mesmo que espiritual, ele está em relação essencial com um Natal, um Nativo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.4.p.124).

²⁰ Várias palavras no nordeste paraense que tem seu cerne no Tupi, como é o caso da própria palavra carimbó que viria de *korimbó* significando *curi* (pau oco) *m’bó* (furado), mas que em uma tradução não literal viria a significar “pau oco que produz som” (BRASIL, 2013). O que reforça nossa hipótese: “A unidade de uma língua é, antes de tudo, política. Não existe língua-mãe, e sim tomada de poder por uma língua dominante, que ora avança sobre uma grande frente, ora se abate simultaneamente sobre centros diversos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.2.p.49).

negada a territorialidade quando os elementos percussivos são substituídos por baterias, torna-se merengue, siriá, até sirimbó.

É porque, uma desterritorialização das percussões para o carimbó seria ainda estancar uma quantidade de agenciamentos, de relação de conhecimento e devir natureza do carimbó²¹, de suas constituições materiais, da relação com o espaço imediato, de um devir terra agenciado por tais relações, quando se busca uma siriúba para fazer o carimbó não é apenas o obter o “*pau oco que produz som*”, é ainda um intermédio desse tempo-espaço, de ouvir a natureza, o som agenciado e reterritorializado em música, o que já é música na natureza, o som dos pássaros, é desconhecer as demarcações territoriais, refazê-las, através da projeção de outro território²². É nesse processo que o carimbó devém terra, o aqui e agora do espaço imediato e concebido como um todo extensivo, da Terra.

A arte marca a terra e faz dela território, assim como desterritorializa os territórios para refazê-los por outra reterritorialização; é nesse processo que se faz o carimbó da terra, a conquistar, desterritorializado, ao não reconhecer os processos modernizantes como imutáveis e suas sobrecodificações territoriais como totalidade. É nessa desterritorialização que o devir terra é significado por outro motivo, terra do carimbó, produzindo uma Máquina Abstrata do carimbó -da terra- (uma possibilidade prévia de significar) exercida por seus agenciamentos que o levou e o levará a novas terras e ao retorno; um devir natureza, lua, cosmos, e as novas re-territorializações através do carimbó, ainda um devir. Já um território.

Este território agencia-se com outras terras, volta a terra com matéria de expressão (territorialização), há sempre uma possibilidade de novas desterritorializações (num extremo, volta à terra); como possibilidade uma desterritorialização absoluta negativa por onde muitos

²¹ “Siriúba, imbaúba, ela é ocada, quando é cortada tem um miolo bem fácil de tirar [...] Do tio Pedro Roberto do Borboletas do Mar [...] cantou assim {Siriúba oca morta é coisa que ainda presta/ transformada em carimbó siriúba vira festa}” (Transcrição de áudio, arquivo pessoal, 2017). “Arutau é muito triste, ele canta só no luar, *fiô fiô fiô* [Bodó ao fundo: foi, foi, num *voltô* mais], é igual de feiticeiro...” (Transcrição de áudio de conversa com Claudete e Bodó, arquivo pessoal, 2017). Nesse sentido, o devir natureza é territorial, no platô Guamá-atlântico, agencia-se através do carimbó e o ultrapassa; enquanto um agenciamento do carimbó, é o caso da dança do peru da Atalaia, da dança da onça e das letras dos carimbós; é ainda o perspectivismo ameríndio (VIVEIRO DE CASTRO, 2004) que mesmo desterritorializado permanece compondo uma máquina abstrata. É como uma poética do imaginado (LOUREIRO, 2001) exercida territorialmente, diríamos. Ou ainda: “De modo que a imitação destrói a si próprio, à medida que aquele que imita entra sem saber num devir que se conjuga com o devir daquilo que ele imita, sem que ele o saiba. Só se imita, portanto, caso se fracasse, quando se fracassa. Nem o pintor e nem o músico imitam um animal; eles é que entram em um devir-animal, ao mesmo tempo que o animal devém aquilo que eles queriam, no mais profundo de seu entendimento com a Natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.4.p. 112). Complementando: “Trata-se, antes, daquilo que não é música no homem, e daquilo que já o é na natureza. [...] E é preciso ir até esse ponto, que o som não musical do homem faça bloco com o devir música do som” (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.4.p.119).

²² “... agenciamento, com efeito, tem como que dois polos ou vetores: um, voltado para os estratos onde ele distribui as territorialidades, as desterritorializações relativas e as reterritorializações; um outro vetor, voltado para o plano de consistência ou de desestratificação, em que ele conjuga os processos de desterritorialização e os leva ao absoluto da terra” (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.2. p.110).

agenciamentos do carimbó recaíram de uma a-significância destruidora, de impossibilidades de produzir-se; da terra natal que, incomensurável, foi-se alijado à terra incógnita. E assim mesmo, pensar que foram deixados traços apropriáveis, um toque de tambor, um conhecimento trocado, derivando pequenas territorializações, de agenciamentos que vieram a formar o território entre-dois aquém e/ou além do território moderno, território de negociações, que dispõe de territorialidades por suas redes de relações; pelo devir, que estão envolvidos com outros territórios, e agenciamentos que conjugam e os ultrapassa (como o devir natureza amazônida). De levar e trazer batuques, outras velocidades, outras histórias. De voltar ao seu território, lar, amor, parentes, amigos, até inimigos e a necessidade de defesa, tudo isso está em jogo nos ritornelos do carimbó²³, podemos agora dizer, em seus territórios.

E, por tais agenciamentos ainda fazer com que seu território seja a sutura de uma história nacional, de um patrimônio nacional e música nacional (de Estado), local-regional primeiramente, sem deixar suas terras a-significantes, marcando-as. Podemos acrescentar os casos específicos das músicas de carimbó que citam Marapanim em suas letras, de suas territorialidades e até territorialismos, dos seus agenciamentos de desejo, de suas desterritorializações por um devir terra, natureza, cosmos, como nas músicas: do Uirapuru [Marapanim terra boa, cidade do meu xodó] ainda do Uirapuru [Marapanim princesinha do Salgado/ é uma ilha e tem maré por todo lado]; do Raízes da Terra (evidenciando as negociações) [Marapanim terra querida, teu povo é civilizado/ tem suas lindas praias, é princesa do Salgado]; do Sereias do Mar [Marapanim minha cidade, tenho orgulho de falar/ tem água por todo lado, é cercada de manguár] prosódia de uma outra língua, tupi-nhenhém-português; ou fazendo referência aos territórios da pesca de Me. Lucindo (em memória), canta o Flor da Cidade [Maré mansa, no Alegre, frente a frente ao Coruja/ o Lucindo ia pescar lá onde a maré repuxa]. O grupo das Sereias do Mar, de Vila Silva, também nos traz um panorama da diferença da região da Água Doce, (e a expansão da agricultura) das relações de trabalho e do devir mulher por elas mesmas e ainda a sutura ao Estado [Nós trabalhamos na roça, com mandioca, milho e feijão/ a mulher paraense tem muita dedicação/{refrão} é o valor feminino que queremos destacar/ é a cultura brasileira do Estado do Pará]; da região do Salgado, seu território, suas relações de trabalho e o devir natureza/terra de Me. Lucindo [oh lua, lua, luar/ me leva contigo pra passear] [ah como é bom

²³ “Frrr, Frrr. A música é atravessada por blocos de infância e de feminilidade. A música é atravessada por todas as minorias e, no entanto, compõe uma potência imensa. Ritornelos de crianças, de mulheres, de etnias, de territórios, de amor e de destruição: nascimento do ritmo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995. v.4.p.105).

pescar a beira-mar, noite de luar]; ainda os agenciamentos com os centros modernizantes [Peguei meu passaporte na capital do Pará/ Cantei na Marajoara, na Liberal e na Guajará].

Desta feita, nosso texto tentou responder o que seriam “terra do carimbó” e “carimbó da terra” a partir das apreensões dos carimbozeiros com o auxílio de produções literárias sobre os processos de des-re-territorialização. Levantamos a hipótese de uma territorialidade do carimbó tanto de Marapanim quanto do platô Guamá-Atlântico devido seus agenciamentos e funções territorializadas. Ainda, considerando o carimbó e sua produção territorial primitiva, a partir dos *desejos*, propomos uma abordagem *diferente e a discutir* do conceito de território.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, M. **Ensaio sobre a música brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Vila Rica; Brasília: INL, 1972.

BENGIO, F. C. S. **Uma analítica dos modos de produção de subjetividades diante do caso da patrimonialização do carimbó no Estado do Pará**. 146 f. Dissertação (mestrado) - UFPA -IFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2014 .

BURNETT, H. **Cultura popular, música popular e música de entretenimento: o que é isso, a MPB?** Artefilosofia. Ouro Preto, nº4, p.105-123, 2008.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRASIL. (2013) **Ministério da Cultura**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) - DOSSIÊ - Carimbó. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Refer%C3%A2ncias%20Culturais%20sobre%20o%20Carimb%C3%B3.pdf>. Acessado em: 16 de julho, 2019.

COSTA, T. L. **Música, literatura e identidade amazônica no século XX: o caso do carimbó no Pará**. ArtCultura, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 61-81, 2010.

DA COSTA, A. M. D. **A Produção da “Música Cabocla”: a polifonia formadora do Carimbó nas representações de literatos, jornalistas e folcloristas no Pará (1900-1960)**. Revista História (São Paulo), v. 34, n. 1, p. 241-273, 2015.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, Vol.1-5. 1995.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica. 1963.

- _____. *Pele negra , mascara branca*. Salvador: EDUFBA. 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2002.
- FURTADO, L.G. **Currálistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. 1987.
- GABBAY, M. M. **Representações Sobre o Carimbó: tradição x modernidade**. IX Congresso das Ciências da Comunicação. Vol. 9. 2010.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Sao Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade*. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, pp. 27-46, 2012.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG. 2003.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUERTAS, B. M. **O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil**. Revista CPC, n. 18, p. 81-105, 2014.
- JEUDY, H-P. **Espelho da cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JÚNIOR, E. M. C.; RODRIGUES, C. I. **Fronteiras do imaterial: perspectivas dos inventários culturais a partir de uma manifestação cultural amazônica**. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 42, 2014.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.
- LEVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Papyrus Editora, 1989.
- LOUREIRO, J.J.P. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras Editora. 2001.
- MAUÉS, R. H. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades**. Belém: Editora Cejup, 1999.
- MARÍN, R.E.A. **Julgados da Terra: cadeia de apropriações e atores sociais em conflito na ilha de colares**. Belém: EDUFPA. 2004.
- MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec. 1996.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

MENDES, L. A. **“Nós Queremos”**: o Carimbó e sua Campanha pelo título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Dissertação de mestrado. IPHAN: Rio de Janeiro.2015.

MENEZES, B. Batuque. Belém:[s.n]. 2005.

MONTEIRO, V. P. Carimbó do **Santo Preto: a presença negra na performance musical da festividade do Glorioso São Benedito em Santarém Novo (PA)**. São Paulo: UNESP, Tese. 2016.

NIETZSCHE, F; (Trad.) DE SOUZA, P. C. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PINTO, T. O. **Música e som. Questão de uma antropologia sonora**. São Paulo: Revista de antropologia USP.v.44, nº1. 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO organizacional/Editora 34, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SALLES, V. **A Música e o tempo no Grão-Pará**. 1ª Ed. Conselho Estadual de Cultura. Belém/Pará: 1980.

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. GOMES, P. C. CORREA, R. L. (Orgs.) Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 140-164.

TRINDADE JR., S-C. C. **Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira**. Papers do NAEA (UFPA), v. 321, p. 1-22, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E.B. **O mármore e a murta: Sobre a inconstância da alma selvagem**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1992.

_____. **Perspectivismo e naturalismo na Amazônia indígena**. O que faz pensar, nº18. Setembro, 2004. p. 225-254.

WISNIK, J. M. Machado, Maxixe: **o caso Pestana**. Teresa 4/5. Revista de Literatura Brasileira, São Paulo: USP/Ed. 34, 2004, pp. 13-79.

Recebido em: 18/10/2019
Aprovado em: 02/11/2019

OS CONCEITOS DE FOUCAULT E ANÁLISES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS PESCADORES ARTESANAIS DA VILA DO TREME - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA RESEX CAETÉ-TAPERACU

Roseli da Silva Cardoso¹
Fátima Cristina da Costa Pessoa²

RESUMO

O empreendimento analítico deste estudo situa-se na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC. O espaço analisado compreende duas unidades de conservação, a vila do Treme (Resex Caeté-Taperacu) e a vila do Araí (Resex Araí-Peroba), a partir da análise discursiva dos embates sociais nas referidas comunidades, na tensão entre o discurso tradicional dos pescadores artesanais e o discurso institucional dos representantes governamentais que incidem diretamente nas relações de trabalho da pesca artesanal. Pressupõe-se que tais relações se estabelecem por lutas de forças entre saberes e poderes, as quais não podem ser vistas como um objeto natural, mas sobretudo como um processo dinâmico e heterogêneo em constante transformação, como uma prática discursiva.

Palavras-chave: Linguagem. Saberes. Trabalho. Tradicional.

ABSTRACT

The analytical enterprise of this study is situated in Law 9.985 of July 18, 2000, which constitutes the National System of Conservation Units - SNUC. The area analyzed comprises two conservation units, the village of Treme (Resex Caeté-Taperacu) and the village of Araí (Resex Araí-Peroba), starting on the discursive analysis of the social conflicts in these communities, on the tension between the traditional discourse of artisanal fishermen and the institutional discourse of government representatives that directly affect the work relations of artisanal fishing. It is assumed that such relations are established by power struggles between knowledge and power, which can not be seen as a natural object, but above all as a dynamic and heterogeneous process in constant transformation, as a discursive practice.

Keywords: Language. Knowledge. Work. Traditional.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma das análises empreendidas na tese (em andamento), intitulada ‘A interface linguagem, discurso e trabalho nas relações entre os pescadores artesanais e representantes de instituições governamentais da pesca³’. Trata-se da análise discursiva da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de

¹Este artigo está relacionado à minha pesquisa de doutorado, intitulada ‘A interface linguagem, discurso e trabalho nas relações entre os pescadores artesanais e representantes governamentais da pesca’, do Programa de Pós-Graduação em Letras- PPGL- UFPA-Belém. E-mail: roselicrds008@gmail.com.

²Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL -UFPA – Belém. Pesquisadora em estudos linguísticos com ênfase em análise do discurso. E-mail: fpessoa37@gmail.com.

³Qualificação da tese realizada no dia 05 de fevereiro de 2019, avaliada e aprovada pelo professor Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes e pela professora Dr^a Ivânia dos Santos Neves.

Conservação- SNUC. Com ênfase nas relações enunciativas que incidem direta ou indiretamente nas relações de trabalho da pesca artesanal, com base na Análise do Discurso francesa. Assim, tem-se fundamentação nos conceitos de formação discursiva, regularidades enunciativas, raridade, acúmulo e exterioridade em Foucault (2012), postulados na obra *Arqueologia do saber*, juntamente com a obra *Microfísica do poder* (2013), com sua importante contribuição para se refletir sobre as estratégias do poder e sua eficácia produtiva para manter uma positividade. Por fim a obra *A ordem do discurso* (1996), com os princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso e a genealogia da formação discursiva.

Metodologicamente, realizou-se coleta de dados por meio de gravação das narrativas dos pescadores e dos representantes das instituições governamentais ligadas à pesca artesanal, material primário de análise, nosso objeto de estudo na constituição do corpus desta pesquisa. Além disso, tem-se o material secundário de grande importância, como os documentos referentes à deliberação de demandas políticas e sociais direcionadas ao sujeito da pesca artesanal, relacionados à criação, implantação e gestão da RESEX. Assim, a unidade de análise para este estudo corresponde ao material documental da pesquisa, com profunda incidência nas relações de trabalho da pesca artesanal, nas duas Unidades de Conservação, a vila do Treme, Bragança-PA e vila do Araí, Augusto Correa-PA.

1 UM SISTEMA DE DISPERSÃO NAS RELAÇÕES DE SABER E PODER DA PESCA ARTESANAL

Para a análise discursiva das relações de saber e poder a partir de Foucault (2012), a priori deve-se estudar formas de repartição, em vez de se constituir cadeias de inferências. Em outros termos, em lugar de estabelecer quadros de diferenças em analogia aos linguistas, o analista do discurso deve descrever sistemas de dispersão e estudar as regularidades enunciativas, as condições de existência de uma repartição discursiva dada, a partir dos conceitos de formação de objetos, modalidades de enunciação, formação de conceitos, escolhas temáticas ou formação de estratégias. Tais conceitos abrem espaço para empreendermos uma arqueologia do saber em que se enquadra nosso objeto de estudo. Em conformidade com as reflexões de Foucault,

Por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é,

caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 2012, p.83).

Nessa perspectiva, a noção de genealogia do poder em Foucault (1996, 2003) também constitui um dos conceitos fundamentais para este estudo, uma vez que a tensão das relações de saber e poder se constituem por meio de dispositivos⁴ de natureza essencialmente estratégica, mediante o entrecruzamento de diferentes sujeitos enunciadorees no mesmo campo discursivo. Segundo o referido autor, dispositivo seria os vários mecanismos pelos quais o poder se inscreve nas relações sociais, dada sua constituição heterogênea, circula tanto por entre as redes institucionais mais complexas, vinculadas ou não ao Estado, quanto pelas relações mais próximas do convívio familiar.

Neste sentido, pode-se falar de uma análise arqueogenealógica no contexto da pesca artesanal, a qual possibilita o analista do discurso adentrar no jogo de uma exterioridade, isto é, no conjunto das coisas ditas nas relações de saber e poder, regularidades enunciativas, transformações e entrecruzamentos verificáveis que indicam o lugar singular de um sujeito falante situado no tempo e no espaço socialmente definidos. Nesta perspectiva, o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10).

A partir da relação entre desejo e poder, apontadas pelo autor, vê-se que as estratégias do poder são eficazes na produção de domínios de objetos e rituais de verdade e estão intrinsecamente ligadas à constituição do saber. Do ponto de vista enunciativo, o saber se coloca em campos de utilização na delimitação da relação entre: a) aquilo do que se pode falar em uma prática discursiva (o domínio dos objetos); b) o espaço em que o sujeito está situado para falar dos objetos (posição subjetiva); c) o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados, em que os conceitos aparecem, são definidos, aplicam-se e se transformam; d) as possibilidades de utilização e de apropriação dos discursos, segundo Castro (2009, p. 394).

Portanto, nesse jogo enunciativo entre o discurso tradicional e institucional “não há saber neutro” ou “o saber não deve ser visto fora das relações de poder que o constituem”, assertivas confirmadas nas palavras de Machado (2013), na introdução da obra *Microfísica do poder*. Ele diz ainda que “o fundamental é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente,

⁴ O conceito de dispositivo foi ampliado por dois filósofos da atualidade, Agamben e Deleuze. Para o propósito deste estudo, a definição de Agamben nos ajuda a pensar as relações de saber e poder dos diferentes enunciadores no campo discursivo da pesca artesanal. Ele afirma ser um dispositivo “(...) qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas e as opiniões dos seres viventes.” (AGAMBEN, 2009, p.40).

todo saber constitui novas relações de poder”, assim conclui que “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (FOUCAULT, 2013, p. XXI).

Nessa abordagem arqueogenealógica, o poder deve dar conta da constituição dos saberes, por meio de discursos e domínios de objetos, nas condições de possibilidades no interior de uma trama histórica, isso significa livrar-se do sujeito constituinte, transcendente com relação aos acontecimentos, deixar de perseguir sua identidade vazia ao longo da história. Mas também, livrar-se da noção negativa, esquelética e repressiva do poder, o qual se identifica com o poder da lei que diz não, a força da proibição. Em conformidade com Foucault (2003, p.8), o poder deve ser considerado como “uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”, e sobretudo o poder “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”, fato que configura uma nova “economia” do poder⁵.

Desse modo, justifica-se o espaço a ser descrito neste estudo como um sistema de dispersão interdiscursivo, inscrito na tensão das relações de saber e poder, uma vez que nele encontram-se dispositivos, conforme Foucault (2013), “sempre inscritos num jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam”. O autor diz ainda que “dispositivos são estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.” (FOUCAULT, 2013, p. 246). Daí a necessidade de analisar a lei na irrupção dos acontecimentos discursivos e na dispersão temporal no contexto da pesca artesanal.

2 A LEI NO ESPAÇO DISCURSIVO DA PESCA ARTESANAL

Da unidade de análise no espaço discursivo da pesca artesanal, a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC) da RESEX, questiona-se: quem são os sujeitos que enunciam essa lei? Quais interesses ela representa na ordem social? A quem ela se destina? Como essa prática discursiva se insere no lugar da tradição?

⁵Ressalta-se o desbloqueio tecnológico da produtividade do poder que ocorreu a partir dos séculos XVII e XVIII, em que as monarquias da época clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado, como o exército, polícia, administração local - destaque na obra Vigiar e punir – mas instauraram o que Foucault chama de “nova ‘economia’ do poder, a qual se efetiva por meio de procedimentos que permitem circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo corpo social” (FOUCAULT, 2003, p.8).

Em outros termos, propõe-se compreender qual é o lugar desse saber no confronto com o saber dos pescadores artesanais, mas sobretudo perceber o lugar do sujeito da tradição na constituição do poder do Estado nas UC. Posto que a referida lei o representa por meio do viés discursivo do Estado, apesar de ser constituída sem a participação dos sujeitos da pesca, interferindo diretamente em seu modo de vida, em especial nas suas relações de trabalho. As regularidades discursivas de análise correspondem ao embate entre o discurso tradicional e o discurso institucional jurídico, na constituição das relações de saber e poder a partir dos sujeitos que os representam: os pescadores artesanais e os representantes governamentais da RESEX.

A partir de uma leitura analítica discursiva, logo no capítulo I – Das disposições preliminares desta lei, encontra-se a ausência da participação das comunidades que povoam as áreas que serão demarcadas e protegidas, pois é dada ao poder público total autoridade na instituição das Unidades de Conservação, ou melhor, aos representantes do Estado, destacado na regularidade da referida lei, conforme art. 2º:

I- Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público. Com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Esta materialidade da lei vista pelo viés discursivo, de acordo com Foucault (2013), é um exemplo de eficácia e de estratégias produtivas do poder, cujo objetivo, por mais que tenha um fundo conservacionista dos recursos naturais e uso sustentável, é manter uma positividade, pois o poder público produz domínio de objetos e rituais de verdades, quando instituída legalmente sua autoridade de criar as UC. Portanto, vê-se implicada na ordem discursiva da lei, a negação da participação dos sujeitos da pesca artesanal e moradores das comunidades tradicionais, uma vez que na afirmação desse enunciado se ressalta a autoridade do poder público por meio das condições de produção enunciativa referente à criação das UC, autoridade sustentada pelas *‘garantias adequadas de proteção’*, sem a participação dos moradores do *‘espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes’*.

Trata-se de estratégias produtivas do Estado que têm a função de excluir, oprimir, recalcar e mascarar os sujeitos da tradição sem o uso da força ou repressão, implicadas na materialidade discursiva de criação das UC prevista na lei. Já que os moradores das comunidades não têm nenhuma participação, apenas o direito de receberem informações

acerca das decisões dos representantes governamentais. Nota-se que há um funcionamento discursivo, no qual os sujeitos que enunciam a lei são os representantes do Estado e os sujeitos que não enunciam são os sujeitos moradores das UC.

Nesse sentido, na ordem do discurso se observa a exclusão dos saberes das comunidades tradicionais na criação das UC, pois na medida que a leitura da materialidade da lei avança, observa-se que os sujeitos residentes nas UC apenas serão informados pelo poder público, com base nos estudos técnicos e consulta pública, das decisões tomadas para identificar a localização, dimensão e os limites das UC, mediante regulamento. Segundo disposto no capítulo IV que trata das normas para a implantação, criação e gestão da UC, no art. 22, legitima-se a precedência de estudos técnicos:

§ 2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º No processo de consulta de que trata o § 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

Ao tratar de interdiscurso no campo discursivo jurídico destacado no jogo de presença versus ausência enunciativas, nota-se o interdito na regularidade discursiva da lei. Tem-se a exclusão dos saberes dos sujeitos tradicionais, uma heterogeneidade constitutiva nas relações de trabalho da pesca artesanal. Assim, os estudos técnicos são considerados os saberes ditos ‘adequados e inteligíveis’ que fundamentam as decisões do poder público, saberes que se tornam legítimos mediante regulamento. Nesse aspecto, os saberes tradicionais, não ditos, inadequados e não inteligíveis, indizíveis pelo simples fato de existirem outros saberes legítimos ditos na materialidade enunciativa da lei.

Isto confere valor de verdade a um saber constituído em outro lugar institucional, fora do espaço da pesca artesanal, distante do lugar da tradição, segundo regularidade disposta no § 2º - ‘A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública...’, mais ainda no § 3º - ‘o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas’. Portanto, nas condições de apropriação e utilização dos enunciados destacados no capítulo IV, art. 22 da Lei 9.985, não há apenas a exclusão e ausência dos saberes e dos sujeitos da tradição, mas sobretudo, vê-se uma prática discursiva que institui outros saberes, os estudos técnicos com valor de verdade no espaço discursivo das comunidades tradicionais. Um exemplo do

postulado de Foucault (2003), em que “o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder”.

Com base no jogo enunciativo acima, pode-se afirmar que toda relação de saber e poder se estabelece por meio de verdades constituídas em rede interdiscursivas que, hierarquicamente, configura as posições dos sujeitos na ordem discursiva. Nesse sentido, os detentores do saber que possui valor de verdade legitimado pela lei, não são os pescadores no contexto da pesca artesanal nem os moradores das UC, mas os representantes governamentais e sua equipe técnica, uma vez que por meio de seus estudos são autorizados a ‘*identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento*’.

É válido ressaltar o processo de realocação dos moradores de UC, onde alguns foram indenizados e proibidos de habitar em determinadas áreas por meio de parecer do poder público. O reassentamento das populações de áreas protegidas, perante à lei, é estabelecido por meio de acordo entre as partes, dispositivo de desapropriação marcado por tensão e conflitos em âmbito internacional e nacional⁶. De acordo com a materialidade instituída no art. 42, destacado abaixo:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

Nessa hierarquização de poder e saber, os interesses dos sujeitos da tradição são apagados e ignorados na ordem discursiva prevista em lei no art. 42. O interdito expresso na lei interpela o sujeito da tradição, tem-se o assujeitamento mascarado por indenização, compensação e benfeitorias do poder público, um dispositivo que garante os interesses dos sujeitos que representam o Estado. Dito isto, vale ressaltar dois questionamentos: que espécie de indenização ou bem feitorias existentes podem compensar a perda do lugar da tradição e a memória de uma vida inteira construída com seus antepassados? Quais as condições desse acordo entre as partes se ao poder público é dada total autoridade de decisão?

Em outros termos, os moradores das UC, mediante cadastramento nacional, possuem apenas o direito de uso sustentável dos recursos naturais a partir de um plano de manejo, no qual lhes foi concedido o direito de participação na sua elaboração e gestão, de acordo com o

⁶A esse respeito, Diegues (2001, p. 114) afirma que “tanto aqui como lá, o objetivo é conservar uma área “natural” contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas “áreas naturais” estarem sendo habitadas por populações que nada têm de “modernas” e “tecnológicas”. Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas”.

art. 27, do Capítulo IV da Lei 9. 985, de 18 de junho de 2000, o qual assegura a ampla participação da população residente. Conforme disposto no §2º da referida lei:

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

Tais questionamentos se justificam porque a materialidade da lei, de certa forma, impõe a institucionalização dos sujeitos da tradição para atender interesses de representantes políticos e econômicos no campo discursivo da pesca, regularidade expressa no art. 50, referente à organização e manutenção de cadastro nacional de UC, o qual constitui poder às três esferas do poder público: esfera federal - Ministério do meio ambiente; esfera estadual - Ibama e órgãos estaduais; esfera municipal - representantes do prefeito e instituições municipais da secretaria de meio ambiente, etc. Conforme regularidade discursiva abaixo:

Art. 50. O Ministério do Meio Ambiente organizará e manterá um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos órgãos estaduais e municipais competentes.

Na materialidade da lei, a utilização dos verbos ‘organizará e manterá’ legitimam os sujeitos representantes do Ministério do Meio Ambiente, órgãos municipais e estaduais e colabores, a aplicação do dispositivo do poder no espaço discursivo das comunidades tradicionais, por meio da institucionalização dos moradores de UC. Fato que acarreta interdição e exclusão daqueles que não se enquadram às exigências do sistema de Cadastro Nacional, de um lado. Por outro, possibilita a inserção daqueles (falsos moradores) que visam apenas garantir o privilégio de representar a comunidade ou receber os benefícios financeiros destinados à população residente nas áreas protegidas.

Portanto, tem-se uma função enunciativa que se inscreve na distribuição desigual de lugar, funções e papéis dos sujeitos, ou seja, a organização prevista em lei considera o lugar da tradição como o lugar da desordem e configura o apagamento da identidade e status dos sujeitos representantes do discurso tradicional. Em contrapartida, legitima o lugar da organização dos representantes governamentais, mantém sua identidade e *status* no estabelecimento dos critérios e manutenção de cadastro nacional. Trata-se de uma rede discursiva em prol da institucionalização dos sujeitos da tradição, marcada por campos de utilização de enunciados que selecionam, identificam, legitimam, incluem ou excluem sujeitos na conjuntura social das UC, uma relação de saber e poder que demarca as posições dos sujeitos enunciativos no espaço discursivo da pesca artesanal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embate entre o discurso tradicional e o discurso institucional se constitui na relação de saber e poder como qualquer outra na sociedade, onde a exclusão não pode ser pensada apenas na oposição razão e loucura, mas nas diversas formas de controle do discurso, uma certa rarefação do discurso, pois, em relação aos sujeitos que falam, Foucault (1996, p. 37) propõe que “ninguém entrará na ordem do discursos e não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Logo, os sujeitos qualificados são os representantes governamentais nesta ordem discursiva.

Na verdade, a lei analisada é um dispositivo do poder, um certo controle dos discursos que determinam as condições de seu funcionamento na exterioridade da pesca artesanal, impondo regras de formação e seleção dos sujeitos que falam. Esta é a tarefa das novas instituições: a Resex produz efeitos de poder localmente constituídos em engrenagens de saber, uma vontade de verdade, potencialmente distribuída e imposta no espaço das comunidades tradicionais, de certo modo, os efeitos da lei não interferem apenas o saber fazer nas relações de trabalho, mas afetam também os bens simbólicos e culturais dos sujeitos da tradição.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Agros, 2009.

BRASIL. 2000. **Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação – SNUC.

BRASIL. **Decreto de 20 de maio de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba, no Município de Augusto Corrêa, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27ª ed. – São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Ocupação Humana do litoral Amazônico**- Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia.** *In:* Furtado, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza (orgs.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho.** 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/>. Acesso em 06 maio 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed. Editora: Hucitec, São Paulo, 2001.

Recebido em: 24/10/2019
Aprovado em: 15/11/2019

REPRESENTAÇÕES DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE CULTURAS ORIGINÁRIAS: O DESAFIO DA DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenha¹

Fabiane Maia Garcia²

Vilma Aparecida de Pinho³

Luis Ernesto Solano Becerril⁴

Ubuntu como humanismo africano bantú, entonces, alude a la convivencia con ese otro (ser humano y otros seres). Vivir con ese otro, respetarlo en su diferencia y reconociendo lo valioso que es para mi existencia, para mi vida, me hace más humano, ya que me hace respetuoso, solidario, responsable, compasivo y generoso no sólo para con mis semejantes seres humanos, sino también con la naturaleza. Esto es vivir Ubuntu, esto es ser humano.

RESUMO

As culturas humanas são milenárias integram o conjunto de saberes e cosmovisões da família humana. Integram a identidade dos povos e sua subjetividade social impactando sobre a construção da identidade individual que orienta o comportamento diante das situações cotidianas no âmbito público e privado. Este artigo, parte de uma investigação mais ampla realizada ao abrigo do PROCAD/AMAZONIA, CAPES/UFAM/UFMT/UFPA (Ref. Proc. 8881.314288/2019-0), objetiva apresentar representações de universitários de diferentes países (Brasil, México, Bolívia, Venezuela, Moçambique, Portugal, Espanha, República Dominicana e Colômbia) sobre a valorização das culturas de seus territórios. Participaram da pesquisa, observando procedimentos éticos internacionais n=881 universitários do sexo masculino e do sexo feminino. O instrumento próprio contendo questões abertas e fechadas foi respondido por meio da internet com apoio dos pesquisadores convidados. Os resultados demonstram percepção de baixa valorização das culturas originárias por parte dos universitários impactando em descontentamento entre os integrantes dessas culturas. Concluímos pela necessidade da criação de políticas públicas afirmativas para inclusão do estudo das culturas originárias de maneira efetiva nos currículos em geral.

Palavras-chave: Representações. Culturas originárias. Universitários. Currículo escolar.

¹ Possui graduação em Pedagogia - Supervisão escolar e magistério pela Universidade Federal de Rondônia (1987) e doutorado em Diagnóstico e avaliação educativa-psicopedagogia pela Universidade da Coruña (2004, revalidado e registrado pela UNB). Concluiu estágio de pós-doutoramento com ênfase em Psicologia Escolar pela Universidade do Minho (2005). É professora DE na Universidade Federal do Amazonas- Campus do Vale do Rio Madeira - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA - Humaitá (2006). Coordena grupos de pesquisas UFAM/CNPq (2006), dirige periódicos vinculados aos grupos de pesquisa que lidera: Revistas Educamazônia (2008-atual) e Revista AMAzônica (2008-atual). Coordenou diversos projetos de pesquisas apoiados pelo CNPq e FAPEAM, colabora com programas de pós-graduação da UFAM, núcleos de estudos e pesquisas da UFAM, eventos científicos, projetos de extensão universitária e outras atividades acadêmicas. E-mail: suelyanm@ufam.edu.br

² Professora DE, atuando na graduação e Pós-Graduação Universidade Federal do Amazonas. E-mail: fgarcia@ufam.edu.br

³ Professora DE, atuando na graduação e Pós-Graduação Universidade Federal do Pará. E-mail: vilmaaparecidapinho@gmail.com

⁴ Professor atuando na Pós-Graduação da Universidade De La Salle, Bajío, León, México. E-mail: lsolano@delasalle.edu.mx.

ABSTRACT

The human culture are millennial and it integrates the knowledge set and worldviews of human family. They integrate the identity of global citizens and its social subjectivity that impacts over the built of individual identity that guides the behavior in front of daily situations in both public and private lives. This article is part of a wide investigation supported by PROCAD/AMAZONIA, CAPES/UFAM/UFMT/UFPA (Protocol 8881.314288/2019-0), it aims to show representations of academic students from different countries (Brazil, México, Bolivia, Venezuela, Mozambique, Portugal, Spain, Dominican Republic and Colombia) about the appreciation of cultures from its territories. By international ethic procedure, participated n=881 academic students of both male and female gender. The instrument itself containing open and closed question was answered via internet with the support of invited researchers. The results shows perceptions of low valuation of original cultures from the academic students that impacts in discontentment between its members. Its concluded by the necessity of development of affirmative public policy to the inclusion of the study of original cultures in a effective way in general curriculum.

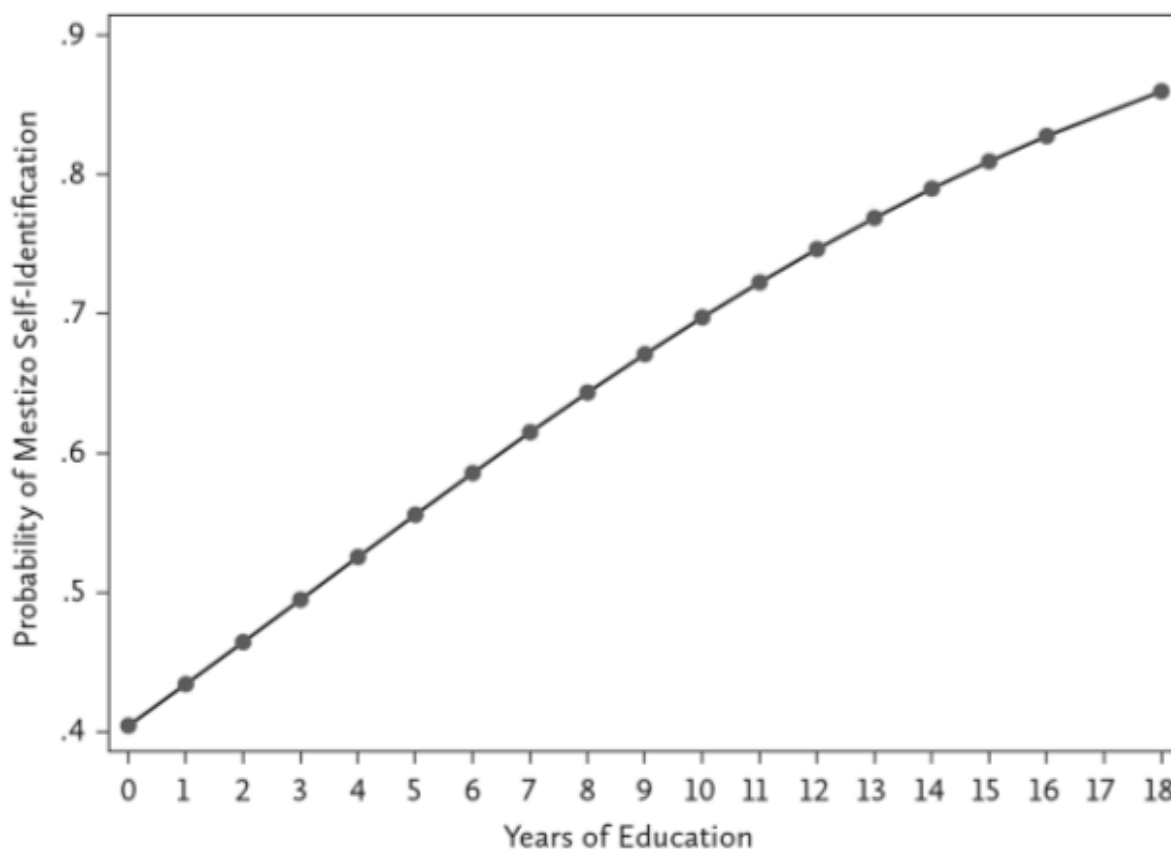
Keywords: Representation, original cultures, Academic Students, Scholar Curriculum.

Este artigo, parte de uma investigação mais ampla realizada ao abrigo do PROCAD/AMAZONIA, CAPES/UFAM/UFMT/UFPA (Ref. Proc. 8881.314288/2019-0), objetiva apresentar representações de universitários de diferentes países (Brasil, México, Bolívia, Venezuela, Moçambique, Portugal, Espanha, República Dominicana e Colômbia) sobre a valorização das culturas de seus territórios (MASCARENHAS, 2019).

Com suas memórias roubadas, suas autênticas histórias ocultadas, os descendentes de civilizações originárias se tonam involuntariamente, cegos de si mesmos. Suas autênticas histórias são invisíveis pelo currículo injusto que lhes é imposto nas escolas dominadas pelas “elites” dirigentes dos estados racistas, classistas, subservientes dos imperialistas capitalistas selvagens. Sistema econômico e político que quer o ser humano para mão de obra simplesmente. Não havendo interesse em promover o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades individuais para realização pessoal (SEN, 2010). Por outro lado, constatamos que:

Nos deparamos com a urgência em desvelarmos os processos educativos que reforçam no cotidiano escolar o racismo que perpassa a invisibilidade da diferença por conta das subjetividades atingidas nesse processo de colonialismo que não reconhece a existência do outro -indígenas e negros como pessoas de culturas e sentimentos, de desejos e formas próprias de se reconhecer, de aprender e dar sentido ao viver coletivamente a partir de outros referenciais religiosos, familiares, comunitários e estéticos. A educação escolar, desde muito cedo, nega o corpo que se é, imobiliza, e nele inscreve a negação de sua identidade étnico racial, constituindo-o de negatividade pelo pensamento colonial (GRANDO, PINHO & RODRIGUES, 2018, p. 86)

As sociedades colonizadas em especial as da América Latina e África, são geralmente excludentes, classistas, racistas, colonialistas. Os sistemas educativos formais e informais têm um currículo oculto que reforça os valores e cosmovisão dos povos colonizadores excluindo as cosmovisões dos povos invadidos e colonizados, negando sua cultura, fragilizando sua identidade, escondendo sua história milenar e contribuição essencial para a construção dos atuais estados nacionais, estados que conservam características coloniais (BALLESTRIN, 20134)). Inclusive existe evidência em países como México, indicando que quanto maior tempo de escolarização, a identidade indígena e originária se vai negando para auto identificar-se como mestiços (MARTÍNEX ET AL, 2014).



Fonte: Martínez, *et al.* 2014. Pág. 57

Sabemos que as culturas humanas são milenárias, integram o conjunto de saberes e cosmovisões da família humana. Integram a identidade dos povos e sua subjetividade social impactando sobre a construção da identidade individual que orienta o comportamento diante das situações cotidianas no âmbito público e privado. As escolas com seus currículos injustos, racistas, classistas e colonialistas lhes negam a história autêntica da humanidade da

qual todos fazem parte. Um verdadeiro atentado ao bem comum o que se configura crime de lesa humanidade. Os povos africanos na África, os povos originários da América classificados como “índios” pelos colonizadores, os afrodescendentes na América e em todos os territórios colonizados, ao longo de séculos e inclusive na atualidade viviam e vivem em uma situação que os obriga a enfrentar o outro (brancos) e definir sua identidade *vis a vis* (frente a frente, tête à tête) desse outro que a negava e nega. Viveram por séculos e ainda vivem em países onde são marginalizados, discriminados e estigmatizados pela cor de suas peles e suas características fenóticas e culturais. Seus ancestrais viviam e atualmente os descendentes de “índios” e negros ainda vivem, apesar das vedações legais e constitucionais, em um ambiente social onde sua humanidade é negada (Ubuntu). Um ambiente que apesar das leis e constituições vigentes, na prática das relações interpessoais, em grande medida, o branco é sinônimo de força, de poder, de riqueza, de belo ... em detrimento do negro e do “índio” que são representados como ausência de luz, ausência de beleza, ausência de poder, ausência de civilização, pobreza (KAKOZI KASHINDI, 2012)

Em alguma medida utilizamos a filosofia africana Ubuntu para refletir e situar a condição de família humana em sentido amplo, nos apoiando nas perspectivas epistemológicas da complexidade e meta epistemologia de contexto, onde o histórico e o cultural são determinantes de nossa identidade e humanidade.

Ubuntu significa que ser um humano é afirmar sua humanidade por reconhecimento da humanidade de outros e, sobre estas bases, estabelecer relações humanas com os outros. *Ubuntu*, entendido como ser humano (humanidade); um humano, respeitável e de atitudes corteses para com outros constitui o significado principal deste aforismo. *Ubu-ntu*, então, não apenas descreve uma condição de ser, na medida em que é indissoluvelmente ligado ao *umuntu*, mas também é o reconhecimento do vir a ser e não, como desejamos enfatizar, o ser e o vir a ser. (RAMOSE, 1999, p.51)

O *Ubuntu* como filosofia africana Bantú, alude para a convivência para esse outro (outros seres humanos e outros seres). Viver com esse outro, respeitando-o em sua diferença e reconhecendo-o como valioso que é para minha existência, para minha vida. Me faz mais humano, já que me faz mais respeitoso, solidário, responsável, compassivo e generoso, não só para meus semelhantes, seres humanos, como para com a natureza. Isso é viver o *Ubuntu*, isso é ser humano (KAKOZI KASHINDI, 2012). Acreditamos que esta epistemologia é coerente com a condição de dignidade da vida humana em sociedade e precisa ser incorporada ao currículo escolar em geral. Como justiça curricular e valorização da alteridade humana.

Somos todos originalmente humanos e em comunidades humanas que se desenvolveram igualmente ao longo dos séculos, construindo existências livres, soberanas que promoveram o bem comum para todos os seus membros. Todavia, desde a revolução industrial, os descendentes dos povos originários recebem uma educação para atender aos interesses do mercado de trabalho e terminam seu tempo sem conhecer sua história original autêntica, que impacta sobre sua identidade social e individual. Um mundo onde a justiça de dar a cada um o que lhe pertence deve assegurar, em primeiro lugar a verdade sobre a história que determina a identidade das pessoas. Esse é um desafio que os currículos escolares precisam enfrentar.

Vivir con ese otro, respetarlo en su diferencia y reconociendo lo valioso que es para mi existencia, para mi vida, me hace más humano, ya que me hace respetuoso, solidario, responsable, compasivo y generoso no sólo para con mis semejantes seres humanos, sino también con la naturaleza. Esto es vivir Ubuntu, esto es ser humano, (KAKOZI KASHINDI, 2012, p. 15).

A condição da soberania individual que caracteriza a essência de todos os seres humanos é compatível com a justiça que é dar a cada um o que lhe compete. A justiça que é uma condição ética da sociedade humana está sendo substituída por leis construídas por grupos imperialistas, colonialistas, classistas e racistas onde impera a lei do “mais forte” econômica e hegemonicamente. Situação histórica impele à resignação. Violando o que nos torna humanos: a liberdade, a criatividade, a soberania, o poder, a vontade. Não podemos ter um currículo que tenta nos tirar o que nos torna humanos. (Pensamos que nesse currículo atual que tenta desumanizar o ser humano, negar a dignidade de sua história, pode estar parte da causa para tantos problemas mentais, emocionais, depressão e suicídios em todas as camadas e idades. Ninguém merece um currículo que desvaloriza e torna invisível e marginal sua história e sua dignidade. O currículo atual é injusto por esconder a verdade histórica) (VILLAVICENCIO SANTILLÁN, 2016).

Os direitos conquistados ao longo dos últimos séculos com sangue, suor e lágrimas por nossos avós e pais estão sendo descartados. O que desumaniza a condição da vida humana em sentido amplo. Os “detentores do poder econômico” os “superpoderosos” se acham no direito de classificar e qualificar grupos, países, e tudo o que desejam classificar e qualificar. A quem servem? Essas agências mandam mais que governos democraticamente eleitos. Não há como debater ou dialogar com agências reguladoras e avaliadoras que não compartilham dos mesmos critérios que propagamos. Critérios de igualdade, dignidade, soberania, liberdade, vida em comunidade e bem comum. Critério de respeito à diversidade, unicidade e liberdade de criar, estudar, pesquisar e divulgar o pensamento e o conhecimento. (CASANOVA-

GONAZÁLES, 2015). Como pessoas soberanas e livres, não precisamos da aprovação de outrem. Devemos seguir nossa essência e consciência humana, desenvolver nossas habilidades e capacidades únicas em prol do bem comum em nossos territórios e comunidades. Devemos satisfação à nossa própria consciência e auto aprovação. Somos únicos e não devemos imitar outros ou nos obrigarmos a seguir padrões que não respeitam nossa identidade, liberdade, unicidade, nossa humanidade, nossa alteridade. Esses aspectos em nossa perspectiva são aspectos a serem, oportunamente incluídos nos currículos escolares em geral. Cada pessoa para ser coerente consigo mesma e respeitar a diversidade cultural e humana da qual faz parte precisa passar por experiências de respeito e aceitação desde a primeira infância e ao longo de sua formação. Cada pessoa merece e tem direito ao respeito à sua unicidade. Os currículos, em nossa forma de avaliar não estão planejados para respeitar a diversidade cultural humana. Sendo um desafio da ciência da educação em sentido amplo.

Há que se recordar que a soberania é individual. A soberania política e dos governos é delegada a representantes livremente eleitos por cada soberano que integra a população de determinado território e país, ou seja: por cada pessoa em particular que habita o território. Não há que se observar leis ilegítimas que negam a história, a dignidade, a soberania, a liberdade, a criatividade das civilizações humanas. O que se caracteriza como uma indignidade inaceitável que faz com que as pessoas em geral fiquem indignadas por não terem sua dignidade respeitada, por não terem suas histórias e culturas presentes e valorizadas nos currículos escolares. (VILLAVICENCIO SANTILLÁN, 2016).

O currículo injusto que nega a verdade histórica das civilizações humanas, enaltecendo a cultura europeia em detrimento das diferentes culturas e civilizações humanas é inaceitável e precisa ser revisto, sob pena de roubar a história e prejudicar a identidade dos descendentes dos povos originários. Sem história, sem memória, cegos de si mesmos, invisíveis nos currículos das escolas colonialistas, imperialistas, classistas e racistas que dominam o sistema educativo em geral. (SILVA, 2018).

A diversidade humana é riqueza da humanidade. Essa verdade histórica demonstrada pelo patrimônio material e imaterial, os sítios arqueológicos em geral, merece ser ensinada, conhecida, apreciada, valorizada. Cada pessoa tem direito de ouvir de seus professores, desde o primeiro dia de aula que é descendente das civilizações ancestrais e que tem um potencial único importante para o bem da humanidade. Com esse currículo justo a escola estará colaborando para desenvolver as capacidades e potencialidades dos estudantes em geral, de modo que venham a realizar seus projetos de vida favorecendo o bem comum da humanidade e o seu bem estar e realização pessoal.

Pode ser utópico diante dos fatos do currículo atual colonizado, esvaziado de sentido para os descendentes dos povos originários em geral. Para que serve a utopia? A utopia é como o horizonte. Quanto mais nos aproximamos do horizonte, mais o horizonte se afasta. A utopia serve para caminharmos, para avançarmos em direção aos novos paradigmas de fortalecimento da igualdade humana. A justiça e a liberdade são irmãs da soberania e dignidade da pessoa humana. Essas informações precisam estar no currículo justo das escolas em todas as esferas (da educação infantil à pós-graduação).

O sistema escolar formal como um dos aparelhos ideológicos do Estado, controla os conteúdos curriculares que são ensinados aos estudantes em geral durante os cursos escolares. Tais conteúdos em grande medida servem para favorecer a construção da identidade social e pessoal em sentido amplo. Uma vez que a identidade é enraizada na história social e individual e da memória coletiva. Um currículo conservador que não permite às novas gerações conhecer a história da formação de seus povos e nações é antes de tudo injusto, colonialista, imperialista, classista, racista e indigno de ser aplicado. Esse currículo injusto praticado na maioria das escolas, que impacta sobre a formação da identidade nacional, social e individual de forma extremamente desfavorável para o bem estar psicossocial e individual dos estudantes. (O'SHEA, 2018).

Como seres humanos não podemos abrir mão ou prescindir das características que nos tornam humanos: a soberania individual, a unicidade individual, a liberdade individual, a criatividade individual, o poder individual, o livre arbítrio individual dentre outras características pessoais. Tais características são peculiares à condição humana sem as quais empobrecemos nossa humanidade e até podemos adoecer e morrer.

O sistema escolar em geral, do ponto de vista formal, tem como objetivo promover o desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, preparar as pessoas desde a infância até a idade adulta para o exercício consciente, participativo e interventivo da cidadania e o trabalho. Todavia, os indicadores atuais revelam espaços escolares violentos, com baixos indicadores de aprendizagem e desenvolvimento humano, liberdade e soberania (SEN, 2010).

São espaços que possuem um currículo desconectado dos interesses individuais e focados no desenvolvimento tecnológico, e nos interesses do mercado. O que, em grande medida, não coincide com os interesses de desenvolvimento pessoal dos estudantes, visto que desconsidera suas características e interesses individuais. Daí os elevados índices de desistência escolar, reprovação escolar e outros fenômenos que em conjunto são conhecidos com “fracasso escolar”.

Temos uma escola formal eurocêntrica, colonizadora, imperialista, classista e racista que ignora a riqueza cultural e a sociodiversidade que caracteriza os povos dos territórios colonizados. O que impacta sobre os indicadores de bem viver e satisfação com a vida dos estudantes uma vez que não percebem em suas escolas a presença de suas culturas ancestrais originárias, sendo forçados a estudar somente as culturas dos povos colonizadores que invadiram e pilharam seus territórios, impondo seus costumes, religião, língua, alimentação, vestuário, festividades, silenciando e marginalizando as culturas e tradições dos povos dos territórios colonizados. (VILLAVICENCIO SANTILLÁN, 2016).

Os descendentes dos milenários povos colonizados que percebem a ausência de suas culturas e histórias nas histórias registradas nos livros escolares em geral sentem uma grande tristeza emocional pois seus ancestrais e sua história são ignoradas, silenciados, marginalizados. Daí o currículo escolar injusto pois não dá a cada um o que lhe pertence: o direito à verdade, à sua história ancestral. (SILVA, 2018).

O currículo escolar em geral, ao negar a história dos povos originários tanto dos apelidados como "índios" por Cristóvão Colombo e pelos colonizadores em geral, como no caso do Brasil, os seres humanos que foram sequestrados do continente africano para trabalhar como escravizados em territórios da Europa e América, lhes nega a História milenar ancestral, a memória, a identidade. São tratados como escravizados, mão de obra barata para toda obra. Não são tratados como seres humanos. Daí ser um currículo injusto e desumanizador de lesa humanidade. (VILLAVICENCIO SANTILLÁN, 2016)

Mesmo porque as atuais elites dos países colonizados, em grande medida, são constituídas por descendentes de colonizadores portugueses e espanhóis que vieram para enriquecer financeira e economicamente nestes territórios, e resistem em reconhecer as culturas e civilizações originárias em sua importância e dignidade humana. Daí o mal-estar social onde grande parcela da sociedade não se percebe nos currículos escolares, o que impacta negativamente sobre sua identidade e bem viver na sociedade onde se inserem, são como estrangeiros em seu próprio território ancestral (TRUEBA, 2012).

Os tributos pagos pelos países do "terceiro mundo", na forma de dívida financeira externa assemelham-se aos tributos pagos por povos colonizados a suas metrópoles e pelos países subjugados aos impérios. Podendo ser considerado uma forma de colonização e exploração histórica, daí a reflexão entre independência formal x independência de fato, e por outro lado a afirmação de que os países lograram de fato a independência de "hino e bandeira", uma vez que a vontade soberana dos povos dominados economicamente e oprimidos culturalmente, silenciados em sua identidade ancestral não é respeitada, pelo

contrário é totalmente ignorada em grande medida pelos Estados que administram as diferentes nações. No caso da Amazônia brasileira e das regiões do interior dos países, podemos falar de colonialismo interno, onde as regiões mais industrializadas exploram as matérias primas das regiões menos industrializadas, reduzindo o volume financeiro para apoiar os investimentos em infraestrutura e qualidade de vida das regiões exportadoras de matéria prima, que apresentam indicadores menos favoráveis de bem viver, em comparação com os indicadores das regiões mais industrializadas. Daí o colonialismo interno. Fenômeno que em uma pátria, uma família nacional (nação), precisa ser discutido e superado para que todos os membros da família nacional usufruam dos recursos pátrios de forma igualitária. Que sejam superadas as desigualdades regionais entre os países em geral. (CASANOVA-GONAZÁLES, 2015)

Seres humanos por sua condição e dignidade merecem respeito. O processo político e econômico da colonização que se enraíza na cosmovisão de que todos os seres são como coisas a serem exploradas não é coerente com a condição humana em sentido amplo. (VILLEGAS, 2019).

O sistema escolar em todas as esferas, desde a educação infantil à pós-graduação atua como ente colonial e econômico que atua ao serviço do desenvolvimento tecnológico, em prol do crescimento financeiro, o que, em grande medida, contribui para a precarização da vida humana, não promovendo o desenvolvimento das capacidades e potencialidades individuais tendo em vista a auto realização e o bem comum. Entendemos que tal realidade não pode prevalecer nem prosperar, sob pena de desumanizar o ser humano, negando sua dignidade, liberdade, soberania e poder (GROSFOGUEL, 2016). Os currículos escolares devem aportar o questionamento das relações de poder, ao mundo das interações cotidiana e sobretudo com as formas em que as diferenças são processadas a partir de paradigmas de dominação cultural (VICH, 2014. Pág. 49).

Embora com suas independências de “Hino e Bandeira” promulgadas há séculos, grande parte do Estados latino americanos e africanos continuam a sobreviver como Estados colonizados por governos manobrados por interesses econômicos financeiros transnacionais. O processo de extrativismo selvagem e o desrespeito aos territórios e soberania das civilizações invadidas e saqueadas desde o século XV, revelam interseções entre o processo contínuo de degradação ambiental, exploração capitalista selvagem nos territórios onde estão instaladas empresas multinacionais que não respeitam direitos trabalhistas locais e legislação ambiental. (RODNEY, 1981). Tal Realidade demonstra que o colonialismo está longe de ser considerado um antecedente histórico para a vida econômica e política de grande parte dos

territórios atualmente nomeados de “América Latina”. América latina onde são faladas centenas de línguas das civilizações originárias... certamente no futuro essa denominação será modificada. Por enquanto, sabermos que o colonialismo externo e interno é um aspecto que define as diversas formações políticas na região. (CASANOVA-GONAZÁLES, 2015).

O fenômeno econômico e político do colonialismo envolve o roubo de terras dos habitantes que integram as civilizações originárias dos territórios invadidos, por um lado, e por outro, a transferência ou migração forçada dessas populações que alijados de seus territórios com suas riquezas originais, sua cultura e modos de produção promove o truculento processo histórico e político de empobrecimento material de seus descendentes. O processo colonizador classifica tudo como “recursos”, entes econômicos acima de tudo (terra, riquezas naturais, pessoas para trabalho quase escravizado). O fenômeno da colonização entende que o mundo físico e todos os seres, inclusive o humano são recursos econômicos (TUCK E YANG, 2012). A exploração do trabalho nos estabelecimentos escolares neoliberais, da educação infantil à pós-graduação revela um modelo econômico colonial, uma vez que trata as pessoas como insumos e não como seres humanos livres, com vontade soberana, poder e dignidade que se realizam pelo trabalho como uma criação humana individual embora desenvolvida de modo inter-relacionado com o coletivo onde se insere.

O desafio da construção de um currículo intercultural que valorize as expressões culturais da humanidade como um todo é urgente e em nossa perspectiva de análise precisa ser implementado de imediato. Os novos currículos incluirão uma lógica que formem pessoas integrais com uma visão holística. Por outro lado, que contemple processos que harmonizem as competências de caráter intelectual, social, biopsicossocial e trabalho orientado ao compromisso de formar não para lógicas laborais, para impor uma lógica social que esteja determinada pela aplicação dos saberes ancestrais, e que adotem o compromisso de incorporar elementos próprios e contextualizados ao currículo e que se articulem com saberes ancestrais que incluam práticas pedagógica e andragógicas. Esse é um desafio a ser superado, pois na atualidade, a estrutura colonizada dos currículos eurocêntricos é incompatível com a busca e o fortalecimento da identidade educativa dos países. (VILLAVICENCIO SANTILLÁN, 2016).

Nesta pesquisa com dimensões mais amplas, apoiada na perspectiva da epistemologia de contexto e complexidade busca avançar na construção de novos conhecimentos cientificamente sistematizados que demonstrem o impacto de aspectos históricos sobre a identidade, o rendimento e o bem estar dos participantes. Os participantes são universitários (estudantes, docentes e técnicos) de diferentes universidades e países (MASCARENHAS, 2019).

A perspectiva da pesquisa apoia-se na visão de que a alteridade é constitutiva do profundamente humano, motivo pelo qual sua valorização é essencial nos currículos em geral como forma de reconhecer a dignidade e soberania da condição humana em geral. O currículo não colonizado, não eurocêntrico em nossa perspectiva teria em seu núcleo o princípio de que cada ser humano expressa sua humanidade e unicidade em relação aos outros membros a humanidade desenvolvendo suas habilidades e capacidades, sua unicidade em prol do bem como. Com dignidade e liberdade, com uma importância essencial para si e para a comunidade o que, em nossa perspectiva, irá impactar na formação de identidades mais autônomas e saudáveis que poderão contribuir positivamente para o desenvolvimento social e o bem comum, (CASTRO 2001).

1 O CONTEXTO DA PESQUISA

Na primeira fase da investigação longitudinal participaram 29 instituições de ensino superior. Sendo: Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil com n=70, 7,9%; Universidade Federal de Rondônia/UNIR-Brasil, n=45, 5,1%; Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT-Brasil, n=19,2,2%; Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA-Brasil, n=27, 3,1%; Universidade Federal de Pernambuco/UFPE-Brasil, n= 47, 5,3%;Universidade La Salle, Manaus – Brasil, n=45, 5,1%; Universidade Nacional Autónoma de México/UNAM – México, n= 385, 43,7%; Universidade La Coruña/UDC – Espanha, n=10, 1,1%; Universidade Pedagógica Nacional/UNP- México, n= 26, 3,0%;Universidad Externado de Colômbia, Colômbia, n=2, 0,2%; Universidad de La Amazônia Boliviana - UNAB, Bolívia, n=1, 01%; Universidad Gabriel René Moreno, Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, n=29, 3,3%, Universidad Pedagógica Externado Libertador, UPEL, Venezuela, n=35, 4,0%; Universidad do Algarve, Faro, Portugal, n=2, 0,2%; Universidade Pedagógica de Moçambique, n=39, 4,4%; Universidade de Licurgo, Moçambique, n=16, 1,8%; Universidade Federal de São Paulo, Brasil, n= 1, 0,1%; Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, n=1, 0,1%; Universidade de Lisboa, Portugal, n=1, 0,1%; Universidade do Porto, Portugal, n=1, 0,1%; Uninorte, Manaus, Brasil, n= 1, 0,1%; Universidade Nilton Lins, Manaus n=2, 0,2%; UEM, Moçambique, n=1, 01,%; Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, n=1, 0,1%; Universidade Federal do Pará, n=14, 1,6%; Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, n=8, 0,9%, Universidad Frederico Henriques y Carvajal, República Dominicana, n=58, 5,4%; UNISAVE, Brasil, n=2, 0,2%; Instituto Superior de Psicologia Aplicada - ISPA, Portugal, n=2, 0,2%.

2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram desta fase da investigação n= 881 pessoas. Sendo n=271, 30,8% do Brasil, n=409, 46,4% do México, n=11, 1,2% da Espanha, n= 7, 0,8% de Portugal, n=67, 7,6% de Moçambique, n=30, 3,4% da Bolívia, n=2, 02% da Colômbia, n=34, 3,9% da Venezuela, n=48, 5,4% da República Dominicana e n=2, 02% de outros países. Quanto ao estado civil dos participantes, n=586, 66,5% são solteiros; n=177 são casados/as, 20,1%; n=78 vivem em união estável 8,9%. N=36, 4,1% são divorciados e n=4, 0,5% são viúvos

Entendemos que essa variável histórica exerce impacto importante sobre a subjetividade social das sociedades alvo do processo de colonização que impactou sobre as culturas, a auto-estima e o auto conceito das sociedades envolvidas. Acreditamos que se faz necessário ampliar o diálogo sobre esse fenômeno histórico, econômico e político da colonização e seus impactos sobre o bem estar das sociedades envolvidas.

Dentre os participantes n=599 são do sexo feminino 63,5% e n=322 do sexo masculino 36,5%. Idades entre 18 e 70 anos, \underline{M} = 30,6; \underline{DP} =12,17. Das instituições de ensino superior participantes nesta fase da investigação, registramos que n=788, 88,3% dos participantes são vinculados a instituições públicas e n=103, 11,7% a instituições particulares. Destes estão vinculados à modalidade presencial n=699, 79,3%, n=11, 1,2%, participantes à modalidade semi-presencial e n=171, 19,4% à EAD. No que se refere à categoria de participantes da investigação registramos nesta primeira fase n=711 estudantes, 80,7%; n=106 docentes, 12,0% e n=64 técnicos, 7,3%.

No que se refere à identidade étnica, n=175 dos participantes identificam-se como brancos 19,9%; n=111 como negros, 12,6%, n=554 como mestiço/pardo 62,8% e n=42, 4,8%, como integrantes dos povos primeiros no território, classificados pelos Estados e nações colonizadoras e imperialistas em geral como “indígenas” em função da forma como Colombo os denominou em 1492, por pensar que teria encontrado uma nova rota para as índias. Entendemos que esse segmento da sociedade integra civilizações primeiras que habitavam o território antes da invasão de civilizações do velho mundo (Europa, Oriente Médio e Ásia) para colonizar e explorar os territórios em causa.

Os resultados demonstram percepção de baixa valorização das culturas originárias por parte dos universitários impactando em descontentamento entre os integrantes dessas culturas. Concluimos pela necessidade da criação de políticas públicas afirmativas para inclusão do estudo das culturas originárias de maneira efetiva nos currículos em geral com forma de estabelecer justiça curricular para todos.

Quadro 1: Representações ¿Sabe cuántas culturas originarias hay en el país en donde vive? Universitários, 2019

España	Femenino	20	En la escuela muchas veces se limitan a informar sobre la cultura o la historia de la gran mayoría, dejando relegadas a un segundo plano otras más minoritarias, pero no por ello menos importantes.
México	Femenino	20	La información sobre las culturas originarias en México es infravalorada
	Masculino	69	El gobierno, siempre las ha despojado y aniquilado aliado con los dueños del dinero (FMI, BID, FAO, etc)
México	Femenino	63	Cuando yo estudié la primaria sí veíamos textos de esos
México	Masculino	49	Es tal la variedad de pueblos indígenas en México que sería muy difícil abarcarlas todas.
México	Masculino	48	Se estudia muy general.
México	Femenino	24	No se les da interés, prefieren conocer otras culturas que la propia, repito, influencia española.
México	Femenino	57	Aquí el gobierno los ha hecho parte del atractivo histórico para incrementar el turismo a través del programa de Pueblos Mágicos
México	Masculino	25	Muy poco, pero se nos enseña más a respetar y a alabar al colonizador, muy sadomasoquista, diría Dussel
México	Femenino	55	Falta cultura de pueblos originarios su carácter y de las mezclas que surgieron.
México	Masculino	41	se conocen de manera superficial y al final existen libros que refieren historias diferentes a lo que se enseña en las escuelas.
México	Femenino	53	En una comunidad tienen una estación de radio en su lengua nativa (hñahñú).
México	Femenino	37	Solo las más representativas
México	Femenino	47	Algunas de ellas, son estudiadas, e inclusive se están tratando de preservar los aspectos culturales principales, como son la lengua y las costumbres
México	Femenino	19	Se estudia su historia, pero la mayor parte de la población ignora mucho de dicha historia de las culturas originarias de México.
México	Femenino	55	Se han realizado esfuerzos pero no han sido suficientes
México	Masculino	53	Son muchas las culturas originarias en México. Algunas son estudiadas, las más protagónicas y grandes. Hay muchas culturas originarias pequeñas en regiones distantes.

México	Masculino	33	Solo como ejemplos de de grandeza a través de los vestigios arquitectónicos, y actividades culturales, la vida diaria de las culturas originarias se caracteriza por la pobreza y desigualdad
México	Masculino	57	No, porque existe aún el paradigma de la estigmatización en todos los aspectos de las etnias a nivel nacional.
México	Masculino	18	Cosas como el día de muertos, algunos dioses, cultura general, pero nada serio.
México	Femenino	20	Por supuesto que no. Solo se estudian a los grupos que fueron más influyentes y aún así, la mayoría de los mexicanos no sabe mucho al respecto.
México	Femenino	31	Se llega a tocar el tema en ciertas clases a diferentes niveles educativos pero no son profundizados estos temas y son olvidados con el tiempo. No se le da la importancia que merecen
México	Masculino	24	Gran importancia de la educación se basa en la historia de México que se da desde la primaria.
México	Femenino	53	Debería hacerse
México	Femenino	19	Pienso que tal vez, solo algunas
México	Femenino	40	Existen grupos étnicos y lenguas nativas, pero en las escuelas sólo se mencionan, mas no se estudian. Más bien se enseña el español, como resultado de la colonización y las costumbres o tradiciones nativas, no se toman en cuenta, sólo existen escuelas laicas o religiosas.
México	Femenino	62	Si son estudiadas y no son conocidas por la mayoría de la población
México	Femenino	40	Sólo hay escuela laica o religiosa no hay sobre grupos étnicos
México	Femenino	29	Considero que sí, al menos cuando estudié la educación básica y media superior tuve excelentes maestros y programas que me permitieron conocer varias culturas y la historia de nuestro país
México	Femenino	38	para los que estudiamos carreras de humanidades y ciencias sociales
México	Femenino	56	Lo cual lamento pues las historias, o leyendas no se difunden.
México	Femenino	45	Se revisan algunas historias de los pueblos originarios, pero de manera general, con adaptaciones, al ser interpretadas y traducidas pierden ciertas características, por ejemplo, al traducir una leyenda o mito de la lengua original al español, en el momento de hacer la traducción pudiera ser que se pierda la intención de la idea que se quiere transmitir, entonces ya no se estudia desde el punto de vista original, sino de la perspectiva de quien lo esta estudiando, y si en ese momento quien lo esta

			estudiando tiene una perspectiva distinta de la original, le va a dar una interpretación distinta y quizá así sea transmitida subsecuentemente.
México	Femenino	33	Vivo en Quintana Roo, la cultura Maya es fuerte, los Maya hablantes son muchos y hasta cierto punto la explotación comercial de la zona utiliza la cultura para explotarla, logrando visibilizarla
México	Femenino	33	En ocasiones se conocen sus nombres pero no se valora a las personas pertenecientes a ellas y sobre todo en las ciudades son vistos y tratados como personas que no pertenecen a eso, a ciudades.
México	Femenino	47	No se estudian de manera formal, es autodidacta.
México	Femenino	29	Creo que no se le da el valor debido
México	Femenino	53	No se les considera en ningún sentido.
México	Femenino	43	Una embarrada, lo que sé, es porque aprendí a conocer la historia de mi país.
México	Masculino	24	Solo la cultura azteca y maya son estudiadas medianamente a profundidad, de hecho las lenguas nativas se pierden progresiva e irremediamente. las demás solo pocos párrafos en los textos y la información es errónea y manipulada
México	Femenino	24	Las mencionan durante las clases normalmente de educación básica pero solo de una forma de conteo histórico, sin darle la importancia de recuperación y revalorización
México	Femenino	25	Se conoce la historia prehispánica, pero no se desglosa como tal todas las comunidades que hay y su historia
México	Femenino	42	Si, porque las aprendí en la primaria
México	Masculino	46	Siempre tratan de hasta cambiar la historia y nadie hace nada para recuperar los hechos reales, no los oficiales.
México	Masculino	20	Las culturas más grandes son las más comentadas a lo largo de la preparación académica
México	Femenino	52	Son diversas y variadas y poco conocidas
México	Masculino	52	en mi época primaria y secundaria muy poco, desconozco los nuevos contenidos
México	Masculino	22	Solo de los Mexicas y Mayas, las demás aún no se meten al consciente colectivo
México	Femenino	31	Antes en historia de México incluían el estudio de las culturas: maya, olmeca, azteca, etcétera, pero con los nuevos modelos educativos ya no aparecen esas temáticas
México	Femenino	26	Muchas veces en las escuelas conocen más de la historia mundial que de la historia nacional y local

México	Femenino	26	muchas veces las tradiciones de mi país han sido suprimidas dentro del currículo nulo
México	Femenino	21	si ya que se enseña en educación básica
Bolivia	Femenino	27	No son estudiadas todas, solo tres o cuatro
	Femenino	24	No todos los colegios enseñan las lenguajes nativos del país. Seria excelente que todos los colegios enseñarán los principales quechua, aymara, guaraní. .
México	Femenino	45	Considero que las estudiamos como algo del pasado, sin reconocer que aún están presentes con distorsionados vestigios pero lo están
México	Masculino	53	No existe un interés por parte de las autoridades en difundir nuestra auténtica historia.
México	Femenino	22	Sólo las más representativas de la historia de México.
Venezuela	Femenino	24	Se ha establecido muchas veces un grado de inclinación por conocer y descubrir más sobre cierta cultura que otra, quitando el mérito de las demás. Aunque a nivel educativo se ha tratado de implementar el conocimiento de las civilización con mayor representación nacional.
México	Femenino	53	Es un área del estudio de la Historia que no se ha considerado
México	Femenino	23	Somos enseñados desde la primaria como pueblo colonizado
México	Femenino	22	Se revisan algunas cosas en la primaria y secundaria pero no todas las historias son verídicas
México	Femenino	22	Nos enseñan únicamente la historia de lo conquistadores, de Europa y una pequeña parte es sobre los pueblos nativos, pero a partir del periodo de la conquista se pierden en la historia.
México	Masculino	21	A ciencia cierta, no lo se
México	Femenino	23	No siempre es así.
México	Femenino	20	Solo importa el país, no las comunidades
Rep. Dominicana	Masculino	24	Va no se habla de la historia pasada las nuevas modalidades han cambiado todo el esquema.
México	Femenino	21	Son memorizadas, por lo mismo se olvidan.

Fonte: Base dados LAPESAM/UFAM/CNPq, 2019.

Da análise das representações das expressões registradas no quadro 1, constatamos que em grande medida, os participantes não percebem que os currículos escolares e a sociedade em geral valorizam as culturas e “nossa autêntica história” dos povos não europeus.

O conjunto de representações dos participantes de língua espanhola demonstra que o sistema escolar ainda não promove a inclusão da história dos povos em geral de modo a

valorizar a contribuição do conjunto da sociedade para o avanço e o bem estar da humanidade. Destacamos as seguintes representações: (i) “Somos enseñados desde la primaria como pueblo colonizado”; (ii) “Nos enseñan únicamente la historia de los conquistadores, de Europa y una pequeña parte es sobre los pueblos nativos, pero a partir del periodo de la conquista se pierden en la historia”, (iii) “No todos los colegios enseñan las lenguajes nativos del país. Seria excelente que todos los colegios enseñarán los principales quechua, aymara, guaraní”, (iv) “Antes en historia de México incluían el estudio de las culturas: maya, olmeca, azteca, etcétera, pero con los nuevos modelos educativos ya no aparecen esas temáticas” e (v) “Solo la cultura azteca y maya son estudiadas medianamente a profundidad, de hecho las lenguas nativas se pierden progresiva e irremediamente. Las demás solo pocos párrafos en los textos y la información es errónea y manipulada”. Para o caso de México, este resultado é esperado pois, fazendo memória e com a incorporação à globalização nos anos 1990, a educação ia modificando, e girando a uma “modernidade”, onde a qualidade que tem maior atenção nos livros de textos oficiais é identificar-se como mestiços (CORONA, 2015). O que demonstra que os universitários reconhecem a baixa presença das histórias e culturas das civilizações nos currículos escolares. O que configura como injustiça curricular por negar o acesso à verdade histórica dos ancestrais (Quadro 1).

Esse inseguro mundo onde a liberdade, a soberania, o poder e a criatividade humana são ameaçados pela educação a serviço quase que exclusivamente dos avanços tecnológicos a serviço do lucro, tem colocado em risco a vida humana no planeta. A identidade histórica não pode ser negada, a história é elemento constituinte de nossa identidade. Se nos negam a história danam nossa identidade. É urgente a construção de um currículo escolar justo que inclua todos os saberes das civilizações humanas de forma equilibrada.

Quadro 2: Na sua percepção, as civilizações que tiveram seu território colonizado na atualidade têm sua cultura valorizada como uma importante contribuição para a família humana? Universitários, 2019

Brasil	Femenino	53	Na grande maioria são marginalizados e silenciados
Brasil	Femenino	48	Sim, pois a cultura é que nos faz perceber o quanto somos diferentes e que precisamos através desta aprender com as diferenças.
Brasil	Femenino	48	Nova era Bolsonaro - retrocesso total
Brasil	Masculino	49	Não há programas efetivos, nas escolas, por exemplo, que valorize a cultura de nossos antepassados.
Brasil	Feminino	49	Não, porque por exemplo o nosso país foi colonizado e não temos as culturas da diversidade valorizadas como uma

			importante contribuição para a família humana.
Brasil	Masculino	51	Pouca ou nada de valorização

Fonte: Base dados LAPESAM/UFAM/CNPq

Da análise das representações apresentadas por universitários da língua portuguesa, constata-se que a percepção é de pouca valorização das culturas das civilizações locais pelo currículo escolar, dentre outras destacamos: (i) “Não há programas efetivos, nas escolas, por exemplo, que valorize a cultura de nossos antepassados”; (ii) “Não, porque por exemplo o nosso país foi colonizado e não temos as culturas da diversidade valorizadas como uma importante contribuição para a família humana” e “ (iii) “Na grande maioria são marginalizados e silenciados” (Quadro 2).

O que demonstra que após dezenas de anos de escolarização as lideranças acadêmicas não desenvolveram conhecimentos associados aos saberes interculturais de seus ancestrais. O que em nossa ótica se traduz com um dano de lesa humanidade.

Daí o desafio que as lideranças acadêmicas possuem de reformular os currículos da educação escolar incluindo os saberes das civilizações em geral de modo a incluir os conhecimentos construídos historicamente pela humanidade que podem impactar na melhoria das relações interpessoais e bem comum de todos os seres humanos, de modo a assegurar um currículo justo (SILVA, 2018).

CONCLUSÃO

Com as informações aportadas pela pesquisa, é possível afirmar que os universitários em grande medida entendem que a valorização das culturas em geral não é uma realidade nos currículos da educação escolar. O que demonstra um currículo colonizado que não serve aos princípios de valorização do legado de todas as civilizações negando a justiça curricular. O que pode ser explicado pelo imperialismo articulado que domina o sistema capitalista selvagem na atualidade. Demonstramos que o currículo colonizado que rege as dinâmicas escolares em todas as esferas do processo de ensino-estudo-aprendizagem, na realidade escolar que vivenciamos, deixa profundas dívidas de identidade na formação de professores e estudantes de todas as áreas do conhecimento.

Há que se criar uma cultura que inclua a perspectiva da filosofia africana “Ubuntu”, onde conceitos como humanidade incluem necessariamente cordialidade, fraternidade, igualdade, justiça (dar a cada um o que lhe corresponde). Uma cultura onde a humanidade construa uma relação de família, onde seja superado o processo de escravização, opressão,

exclusão, desumanização que domina os currículos escolares em geral. Pois entendemos que uma família não é um clube onde se escolhe entrar ou sair. A família é onde nascemos, é o local onde todos têm o direito de exercer sua humanidade: a soberania, a liberdade, a criatividade, o poder pessoal, sua unicidade e dignidade como membro essencial da família humana. Tais valores em nossa perspectiva devem estar contidos nos currículos das escolas desde a educação infantil à pós-graduação. Uma vez que há cinco séculos o sistema hegemônico vem investindo na invisibilidade das matrizes históricas e culturais que dão sentido e significado à maneira de ser e de viver de povos não europeus que tiveram seus territórios invadidos e conquistados. Talvez sejam necessários mais cinco séculos para dar visibilidade a todas as culturas do conjunto de povos que integram a humanidade.

O intercâmbio cultural continuará a enriquecer a qualidade da vida humana no planeta terra. Todas as culturas são ricas e importantes para o bem viver de todos os seus integrantes. A reforma dos currículos da educação escolar incluindo igual valorização da história e cultura dos povos em geral é um imperativo de verdade histórica e respeito às importantes contribuições de todas as civilizações humanas para o bem comum. Eis o desafio. Que as lideranças acadêmicas das universidades reflitam sobre a inserção significativa das histórias da humanidade no currículo. E, por outro lado a criação de linhas de pesquisa para obter uma verdadeira formação integral humana contribuindo para construir a sociedade igualitária, livre, soberana onde a criatividade e o bem comum sejam o campo de atuação de todos os seres humanos, onde a interdependência seja um valor a ser desenvolvido em cada ser humano em prol do bem comum.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **A América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

CASANOVA-GONZÁLES, Pablo. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación : pensar América Latina en el siglo XXI** /Siglo XXI Editores ; Buenos Aires : CLACSO ; 2015.

CASTRO. Josefina Granja. El pensar sistémico. **Metapolítica**, Volumen 5, octubre/diciembre, 2001, pág. 90-115. ISSN 1405-4558.

CORONA, Sarah. **La asignatura ciudadana en las cuatro grandes reformas de LTG en México (1954-2010)**. México: siglo XXI. 2015

FANON, Franz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Editora da UFBA. 2008

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

GRANDO, Beleni Saléte, PINHO, Vilma Aparecida de Pinho; RODRIGUES, Eglen Silvia Pípi. Metodologia intercultural na formação - ação para a Educação infantil: a cultura bororo e as relações Étnico – raciais. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.4, n. Especial, set. - dez. 2018, p.86-101

GROSFUGUEL, Ramón. Del “extractivismo económico” al “extractivismo epistémico” y al “extractivismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**. Bogotá – Colombia, No. 24, 123-143-, Enero-junio, 2016. ISSN 1794-2489.

KAKOZI KASHINDI Jean-Bosco. **Ubuntu como vivencia del humanismo africano bantú**, disponível em: https://www.academia.edu/26780326/Ubuntu_como_vivencia_del_humanismo_africano_bantu?auto=download. 2012. Acesso: 11/9/2019.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **Visión de los vencidos relaciones indígenas de la conquista**, 28ª edición, Universidad Nacional Autónoma de México, ciudad de México, DF, 2006.

MARTÍNEZ, Regina. The different faces of mestizaje: ethnicity and race in Mexico. En E. Telles y PERLA (Project on Ethnicity and Race in Latin America), **Pigmentocracies: ethnicity, race and color in Latin America**. Estados Unidos: The University of North Carolina Press. 2014, pag. 36-80.

MASCARENHAS, S. A. DO N. **Avaliação longitudinal de variáveis cognitivas e contextuais do ensino superior analisando seus efeitos sobre o bem estar e o rendimento acadêmico**, Base de dados, Brasil/México, PROCAD/AMAZÔNIA-PPGEUFAM/UFPA/UFMT, Processo CAPES 8881.314288/2019-0, Não publicado, 2019

O'SHEA, Janet. Decolonizar o currículo? Possibilidades para desestabilizar a formação em performance, 2018. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 8, n. 4, p. 750-762, out./dez. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-266078871>. Acesso: 15/8/2019.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66.

RODNEY, Walter, **Como Europa subdesarrollo a África**, Editorial de ciencias sociales, Ciudad de La Habana, 1981.

SEN. Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SILVA. Roberto R. D. da. Revisitando a noção de justiça curricular: problematizações ao processo de seleção dos conhecimentos escolares. **EDUR: Educação em Revista**. 2018; 34:e168824. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698168824>

TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. Decolonization is Not a Metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education, and Society**, Toronto, University of Toronto, v. 1, n. 1, p. 1-40, 2012.

TRUEBA, César Carrillo. **El racismo en México. Una visión sintética**. Ciudad de México: EDIMPRO, S.A, 2009.

VICH, Víctor. **Desculturalizar la cultura. La gestión cultural como forma de acción política**. Argentina: Siglo XXI Editores. 2014

VILLAVICENCIO SANTILLÁN., Washington, Las características del currículo colonizado desde una perspectiva teórico-social. **YACHANA Revista Científica**, vol. 5, núm. 2 (julio-diciembre de 2016), pp. 77-86.2016.

Agradecimentos:

CAPES/MEC/Brasil/Programa PROCAD/AMAZONIA, CAPES (ref. 8881.314288/2019-0);
Às universidades que colaboram com a investigação, aos investigadores colaboradores;
Aos estudantes, docentes e técnicos que integram a amostragem;

Recebido em: 28/10/2019
Aprovado em: 30/11/2019

SEÇÃO LIVRE

A FESTIVIDADE NAZARENA E A CULTURA PARAENSE: EXEMPLO DE UM ARTIGO DO VOCABULÁRIO ESPECIAL DO CÍRIO DE NAZARÉ

Marcia Goretti Pereira de Carvalho¹

RESUMO

O objetivo desta comunicação é apresentar, a título de ilustração, um vocábulo referente a uma manifestação cultural presente no Círio de Nazaré que, posteriormente, será compilada na tese que está sendo desenvolvida. A manifestação aqui descrita é o Arrastão do Círio. A breve apresentação que faremos se baseia em uma pesquisa de documentação específica, sobretudo escrita, que nos permitiu coletar esse lema específico para compor a nomenclatura do Vocabulário Especial do Círio de Nazaré, com base na Lexicografia Especial quanto à organização da macroestrutura e ao estabelecimento da microestrutura. Os materiais usados para a extração do léxico especial são depoimentos de pessoas ligadas ao fomento dessa manifestação cultural, e também obras de pesquisadores paraenses como Alves (1980); Rocque (1981); Dossiê IPHAN (2006); Pantoja (2006); Bonna e Vasconcelos (2009); Junqueira (2009); Lopes (2011); Coutinho, Lima e França (2012); Costa (s/d); dentre outros.

Palavras-Chave: Lexicografia. Círio de Nazaré. Arrastão do Círio.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present, by way of illustration, a word referring to a cultural manifestation present in the Círio de Nazaré, which will later be compiled in the thesis being developed. The manifestation described here is the Cereus Trawler. The brief presentation we will make is based on a research of specific documentation, especially written, which allowed us to collect this specific motto to compose the Nazaré Cereus Special Vocabulary nomenclature, based on the Special Lexicography regarding the organization of the macrostructure and the establishment of the microstructure. The materials used for the extraction of the special lexicon are testimonials of people linked to the promotion of this cultural manifestation, as well as works by paraense researchers such as Alves (1980); Rocque (1981); IPHAN Dossier (2006); Pantoja (2006); Bonna and Vasconcelos (2009); Junqueira (2009); Lopes (2011); Coutinho, Lima and France (2012); Coast (s / d); among others.

Keywords: Lexicography. Nazare's Cirio. Cereus fishnet.

PALAVRAS INICIAIS

Os vocábulos, dependendo das variedades regionais, podem ter significados ou significantes diferentes (ÁVILA MARTÍN, 2014). As obras lexicográficas, como fonte de informação e instrução sobre o léxico (DURÃO *et al.* 2014), são objetos culturais em sua concepção e funcionamento assim como na ideologia que reflete neles (ÁVILA MARTÍN, 2014). Dessa forma, além das definições com sentido denotativo que geralmente aparecem na maioria dos dicionários, segundo Ávila Martín (2014), devem ser incluídas, nos artigos

¹ Professora Adjunta, nível 3, da Universidade Federal do Pará. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marciagoretti@bol.com.br.

lexicográficos, informações sobre o elemento cultural do léxico de uma língua. No pequeno esboço do Vocabulário Especial Bilíngue do Círio de Nazaré, os artigos lexicográficos apresentam elementos culturais de uma subcomunidade linguística, o falar paraense. Nesse vocabulário, são incluídas informações históricas e culturais necessárias para o entendimento, por parte do usuário, do significado dos artigos lexicográficos pelo fato de que muitos desses usuários, possivelmente, desconhecem ou conhecem pouco a Festividade de Nazaré no Pará em outubro, evento religioso e regional.

Apesar de já haver pesquisas em diferentes áreas do Círio de Nazaré, festa religioso-cultural marcante na vida do paraense, ainda não existe nenhum repertório lexicográfico bilíngue que reúna o léxico do Círio de Nazaré, de acordo com os procedimentos técnico-metodológicos da Lexicografia. Esta pesquisa se propõe a compilar vocábulos especiais relacionados ao Círio de Nazaré e às várias ‘faces’ desse evento religioso e profano ao mesmo tempo. Nesse estudo vale-se também do arcabouço teórico dos Estudos da Tradução por ser um vocabulário especial bilíngue. O léxico do Círio reúne vocábulos específicos da manifestação da religiosidade do povo paraense e de sua herança cultural. Esta é a razão que justifica a proposta da elaboração de uma obra lexicográfica especial que, de certa forma, retratará o paraense no ambiente do religioso (catolicismo popular) e do profano (festas populares) por mais de dois séculos.

1 O CÍRIO DE NAZARÉ

Maior procissão católica do Brasil e, quiçá, do mundo, segundo Alves (1980), Rocque (1981), Dossiê IPHAN {Círio de Nazaré} (2006), Bonna e Vasconcelos (2009), e outros documentos, o Círio de Nazaré foi registrado em 2004, pelo IPHAN, como Patrimônio Cultural Imaterial. Posteriormente, em 2013, a UNESCO concedeu a essa festividade o certificado de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O Círio de Nazaré constitui-se em um conjunto de eventos que envolvem a religião católica e as festas populares. A principal procissão do Círio é realizada no segundo domingo de outubro, na cidade de Belém do Pará, no Norte do Brasil (Amazônia), porém, na sua plenitude, o conjunto de eventos que compõem essa festividade acontece antes e depois desse domingo, constando de elementos culturais e sociais próprios dos paraenses, ligados à festividade.

O Círio ultrapassa, e muito, os ritos católicos tradicionais de uma procissão que reúne mais de dois milhões de pessoas nas ruas de Belém em um único dia e das outras onze romarias que ocorrem na quadra nazarena (quinze dias da festividade que se inicia,

oficialmente, no segundo domingo de outubro). O Círio de Nazaré aquece a economia local e apresenta, aos turistas, a culinária e o artesanato locais além de manifestações culturais populares de dança, de música e do folclore do Pará, congregando o sagrado e o profano com pessoas de crenças diferentes ou sem crença alguma que assistem e/ou participam da procissão do Círio. As romarias (doze, no total) são os eventos religiosos provenientes da devoção presente no catolicismo popular na Amazônia (MAUÉS, 2011) com a culminância na grande procissão no segundo domingo de outubro, o Círio propriamente dito. Ao lado desses eventos, também vão sendo agregadas à festividade manifestações culturais e sociais como, por exemplo, o Arrastão do Círio e festas com aparelhagens de som, o conhecido “circuito bregueiro”.

2 O ARRASTÃO DO CÍRIO²

Na manhã do sábado anterior ao Círio, após a chegada da Santa da Romaria Fluvial, ou Círio Fluvial (terceira romaria), na escadinha do cais do porto, no centro de Belém, inicia-se a Motorromaria (quarta romaria), aproximadamente às 11 h, que segue até o Colégio Gentil Bittencourt, de onde sairá a Trasladação. Concomitantemente com a Motorromaria, outro cortejo se inicia, o do Arrastão do Círio ou Arrastão do Pavulagem, em torno da brincadeira do boi-bumbá e de outras manifestações culturais do Pará (DOSSIÊ IPHAN, 2006, p. 57), rumo à Praça do Carmo, no sentido inverso ao da Motorromaria.

O Arrastão do Círio tem características de bloco carnavalesco, com roda de boi, arraial junino e circo, além de outros eventos, levando milhares de pessoas pelas ruas do Centro Histórico de Belém. Esse cortejo é organizado pelo Arraial do Pavulagem e realizado por um grupo de artistas locais, vestidos como romeiros tradicionais, com pernas-de-pau; e como *pierrots*, com o rosto pintado de branco e outras figuras do carnaval e uma banda animada, tocando músicas de exaltação à festa, à santa e à cultura local (LOPES, 2011, p. 160). A proposta do evento é de um boi que deixe de ser apenas um “folgado contemplativo”, mas que leve ao envolvimento da população (COSTA, Francisco de Assis *et al.* s/d, p. 63-64).

O cortejo passa por ruas onde há saudação à Virgem de Nazaré em faixas e *banners* e segue até o Largo do Carmo, na Cidade Velha, bairro histórico de Belém, próximo à Catedral da Sé. O cortejo, acompanhado por brincantes e músicos, ao som de ritmos regionais como o carimbó e o boi-bumbá, homenageia a Santa com a execução do hino do Círio - “Vós sois o Lírio Mimoso” - em ritmo de mazurca, inspirado na marujada, outra manifestação típica do

² Alguns vocábulos específicos do Círio de Nazaré e da cultura paraense apresentam definições detalhadas nas Notas Explicativas no final deste artigo antes da seção “Referências”.

folclore paraense que ocorre em Bragança, município do nordeste do Pará (JUNQUEIRA, 2009, p.32). Há também canções entoadas pelo Batalhão da Estrela, com instrumentos musicais como tambores, matracas, xequerés, surdos, caixas e outros instrumentos. As toadas dão um tom alegre ao cortejo (DOSSIÊ IPHAN, 2006, p. 57) em ritmo de retumbão, envolvendo o sacro e o profano em louvor a Santa (COUTINHO; LIMA; FRANÇA, 2012, p. 503). Ao chegar à Praça do Carmo, no início da tarde, após algumas exaltações e mais músicas, os participantes do cortejo se dispersam, retornando às Docas ou ao centro da cidade. (LOPES, 2011, p. 160).

O primeiro arrastão foi realizado em 2001. Em 2008, os brincantes de todas as idades, aproximadamente quinze mil pessoas, carregavam com as mãos para o alto, uma cobra, de vinte metros de comprimento, confeccionada com miriti, e, por isso, ficou conhecido como “Cortejo da ‘Cobra Grande’”, uma homenagem simbólica à corda dos promesseiros assim como os brinquedões de miriti e fitas coloridas, tradição cultural da região amazônica assim como as fitinhas coloridas também são elementos culturais presentes em outros estados brasileiros como a Bahia (JUNQUEIRA, 2009, p. 32).

Junto a outros acontecimentos culturais promovidos no período, contando com elementos típicos da cultura paraense, o *Arraial do Pavulagem* chama atenção pela sua estrutura física, que procura agregar tanto os signos do período das festividades de São João (estandartes dos santos, bandeiras, adereços de mão), como os signos regionais da cobra grande, dos cavalinhos, da orquestra de metais (trombone, saxofone, trompete), todos eles advindos do boi-bumbá (boi tinga) do Município de São Caetano de Odivelas. Além disso, o cortejo do Arrastão do Círio, em Belém, é também um produto turístico, com a forte presença dos elementos profanos e religiosos de raízes amazônicas que constroem a identidade local e a cultura popular local.

Esse cortejo, ao som do corró-corró ou “roque-roque” leva, para as ruas da cidade, a música, a dança, e as alegorias do artesão e do ribeirinho, numa mistura de sacralidade religiosa e de profano poético. Há, também, uma preocupação, por parte do Arrastão do Círio, com a identidade coletiva para não ser alterada significativamente (COUTINHO; LIMA; FRANÇA, 2012. p. 504-505). A cada ano o número de participantes no Arrastão do Círio aumenta, segundo Coutinho, Lima e França (2012, p. 505-506), devido à presença de brincantes locais e dos turistas com a proposta de expor a cultura local e folclórica em um olhar voltado à região.

3 A ESTRUTURA DO VOCABULÁRIO ESPECIAL

É preciso, antes de apresentar o vocabulário propriamente dito, esquematizar, de forma criteriosa e precisa, a organização do material (as unidades léxicas); definir os seus usuários potenciais (consulentes); citar a fonte dos dados extraídos para compor os lemas nos artigos lexicográficos e construir a macroestrutura e a microestrutura deste vocabulário, elementos importantes no planejamento de qualquer obra lexicográfica (DURÃO *et al.* 2014; MARTÍNEZ SOUSA, 2009).

a) A seleção dos lemas

Os lemas do vocabulário apresentado nesse trabalho, pelo critério da frequência e da relevância, estão relacionados ao Círio, que, no sentido mais amplo, compreende um conjunto de eventos, culturais e religiosos, que acontecem em outubro no período de vinte dias, aproximadamente. O lema (entrada ou palavra-entrada) aqui apresentado foi coletado de dados provenientes de documentos escritos tais como livros, jornais, revistas, sites de notícias, depoimentos, trabalhos científicos e outros materiais referentes ao Círio

b) Os consulentes

Os consulentes potenciais desse vocabulário são pessoas de outras regiões do Brasil, católicas ou não, interessados na Festa do Círio de Nazaré, por crença ou por curiosidade, também interessados no turismo religioso e que desconhecem particularidades dessa Festa, inclusive, paraenses que não conhecem totalmente o significado de alguns desses vocábulos especiais, típicos do Círio, e resultado da mistura de tradições e de costumes indígenas, portugueses e africanos.

4 A MACROESTRUTURA

De acordo com Welker (2004), a macroestrutura se caracteriza pela presença de alguns elementos como o arranjo das entradas, o tamanho da nomenclatura, as fontes e os dados. O Vocabulário Especial do Círio de Nazaré se caracteriza por ser bilíngue, semasiológico, com unidades léxicas retiradas de fontes primárias (documentação escrita específica e depoimentos), distribuídos, neste trabalho de pesquisa, em um artigo lexicográfico, o

“Arrastão do Círio”, com informações sintáticas, semânticas e enciclopédicas referentes a aspectos culturais e históricos do Círio de Nazaré.

5 A MICROESTRUTURA

Com base nos estudos de Durão e outros autores (2014) e de Martínez Sousa (2009) sobre as características da microestrutura de uma obra lexicográfica, elaborou-se esse pequeno esboço de um vocabulário especial bilíngue com a seguinte organização para auxiliar o usuário do Vocabulário no momento da consulta a essa obra:

a) A grafia lexicográfica

A página desse Vocabulário Especial do Círio de Nazaré é em formato A4; margens superior e esquerda de três cm e margens inferior e direita de dois cm. Os lemas são grafados em negrito para sinalizá-los no corpo do artigo lexicográfico, com fonte *Times New Roman*, em tamanho 14 e letras minúsculas, distinguindo das outras partes dos artigos lexicográficos. Os artigos lexicográficos serão separados por espaço duplo em branco. Os elementos que compõem o artigo serão dispostos em ordem alfabética com a lematização de lexias, simples ou compostas, seguidas de informações sobre a categoria gramatical e a definição, assim como um exemplo (com a respectiva referência) em cada artigo lexicográfico e um equivalente em Inglês, e, em outros parágrafos, uma nota e um histórico referentes ao lema.

Em “Notas explicativas”, antes das “Referências”, a fonte será *Times New Roman*, tamanho 12, em negrito, espaço 1,15, com informações semânticas sobre alguns dos componentes das manifestações culturais lematizadas como, por exemplo, elementos típicos da cultura paraense, do folclore brasileiro e das romarias relacionadas ao Círio.

b) A informação da categoria gramatical

A categoria gramatical (informação sincrônica) dos lemas é indicada por abreviaturas, em itálico, em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço 1,5 e imediatamente depois de cada entrada: *sm.* - substantivo masculino, *sf.* - substantivo feminino.

c) As definições

As informações explicativas (definições) são apresentadas após o lema, em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço 1,5, iniciando com letras minúsculas. A definição das unidades léxicas especiais será apresentada com explicitação do gênero próximo e das diferenças específicas.

d) Os exemplos

Os exemplos (informação sintagmática) incluídos nesse vocabulário são posicionados após as definições, em itálico, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço 1,5, antecedidos de dois pontos, entre aspas por se tratar de transcrições de documentos escritos, impressos ou eletrônicos, com colchetes e três pontos ([...]) para marcar cortes de palavras e/ou frases nas transcrições, devidamente identificadas as referências dos exemplos.

e) Os equivalentes

Os equivalentes, nesse vocabulário bilíngue, são apresentados após os exemplos, entre parênteses com a indicação do idioma estrangeiro, Inglês Americano (Ing.), em itálico, fonte *Times New Roman*, tamanho 12. Por serem alguns desses vocábulos culturalmente marcados, optou-se pela permanência do nome em Português, de acordo com as técnicas de tradução propostas por estudiosos da Tradução, com a tradução apenas da preposição ‘de’ para o Inglês. Como exemplo, temos a unidade léxica “Arrastão do Círio”.

f) As notas e as informações histórico-culturais

As notas possibilitam ao consulente o acesso a informações adicionais como aspectos socioculturais e históricos referentes ao uso do lema pelos falantes da subcomunidade linguística do Pará. Essas notas, grafadas em negrito, estão em parágrafos abaixo das definições com exemplos, em fonte *Times New Roman*, tamanho 11, espaço simples. A notação “Notas explicativas” está em negrito para destacá-la do artigo lexicográfico e no final do Vocabulário. Além das notas, os artigos lexicográficos apresentam dados históricos e culturais, em parágrafo abaixo das notas, em fonte *Times New Roman*, tamanho 11, itálico, espaço simples, introduzido pela palavra “Histórico”, em negrito.

As informações contidas no artigo lexicográfico do “Arrastão do Círio” bem como nas notas explicativas foram retiradas de dicionários eletrônicos e de documentos como os

trabalhos de Cascudo (2002); do Dossiê IPHAN (2006); de Pantoja (2006); de Bonna e Vasconcellos (2009); de Junqueira (2009); de Ferreira (2010); de Lopes (2011); de Coutinho, Lima e França (2012); dentre outros.

6 PALAVRAS FINAIS

O interesse pelo léxico do Círio de Nazaré surgiu pela minha própria experiência de vida e meu envolvimento com a festividade, como paraense e católica, nos eventos religiosos e profanos que acontecem na quadra nazarena. Com os estudos do doutorado e os primeiros contatos com a Lexicografia Prática (especificamente com obras lexicográficas especiais) e os Estudos da Tradução, a ideia de um Vocabulário Especial foi nascendo e se desenvolvendo. Apresento, neste artigo, um dos artigos lexicográficos desse Vocabulário, o “Arrastão do Círio”, e a microestrutura desse lema. Posteriormente, esse vocabulário será ampliado no decorrer da pesquisa em andamento com base no arcabouço teórico-metodológico da Lexicografia e dos Estudos da Tradução.

Além da compilação da unidade léxica “Arrastão do Círio”, outros vocábulos relacionados ao Círio de Nazaré já foram compilados em artigos lexicográficos e apresentados em eventos científicos nacionais: o cartaz do Círio no SPA-PGET/ UFSC em Florianópolis, em setembro de 2018; e eventos científicos internacionais: o Auto do Círio no I SILLETRAD – UFSC/UFPA em Florianópolis e em Bragança, em agosto de 2017; os símbolos do Círio³ na Universidad de Valladolid⁴, Espanha, em novembro e dezembro de 2017; o manto da Santa no V CIELLI - UEM, em Maringá, em junho de 2018; o almoço do Círio no III SILLETRAD – UFSC em Florianópolis, em junho de 2018. Dois artigos já foram publicados: um sobre o manto da Santa e outro sobre o cartaz do Círio⁵ e outros estão no prelo, aguardando a publicação.

³ Dentre os símbolos do Círio, podemos destacar os arcos, a berlinda, os brinquedos de miriti, os carros dos milagres e das promessas, o cartaz do Círio, a corda, a imagem da Santa, o manto.

⁴ Participação no Foro de Discusión de Preproyectos de Tesis del XI Encuentro Internacional del Grupo de Investigación Diccionarios Contrastivos Portugués- Español na Universidad de Valladolid, em Valladolid, Espanha no período de 30 de novembro a 1 de dezembro de 2017.

⁵ CARVALHO, Marcia Goretti Pereira de. Tradução Intersemiótica: uma análise crítica do manto do Círio de 2017. **Anais Eletrônicos do V Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários** (ISSN 2177-6350). Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá (UEM). Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018. p. 903-915.

CARVALHO, Marcia Goretti Pereira de. Tradução Intersemiótica: Análise do Cartaz do Círio de 2017. In.: MOURA, Willian Henrique Cândido; CHRISTMANN, Fernanda (Orgs.). **A tradução como espelho: gestos, línguas e sentidos refletidos no fazer tradutório**. Florianópolis: DLLE/PGET/UFSC, 2019. p. 145-156. ISBN: 978-85-5581-045-9⁵.

O produto final dessa pesquisa constará de uma obra lexicográfica especial que apresente a seus usuários o Círio de Nazaré, através do léxico dessa festividade e da variedade linguística do falar paraense, além da identificação desse evento religioso com manifestações culturais populares no Pará.

A seguir será apresentado o Vocabulário Especial Bilíngue do Círio, em versão resumida, com apenas uma unidade léxica desse Vocabulário lematizada: o Arrastão do Círio. **Arrastão do Círio** *sm.* cortejo artístico e popular com características de bloco carnavalesco, conjugando, em um mesmo evento, roda de boi-bumbá, arraial junino e circo, dentre outros eventos, levando milhares de pessoas pelas ruas do Centro Histórico de Belém.: “*Arrastão do Círio segue até a Praça do Carmo*” (Disponível em <<https://g1.globo.com/para/noticia/arrastao-do-cirio-segue-ate-a-praca-do-carmo.ghtml>>. Acesso em: 18 fev. 2018.). (Ing: *Arrastão of Cirio*)

Nota: Esse cortejo é organizado pelo Arraial do Pavulagem e realizado por um grupo de artistas locais no sábado anterior ao Círio após a chegada do Círio Fluvial e da saída da Motorromaria. Deixando a escadinha do cais do porto em direção à Praça do Carmo, o Arrastão do Círio passa pelas ruas da Cidade Velha arrastando cerca de 20 mil pessoas (dados de 2009). O Batalhão da Estrela toca o hino “Vós sois o lírio mimoso” ao ritmo de mazurca e retumbão pela *Boulevard* Castilhos França e demais ruas do centro histórico de Belém com o colorido das fitas dos chapéus de palha dos brincantes que carregam uma grande cobra de miriti, os brinquedões de miriti e as tradicionais girândolas dos brinquedos de miriti. Na chegada à Praça do Carmo, a banda Arraial do Pavulagem encerra o cortejo com ritmos paraenses: carimbó, mazurca, retumbão e outros ritmos regionais (BONNA; VASCONCELLOS, 2009, p. 180).

Histórico: *O primeiro arrastão foi realizado em 2001. Em 2008, os brincantes de todas as idades, aproximadamente quinze mil pessoas, carregavam, com as mãos para o alto, uma cobra, de vinte metros de comprimento, confeccionada com miriti, que ficou, a partir de então, conhecido como “Cortejo da ‘Cobra Grande’”, uma homenagem simbólica à corda dos promesseiros, conjugando uma lenda da Amazônia, a da cobra grande, com os brinquedos de miriti e as fitas coloridas, tradição cultural da região (JUNQUEIRA, 2009, p. 32).*

Notas Explicativas

arraial do pavulagem. instituição cultural fundada em 1987. Dedicada-se à pesquisa e à difusão da cultura popular “de raiz feita na Amazônia, utilizando as linguagens, os ritmos, [...], as danças e a religiosidade popular [...], procurando harmonizar o tradicional e o moderno [...]”, realizando atividades sócio-culturais junto à comunidade. (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arraial_do_Pavulagem>. Acesso em: 10 fev. 2018).

batalhão da estrela. orquestra de percussão e sopro que, com o grupo da dança, ajudam a puxar o cortejo do Arrastão do Círio (COUTINHO; LIMA; FRANÇA, 2012, p. 510).

boi-bumbá. folguedo que se realiza nas festas de São João no Pará. Consiste de um boi de pau e pano conduzido por duas personagens que são acompanhadas por dois ou três cavaleiros

e uma orquestra composta de rabecas e cavaquinhos. Destaca-se, no folclore paraense, o boi tanga do Município de São Caetano de Odivelas (CASCUDO, 2002, p. 70).

brinquedo de miriti. brinquedo feito de miriti, reproduzindo figuras de embarcações regionais, de animais, de aviões, de figuras humanas e de vários outros temas em cores e tamanhos variados, feitos manualmente por artesãos paraenses, principalmente do município de Abaetetuba. São objetos de brincadeira para crianças e objetos de decoração e coleção para os adultos.

carimbó. ritmo musical amazônico e dança de roda de origem indígena, típica do Pará, influenciado pelos negros (percussão e sensualidade) e portugueses (palmas e sopro). O nome se deve ao tambor usado nesse estilo musical: o curimbó (CASCUDO, 2002, p. 113-114).

círio fluvial (romaria fluvial). procissão que acontece no sábado anterior ao Círio, saindo de manhã cedo do trapiche de Icoaraci (distrito de Belém) até a escadinha do cais do porto, na praça Pedro Teixeira, área portuária de Belém, percorrendo 10 milhas (cerca de 18,5 km) pelas águas da Baía do Guajará em quatro horas aproximadamente. (BONNA; VASCONCELLOS, 2009, p. 52-61).

corró-corró (roque-roque). brinquedo típico do Círio em Belém. Em forma de um cone cilíndrico, é dependurado por um barbante, atado a uma vareta besuntada com breu da jutaíça (árvore da região). Ao ser girado em torno do seu próprio eixo, produz um som peculiar e interessante, como um ronco (COUTINHO; LIMA; FRANÇA, 2012. p. 504-505).

girândola de brinquedos de miriti. suporte de madeira com três ou quatro travessões horizontais, com orifícios para se pendurarem os brinquedos vendidos por vendedores ambulantes no trajeto do Círio ou da Trasladação (FERREIRA, 2010, p. 1033; DOSSIÊ IPHAN, 2006, p. 61).

matraca. instrumento de percussão constituído por tabuinhas móveis que, agitadas, produzem uma série de estalidos secos (Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/matraca/>>. Acesso em: 17 fev. 2018).

mazurca. ritmo tocado na marujada bragantina com origem na música de salão europeia e incorporado à cultura brasileira pelos portugueses. Foi introduzida na marujada com a chegada dos brancos na Irmandade de São Benedito, organizadora da festividade de São Benedito em Bragança (COUTINHO; LIMA; FRANÇA, 2012).

miriti (buriti). palmeira arecácea, muito alta, nativa da Região Norte do Brasil, cujas folhas fornecem material para o artesanato (FERREIRA, 2010, p. 361).

motorromaria. romaria de motoqueiros que prestam homenagens à Virgem de Nazaré com mais de cinco mil motos, percorrendo 2,6 km em uma hora. Ela começa após a chegada do Círio Fluvial, aproximadamente às 11h, e termina no Colégio Gentil Bittencourt (BONNA; VASCONCELLOS, 2009, p. 52-61).

pássaro junino. teatro popular paraense, que combina teatro, música, dança e literatura. As apresentações, nas festas juninas, estão divididas em Cordão de Pássaro e em Pássaro Junino,

diferentes no modo de apresentação. A narrativa do espetáculo apresenta a caçada, a morte e a ressurreição de um pássaro, o personagem central. Temos outros personagens: fazendeiros, matutos, índios e nobres. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=comcontent&id=1050%3Apassarosjuninos>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

retumbão. dança típica da Marujada de Bragança em que os participantes fazem rodas, dançam dois a dois e os homens acompanham as mulheres. Essa dança é acompanhada com a rabeça, o violino, o banjo, o pandeiro e o tambor (CASCUDO, 2002, p. 586).

trasladação. procissão noturna, à luz de velas, na véspera do Círio. É a segunda procissão com o maior número de pessoas no Círio. Ela se inicia logo após a missa no Colégio Gentil Bittencourt, no final da tarde e percorre cerca de 3,7 km e mais de cinco horas de procissão até a Catedral da Sé, na Cidade Velha. Essa procissão faz o trajeto inverso ao da grande procissão no domingo (BONNA; VASCONCELLOS, 2009, p. 52-61).

xequeré. instrumento musical de percussão, oriundo da África. Consiste de uma cabaça seca cortada em uma das extremidades e envolta por uma rede de contas. (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Xequerê>>. Acesso em: 17 fev. 2018.)

REFERÊNCIAS

ALVES, Isidoro Maria da Silva. **O Carnaval devoto:** um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

ÁVILA MARTÍN, Carmen. Las relaciones entre lengua y cultura en el ámbito lexicográfico., *In:* GÓMEZ, María Pilar Garcés (ed.). **Lexicografía Teórica y Aplicada.** Coruña: Universidade de Coruña, 2014, p. 37-48.

BONNA, Mauro Cezar Klautau; VASCONCELLOS, Elisabeth Mendonça. (Edt.). **O Livro do Círio:** Círio de Nossa Senhora de Nazaré, segundo domingo de outubro desde 1793. Belém: Floresta: Guia, 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** 11. ed. rev., atual. e il. São Paulo: Global, 2002. 768 p.

COSTA, Francisco de Assis *et al.* **O Círio de Nazaré:** Economia e Fé (Relatório Final). Belém: Universidade Federal do Pará: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA); Universidade Federal do Rio de Janeiro INSTITUTO DE ECONOMIA REDESIST s/d.

DOSSIÊ IPHAN I {CIRIO DE NAZARÉ}, Belém: Imprinta, 2006.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri *et al.* **Dicionário de Falsos Amigos Português-Espanhol.** Florianópolis: Editora Insular, v. 1, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio. O desafio metodológico do estudo da recepção a partir das mediações no contexto do popular na cultura: a berlinda do Círio de Nazaré (Belém, PA) como suporte midiático. *In*: SILVA, Gisela Grangeiro de Castro; BUDAG, Fernanda Elouise (orgs.) **Comunicação e consumo: primeiros ensaios**. São Paulo: ESPM, 2009. 491 p.

LOPES, José Rogério. **Círio de Nazaré: agenciamentos, conflitos e negociação da identidade amazônica**. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31 (1): 155 - 181, 2011.

MARTÍNEZ SOUSA, José. **Manual básico de Lexicografia**. Gijón: Editora Trea, 2009.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Outra Amazônia: os santos e o catolicismo popular**. *Norte Ciência*, vol. 2, n. 1, p. 1-26, 2011.

PANTOJA, Vanda. **Negócios sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

ROCQUE, Carlos. **História do Círio e da festa de Nazaré**. Belém: Mitograph, 1981.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

Anexos

Figura 1: Arrastão do Círio no Complexo do Ver-o-Peso



Fonte: Disponível em <<https://www.diarioonline.com.br>>. Acesso em 17 fev. 2018.

Figura 2: Brincantes do Arrastão do Círio acenando com chapéus de fitas coloridas



Fonte: Disponível em: <<https://www.mochileza.com/wp-content/uploads/2017/09/Círio-de-Nazaré-ar-rastão-.jpg>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

Recebido em: 24/05/2019
Aprovado em: 24/07/2019

CONFLITO, AVENTURA E MISTICISMO: QUE AMAZÔNIAS SÃO NARRADAS EM FILMES DE FICÇÃO?

Lívia Alencar Pacifico Tavares¹
Sandra Nazaré Dias Bastos²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como a Amazônia Brasileira é representada em um filme de ficção. Diante de uma série de títulos voltados para os mais diversos públicos, escolhemos *A Floresta de Jonathas*, lançado em 2013, filme voltado para o público infanto-juvenil que narra o romance entre Jonathas, um garoto nativo do Amazonas e Milly, garota estrangeira (ucraniana) que visita Manaus em busca de lazer e aventura. Para análise dos enunciados, tomamos os filmes como dispositivos pedagógicos que fazem circular representações que são capazes de produzir efeitos sociais que se traduzem em regime de verdade que nos ensinam formas de ver e dizer a Amazônia, bem como as pessoas que lá habitam. Buscamos em Michel Foucault os conceitos de discurso, poder, enunciado, dispersão e subjetivação para embasar nossas análises. Foi possível observar, a partir do objeto que elegemos para este estudo, que de uma forma geral a Amazônia é representada como local inóspito e distante. Para os moradores locais é um local de aprisionamento e para os que vêm de fora, a promessa de exotismo, beleza e aventura. O enredo do filme mostra o espaço que ora é representado pelo misticismo (presente em elementos femininos como a floresta e a mãe do protagonista), ora por sua força e poder ao castigar aqueles que lá se aventuram.

Palavras-chave: Amazônias. Mídia. Representação. Pedagogias Culturais.

ABSTRACT

The present work aims to analyze how the Brazilian Amazon (BA) is represented in fiction films. Faced with a series of titles aimed at the most diverse audiences, we chose *Jonathas' Forest*, launched in 2013, a movie aimed at the children and adolescents audience that narrates the romance between Jonathas, a simple boy native to the Amazon and Milly, a foreign (Ukrainian) girl who visits Manaus in search of leisure and adventure. For analysis of the statements, we take the films as pedagogical devices that circulate representations that are capable of producing social effects that translate into a regime of truth that teach us ways to see and say the Amazon, as well as the people that live on it. We seek in Michel the concepts of discourse, power, enunciation, dispersion and subjectivation to sustain our analysis. We could observe, from the object that we have chosen for this study, that in general the Amazon is represented as an inhospitable and far place. To the local inhabitants is a place of imprisonment and for the foreigners, it is seen as a promise of mysticism, beauty and adventure. The plot of the film shows the space that is or represented by mysticism (present in female elements such as the forest and Jonatha's mother) or by its strength and power to punish those that venture there.

Keywords: Amazons. Media. Representation. Cultural Pedagogies.

¹ Mestranda em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA/UFPA. Possui graduação em Letras - Inglês pela Universidade Federal do Piauí (2007). Atualmente é professora efetiva de inglês da rede pública do Estado do Pará. Atua no ensino Fundamental e Médio na escola Maria Mirtes Sindrin Pessoa, em Capanema-PA. Tem experiência no ensino superior na área de Letras, com ênfase em Línguas Estrangeiras Modernas. E-mail: liviaaptavares@gmail.com

² Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pela Universidade Federal do Pará (1995), Mestre em Biologia Ambiental pela Universidade Federal do Pará (2002), Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pará/IEMCI (2014). Professora Adjunto Nível IV (portaria 171/2017) da Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Biológicas do Campus de Bragança. E-mail: sndbastos@gmail.com

1 NARRATIVAS FÍLMICAS: ARTEFATOS CULTURAIS E PRODUÇÃO DE SUJEITOS

Os recursos midiáticos têm-se expandido nas últimas décadas do século XXI. O avanço tecnológico de forma acelerada tem contribuído para a produção e circulação de imagens diversas, repletas de significações que muito nos dizem. Se olharmos ao nosso redor, é notório o quanto estamos expostos a uma multiplicidade de dispositivos midiáticos, entre eles os filmes, que têm o poder de reforçar e assentar representações sociais e culturais dos mais variados tipos, sejam de gênero, sexualidade, classe social, étnicos, de raça, entre outros.

Em geral, os diversos gêneros cinematográficos se propõem a reproduzir ou mesmo representar uma pretensa “realidade”, mesmo que em múltiplas formas. Entre essas realidades o espaço amazônico brasileiro se apresenta como rico arsenal cênico para compor enredos nos mais variados gêneros cinematográficos desde os infantis como *Tainá: Uma Aventura na Amazônia*³, passando por aqueles que mostram seres fantásticos e perigosos como *Anaconda*⁴ e aqueles voltados para o público adulto com cenas de ação e muita perseguição como *Segurança Nacional*⁵ ou que falam de uma terra esquecida e longínqua como no clássico *Bye, Bye Brasil*⁶ e no recente *A Floresta de Jonathas*⁷ (Figura 1).

Figura 1 – Material de Divulgação dos Filmes



Biodiversidade, natureza, exuberância e misticismo são elementos acionados, não apenas falar sobre essa região, mas também para falar dos povos que ali habitam e de sua

³ TAINÁ: Uma aventura na Amazônia. Direção: Tânia Lamarca. Rio de Janeiro: Tietê Produções Cinematográficas, 2001 (90 minutos).

⁴ ANACONDA. Direção: Luis Llosa. Estados Unidos/Brasil: Columbia Pictures, 1997 (89 minutos).

⁵ SEGURANÇA NACIONAL. Direção: Roberto Carminatí. Brasil: Europa Filmes, 2010 (120 minutos).

⁶ BYE, BYE, BRASIL. Direção: Cacá Diegues. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1979 (105 minutos).

⁷ A FLORESTA de Jonathas. Direção: Sérgio Andrade. DVD (99min). Brasil, 2014.

cultura. Problemas como desmatamento, extração ilegal de minérios, narcotráfico e biopirataria também são elementos acionados para contar a região. Não raramente ao olharmos para essa vasta produção nos “encontramos” com uma Amazônia exótica e distante, que eventualmente aciona o turismo como possibilidade de acesso para um mundo de aventuras e encantos. De qualquer forma, um mundo inóspito, esquecido, distante e cheio de conflitos.

Diante disso, nossa proposta é tomar o cinema como uma produção que não apenas inventa histórias, mas que na complexidade da produção de sentidos que envolve, tem a capacidade de criar, substituir, limitar, incluir e excluir “realidades” (FABRIS, 2008). Nesse caminho, os filmes podem ser apontados como dispositivos midiáticos influenciadores, poderosos e responsáveis por criar representações que se materializam em uma forma unificada/homogeneizada não apenas de ver, mas também de dizer a Amazônia.

É inegável a importância dos filmes, como manifestação artística e também não se pode negar a importância que assumem como recurso didático nos mais variados campos do conhecimento. Na escola, por exemplo, podem ser utilizados para fixação de conteúdos ou, ainda, para discutir temas que teriam maior adesão dos alunos por meio da discussão de uma trama que se desenrola na tela.

Tomando as teorias pós-críticas em Estudos Culturais como base de análise é possível trabalhar a análise dos discursos veiculados pelo cinema para discutir e problematizar certos enunciados que garantem a manutenção, emergência ou a reafirmação de determinadas discursividades que materializam modos de existência, associados de forma inseparável, a modos de enunciação, práticas de linguagem e de celebração de certas verdades tornadas hegemônicas (SALES e BASTOS, 2018).

Como afirma Paraíso (2014) existem pedagogias, modos de ensinar e aprender, em diferentes artefatos culturais que circulam na nossa sociedade. Nesse trabalho procuramos problematizar as representações culturais e sociais que envolvem o espaço amazônico em produções fílmicas, pois entendemos que os filmes funcionam como dispositivos eficazes para fixação de identidades culturais que muitas vezes podem reforçar estereótipos e preconceitos.

Olhar os filmes dessa forma, implica assumir que pedagogia assume uma perspectiva mais ampla e a educação não está restrita aos espaços escolares. Como afirmam Andrade e Costa (2017) as pedagogias culturais em nossa sociedade visam garantir que a aprendizagem seja contínua, não se restringindo ao tempo e ao espaço da escola, permanecendo atuantes em muitos lugares ao longo da vida. Sendo assim, as produções cinematográficas, entre tantos

outros artefatos de nossa cultura, são capazes de produzir formas de pensar e estão repletas de representações que produzem os sujeitos. Dessa maneira, pode-se afirmar que os filmes atuam efetivamente como um meio poderoso de se ensinar e aprender na/pela mídia.

Nessa perspectiva, cinema, documentários, shoppings, museus, brinquedos e a mídia em geral podem ser compreendidos como instâncias educativas, locais de informação e entretenimento, onde circulam também concepções de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social, entre outras. Tais artefatos são produtores e veiculadores de representações que sugerem determinados comportamentos e identidades sociais, e que, de algum modo, acabam por regular nossas vidas (RAEL, 2013).

Na tentativa de problematizar a “realidade” amazônica apresentada nos filmes, não podemos desvincular essa construção do poder dos discursos materializados pelo/no texto fílmico. Essa pesquisa vem então utilizar estratégias de descrição e análise nas quais se entende que os discursos produzem sujeitos, significados e práticas. Notoriamente, há nos filmes uma trama que se desenrola através da linguagem, rica em discursos que muitas vezes aparecem como inquestionáveis, pois capturam o público e o faz acreditar no que está sendo dito ou mostrado como verdade única/legítima.

O presente trabalho tem por objetivo analisar como a Amazônia aparece representada em um filme de ficção. Para isso, buscamos em Balestrin e Soares (2014), as orientações a respeito dos procedimentos de análise, tais como: um período de contato mais longo com o filme, uma observação mais sistemática das cenas e anotações de pontos/falas considerados/as interessantes para serem abordados/as. Buscamos com isso mapear como a Amazônia e seus moradores são ditos e dados a conhecer ao público, a partir das seguintes perguntas norteadoras: Com quais características Amazônia é representada? Como os nativos dessa região são dados a conhecer? E aqueles que vem de fora? Que olhar o estrangeiro lança sobre essa região?

Buscamos em Foucault (1979; 1999; 2010) apontamentos teóricos concernentes aos conceitos de discurso, poder, enunciado, dispersão e subjetivação para embasar nossa discussão. O filme analisado foi A Floresta de Jonathas, escolhido entre vasta produção que usa a Amazônia como cenário, por ser um filme que mostra como enredo principal o dia a dia de uma família que mora no entorno da floresta Amazônica e de lá tira os elementos para sua subsistência.

2 A FLORESTA DE JONATHAS E A AMAZÔNIA QUE SE CONTA NA FICÇÃO

A Floresta de Jonathas⁸ é uma produção cinematográfica brasileira voltada para o público infanto-juvenil, dirigida por Sérgio Andrade, o filme lançado em 2013, narra a história de Jonathas (Begê Muniz) que vive em uma zona rural da Amazônia Oriental Brasileira e vende frutas típicas da região à beira da estrada. Certo dia, ele vai para um acampamento na selva com seu irmão Juliano (Ítalo Castro), uma jovem ucraniana Milly (Vikitoria Vinyarska) e um amigo indígena Kedassere (Alex Lima). A experiência dos jovens desdobra-se com Jonathas, o protagonista, em um encontro marcado pelo conflito e pelos mistérios da natureza.

Baseado livremente em uma história real o filme tem pretensão de “desmistificar a maneira como a Floresta Amazônica e o povo do Norte são retratados por cineastas dentro e fora do Brasil⁹”. Nesse caminho, logo nas primeiras cenas podemos observar onde Jonathas mora com sua família: uma propriedade rural, margeada por uma estrada.

A ausência de cores vibrantes e o ritmo monótono das falas iniciais mostra uma trama de vidas comuns que parecem perdidas e aprisionadas em um lugar distante. Ali o tempo é outro e parece não acompanhar a velocidade dos carros que passam, sem parar, pela pequena barraca que expõe os produtos coletados na floresta pelo pai do adolescente e comercializados pelos irmãos Jonathas e Juliano. Nesse ritmo, os espectadores podem acompanhar aquelas vidas, repetindo cotidianamente as mesmas atividades, aprisionadas em um marasmo incessante.

Foucault (1979) nos ensina que é no corpo que as marcas de uma pretensa identidade se mostram e são dadas a perceber. Para o autor, o corpo é a superfície de inscrição dos acontecimentos e por isso exhibe as marcas de sua história. No enredo são os pais de Jonathas que aparecem como os “típicos nativos amazônidas”. Nos seus corpos os gestos, modos de pensar, falar e agir parecem traduzir em ações o que se espera de uma típica identidade amazônida. Mas, quais são os traços que marcam os corpos desses sujeitos?

Homem truculento e de poucas palavras, o pai é responsável por extrair da floresta os frutos que serão comercializados. O trabalho é duro e envolve carregar cestos pesados. Ao filho que o acompanha nesse trabalho cabe apenas aprender o ofício, observando com atenção o que o futuro lhe reserva. O pai é o indivíduo que conhece e domina a floresta, suas

⁸ Sinopse do filme disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/brasil-nas-telas/floresta-de-jonathas>

⁹ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-floresta-de-jonathas-mostra-cinema-vindo-do-amazonas/a-17480317>.

particularidades, animais e plantas e é o responsável por repassar o conhecimento adquirido ao longo da vida aos filhos que, ao contrário, não compartilham do mesmo desejo. A autoridade que representa nunca é desafiada, seja pela mulher (que sempre observa calada) ou pelo filho menor. É Juliano quem o enfrenta. Ao entrar e sair de casa sem dar satisfações de sua vida para ninguém e abandonar o serviço diário para se divertir com os jovens de sua idade, Juliano mostra que está no mesmo patamar que o chefe da casa. Após violento confronto, no qual coloca à prova a autoridade e a vida “decente” do pai de família, é expulso de casa. Em um arroubo de fúria, o pai desconta nas árvores a raiva que sente do filho e quem sabe a frustração de não poder fazer com ele o que faz com as plantas (uma vigorosa surra).

À mãe cabe o papel de apaziguadora, aquela que zela pelos filhos e que defende que a rebeldia do mais velho pode ser debelada quando ele achar uma “moça boa e direita” para casar. Se ao pai cabe retirar da floresta o sustento, a ela cabe uma aproximação mais sutil e “amigável” da natureza. Ela beneficia os frutos que serão vendidos e parece ser a conhecedora dos encantamentos que podem aproximar pai e filho. Em uma das cenas, a mulher aparece solitária. Ao fundo ouve-se somente os sons da floresta. Em silêncio, ela une as duas metades de um abacate, em cujo interior estão as fotos de pai e filho. Nessa “amarração” feita com uma fita vermelha, ela espera além de promover a união entre os dois estabelecer a paz que falta na família. Sem querer, é ela quem desperta em Jonathas o desejo de buscar na mata o fruto raro que garantirá ao menino o amor estrangeiro de Milly.

Desejoso de parecer corajoso e conhecedor dos mistérios e encantos daquele local que atraiu o olhar estrangeiro de Milly, ele parte em busca do fruto que “só nasce em lugar distante”, o fruto tão raro e proibido aos humanos que “só onça e esses bichos comem”. Ao buscar o fruto, talvez ele espere aproximar ainda mais a garota de seu mundo, uma vez que “comer maracujá do mato faz a mulher ficar mais corajosa”. Quem sabe não seja essa coragem que falte a ela para ficar naquele local definitivamente. Se a ele falta a coragem de sair, a ela pode ser dada a coragem de ficar.

Jonathas e seu irmão apesar do comportamento típico de garotos do interior (costumam dormir na rede, vão à escola de ônibus escolar até a cidade, ouvem música, tocam violão, banham de rio, etc.) afastam-se da idealização de vida criada para o nativo dessa região, já que eles não se sentem pertencentes à floresta. O acesso à “modernidade”, as músicas agitadas que ouvem no rádio, os passos de dança que ensaiam na estrada, os óculos escuros, as palavras que arriscam em outra língua os colocam em um ritmo mais acelerado e em descompasso com a vida desejada para eles.

Logo no início do filme, Jonathas demonstra toda a dificuldade que sente pelo desconhecimento das especificidades do lugar. Nas cenas em que acompanha o pai na floresta para coletar os frutos, ele tropeça, se machuca nas árvores que têm espinhos e não apresenta qualquer habilidade de caça. Perdido na floresta, ele tenta acionar o aparelho celular para pedir ajuda e se localizar, e se mostra totalmente inábil para conseguir comida. Ele desconhece e não domina as peculiaridades da floresta. Apesar desse universo lhe ser familiar, ele não apresenta habilidades básicas para garantir sua sobrevivência nesse ambiente que longe do pai, lhe é totalmente inóspito, perigoso, selvagem e ameaçador.

Ao falar sobre o filme o diretor Sérgio Andrade¹⁰ diz que “[...] embora trate-se [sic] de uma saga individual, *A Floresta de Jonathas* é uma metáfora sobre universalidade e regionalidade. O drama de Jonathas é existencialista, questiona o pertencimento a algum lugar ou a algum círculo social”.

Quando Jonathas se perde na floresta, podemos interpretar essa passagem como uma experiência do protagonista de tentar encontrar seu lugar no mundo. No entanto, vemos que ele não se enquadra em nenhum lugar... nem na vida que foi lhe projetada pelos pais e nem na vida que do irmão que tenta imitar. Em um mundo que cobra posicionamentos, Jonathas não é nativo e nem estrangeiro, e o meio termo parece lhe custar a vida.

Juliano encanta-se com a maneira de vida dos estrangeiros que buscam no lugar onde ele mora novidades e aventuras e ao fazerem isso, apresentam-lhe outras perspectivas de vida. Uma vida que é fantasiada pelo acesso a outros mundos e culturas que estão muito distantes da longínqua, desinteressante, atrasada e inóspita Amazônia. Na trama, é notório que a família de Jonathas representa a condição e os modos de vida dos habitantes desse lugar, que sobrevivem do extrativismo animal e vegetal da floresta. Tal representação não é novidade e se assenta aos nossos olhos sem qualquer desconforto. A vida marcada pela repetitividade das tarefas diárias, não tem episódios de interferência no cotidiano monótono. Nem mesmo o contato com os turistas estrangeiros parece ser novidade, uma vez que eles aparecem em um vai e vem constante, sempre em busca de diversão e aventura naquele local que para eles é exótico, místico e desconhecido.

O retrato da família que representa tantas outras esquecidas e marginalizadas em relação ao restante do país, conforma essa região como aquela em que seus habitantes estão entregues à própria sorte em uma luta diária para garantir seu próprio sustento e sobrevivência, esquecidos pelo poder público que só se lembra daquela região no período

¹⁰ ANDRADE, Sérgio. *A floresta de Jonathas*. Disponível em: <https://riotaruma.wixsite.com/film/a-floresta-de-jonathas>. Acesso em: 25 de março de 2019.

eleitoral. Se para Milly a Amazônia longínqua é uma opção de aventura, para os moradores dali é um claustrofóbico confinamento.

Jonathas paga um preço alto por não se adequar a esse lugar. A relação de certa forma harmoniosa com a natureza que garante a sobrevivência de sua família no início do filme é rompida quando ele ousa ir além do que deveria. O lugar onde é encontrada a fruta que deseja parece não ser lugar para os homens. Muito menos para aqueles que se recusaram deliberadamente a conhecer os segredos da floresta. Antes generosa e farta, a mata se mostra agora inóspita, estéril e seca, castigando duramente Jonathas. A mão que alimenta é a mesma que pune. A natureza que dá a vida também é capaz de tirá-la, vingando-se daqueles que se arriscam a entrar em sua intimidade sem conhecer seus perigos.

3 PODER, DISCURSOS E EFEITOS DE VERDADE

As discussões em torno das produções fílmicas e os efeitos causados nos indivíduos devem ser discutidos em diversos campos do saber, em especial na educação. Sabe-se que através das imagens associadas aos discursos, os dispositivos midiáticos “modelam” e instituem sujeitos.

Kellner (2011, p. 108) reforça o poder da mídia de ensinar aos indivíduos “[...] o que eles precisam e devem desejar, pensar e fazer para serem felizes, bem-sucedidos”. Além disso, há na verdade o ensinamento de valores, visões de mundo, comportamentos que são aceitos enquanto outros não. Logo, a disseminação dos discursos pelos recursos midiáticos age sobre os indivíduos, que conseqüentemente são afetados, molda o pensamento e as formas de agir. Entendemos, então, que os recursos midiáticos são de fato, não somente informativos, mas, também, formativos.

Os filmes são capazes de mudar ou influenciar o espectador que, através de suas experiências de vida, pode ver-se representado no que assiste. Ellsworth (2001) nos explica que as produções cinematográficas capturam um determinado público porque são endereçadas a ele. Nas palavras da autora, o modo de endereçamento de um filme tem a ver:

com a necessidade de endereçar qualquer comunicação, texto ou ação “para” alguém. E, considerando-se os interesses comerciais dos produtores de filme, tem a ver com o desejo de controlar, tanto quanto possível, como e a partir de onde o espectador ou a espectadora lê o filme. Tem a ver com atrair o espectador ou a espectadora a uma posição particular de conhecimento para com o texto, uma posição de coerência, a partir da qual o filme funciona, adquire sentido, dá prazer, agrada dramática e esteticamente [...] (ELLSWORTH, 2001, p. 24).

Giroux (2011, p. 151) afirma que “[...] no contexto dessas culturas públicas, as pessoas se identificam e, ao mesmo tempo, se perdem de forma diferente, em representações que lhes trazem a promessa da esperança ou, mais provavelmente, a ilusão da satisfação”. Aprender a “[...] ler as imagens criticamente implica aprender como apreciar, decodificar e interpretar as imagens, analisando tanto a forma como elas são construídas e operam em nossas vidas quanto ao conteúdo que elas comunicam em situações concretas.” (KELLNER, 2011, p. 106).

As concepções de Foucault (1979; 1999) são de grande importância para entendermos as relações de poder e os efeitos de verdade que resultam de práticas discursivas produzidas nas relações humanas. Para o autor, os discursos consolidam práticas sociais e influenciam modos de subjetivação nos sujeitos. Na verdade, Foucault não estava preocupado em uma análise dos discursos em si, mas sim com as regras que consolidam alguns discursos enquanto legítimos em detrimento de outros (Foucault, 2010). Para este autor o indivíduo é constituído como efeito das relações de poder por meio de discursos de verdade que são relacionados a determinados saberes.

Ao analisarmos essas produções cinematográficas, notamos que toda produção textual é feita e pensada para alguém. Ellsworth (2001, p. 15) diz que os modos de endereçamento dos filmes fazem com que o espectador, ao assistir uma determinada produção, busque representações que condizem com sua própria experiência de vida, sendo assim, é por meio dos endereçamentos que ocorrem as estratégias de captura e manipulação dos indivíduos. Dessa maneira, os filmes fazem com que os indivíduos se projetem em uma análise da própria vida através de modos de subjetivação outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário* nos faz refletir sobre a relação entre o homem e a natureza, “[...] ora a natureza impõe-se ao homem, ora é o homem que a ela se impõe” (LOUREIRO, 2015, p. 31). O homem a quem o autor refere-se é o caboclo amazônida, um ser que ao longo do tempo constituiu uma identidade que se apresenta como própria e que envolve uma visão singular do mundo, um sujeito que desenvolveu habilidades peculiares de lidar com a natureza. Nesse contexto, há ainda os elementos que são tão marcantes e característicos do mundo amazônico, dentre eles: os peixes, a mata, os rios, as lendas, os quais contribuem para a produção de mitos ou invenções que atravessam os indivíduos por meio de discursos materializados nas produções artísticas, que tentam revelar encantos, especificidades e mistérios desse lugar. É preciso ressaltar que “[...] o que se inventa

existe, pode ser muito real; mesmo porque muitos tomam a invenção como referência, vivência, possibilidade e realidade”, como afirma Loureiro (2015, p. 26).

O filme, *A Floresta de Jonathas* aciona esses mesmos elementos para contar a vida amazônica. Problematizar essa identidade que pretensamente se impõe como regra nos mais variados e diversos artefatos culturais, nos ajuda a romper com essa representação estereotipada e romantizada da região. Se as identidades são produtos da cultura e não elementos essenciais de um “eu” universal, as produções midiáticas que trazem sempre os mesmos enredos acabam por reforçar uma visão estereotipada desse universo, confinando a posições fixas, pessoas e lugares, reforçando e fortalecendo padrões, normas e valores que devem ser seguidos por todos.

Nossa intenção, portanto, resiste em querer atribuir a essa região e aos que nela habitam qualquer rótulo que os unifique em um eixo central, natural e universal. Como amazônicas sabemos que muitas Amazônias e amazônicas são possíveis. Desconfiar e desnaturalizar esses modelos que apagam todos os rastros de pluralidade e de diferenças regionais nos ajuda a pensar e contar outras narrativas que possam dar conta das tantas Amazônias possíveis, para além da natureza selvagem e da vida cíclica e monótona de um “caboclo resignado”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Deporte; COSTA, Marisa Vorraber. Nos rastros do conceito de Pedagogias Culturais: Invenção, disseminação e usos. **Educação em Revista** (Belo Horizonte) n.33, 2017.

BALESTRIN, Patrícia Abel; SOARES, Rosângela. “Etnografia na tela”: uma aposta metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Mar Lucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org./Trad.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FABRIS, Elí Henn. **Cinema e Educação: um caminho metodológico**. Educação & Realidade. 33(1): 117-134. jan/jun. 2008

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIROUX, Henri A. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo Disney. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. *In*: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KINDEL, Eunice Aita Isaia. A natureza no desenho animado ensinando sobre homem, mulher, raça, etnia e outras coisas mais... *In*: WORTMANN, Maria Lucia *et al.* **Ensaio em estudos culturais, educação e ciência**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Manaus: Valer, 2015.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria política. *In*: LOURO, Gaucira Lopes, FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

RAEL, Claudia Cordeiro. Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. *In*: LOURO, Gaucira Lopes, FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SALES, Ailson Nunes; BASTOS Sandra Nazaré Dias. Cinema na escola: roteiros para discutir gênero, sexualidade, etnia e muitas outras coisas... **Anais [recurso eletrônico] / VII Encontro Nacional de Biologia / I Encontro Regional de Ensino de Biologia - Norte**, 03, 04, 05, 06 setembro – Belém: IEMCI, UFPA, 2018.

WOODWARD, Kathyryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** – 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Recebido em: 02/07/2019
Aprovado em: 06/08/2019

A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto¹
Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes²

RESUMO

O presente trabalho focaliza numa experiência de inclusão de aluno surdo em escola regular de ensino, sendo que o deficiente auditivo possui privação auditiva e como consequência disso o processo de aquisição e desenvolvimento de fala e linguagem oral sofre atraso. Dentro desse contexto a linguagem é elemento crucial no desenvolvimento linguístico-cognitivo do sujeito e dessa forma torna-se de grande relevância no processo de aprendizagem. Em sujeitos ouvintes a aprendizagem da linguagem escrita se dá através da linguagem oral, no entanto, no sujeito com deficiência auditiva, esse processo sofre um significativo atraso tanto na leitura como na escrita, já que ambas são produções consideradas abstratas para estes. O presente estudo possui como objetivo divulgar através da literatura infantil possibilidades de facilitar o desenvolvimento de interpretação e compreensão de textos pelos sujeitos que possuem deficiência auditiva. A metodologia do presente estudo foi desenvolvida tendo como orientação a tendência bilíngue, com seis deficientes auditivos, com idades entre 7 a 12 anos, todos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Lage da Silva. O percurso metodológico foi construído em três etapas: leitura de texto usando a Língua Brasileira de Sinais, dramatização e por fim produção textual. Como apreciação avaliativa da dinâmica os respectivos sujeitos melhoram a compreensão e interpretação de texto consideravelmente, ainda que com dificuldades gramaticais e sintáticas.

Palavras-Chave: Literatura infantil. Diversidade. Educação inclusiva. Ensino regular.

ABSTRACT

This paper focuses on an experience of inclusion of deaf students in a regular school, with the impaired hearing deprivation and as a consequence the process of acquisition and development of speech and oral language is delayed. Within this context, language is a crucial element in the subject's linguistic-cognitive development and thus becomes of great relevance in the learning process. In hearing subjects the learning of written language occurs through oral language, however, in the impaired hearing subject, this process suffers a significant delay in both reading and writing, since both are considered abstract productions for them. This study aims to publish through children's literature, possibilities to facilitate the development of interpretation and understanding of texts by subjects who have hearing impairment. The methodology of the present study was developed based on bilingual tendency, with 6 (six) impaired hearing ones, aged 7 to 12 years old, all students of Gabriel Lage da Silva Municipal Elementary School. The methodological course was built in three stages: text reading using Brazilian Sign Language (Libras), role playing and finally textual production. As an evaluative appreciation of the dynamics the respective subjects improve the comprehension and interpretation of text considerably, even with grammatical and syntactic difficulties.

Keywords: Children's Literature. Diversity. Inclusive Education. Regular Education.

1 CONCEITUANDO A SURDEZ

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura na Universidade da Amazônia – PPGCLC/UNAMA. Email: carlageorgia24@yahoo.com.br

² Doutora em História e Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura na Universidade da Amazônia – PPGCLC/UNAMA. Email: marcianunes2011@gmail.com

A literatura internacional aponta diferenças nos âmbitos da audiologia entre os termos deficiente auditivo e surdo. No Brasil essa distinção não ocorre, evidencia-se, que os usos dessas terminologias são definidos pelos conceitos advindos da posição filosófica que se possui sobre a surdez. A luz do modelo médico e de uma abordagem oralista, o sujeito portador de uma perda de audição, comumente é denominado de “deficiente auditivo”. Segundo Skliar (1998), árduo defensor do bilinguismo, a surdez é estabelecida a partir de quatro níveis diferentes a saber: como diferença política, como experiência visual, como caracterização de múltiplas identidades e como deficiência. Neste caso, como deficiência, Skliar (1998) fala das estratégias pedagógicas e o discurso da educação bilíngue conservam-se na área da educação especial, mantendo o sujeito surdo como excepcional, não distinguindo a educação especial da educação de surdos.

Neste artigo, iremos reputar o surdo como o sujeito que possui uma perda de audição, apartado de qualquer definição da audiologia. Neste sentido, discutiremos a partir de pessoas que detêm valores e condições sócio-educacionais distintas dos ouvintes. É importante ressaltar também que, a marca não habita na terminologia, mas no modo como o surdo é nomeado, como ele é tratado, na instituição escolar, no contato com o mundo ouvinte e os diversos obstáculos que este precisa ultrapassar para tentar garantir os seus direitos e deveres de cidadão dentro de uma sociedade. Além disso, a comunidade surda adulta brasileira tem se posicionado contra o termo “deficiente auditivo”, pela implicação de “incapacidade”, deliberou-se, em consideração a eles, empregar a nomenclatura surdo a sujeitos que são portadores de uma perda de audição.

Quando falamos de linguagem assumimos postura sociointeracionista. Através da relação adulto/criança ou ainda criança/criança, o sujeito responde, constrói e sistematiza seu conhecimento. Ao difundir seus conhecimentos para crianças, o adulto acaba por envolver-se no processo de cognição e oportuniza o desenvolvimento linguístico da mesma. No contexto de diálogo com o outro, a linguagem é estruturada em conjunto, e, por intercessão de alguns processos dialógicos, a criança converte-se em um ser na linguagem. E a ausência de qualquer modalidade de linguagem prejudica de modo relevante no desenvolvimento do indivíduo, sendo capaz e acarretar modificações comportamentais com sequelas sérias em relação à formação de identidade do surdo.

Na criança ouvinte, a conquista da linguagem oral ocorre de maneira espontânea em circunstância contextualizada e motivadora. Desde o nascimento, a criança elabora sons através do choro e de vocalizações. O adulto responde a essas projeções e a criança satisfaz o

desejo em obter respostas sonoras do mundo e pessoas que a cercam. Desta forma, a criança ouvinte, por meio do controle auditivo, inicia o processo de compreensão dos sons que são usados para se comunicar. Todavia, na criança surda as emissões sonoras assumem forma reflexa, não produzindo significado comunicativo às vocalizações, tendo como resultado a diminuição das mesmas.

2 O UNIVERSO LITERÁRIO DIALOGANDO COM A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Refletindo acerca da Educação inclusiva entendemos que existem dois princípios básicos para se considerar com relação às demandas relacionadas ao acesso e à permanência com sucesso de discentes surdos. Salientamos que tais princípios estão registrados nas leis do país, especialmente na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009^a), que apresentou um novo paradigma para a educação no Brasil.

Precisamos entender que a universalização e a democratização nas escolas necessitam urgentemente ser analisadas dentro de um contexto real, sem protecionismo, nem atitudes paternalistas, no entanto, respeitando as diferenças e as diversidades. Dentro desse contexto, não estamos falando de simplificar os caminhos de acesso à educação, à saúde e à moradia, estamos aqui insistindo em algo de grande significado para o discente surdo, estamos falando em oferecer condições de igualdade. Neste sentido, entendemos que acreditar na capacidade e na aptidão em aprender e produzir conhecimentos, de sujeitos com formas diferentes de se inter-relacionar com o mundo e com a erudição; é constatar, explicitamente, a essência do princípio da universalização.

Disponibilizar possibilidades de igualdade é assunto hermético, todavia, precisamos ponderar sobre a ampliação das garantias legais e reais de acesso das pessoas surdas à escola regular, de forma honesta, respeitável e democrática. Também, se faz necessário, ultrapassar o grande abismo gerado historicamente no suposto coletivo da sociedade em geral e, de modo preciso, no âmbito acadêmico, o qual compreende significativas inquietações e relutância à inclusão dessas pessoas nesse ambiente restrito a um grupo privilegiado do país. Na tessitura dessa narrativa, entendemos que as universidades detêm um papel importante na conquista da reedificação desse imaginário, numa interpretação mais crítica e fundamentada em outras convicções como o da democratização das oportunidades e possibilidades de vencer as dificuldades. Acreditamos, no sujeito pleno de talentos e repleto de possibilidades para rescindir com as limitações e vencer esse paradigma fatídico e excludente.

Neste cenário, destacamos a importância do professor do Ensino Fundamental ler histórias aos seus alunos. Ademais, a leitura de histórias configura-se em um dos elementos fundamentais para o início do letramento das crianças, instituindo-se em um dos objetivos para toda a Educação Infantil. Sendo assim, o trabalho com leitura e interpretação de histórias favorece o desenvolvimento cognitivo e biopsicossocial, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem, já que os discentes surdos podem sentir e vivenciar os conteúdos atitudinais debatendo/reconhecendo as regras do mundo dos adultos, conhecendo para depois comportar-se adequadamente às determinações sociais cotidianas de cada grupo em que eles se firmam.

Notemos que a contação de história representa um momento significativo e de relevante contribuição no desenvolvimento, inclusive do discente surdo. Os discentes surdos ampliam seus conhecimentos por meio da leitura e experiência visual, todavia, sozinhos o caminho para se formar leitores se torna difícil. Por serem leitores visuais, precisam de imagens, de textos e do livro para que consigam fortalecer sua competência visual e de leitura. Os discentes surdos necessitam descobrir sentidos que transcendam a essência da leitura escolar e, preferencialmente, deve trazer do lar um convívio afetivo com os livros, formado com a família por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Assim sendo, levanta-se um questionamento instigante: se a contação de história é determinante para o desenvolvimento cognitivo e emocional de todo discente, assim como oportunizar vivências de contação de histórias para o discente surdo?

Diante dessa perspectiva, consolidou-se como objetivo nosso divulgar material didático para alunos surdos em processo de alfabetização. Através do livro “Os copiratas” o qual é traduzido para Libras, iniciamos nosso projeto de inclusão permeado pelo paradigma do século XXI que fomenta a concepção de inclusão de todos os sujeitos nos diferentes grupos sociais, e a instituição escolar representa um dos pilares de erradicação de barreiras convertendo-se em fundamento primordial (MENDES, 2006). É importante enfatizarmos que entre os pilares de acessibilidade, a comunicação destaca-se como sendo um dos mais significativos no processo educacional do discente surdo. Martins e Giroto (2011), chamam a nossa atenção para:

Infelizmente, grande parte dos alunos surdos, frequentadores de classe inclusiva, no ensino regular, não tem acesso aos conhecimentos valorizados culturalmente pela escola, pelo fato de não terem se apropriado de um sistema linguístico, seja este auditivo-verbal ou gesto-visual, no caso de uma língua de sinais (MARTINS e GIROTO, 2011, p. 3)

Salles, Faustich e Carvalho (2004) justificam o fracasso escolar dos discentes surdos em decorrência de uma gama de fatores que possui em comum a condição de ser obrigado a ultrapassar a deficiência sendo desagradável adquirir as mesmas habilidades dos discentes ouvintes. Somado a isso, Dorziat (1999), destaca o fato de os discentes surdos serem tardiamente instruídos a utilizar a Libras para se comunicarem, pois frequentemente, nascem em uma família de ouvintes, os quais não possuem o conhecimento da língua de sinais e, ao receber o diagnóstico da surdez, por vezes até suspendem o ato de conversar com a criança, o que a prejudica ainda mais, já que a conversa estimula a leitura labial e também reforça laços afetivos familiares. Neste sentido, os autores Bandini, Oliveira e Souza (2006), chamam atenção para o fato de:

[...] pode-se verificar que o uso de uma língua, mesmo que na modalidade viso-espacial, confere ao indivíduo o acesso a todos os recursos que a linguagem pode proporcionar, isto é, a organização do pensamento, a capacidade de lidar com coisas e fatos mesmo à distância, a habilidade de abstrair e manusear símbolos e finalmente de se comunicar com outras pessoas, estabelecendo uma vida social e política sem restrições. (BANDINI, OLIVEIRA e SOUZA, 2006, p. 52).

Por consequência, decidimos utilizar material didático traduzido em Libras não apenas por ser mais compreensível ao discente que possui o entendimento dessa língua, mas também para ajudar àqueles que estão desenvolvendo a mesma. Sendo assim, é necessário elucidar que há três tendências na educação do surdo: educação oral, comunicação total e utilização das línguas nacionais de sinais (DORZIAT, 1999; PEREIRA, 2005; BANDINI, OLIVEIRA e SOUZA, 2006). Para melhor entendimento, Martins e Giroto (2011) esclarecem as concepções centrais de cada uma dessas habilidades teórico- filosóficas:

O Oralismo que defende o uso exclusivo da língua oral na interação surdos/ouvintes, enfatiza a importância do uso de habilidades auditivas como pré-requisitos para o desenvolvimento da linguagem, pois seus precursores propõem um trabalho intensivo de estimulação auditiva, o qual deve iniciar-se o mais cedo possível na vida da criança surda (MARTINS e GIROTO, 2006, p. 8-9).

A abordagem da Comunicação Total, que apresenta como proposta a valorização dos mais variados recursos que podem facilitar o acesso do surdo à linguagem oral e escrita, propõe práticas bimodais/simultâneas, das quais fazem parte sinais e fala, possibilitando ao surdo o acesso mais fácil às modalidades oral e escrita da língua majoritária (MARTINS e GIROTO, 2006, p. 8-9).

[...] a filosofia de educação bilíngue tem proposto o acesso da criança a duas línguas: a de sinais e a oficial do país, neste caso na modalidade escrita. Contrária à filosofia da Comunicação Total, nesta visão, ambas as línguas não podem ser usadas simultaneamente pelo fato de possuírem estruturas diferentes. Seus proponentes concebem os sinais como a “língua natural” dos surdos, sendo que estes são considerados como pertencentes, na maioria dos casos, a uma comunidade distinta daquela a que pertencem os ouvintes (MARTINS e GIROTO, 2006, p. 8-9).

Não iremos nos deter em discutir as vantagens e desvantagens dessas tendências. Não obstante, devemos lembrar que a língua de sinais é reconhecidamente a língua materna do discente surdo. E foi justamente pensando na importância do acesso a materiais didáticos traduzidos para língua de sinais, que buscamos compreender que acessibilidade não deve ser concebida apenas em uma perspectiva. Segundo Sasaki (2005, p. 22-23), há seis dimensões de acessibilidade saber: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal:

Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual, etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braile textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital). Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar-se, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho, etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.) (SASSAKI, 2005, p. 22-23).

Podemos afirmar que é um equívoco pensar que a pessoa surda não se comunica ou mesmo não possui uma língua, uma vez que a comunidade surda possui seu modo particular de se comunicar:

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais, ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema de surdo ou como uma patologia da linguagem (QUADROS e KARNOPP, 2004, p. 30).

Todavia, como sublinham Torres, Mazzoni e Melo (2007), não são todos os discentes surdos que conseguiram ter acesso a Libras e tiveram a possibilidade de aprendê-la; por vezes, somente quando adentram a escola apreenderão. Portanto, a educação do discente surdo deve ser consolidada como bilíngue, ou seja, em Libras, sua língua materna, e em Língua Portuguesa, a língua da sociedade em que esse discente está incorporado. Salles, Faustich e Carvalho (2004) alertam para:

Recomenda-se que a educação dos surdos seja efetivada em língua de sinais, independentemente dos espaços em que o processo se desenvolva. Assim, paralelamente às disciplinas curriculares, faz-se necessário o ensino de língua portuguesa como segunda língua, com a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades do surdo. Nesse processo, cabe ainda considerar que os surdos se inserem na cultura nacional, o que implica que o ensino

da língua portuguesa deve considerar temas que contribuem para a afirmação e ampliação das referências culturais que os identificam como cidadãos brasileiros (SALLES, FAUSTICH e CARVALHO, 2004, p. 47).

O Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), frisa que a língua portuguesa é a segunda língua do discente surdo e que a transmissão de conhecimentos dessa modalidade escrita, na qualidade de segunda língua, deve ser integrada como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Salles, Faustich e Carvalho (2004), destacam que:

O letramento é, portanto, condição e ponto de partida na aquisição da língua oral pelo surdo, o que remete ao processo psicolinguístico da alfabetização e à explicitação e construção das referências culturais da comunidade letrada. Essa tarefa é, porém, menos árdua se a modalidade escrita da língua oral é adquirida como L2, sendo a língua de sinais adquirida como L1, cabendo desenvolver estratégias de ensino que levam em consideração a situação psicossocial do surdo, em particular sua condição multicultural (SALLES, FAUSTICH e CARVALHO, 2004, p. 77-78).

Nesta condição, evidencia-se a importância da Libras no sentido do discente surdo conecte-se à cultura escolar. E assim, esse discente possa alicerçar-se como sujeito, conforme os teóricos. Vigotski (1997) e Alves (2003), afirmam que é imprescindível que o discente surdo tenha acesso à comunicação empregada pela sociedade em que está introduzido.

3 SALA DE LEITURA: LUGAR DE INCLUSÃO

A audição desempenha papel primordial no processo de desenvolvimento da linguagem, por conseguinte, o discente surdo possui atraso de aquisição e desenvolvimento de fala e linguagem oral. Quanto maior o grau de perda auditiva, maiores poderão ser os prejuízos para a aquisição da linguagem oral e do processo de aprendizagem. Importante avaliar dentro de um contexto maior o grau de perda auditiva, a idade que foi feito o diagnóstico e analisar o contexto familiar e social em que o sujeito está incluído e como se sucede o seu processo educacional.

É importante ressaltar, que há maior dificuldade para o discente surdo tomar posse da linguagem escrita. Desta forma, enfatiza Buffa (2002), que sujeitos surdos possuem maior defasagem linguística no contexto da Língua Portuguesa (escrita), em razão de sua perda auditiva, interferindo em todos os níveis: fonológico, semântico, morfossintático e pragmático. Somam-se a isso algumas dificuldades que os discentes surdos encontram no processo de aprendizagem da linguagem escrita: A difícil tarefa de exprimir por escrito em

Língua Portuguesa está descrita à dificuldade de compreensão dos textos lidos (conteúdo semântico). Alguns estudiosos ainda como Ruegg, Stefani e Carnio (1999), afirmam que a maioria dos discentes surdos apresentam impedimentos para a compreensão do texto escrito apresentando como razão principal a ausência de domínio da linguagem oral. Desta forma, encontram-se impedidos da experimentação linguística apropriada durante o período de desenvolvimento da linguagem.

Refletir o mundo e a maneira como inventamos os espaços e a comunicação de modo a incluir todos os seres humanos, é o convite que nos faz a Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência da ONU, que consolida a acessibilidade como princípio e direito humano fundamental. Neste sentido, reconhecer a acessibilidade como conteúdo e forma de garantia de seus demais direitos humanos universais. Sendo assim, o ato de ensinar não deve ser restrito em nenhum segmento, mas reconhecido em seu contexto e suas condições, almejando extinguir e não criar novos obstáculos. Consideramos oportuno falar que a educação dos surdos não fracassou, ela luta arduamente para alcançar resultados memoráveis e que se confronta com resultados previstos por mecanismos e relações de poderes e de saberes atuais. Assim como, quando recebemos seis alunos surdos em meio aos alunos ouvintes, pensamos, não podemos e não queremos apenas recebe-los em nossa sala de aula, queremos desenvolver um trabalho com eles, fazer parte da vida deles. Desejamos ainda, trabalhar da mesma forma como trabalhamos com alunos ouvintes, contando histórias, mergulhando em mundos diversos.

Para que isto se tornasse possível, nossa primeira atitude foi pesquisar bibliografias infantis traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais. Para nossa surpresa encontramos um restrito número, o que já configura um problema a exigir reflexão. Diante disto, escolhemos o livro *Os Ecopiratas: uma aventura em Fernando de Noronha* de Berto Junqueira. Este livro conta a história de dois primos que não se suportam e precisam passar férias juntos em Fernando de Noronha. O menino não gosta da prima porque é surda. A menina por sua vez, se oferece a ensinar Libras ao seu primo. Ao final da história, será esse alfabeto que salvará o menino num submarino que está afundando. O Livro então trata sobre a importância da consciência ecológica e um jeito diferente de se comunicar.

Para o desenvolvimento do trabalho, realizamos a interação mediada pela respectiva obra utilizando a Língua Brasileira de Sinais e a leitura oral. Utilizamos também auxílio da exposição em transparência e na sequência à dramatização que contou com o uso de materiais concretos para a caracterização dos personagens. Alunos surdos e ouvintes escolheram personagens ou utilizaram materiais concretos para caracterização, e então, o respectivo texto

foi interpretado e vivenciado de maneira prática por cada participante. O objetivo central era fazer com que os alunos ouvintes e surdos pudessem desfrutar de maneira concreta o texto proposto. Formulamos ainda um questionário, com perguntas objetivas e interpretativas relacionadas ao livro citado anteriormente. Nas perguntas objetivas, os envolvidos precisariam marcar apenas “C” ou “E” o que nos levou a expressivos acertos. Na categoria interpretativa solicitamos que os alunos formulassem respostas.

Evidenciamos como retorno principalmente dos alunos surdos frases com palavras (substantivos e verbos) que demonstram compreensão do texto. No entanto, por causa da deficiência auditiva, a estrutura de suas frases possuem desvios sintáticos e gramaticais. O que nos leva a certeza que a utilização da Língua Brasileira de Sinais associada à dramatização formam um excelente par para aprimorar a compreensão de textos tanto para discentes surdos como ouvintes.

4 CONCLUSÃO

A luz dos fatos citados acima pode concluir que no caso da educação de discentes surdos torna-se algo mais complexo, pois persistem ideias rígidas e preconcebidas que alimentam a desigualdade pelo estigma de incapacidade. O sujeito surdo possui identidade e luta por direitos básicos como cidadania e educação, e empenha-se arduamente para afastar-se do conceito de “anormalidade”. Ele é capaz de transformar esse conceito em normalidade a partir do momento em que é respeitado o seu direito de ser surdo, de fazer suas próprias escolhas e de frequentar uma escola que ofereça instrução bilíngue. Desta maneira, respeitando o seu direito à educação com acesso à Língua Brasileira de Sinais, porque é justamente a língua por excelência o instrumento de constituição de luta contra práticas sociais desiguais.

Concluimos que, ao utilizar a língua de sinais, produção textual e a dramatização como método para aprendizagem de leitura, a escrita resulta em benefícios na compreensão e interpretação de textos pelos respectivos discentes surdos. Evidenciamos que a habilidade do aprendizado provém da ação de implementar experiências com atividades concretas e contextualizadas. Desta forma, a nossa produção é uma maneira de alcançarmos maior compreensão e aprendizado em relação ao processo de aprendizagem de sujeitos surdos. Ressaltamos ainda que enquanto tivermos um sopro de vida a sair de nossos pulmões e fluindo em nossos corações vamos lutar pela inclusão. Vamos atrás de ouvidos generosos dispostos a ouvir e a reconhecer a importância que possui a educação na vida daqueles que

não conseguem ouvir o cântico dos pássaros e a melodia do barulho das gotas da chuva caindo no chão.

Vamos retribuir com toda a gratidão que carregamos em nosso coração a oportunidade que a vida ofereceu a cada nascer do sol, contando história, pois acreditamos que estas libertam, criam asas e ajudam a tornarmos pessoas melhores, mais humanas e nos mantêm acreditando no espetáculo partilhado por meio da palavra. Quando narramos histórias, olhamos para os nossos alunos e percebemos o quão bela é a vida. O ato de narrar histórias não se limita apenas em proferir palavras bonitas, contar histórias é ter ciência do valor do outro, é partilhar, é comunhão e, acima de tudo é encontro de almas.

Quando decidimos ser professora e em nossa prática ser contadora de histórias ganhamos muitos amigos e chegamos à conclusão que acreditar no potencial da literatura e das crianças é definitivamente crer que existe sempre uma nova chance, uma nova oportunidade e a esperança que tudo pode ser diferente basta que acreditemos.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. N. Recursos humanos. In: Alves, C. N. **Educação inclusiva no Brasil**. Portugal: Banco Mundial, 2003, p. 1-22, Disponível em: http://www.acessibilidade.net/at/kit2004/programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/pdf/Recursos_humanos_pt.pdf. Acesso em: 27 ago. 2018.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1. Ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2008.

BANDINI, Heloisa Helena Motta; OLIVEIRA, Claudia Lessa de Azevedo Corrêa de e SOUZA, Érika Costa de. Habilidades de leitura de pré-escolares deficientes auditivos: letramento emergente. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Abr 2006, vol. 16, nº 33, p. 51-58.

BRASIL. Presidência de República, Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 5. 626**. Brasília, DF: Ministério Público, 2005.

BRASIL. Presidência de República, Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 6.949**. Brasília, DF: Ministério Público, 2009^a.

BUFFA, M. J. M. B. **A inclusão da criança deficiente auditiva no ensino regular: uma visão do professor de classe comum**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências). Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, Universidade de São Paulo. Bauru, 2002.

DORZIAT, Ana. Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos. **Cadernos de Pesquisa**, Nov 1999, nº. 108, p. 183- 198.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sideau. São Paulo. Centauro, 2006. Acesso em: 22 de agosto, 2018.

MARTINS, S.E.S. de O.; GIROTO, C. R. M. Surdez, linguagem e educação inclusiva. **Educação Especial**- Módulo 12. Deficiência auditiva/surdez. Disponível em: http://efp-ava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/153528,9BA/Assets/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial/pdf/modulo%2004/ede_m0402.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, dez. 2006, v. 11n33, p. 387-405.

NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. 2. São Paulo. Ed. Ática, 1995. Acesso em: 28 de ago. 2018.

PEREIRA, M. C. da C. **Leitura, escrita e surdez**. Secretaria de Educação CENP/CAPE. São Paulo: FDE, 2005.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RUEGG, D; STEFANI, F. M; CÁRNIO, M.S. **Compreensão da leitura através de interpretação oral e/ ou sinalizada de surdos inseridos no contexto de educação especial**. Pró-Fono: Revista de Atualização Científica, Carapicuíba, V-11, n.2, p. 31-37, 1999.

SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos- Brasília, DF: MEC; SEESP, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século XXI. Brasília, **Inclusão-Revista da Educação Especial**, out/2005, nº 1, p. 19-23.

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação. 1998.

TORRES, Vera Fátima; MAZZONI, Alberto Angel e MELLO, Anahi Guedes. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, Ago 2007, v. 33, n. 2, p. 369-386.

VIGOTSKI, L.S. **Fundamentos de defectologia**. Obras completas. Tomo cinco. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

COSTUMES EM UMA FEIRA: INTERAÇÕES, VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Talita Vieira Aranha¹
Rondinell Aquino Palha²
Daniel dos Santos Fernandes³

Mostraremos uma narrativa imagética com elementos culturais e sociais da rotina da Feira da Agricultura Familiar da Cidade de São Caetano de Odivelas. Cidade Amazônica, localizada no Nordeste Paraense, na chamada microrregião do Salgado, uma cidade ribeirinha com forte vocação para agricultura de base familiar.

Observando o comportamento dos indivíduos da respectiva feira, percebemos uma sequência de narrativas visuais que envolvem interações, vivências e perspectivas que são resultados de uma intensa e inseparável rede de relações interpessoais, que ocorrem, principalmente, em torno da comercialização dos produtos oferecidos.

Organizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria com os agricultores familiares, a Feira da Agricultura Familiar de São Caetano de Odivelas, surgiu a partir da necessidade do fortalecimento da agricultura no município, que tinha como principal gargalo o escoamento da produção, elemento que durante muito tempo gerou uma subutilização do potencial agrícola local. Uma vez que o município é reconhecido, apenas, pela sua vocação da atividade extrativa de caranguejo, assim como da pesca artesanal.

Este cenário, aliado a ausência de infraestrutura, de logística e de um espaço adequado a comercialização dos produtos da agricultura familiar, favoreceu a evasão da produção agrícola do município para outros mercados da região circunvizinha a São Caetano de Odivelas, o que enfraquecia a visibilidade do potencial da agricultura municipal, bem como contribuía para o impedimento da movimentação econômica no mercado local. A iniciativa, da feira, fomentou a produção agrícola no município, mediante ao surgimento de novos empreendimentos de base familiar e o incremento de renda, por meio da garantia da comercialização de seus produtos.

¹ Engenheira de Pesca (UFRA), Discente do Programa de Pós -graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimento Agroalimentares (IFPA) E-mail: talitaranhapesca@gmail.com.

² Licenciado em História (UNOPAR), Graduando em Letras- Língua Portuguesa (UFPA), Integrante do Grupo de Pesquisa Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social (COLINS). E-mail: rondipalha@gmail.com.

³ Doutor em Ciências Sociais/Antropologia. Professor Convidado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus de Castanhal/PA, Líder do Laboratório de Estudo Linguagem, Imagem e Memórias (LELIM). Email: dasafe@msn.com.

A realidade da produção agrícola familiar do município se modificou com a criação da feira. Localidades que desenvolviam a agricultura de maneira mais tímida, passaram a ganhar destaque contribuindo com o desenvolvimento local, bem como, houve o fortalecimento de localidades que, tradicionalmente, já apresentavam sustentabilidade na produção de base familiar.

Desde o seu lançamento em dezembro de 2017, a “Feira”, como carinhosamente vem sendo chamada pelos moradores e produtores, ocorre quinzenalmente na Praça dos 3 Poderes, tornando-se um espaço de interações entre seus atores sociais, pois cunhou uma ambientação para a comercialização de produtos agrícolas, além da oportunidades para outros segmentos, uma vez que a cada edição, a feira conta com apresentação de grupos culturais do município e a oferta de outros serviços como: alugueis de mesas, montagem das barracas, transporte e outros insumos; além de movimentar toda rede comercial no entorno na praça onde a “Feira” acontece.

Dentro da rotina da Feira da Agricultura Familiar de São Caetano de Odivelas, podemos observar as vivências externadas por seus participantes, como histórias de vida, de luta, de resistência, de conquistas e de desagravos, que se refletem no semblante e na postura de cada um. As vivências proporcionadas, no ambiente da “Feira”, e suas diversas e variadas aprendizagens, bem como a intrínseca troca de experiências que servem como fatores motivacionais para o próprio desenvolvimento da agricultura de base familiar no município.

Frequentada em dias fixos, a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem aos poucos freqüentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras (BRAUDEL, 1998, p. 16).

As perspectivas de melhoramento da condição de vida dos atores sociais envolvidos no contexto da iniciativa, é percebido pela afeição criada com o momento proporcionado pela “Feira”, haja vista, o comprometimento e a disponibilidade dispensada por cada um, nos dias em que a feira acontece, algo que se reflete com o fomento e o aquecimento da economia local; além da perspectiva de fortalecimento da economia rural com base nas atividades conduzidas basicamente pelo trabalho familiar independente do acesso as tecnologias ditas mais avançadas.

As imagens registradas, durante a Feira da Agricultura Familiar, busca narrar visualmente, os momentos vivenciais proporcionado neste ambiente de sociabilidades. E a

consequente intervenção rural que quebra a rotina urbana da ribeirinha cidade de São Caetano de Odivelas.

REFERÊNCIA

BRAUDEL, Fernand. O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

Recebido em: 15/10/2019
Aprovado em: 27/11/2019











**RESSIGNIFICAR A DOCÊNCIA:
PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DO PROGRAMA DE
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA**

Alcicley Mendes Cardoso¹
Jadson dos Santos²

A experiência aqui registrada em fotografias trata-se das observações realizadas nas aulas de Educação Física (EF) de uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental na Escola Maestro João Leite na Cidade de Tucuruí no Estado do Pará. O registro centraliza-se na experiência de um acadêmico do Curso de EF e um professor graduado atuante na rede educacional deste município, ambos participantes do programa Residência Pedagógica da Universidade do Estado do Pará, que tematiza as “Práticas Pedagógicas da Educação Física: para além da pedagogia do toma bola” articulando a formação de professores e a realidade da escola pública.

O que aludimos sobre “pedagogia do toma bola”, trata-se de atuações docentes que afastam-se de uma proposta pedagógica direcionada e intencional, onde a prática do professor fica restrita à organização do espaço e dos materiais didáticos/esportivos durante as aulas de EF. Silva e Bracht (2012) também denominam este fenômeno como desinvestimento pedagógico, e em suas críticas apontam como possível causas deste fenômeno a desarticulação entre teoria e prática na formação de professores.

O Episódio aqui registrado apresenta uma sequência de eventos que visou aproximar a formação docente do acadêmico em questão com a realidade do campo de atuação da EF escolar, acompanhado pelo professor regente da turma. Percebemos na ocasião que o conteúdo tematizado (esporte voleibol) desperta a atenção dos alunos, Silva (2013) aponta como possível causa deste destaque dos esportes nas aulas de EF, o fato de ser este conteúdo um dos maiores fenômenos da atualidade, uma linguagem que por meio das suas regras, ritos, competições internacionais e o comércio de marcas esportivas, ecoa pelo mundo todo despertando alegrias, sonhos e ilusões. Esta hiper valorização deste fenômeno carrega consigo

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará. Especialista em Ensino de Educação Física Escolar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Preceptor no Programa de Residência Pedagógica - UEPA/CAPES. Professor da Educação Básica nos Anos Finais. Email: kleyuepa@gmail.com.

² Graduando no curso de Licenciatura em Educação Física no 8º semestre do curso. Universidade do Estado do Pará, Campus XIII Tucuruí. Residente do Programa de Residência Pedagógica - UEPA/CAPES. Email: jadsonsaneamento@msn.com.

as contradições e valores da sociedade atual. Por este fato, os esportes devem ser tematizados na escola de forma crítica, dialógica e ressignificada, e não meramente praticado pelos alunos.

A composição deste ensaio consistiu no registro fotográfico realizada numa escola pública no dia 18 de outubro de 2019, que atende discentes de bairros periféricos da referida cidade. Centralizou-se em destacar a importância da qualificação da formação de professores de EF por meio da articulação entre teoria e prática, universidade e escola e pesquisa e ação.

REFERÊNCIAS

SILVA, Mauro Sérgio; BRACHT, Valter. Na pista de práticas e professores inovadores na educação física escolar. **Periódicos: UFSM**. 2012.

SILVA, J. V. P. da. Prática pedagógica em educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 1.319, jan./mar. 2013.

Recebido em: 18/12/2019
Aprovado em: 18/12/2019











Nova Revista Amazônica

novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com